

**JOSÉ ROBERTO BRAGA PORTELLA**

***DESCRIPÇOENS, MEMMÓRIAS, NOTÍCIAS E RELAÇOENS***

**Administração e Ciência na construção de um padrão textual iluminista  
sobre Moçambique, na segunda metade do Século XVIII**



Tese desenvolvida junto ao  
**CEDOPE** – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses

**JOSÉ ROBERTO BRAGA PORTELLA**

***DESCRIPÇOENS, MEMMÓRIAS, NOTÍCIAS E RELAÇOENS***

**Administração e Ciência na construção de um padrão textual iluminista  
sobre Moçambique, na segunda metade do Século XVIII**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa em Espaço e Sociabilidades, sob orientação do Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira e co-orientação do Prof. Dr. Fernando Taveira da Fonseca, da Universidade de Coimbra.

**CURITIBA**

**2006**

Para tia Ruth, *in memoriam* (1925-2005).  
Para meu pai Darcy, o sobrevivente (1923-  
20..).  
Para meus filhos Egberto e Marina, signos  
de um futuro cada vez mais presente.

## AGRADECIMENTOS

Ao orientador e amigo Prof. Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira, pela paciência e os insights decisivos no desenvolvimento desta tese.

Ao Prof. Dr. Fernando Taveira da Fonseca pela co-orientação na Universidade de Coimbra, e por revelar alguns atalhos no acesso aos arquivos lusitanos.

Às Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa Doré e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Ignês M. De Boni, pelas críticas, sugestões e indicações por ocasião do exame de qualificação.

Aos colegas do Departamento de História da UFPr, especialmente no período em que estive afastado para pesquisas em Portugal.

Ao colega e procurador Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos, pelo constante incentivo e quebrar os galhos pendentes em Curitiba durante minha estada em terras lusitanas.

Aos funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino, que mesmo durante sua longa reforma no ano de 2003, continuaram atendendo com zelo e bondade.

À Rosângela Maria Ferreira dos Santos, técnica do CEDOPE, pela transcrição de documentos utilizados.

À Incrível Armada Almadense – Angela & António, Joana & Rui, Zé Julião e Aninha, sem os quais o período em Portugal teria sido bem mais difícil do que foi.

À CAPES pelo suporte financeiro através de bolsa-sandwich nas atividades de pesquisa em Portugal entre novembro/02 e outubro/03.

À Ana Paula, que mesmo embarcando quase ao final desta jornada, me ajudou a ultrapassar o “Cabo das Tormentas” tornando-o em “Cabo da Boa Esperança”.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	vi
<b>ABSTRACT</b> .....	vii
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO I</b>	
De como se pode pensar uma <i>literatura de viagens</i> sobre Moçambique na segunda metade do século XVIII no bojo da constituição do Iluminismo português .....	16
1.1 Algumas considerações acerca do estado português sob a égide de Pombal	16
1.2 Algumas considerações acerca da política colonial pombalina .....	27
1.3 Mais algumas considerações acerca do Iluminismo português .....	35
1.4 Algumas considerações acerca da escrita sobre as colônias portuguesas .....	50
1.5 Algumas considerações sobre a <i>literatura de viagens</i> .....	54
1.6 Algumas considerações acerca dos narradores de Moçambique na segunda metade do século XVIII .....	59
<b>CAPÍTULO II</b>	
De como historiar a presença portuguesa na África Oriental, suas conquistas, suas guerras, a colonização, a administração, as relações com outros povos, culturas e religiões .....	63
2.1 Da presença portuguesa .....	64
2.2 Dos produtos que eram comercializados .....	92
<b>CAPÍTULO III</b>	
De como se narra Moçambique na <i>literatura de viagens</i> da segunda metade do século XVIII .....	103
3.1 Da natureza farta, maravilhosa e misteriosa .....	106
3.2 Dos homens que habitam o território moçambicano .....	119

3.3 Dos reinóis, patrícios, goeses e alguns brasileiros; ou dos brancos e outros não tão brancos assim .....	124
3.4 Dos zanjs, mouros, hindus e outros homens de turbante .....	139
3.4.1 Dos mouros ou suahílis .....	139
3.4.2 Dos hindus .....	143
3.5 Dos cafres, ou pretos da Etiópia Oriental .....	154
3.6 De como e onde vivem os homens que habitam Moçambique.....	174
3.7 Da decadência aos diversos “remédios aplicáveis” .....	184
<b>DE COMO ESSA HISTÓRIA CHEGA AO FIM .....</b>	<b>193</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>198</b>
Fontes .....	198
Bibliografia .....	200
<b>ANEXOS .....</b>	<b>209</b>
Pequeno Glossário .....	210
Listagem dos Governadores de Moçambique (1752-1821) .....	212
Transcrição de “Relação do estado presente de Moçambique, Sena, Sofala, Mhambane, e todo o continente de África Oriental” de Ignacio Caetano Xavier .....	214

## RESUMO

Nesta tese, busco demonstrar as possibilidades de percepção de uma construção textual de Moçambique a partir da análise do discurso que informa os textos produzidos por funcionários, administradores coloniais, militares e intelectuais portugueses, ao longo da segunda metade do século XVIII. Esses textos são entendidos como *literatura de viagens*, isto é, o conjunto de textos documentais ou literários que à viagem (por mar, terra ou percursos imaginários) vai buscar uma identificação especial. E não só à viagem enquanto deslocamento, percurso mais ou menos longo, mas também ao que, por ocasião da viagem, parece digno de ser registrado: a descrição da terra, dos usos e costumes dos seus habitantes, das situações históricas e antropológicas que, por contraste com as origens dos viajantes (outra forma de deslocamento), forma um texto homogêneo e participa da mesma intencionalidade. Considerando tais textos como expressão de um “espírito de época” (no sentido que lhe confere J. Habermas), foi possível identificar as idéias-força elaboradas naquele contexto, percebendo as imagens e construções mentais referentes a Moçambique na segunda metade do século XVIII.

Palavras-chave: Império Colonial Português; Iluminismo Português; Administração Colonial; Literatura de Viagens

## ABSTRACT

In this thesis, **Descrições, memórias, notícias e relações: administração e ciência na construção de um padrão iluminista sobre Moçambique, na segunda metade do século XVIII**, my purpose is demonstrate the possibilities of the perception of Mozambique as a textual construction embased in an analisys of discourse that informs the textual material produced by portuguese functionaries, colonial administrators, militaries and intellectuals, about Moçambique during the second half of the XVIII century. These texts are understood as *voyages literature*, that is the collection of literary or documental texts what looks for a special identification in the travel (by sea, land, or imaginary routes). And not only the voyage as a displacement, long or short travels, but also to, by the journey occasion, looks worthy of be registered: land descriptions, inhabitants habits and practices, anthropological and historical situations that by contrast (another way of displacement) with the travelers origins creates a homogeneous text and participates of same intention. In consideration of these texts as the expression of what J. Habermas calls “the spirit of era”, it was possible identified the idea-forces elaborated at that time and place, achieving the images and mental constructions about Mozambique in the second half of the XVIII century.

Key words: Portuguese Colonial Empire; Portuguese Enlightenment; Colonial Administration; Voyages Literature



## INTRODUÇÃO

A Coroa portuguesa – em pleno século das Luzes, durante a gestão pombalina – iniciou uma política econômica fomentista de incentivo às produções naturais nas colônias e ao estudo das ciências naturais. Buscava-se, deste modo, estudar de forma metódica a natureza física das colônias.

Foram adotadas inúmeras iniciativas para aumentar a produtividade agrícola e intentou-se estudar a agricultura como ciência, estimulando-se as experiências com produtos novos, com o objetivo de serem aclimatados nos diversos espaços coloniais portugueses, espalhados ao longo dos quatro cantos do planeta então conhecidos.

O reinado de D. Maria I, sobretudo quando se tornou seu Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, caracterizou-se pelo fortalecimento da corrente científicista e pragmática da Ilustração. Ao redor do Ministro passou a gravitar uma equipe de bacharéis e cientistas ilustrados.

Por um lado, essa política de incentivo ao desenvolvimento de pesquisas no campo das ciências naturais acabou por inserir as colônias na atmosfera da Ilustração, e por outro lado, essa mesma política visava redimensionar as formas de extração do “exclusivo colonial”.

A coroa portuguesa buscava expandir as possibilidades de extração das riquezas que suas colônias lhe ofereciam, permitindo assim obter uma maior acumulação das mesmas, com o objetivo de ajudar no financiamento da industrialização de Portugal. A natureza era vista como produtora de riquezas.

Por meio da exploração da natureza, a Coroa portuguesa visava recuperar a combalida economia do reino.

O que define o clima da *opinião pública* do século XVIII, e a sua identificação com as Luzes, seria o privilégio concedido à ciência como a porta de entrada ao mundo do conhecimento, o envolvimento com determinadas questões pelos ilustrados europeus, a utilização de um mesmo vocabulário, cujas palavras-chaves seriam natureza, razão, perfectibilidade, entre outras.

A razão foi valorizada como o instrumento principal para se alcançar o verdadeiro conhecimento e a busca da verdade. Propunha-se a afirmação da ciência experimental e aplicada, em oposição à ciência escolástica. Buscava-se encontrar no mundo natural os princípios que regiam o mundo e se procurava arrancar o seu segredo, submetê-lo à luz do entendimento e penetrá-lo com os poderes do espírito. A natureza seria considerada como o *locus* perfeito para o exercício da sensibilidade e da razão.

Assim, a nomeação e a classificação das espécies naturais equivaliam ao conhecimento destas, uma vez que para nomear e classificar é necessário que o cientista conheça o caráter que as distingue essencialmente umas das outras.

Como letrados do século XVIII, buscavam conhecer essa natureza por meio da razão, submetida ao experimento e a observação, refutando qualquer argumentação de origem na lógica escolástica. Refutava-se, assim, qualquer tentativa de demonstração de verdades universais e necessárias, valorizando a observação e a experiência. Procurava-se encontrar os meios que lhes permitiam capturar a natureza na armadilha da experiência e da observação e forçá-la a revelar seus segredos.

Essa concepção permite relacionar o pensamento de vários dos nossos personagens – que serão referidos mais adiante - ao grupo ilustrado utilitarista-naturalista da Academia Real das Ciências de Lisboa e da Universidade de Coimbra, que tinha em Vandelli a sua figura máxima. A produção científica ilustrada de base naturalista propôs alternativas para a superação da “crise” do

Império Ultramarino Português, alternativas que passavam prioritariamente por um melhor aproveitamento dos recursos naturais das colônias.

A viagem foi um tema constante no imaginário dos cientistas do século XVIII. Ela viabiliza um dos pressupostos do conhecimento ilustrado: tendo por destino a natureza selvagem e intocada, apresenta o mundo natural destituído de qualquer simbologia relacionada às antigas formas de pensar, com as quais o movimento se debatia; proporciona o contato direto, mediado pela experiência, entre o sujeito do conhecimento e o seu objeto, assim como adota como referenciais a observação e a reflexão racional.

Ao descreverem a natureza colonial em suas viagens científicas, os europeus em geral e os portugueses em particular, sempre a exaltaram e a viram como bela e rica em recursos. Ela era uma natureza “paradisíaca”, que estava criada, e agora caberia ao homem transformá-la em seu benefício próprio.

A ciência tinha como função social resolver problemas. A utilidade era a vértebra da própria concepção de ciência. O conhecimento científico encontrava-se ao serviço do homem, da sociedade. Para os cientistas e demais indivíduos influenciados pelo pensamento iluminista, a ciência era prática, aplicada, deveria ajudar a resolver os males que imperavam na sociedade. A prolixa difusão de conhecimentos científicos deve ser entendida como um verdadeiro receituário para enfrentar os problemas cotidianos. A sua função era semear idéias úteis pela sua sociedade.

Ao propor que a ciência deveria gerar utilidades à sociedade, contribuindo para solucionar os problemas que nela existiam, acreditava-se que os nossos personagens partilhavam da utopia do pensamento ilustrado de que o conhecimento científico contribuía para o aperfeiçoamento das sociedades, tornando-as melhores e perfeitas.

A crença na razão, como a única forma de se alcançar o verdadeiro conhecimento; a observação e a experimentação, como os elementos chaves do “fazer ciência”; a busca do domínio e conhecimento da natureza; a preocupação

com a verdade científica e a afirmação da ciência útil são as características presentes no pensamento de nossos personagens e que nos permite integrá-los ao clima de *opinião pública* típico da Ilustração.

A presente tese está estruturada da seguinte forma:

No capítulo 1, intitulado *De como se pode pensar uma literatura de viagens sobre Moçambique na segunda metade do século XVIII no bojo da constituição do Iluminismo português*, foi desenvolvido um esboço do Iluminismo português, com o objetivo de localizar o universo mental e cultural em que os diversos personagens circulavam pelos espaços do Império Ultramarino Português. Tal esboço permitiu abrir uma discussão a respeito do conceito fundamental trabalhado – *a literatura de viagens* -, e sobre quem eram os autores dos relatos analisados.

No capítulo 2, intitulado *De como historiar a presença portuguesa na África Oriental, suas conquistas, suas guerras, a colonização, a administração, as relações com outros povos, culturas e religiões*, foi feita uma apresentação de Moçambique para o leitor que desconhece seus aspectos histórico-econômicos, em especial os referentes ao século XVIII.

No capítulo 3, intitulado *De como se narra Moçambique na literatura de viagens da segunda metade do século XVIII*, foi desenvolvido o conceito de *literatura de viagens* com os desdobramentos permitidos, abordando a construção de Moçambique executada pelos diversos autores de relatos em torno da natureza, dos homens, do ambiente em que interagem e dos problemas e soluções apontados para tentar tornar a Moçambique da segunda metade do século XVIII numa “nova américa”.

Alguns dos autores de relatos, notícias, cartas e memórias utilizadas ao longo deste trabalho são:

**Inácio Caetano Xavier**, foi o primeiro natural de Goa a ocupar um cargo de proeminência em Moçambique, após a autonomia desta capitania em

relação ao Estado da Índia em 1752<sup>1</sup>. Era tio materno de Sebastião Xavier, oficial-maior da Secretaria do Governo do Estado da Índia. Depois dos estudos das primeiras letras foi para Moçambique e Sena, “e ahi se applicou a todas faculdades, estreitando relações com alguns homens apreciados pela sua instrução, de maneira que tinha voto em todos os negocios e era bom poeta.”<sup>2</sup> Em 1748, voltou à Índia onde após ter exercido “clínica com boa reputação”, retornou para Moçambique e foi nomeado Secretário de Governo em agosto de 1758 para um mandato de três anos, não concluído integralmente. Veio a falecer em Moçambique na data de 10 de maio de 1761.

A importância de sua Memória, intitulada *Relação do Estado Presente de Moçambique, Sena, Sofala, Mhambane, e Todo o Continente de África Oriental*, tendo por subtítulo *Noticias dos dominios portuguezes na costa da Africa Oriental* (1758), foi inicialmente apresentada por dois Secretários do Governo Provincial moçambicano – Francisco da Costa Mendes em 1849, e Joaquim José Lapa em 1882, quando, utilizando-se praticamente dos mesmos termos, lamentam a perda dos escritos do 1º Secretário de Moçambique. Segundo Costa Mendes:

Tanto estas cartas e planos como a história d’esta parte de África, extrahida, pelo referido Secretário (Xavier), da livraria dos Padres de S. João de Deus, foram remetidas para o Governo em Dezembro de 1758. As cópia de todo este trabalho ficaram na Secretaria do Governo de Moçambique, em um livro próprio e para isso destinado, porém em 1847, quando fui encarregado de organizar o seu archivo, nada encontrei; - e sinto que tivessem desaparecido

---

<sup>1</sup> A independência limitou-se à defesa e administração, pois o comércio manteve-se como atividade quase que exclusiva de indianos ou indo-portugueses, inclusive tal atividade permaneceu organizada pelo Conselho da Fazenda de Goa, significando que decisões fundamentais quanto ao comércio ficavam reservadas a Goa.

<sup>2</sup> ANDRADE, António Alberto de. *Relações de Moçambique setecentista*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955. p. 567.

tão preciosos documentos, porque se os encontrasse não ficariam entregues ao esquecimento.<sup>3</sup>

Joaquim José Lapa, lastimando-se de igual maneira, assim se refere aos escritos deixados por Inácio Caetano Xavier:

Pena é, que um outro trabalho histórico, desde o tempo da conquista até 1758, feito pelo então Secretário do Governo, Inácio Caetano Xavier, quando o Governador Pedro de Saldanha d'Albuquerque, e que fora extrahido dos livros existentes no convento dos Hospitalários de S. João de Deus em Moçambique, que o auctor do autógrafo, diz, fora remettido para o Governo da Metrópole em Dezembro de 1758, não appareça, para igualmente ser publicado. Queremos, que não será difficil encontrá-lo no archivo do Reino, para onde foi remettido, conhecida a data em que foi enviado de Moçambique.<sup>4</sup>

A respeito da Memória de Inácio Caetano Xavier, pode-se inicialmente discutir a intenção do autor em escrevê-la, já que na invocatória ao Senhor General e Governador com que faz a abertura de sua Memória, teve o cuidado de mostrar-se aparentemente isento de interesses em angariar vantagens de cunho individual ou patrimonialista:

Manda-me V. Sa. fazer huã relação do estado prezente de Moçambique, Senna, Sofalla, Inhambane e todo o Cont.e de Africa Oriental, que Sua Magestade Fidelissima domina nesta Costa, que Conste do estabelecimento dos habitantes, ou moradores, das Condições dos naturaes, do Com.co dos portos, das producções do Paiz, das rendas Reaes, do dispendio da fazenda, das fortificações, que tem, das forças dos Potentados Confinantes, das MiSsoes desta Seara, e de tudo o mais, que pertence a huã exacta discripção de todo este Vasto Paiz; e finalmente do meio, porque Se pode ConSeguir hum perduravel augmento de todo este Estado.<sup>5</sup>

O texto induz a pensar que por esta introdução, teria sido o Governador Pedro de Saldanha de Albuquerque que encomendara a obra e até mesmo

---

<sup>3</sup> MENDES, F. da Costa. Catalogo Chronologico e Historico dos Capitães Generaes e Governadores da Província de Moçambique. p. 13.

<sup>4</sup> idem p. 14.

<sup>5</sup> O texto de XAVIER, Inácio Caetano. Noticias dos dominios portuguezes na costa de Africa Oriental. encontra-se transcrito nos Anexos. Ver p. 216.

esquematizara os capítulos que relatariam sobre os focos de seu interesse. No entanto, em carta de 30 de dezembro de 1758, o Governador ao comunicar a nomeação de Xavier como Secretário, sentia-se contente com a escolha, “porque pratica a política de me não pedir favor algum nesta Praça, rogando-me só que o patroçine na Corte onde tem seus requerimentos.”

No entanto, o Secretário foi nomeado em agosto, e a Relação foi para Lisboa junto com os requerimentos. Além disso, Saldanha de Albuquerque na mesma carta faz referência a uma Relação que lhe parecendo “capás de ser vista, mandey della fazer cópias que remeto a alguns amigos; e huma a meu conhado para a pôr na presença de V. Ex<sup>a</sup>.”<sup>6</sup>

Sobressai-se desse modo, que foi por iniciativa própria que Caetano Xavier escreveu a Memória, buscando assim aproximar-se do Governador e colocar-se ao seu serviço, o que efetivamente veio a ocorrer por um determinado período de tempo.

O texto de Caetano Xavier claramente busca historicizar e analisar aspectos da presença portuguesa em Moçambique, e coerentemente com uma estratégia narrativa estruturada em um primeiro momento descrever a abundância de recursos, malversados pela preguiça dos naturais e despreparo dos portugueses, para num segundo momento apresentar algumas medidas com vistas a assegurar e ampliar os domínios portugueses na região, dentre os quais destacam-se a criação de uma Companhia de Comércio e desencadear uma série de guerras de conquista, com o objetivo de ocupação do território, reforço do poder pelos portugueses e à obediência dos régulos.

Para dar conta de tais objetivos, Caetano Xavier não economiza seu esforço discursivo “no afã de tudo contar”<sup>7</sup>, compilando “dados acerca do

---

<sup>6</sup> ANDRADE, António Alberto de. Relações de Moçambique setecentista. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955. p. 23.

<sup>7</sup> Feliz expressão utilizada por Almiro Jorge Lourenço Lobo, em seu artigo A emergência do literário na “Relação do estado presente de Moçambique, Sena, Sofala, Inhambane, e todo o continente de África Oriental” de Ignacio Caetano Xavier (1785).

território, compreendendo posição geográfica, fauna, flora, potenciais riquezas do subsolo, usos e costumes dos naturais, comportamento dos habitantes, possibilidades para a fixação de colonos, prática do comércio e alargamento da administração portuguesa”<sup>8</sup>.

Caetano Xavier, ao longo das *Noticias dos dominios portuguezes na costa da Africa Oriental* (1758), combina em sua dissertação diversas modalidades discursivas, tais como: a notícia, a narração, a descrição etnográfica, o relato, o relatório, enunciados que não teriam dificuldade em aparecer como verbetes em obras de referência, fragmentos de dados estatísticos e excursos vários, construindo desta maneira um itinerário geográfico e econômico.

Recorrendo à retórica de uma narração dos acontecimentos (sejam reais ou fictícios, embora apontados como verdadeiros) e a exposição de uma dada situação, que poderia ser sintetizada na trajetória discursiva que parte da exuberância da terra contraposta por um histórico da ocupação e colonização do território, conduz assim seu raciocínio através de um conflito “civilização versus barbárie”, apresentando como conclusão a existência/permanência de uma precária organização social, em razão da decadência moral dos colonos e clérigos, e da inapetência dos “bárbaros” pela “civilização”. Estas só seriam superadas pela instituição de uma nova força reorganizadora da sociedade— uma mítica Companhia do Comércio, cujo papel seria o de orientar e disciplinar as atividades comerciais e fiscais, mas que acabaria por transbordar para todo o conjunto de relações que se estabelecessem na colônia.

Percebe-se na escrita de Caetano Xavier uma clara intenção de mapear descritivamente o território moçambicano procurando cobrir os aspectos físicos, humanos e econômicos, (exemplificado pelas suas reflexões sobre os usos e costumes dos africanos, das raízes das plantas e arbustos, da sua eficácia no combate a algumas doenças) o apresentado através de uma organização textual

---

<sup>8</sup> LOBO, Almiro Jorge Lourenço. Op. cit. P. 209.



que remete à idéia de um itinerário de viagem ou roteiro cultural e etnográfico, o qual apesar de se aproximar do domínio do maravilhoso em alguns momentos, não deixa de exemplificar as estratégias de construção do território teorizadas por Jacques Revel<sup>9</sup>:

- Geografia física: iniciada pela ilha de Moçambique e continuada depois em cada porto.
- Geografia humana: os colonos; os missionários; os naturais.
- Geografia econômica: as produções naturais em geral; as produções naturais em particular; as finanças e o comércio.

Após fornecer os dados genéricos com respeito à localização geográfica de Moçambique, Caetano Xavier dá início ao seu texto referindo-se de forma pouco lisonjeira à condição social dos colonos portugueses, pelo pouco ou nenhum respeito tributado às autoridades constituídas, atribuindo inclusive a decadência das mesmas à arrogância dos colonos. Como se vê, não será à toa que Caetano Xavier virá a enfrentar forte oposição no exercício de seu cargo e acabará sendo afastado do posto bem antes do término de seu mandato de três anos.

**Dionizio de Mello e Castro**, também natural de Goa, durante o seu período de permanência em Moçambique casou-se com uma prazeira de ascendência afro-portuguesa, e por conta disso administrava os prazos de Detima e Bueça. Ocupou as funções de Coronel da Milícia de Sena e, mais tarde de Governador dos Rios de Sena e de Moçambique. Seu relato foi escrito por encomenda do então Governador de Moçambique, Pedro de Saldanha e Albuquerque<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> REVEL, Jacques. A invenção da sociedade. Lisboa: Difel, 1989.

<sup>10</sup> ESTUDOS DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA. Anais, vol. IX, Tomo I. Lisboa : Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar, 1954. p. 16.

**Baltazar Pereira do Lago**, português de nascimento, tomou posse como Governador de Moçambique em 1766, e governou até 1779, isto é, por longos treze anos e nove meses, devido às suas idéias e ações ficou mais tarde conhecido pela alcunha de ‘Marquês de Pombal de Moçambique’. De inspiração claramente iluminista, suas idéias se encontram sintetizadas nas Instruções deixadas por ele ao seu sucessor no cargo. Pela ênfase que dava à formação de um corpo militar composto por indianos – os sipais -, é de se acreditar que tenha permanecido ou mesmo ocupado um cargo em Goa durante algum tempo.

O Secretário Geral de Moçambique em 1766, era **António Pinto de Miranda**, que por conta de suas repetidas alusões a nomes e costumes provenientes do Brasil, se não era um brasileiro, pelo menos morou por um tempo considerável naquele território. Em anexo ao seu relato há um estudo intitulado *Monarchia africana*, em que traça um histórico das dinastias africanas, bem como, faz uma etnografia de alguns de seus costumes.

Em 1788, foi publicada uma *Descrição da capitania de Monsambique, suas povoações, e produções*, que aparece no livro organizado por António Alberto de Andrade como sendo de autoria anônima. No entanto, cruzando as informações constantes na nota 1 do texto do relato de António Pinto de Miranda, com o que consta nos *Anais Estudos de História da Geografia da Expansão Portuguesa* de 1954, é possível atribuir a autoria de tal relato a **Joaquim José Varella** ou em outra grafia, a Joaquim Joze Marella.

**Manuel Galvão da Silva** é originário da Bahia, estudou na Universidade de Coimbra, já reformada, aonde veio a graduar-se em Filosofia – Ciências naturais – no ano de 1776. Era um dos quatro naturalistas nascidos no Brasil que foram formados e recrutados por Domingos Vandelli, para fazer parte do ambicioso projeto das chamadas “Viagens Filosóficas”. Este projeto intentava enviar expedições científicas para várias partes do Império Colonial Português,

com o objetivo de pesquisar e recolher exemplares de plantas, animais e minerais<sup>11</sup> para posterior estudo na metrópole.

A preparação de Galvão da Silva para tais expedições transcorreu ao longo dos cinco anos em que ele atuou no Museu da Ajuda em Lisboa. No entanto, ao invés de dirigir-se ao Pará como estabelecido, foi comissionado como Secretário Geral para Moçambique. Teve uma rápida passagem por Goa, onde como fruto de suas viagens de coletas de espécimes veio a escrever um relato intitulado *Observações sobre a Historia Natural de Goa*, em 1784<sup>12</sup>. Tanto em sua missão em Goa como em Moçambique, Galvão da Silva estava acompanhado por um desenhista e um jardineiro.

Galvão da Silva, após os percalços que acabaram por inviabilizar a continuidade de suas explorações científicas em terras moçambicanas, das quais se publicaram apenas dois relatórios, terminou seus dias como sócio de um governador em uma embarcação dedicada ao tráfico de escravos para o Brasil. Dentre os problemas experimentados por esse mineralogista sobressai-se o episódio relativo ao seu jardineiro José da Costa, que por conta de incontáveis bebedeiras teve seu ordenado suspenso, a pedido de Galvão da Silva.

Como demonstração das muitas dificuldades encontradas por esses exploradores científicos que eram duplos de administradores coloniais, pode-se mencionar os problemas enfrentados por Galvão da Silva no desempenho de ambas as funções. Como bem sintetizou Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz,

De um lado, queixava-se de não encontrar apoio do governo para seu trabalho científico: "...não tenho feito mais por me não terem os governadores animado e olharem para isto com a maior indiferença, e rirem-se mesmo, principalmente o tenente coronel, quando me vê ajuntando alguns produtos." Por outro, como secretário de governo, envolveu-se em conflitos de autoridade com o ouvidor, por negar-se a prestar-lhe reverência. Protagonizando uma acalorada discussão com o magistrado, Galvão acabou

---

<sup>11</sup> A viagem filosófica mais conhecida, e bem sucedida, foi a realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira pela Amazônia.

<sup>12</sup> Editada por J. H. da Cunha Rivara, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1862.

por ser processado e preso. Os autos da devassa a que foi submetido ilustram bem o vigor com que ele tentava defender sua condição de servidor régio. Consta dos depoimentos das testemunhas que, no calor da discussão, o ouvidor insistira no dever de reverência, ao que Galvão teria retrucado, aos gritos, de que ele era “capaz de ensinar ao ministro política e cortesia” e que “se ele era ministro de Sua Majestade, ele também era secretário da mesma”, e merecia a mesma atenção...

Este episódio indica, por um lado, as filigranas pelas quais podiam se expressar as precedências hierárquicas nos espaços coloniais, do mesmo modo que em qualquer país europeu do Antigo Regime. Por outro, a postura ostensiva de Galvão diante do ouvidor, revela sua recusa em admitir os limites da sua autoridade, acreditando numa superioridade que ele próprio se atribuía...De qualquer forma, talvez pesasse uma certa arrogância do cientista e sua inexperiência para lidar com o delicado equilíbrio de hierarquias entre os servidores régios nas colônias<sup>13</sup>.

Como chama atenção Cruz, os desentendimentos entre Galvão da Silva e o ouvidor António José de Moraes Durão datam do momento da chegada de Galvão a Moçambique em 1784, onde após a morte do governador Pedro Saldanha e Albuquerque, um triunvirato, do qual fazia parte o ouvidor, assumiu o poder na ilha até 1786<sup>14</sup>.

Muito pouco se conhece acerca da vida de **Jerônimo Nogueira de Andrade**, Em Moçambique exerceu diversas funções no aparato administrativo, entre os anos de 1779 a 1789, dentre estas funções destacam-se a de Secretário de Governo e Comandante do Corpo de Artilharia.

Foi por ocasião de seu regresso a Portugal que veio a elaborar seu minucioso relatório acerca do estado dos estabelecimentos portugueses em Moçambique, para apresentar ao Ministro Martinho de Melo e Castro. Neste relatório detecta anomalias, valoriza os recursos naturais e propõe soluções,

---

<sup>13</sup> CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Curitiba, 2004. Tese de doutorado defendida na UFPr. p. 185-7. Os documentos citados pela autora são: AHU, Moçambique, cx. 52, doc. 70. Carta de Manoel Galvão da Silva para Martinho de Mello e Castro. Moçambique, 3 de dezembro de 1786. E AHU, Moçambique, cx 51, doc. 4. Auto de devassa. Moçambique, 19 de janeiro de 1786.

<sup>14</sup> CRUZ, em nota localizada nas páginas 186 e 187, menciona duas correspondências de Manuel Galvão da Silva dirigidas a Júlio Mattiazzi, de 18 de agosto de 1784 e de 21 de agosto de 1785, onde faz referências a desmandos administrativos praticados pelo referido triunvirato designado maliciosamente como “corporação”.

assentes na sua experiência, tendo por objetivo o progresso do território moçambicano.

Numa carta dirigida à rainha D. Maria I pelo governador de Moçambique Pedro Saldanha de Albuquerque, em 1783, este assim refere-se a Nogueira de Andrade,

aquelle dito Capitam, he honrado, inteligente, desintereçado, muito prompto, e tão efficaz na execuçam das suas obrigaçoens que ja chegou apadecer graves doenças pello demasiado excesso com que se emprega nos Exercicios das suas obrigaçoens Militares, em que tem feito progressos reduzindo uns pouco de facinorosos bisonhos a hum Corpo bem Regular de Artelharia, que Comanda.

E ao referir-se à gestão do Hospital Militar por Nogueira Andrade, escreve

não se poupando a nenhum trabalho, e sendo prompto a marchar as acçoens Militares que lhe tem pertencido sem faltar a nenhuma das obrigaçoens de todos estes Cargos de que não percebe mais de utilidade, que o soldo de Capitam e o ordenado e molumentos de Secretario.<sup>15</sup>

Talvez, **Francisco José de Lacerda e Almeida** seja o maior exemplo do explorador científico polivalente engendrado ao longo do século XVIII. Formado em Matemática (1777) por uma Universidade de Coimbra já reformada pelo pombalismo, assumiu suas tarefas em África munido “dos mais modernos instrumentos destinados a obsevações e medidas exactas. Entre eles, um cronómetro, um teodolito, um óculo, uma bússola, barras magnéticas, um sextante, um globo celeste pequeno e um telescópio.”<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Carta do governador Pedro Saldanha de Albuquerque para a rainha. Moçambique, 24 de setembro de 1783. AHU, cód. 1351, fl. 39.

<sup>16</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira. Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África. Lisboa : Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. p. 187.

Ao longo da viagem, simultaneamente procura ocupar-se tanto de observações astronômicas e geográficas, como de colocar a ciência em prática, como por exemplo, ao ensinar a fabricar sabão e anil e a tratar o açúcar.

Suas observações de caráter antropológico e sociológico tanto sobre os indígenas como dos portugueses residentes em África, para além de revelar um certo “relativismo”, mostra que passados 40 anos desde o relato de Inácio Caetano Xavier (1758), continuavam a decadência e oposição aos governantes recém chegados por parte dos colonos e a “barbárie” dos africanos – embora esta seja vista como algo fruto da ignorância, até mesmo do fato de serem irracionais.<sup>17</sup>

Lacerda e Almeida, brasileiro de São Paulo, nasceu em 1750 e faleceu em Lunda na África em 1798, vítima de doença associada ao clima. Foi membro da comissão designada para estabelecer as fronteiras entre Espanha e Portugal na América do Sul. Seus Diários e mapas, onde narra suas viagens desde sua partida de Lisboa em 1781, constituem um trabalho de fôlego pelo qual veio a ser aceite como membro pela Academia Real de Ciências em 1790.

No ano de 1797 foi nomeado Governador dos Rios de Sena, com amplos poderes para organizar e dirigir a primeira tentativa de travessia científica da África, por D. Rodrigo de Souza Coutinho, ele próprio um entusiasta do Iluminismo e discípulo de D’Alembert.

---

<sup>17</sup> Essa tentativa de exploração científica de um caminho terrestre entre Angola e Moçambique foi precedida de vários estudos (iniciados em 1745) e da garantia de utilização de instrumentos e apetrechos em número e qualidade necessários à tarefa. No entanto, o esforço de enviar uma verdadeira missão científica para atravessar a África não foi acompanhado das devidas medidas de segurança e proteção, revelando uma certa urgência desorganizada por parte do governo português. Como exemplo, cito a escolha equivocada do ponto de partida (Moçambique ao invés de Angola), que revela um desconhecimento da situação real das colônias austro-africanas. Angola por conta da sua expansão comercial espalhava-se mais na direção do interior continental e ambicionava chegar até às minas de ouro do Monomotapa. Na Zambézia, mesmo em momentos de expansão, quase nunca se pensara em comunicação terrestre com a costa ocidental, e num período de longa retração comercial, como o que se vivia desde a segunda metade do século XVII, suas fronteiras haviam recuado muito, o que sem dúvida constituía-se num elemento complicador a mais para a melhor consecução do ambicioso projeto.

Os resultados das observações empíricas de Lacerda e Almeida, mesmo sendo fruto de equívocos e inexatidões geográficas, eram decorrentes de observação direta e método rigoroso: “(...) por agora fica-me a consolação de ser fraco geógrafo, porém dos mais verídicos, porque a mentira e a geografia, principalmente da América, África e Ásia, *sunt duo in carne una.*”

Além dos relatores mencionados acima, foram utilizados relatos de Luís António de Figueiredo, Joaquim José da Costa Portugal e João Baptista de Montaury, assim como, documentos e correspondências diversos pesquisados no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Como Anexos, foram colocados uma transcrição de *Notícias dos Domínios Portugueses na Costa de África Oriental 1758* a partir de original encontrado na Biblioteca Nacional de Lisboa, de autoria do secretário Inácio Caetano Xavier – relato por mim explorado de forma mais exaustiva –, um pequeno glossário de termos locais e de época e uma listagem dos governadores de Moçambique no período de 1752 a 1821.

## CAPÍTULO I

### DE COMO SE PODE PENSAR UMA *LITERATURA DE VIAGENS* SOBRE MOÇAMBIQUE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII NO BOJO DA CONSTITUIÇÃO DO ILUMINISMO PORTUGUÊS

*The limits of my language mean the limits of my world. Ludwig Wittgenstein*

#### 1.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO PORTUGUÊS SOB A ÉGIDE DE POMBAL

Para Michel Foucault, o Estado Moderno no Ocidente se apresentou organizado sob uma forma específica, a qual denominou de economias do poder, que pode ser deste modo sintetizada:

em primeiro lugar, o Estado de justiça, nascido em uma territorialidade de tipo feudal e que corresponderia *grosso modo* a uma sociedade da lei; em segundo lugar, o Estado administrativo, nascido em uma territorialidade de tipo



fronteiriço nos séculos XV-XVI e que corresponderia a uma sociedade de regulamento e disciplina; finalmente, um Estado de governo que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, e em que o território que ela ocupa é apenas um componente. Este Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança.<sup>18</sup>

Jacques Revel, ao descrever o processo de construção da territorialidade francesa, demonstra-o através da utilização dos vários meios de conhecê-la - as viagens reais, que se prolongam do século XIII até o XVIII; os inquéritos e inventários, que produzem dados estatísticos e comentários; os levantamentos estatísticos feitos regularmente a partir do século XVIII, que constroem a imagem numérica da nação; e finalmente, a cartografia enquanto instrumento de poder -, ao indicar as formas de sua produção. Assim, pode-se entender que a França do século XVI não é a mesma da do século XVIII. Tal fato pode, por exemplo, ser percebido - simbolicamente sintetizado - pela substituição da expressão *rex Francorum* por *rex Francia*.<sup>19</sup>

A disposição das formas do Estado, descritas acima por Foucault, devido ao seu carácter tipológico, assim como as proposições de Revel acerca das estratégias de construção do território francês, auxiliam fortemente na percepção de que a relação de Portugal com a Modernidade foi marcadamente ambígua e paradoxal. Pois, se por um lado, pode ser considerado como o primeiro Estado Moderno na Europa, por outro, manteve inúmeros institutos de origem medieval na sua (do Estado) organização.

Por conta de uma forte crise que se arrastava desde os finais do século XVII e que aliava fatores internos e externos, a situação de Portugal em meados do século XVIII demandava por reformas urgentes, que por um lado, viessem a garantir a manutenção de suas colônias ultramarinas, - cuja política de expansão

---

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 292-3.

<sup>19</sup> REVEL, Jacques. A invenção da sociedade. Lisboa: Difel, 1989.

sempre manifestou traços contraditórios com o sistema feudal de poder - e, por outro lado, mapeassem novos caminhos para o desenvolvimento e progresso econômicos de um império em rota acelerada de empobrecimento.

Esses novos caminhos, caracterizados pelo alargamento do espaço político-econômico, nas palavras de António Manuel Hespanha, “tornava o poder em algo ainda mais inacessível à feudalidade, ao mesmo tempo em que provocava uma sensível perturbação da economia e, logo, do poder senhoriais - (despovoamento, inflação, modificação dos circuitos econômicos tradicionais).”<sup>20</sup>

As reformas na administração das colônias, introduzidas por D. João V, com o intuito de procurar profissionalizá-la, previam que vice-reis, governadores e capitães tivessem os seus soldos bastante aumentados, e em contrapartida, fossem proibidos de comerciar ou de auferirem outras rendas além daquelas pagas diretamente pela coroa.

É bastante conhecido que o grande impulsionador das reformas de corte iluminista, realizadas em Portugal por volta da segunda metade do século XVIII, foi o secretário de Estado e depois primeiro-ministro do rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo<sup>21</sup>. O pensamento e as ações políticas e administrativas de Carvalho e Melo produziram impacto e controvérsias suficientes para valerem até mesmo a cunhagem de um termo, presente ainda hoje nos debates historiográficos, a respeito de Portugal e seu Império na segunda metade do século XVIII – o “pombalismo”.

Para não correr o risco de cair em alguma armadilha por conta das polêmicas protagonizadas por diversas correntes historiográficas a respeito do Marquês de Pombal e seu papel como condutor político e/ou reformista de corte iluminista, deixarei de lado os inúmeros estudos sobre aspectos biográficos ou

---

<sup>20</sup> HESPANHA, Antonio Manuel. Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 53-4.

<sup>21</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo recebeu de D. José I os títulos de Conde de Oeiras, em 6 de junho de 1759, e de Marquês de Pombal, em 18 de setembro de 1770.

acerca da imagem da personagem Pombal<sup>22</sup>. Limitar-me-ei a apresentar alguns excertos de seu pensamento e ações mais ligados ao tema e período objetos de meu interesse<sup>23</sup>.

De maneira geral, não existem motivos para não se entender o Iluminismo como a “Era da Razão”, apesar de ser possível localizar a razão como “o móvel da ação humana nos mais diversos períodos da história”<sup>24</sup>. De fato, a definição da Razão como elemento típico do discurso setecentista, apresenta-se como uma invocação, por um lado, para fundamentar convicções progressistas e renovadoras, e por outro lado, para justificar a repressão contra a renovação e o progresso. Enfim, “funcionou como uma espécie de legitimação das transformações e dos conservadorismos então ocorridos, como se tais transformações não se justificassem sem um aparato conceitual”<sup>25</sup>.

A gestão do Marquês de Pombal encaixa-se num modelo baseado na crença de que a existência de uma estreita relação entre o Estado e a universidade (entendida como pólo irradiador por excelência do pensamento e de práticas próprias do Iluminismo) produziria um ideal administrativo, o qual pressupõe rapidez, dinamismo e prontidão. Esta relação teria como decorrências necessárias, tanto uma melhoria da administração pública, como sua contraparte, o florescimento da ciência.

---

<sup>22</sup> Jorge Borges de Macedo alerta sobre algumas cautelas que se deve levar em conta quando da análise sobre a época pombalina: “Um dos mais frequentes erros de perspectiva é provocado pela existência de uma figura a que as crônicas ou os historiadores atribuíram, à guisa de explicação, tudo o que na época se menciona como digno de registo. Uma das consequências imediatas deste erro de perspectiva – que se reflete na organização da investigação – é o simplificar o estudo do meio, da sociedade, da engrenagem administrativa, estrutura económica, etc”. MACEDO, Jorge Borges de. A situação económica no tempo de Pombal. Lisboa : Moraes Editores, 1982, p. 27.

<sup>23</sup> Além de algumas obras relacionadas na Bibliografia, para um quadro de interesse maior é recomendável consultar Marquês de Pombal: catálogo bibliográfico e iconográfico. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1982.

<sup>24</sup> YOLTON, John W. Dicionário Locke. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1996, p. 1.

<sup>25</sup> TEIXEIRA, Ivan. Mecenato pombalino e poesia neoclássica. São Paulo : Edusp, 1999, p. 27.

A exaltação de Pombal e de seu atribuído dinamismo administrativo, em boa parte devido à poderosa máquina de propaganda montada por seu governo, teve por ocasião do terremoto (seguido por um incêndio que durou seis dias) que destruiu quase por completo o centro lisboeta em novembro de 1755, um momento ímpar<sup>26</sup>.

Em pouco tempo, Carvalho e Melo havia conseguido arrecadar os fundos internacionais necessários para financiar a reconstrução da cidade, estabelecer penas pesadas para prevenir as fugas, os latrocínios e os saques, assim como combater a especulação com os preços dos produtos de primeira necessidade. Entre dezembro de 1755 e abril de 1756, foram elaborados o relatório dos estragos e o planejamento da restauração da cidade.

A Lisboa reedificada tornar-se-á num símbolo emblemático do espírito – racionalista e científico - do século da Ilustração, ou melhor, das Ilustrações dos Estados e dos indivíduos. Como exemplos, podem-se citar o fato de que o planejamento férreo estabelecido por Carvalho e Melo incluía a proibição da realização de quaisquer edificações, previamente à aprovação da planta geral de reconstrução da cidade, que estava a cargo do engenheiro-mor do reino Manuel da Maia, ou ainda a derrubada de várias edificações que haviam subsistido ao terremoto, para que estas não destoassem dos novos padrões arquitetônicos e urbanísticos adotados.<sup>27</sup>

Como inúmeras vezes comentada, a nova cidade pombalina se caracteriza pela austeridade, equilíbrio e funcionalidade. Ao longo do traçado geométrico das ruas constroem-se edifícios orientados pela disciplina e pelo utilitarismo, sem variações ou caprichos fantasiosos, os quais pudessem denunciar a condição social dos proprietários. Enfim, Pombal teve total liberdade

---

<sup>26</sup> A repercussão do terremoto de Lisboa foi bastante ampla, tendo suscitado muita discussão em círculos iluministas através de personagens como Voltaire, Rousseau, Goethe e vários outros.

<sup>27</sup> O anedotário da época não perdeu oportunidade de atribuir a Pombal um poder destruidor maior que o do terremoto, por esse fato.

para edificar “uma cidade próxima do que, hoje, se poderia chamar de sonhos iluminados da razão prática”<sup>28</sup>, capturada na imagem de uma suposta igualdade social, num ideal ilustrado de pretensão bem-estar coletivo.

Para José Sebastião da Silva Dias, o “projecto político” do Marquês de Pombal teve início durante o período em que exerceu funções diplomáticas na Inglaterra (1738-1744) e na Áustria (1745-1749). Este período, se por um lado, o colocou como um “estrangeirado”<sup>29</sup> para alguns autores, por outro lado, facilitou o seu “contacto com livros e opiniões em correlação com o ser e o agir de um estadista moderno, a que em Portugal só dificilmente teria acesso”, e especialmente no que se refere à doutrina do direito natural e à filosofia política “dos teóricos do absolutismo esclarecido”<sup>30</sup>.

Nos anos de permanência em sua missão inglesa, as questões econômicas ocuparam um lugar preponderante nas preocupações do futuro conde e marquês. Como observa Silva Dias, “as estruturas culturais e políticas só mais tarde, e em segundo plano, despertaram no seu espírito”<sup>31</sup>. Eram objetos prioritários de sua atenção, as questões relativas ao comércio, à navegação e, com menor ênfase, às manufaturas.

Como Silva Dias localiza em relação ao Brasil, mas que pode ser facilmente estendido para todos os territórios do Império Colonial Português,

Implicava tudo isto, como é óbvio, a reformulação de uma parte considerável das estruturas materiais do reino e, a par dela, uma reconversão mental da burguesia e da administração existentes entre nós. As tarefas não eram fáceis; considerava-as, porém, imprescindíveis, para sairmos do marasmo e decadência em que nos afundáramos.

---

<sup>28</sup> TEIXEIRA, p. 36.

<sup>29</sup> Ver discussão mais abaixo sobre o termo.

<sup>30</sup> SILVA DIAS, José Sebastião da. Pombalismo e projecto político. *Cultura: História e Filosofia*. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol 3, 1984, p. 113-8.

<sup>31</sup> SILVA DIAS. vol 3, p. 148.

A remodelação da política ultramarina em vigor na época de D. João V é um dos tópicos mais profusamente versado nas exposições que do estrangeiro foi dirigindo a Lisboa. Convenceu-se de que sem a supressão dos comissários volantes, sem o povoamento e a urbanização, sem a eliminação do contrabando, sem o monopólio lusíada do transporte e comercialização dos produtos brasileiros, essa grande e rica colónia estava condenada, em futuro mais ou menos próximo, a pouco mais ter de português do que o simples nome. O comércio colonial afigurava-se-lhe o braço direito de todo o nosso comércio externo.<sup>32</sup>

As questões económicas que formavam o cerne das preocupações do então diplomata Carvalho e Melo, não deixam de estar ligadas ao que se poderia denominar de sua “teoria política”<sup>33</sup>. Esta teoria foi sendo construída “aos poucos, de acordo com o apelo das lutas concretas em que sucessivamente se envolveu”, a partir do momento em que galgou o poder, isto é, ao assumir os cargos de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no ano de 1750, e secretário de Estado dos Negócios do Reino, em 1756<sup>34</sup>.

Ainda sobre o pensamento de Pombal pode-se localizar a influência da doutrina do jusnaturalismo de origem alemã e holandesa<sup>35</sup>. Esta influência, aliada

---

<sup>32</sup> SILVA DIAS. vol 3, p. 149-50.

<sup>33</sup> Silva Dias chama atenção para o fato de que “Pombal analisa o facto económico pelo prisma do facto político, aí incluído o fenómeno demográfico. O que reforça o estado não é, segundo ele, a justa repartição da riqueza, mas sim a existência da riqueza, ainda que clamorosamente mal repartida. A perspectiva não diminui, porém, no seu espírito, o valor social do trabalho, sobretudo do trabalho investido no comércio, na navegação e nas manufacturas. E outra nota sobressai no seu discurso: a subtracção da esfera económica à dominância da esfera religiosa”. SILVA DIAS. vol. 3, p. 150.

<sup>34</sup> SILVA DIAS, J. S da. Pombalismo e teoria política. Cultura: História e Filosofia. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol 1, 1982, p. 45. No entanto, a consolidação de seu poder só se deu com a nomeação de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o cargo de secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, em 1760. A partir deste momento, passou a nomear de forma sistemática pessoas ligadas a ele para os postos-chave da administração e dos tribunais de justiça, intervindo até mesmo no funcionamento da Câmara Municipal de Lisboa, ao nomear como juiz seu irmão cardeal inquisidor-geral Paulo de Carvalho e Mendonça, em 1764. Entre 1770 e 1779, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa foi Henrique José de Carvalho e Melo, filho do Marquês.

<sup>35</sup> MONCADA, Luís Cabral de Oliveira. Estudos de história do direito. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1948, p. 83-104. De acordo com este autor, já em Verney e o seu conhecido O verdadeiro método de estudar, de 1747, encontram-se os princípios do direito natural, em substituição ao direito romano, tal como preconizado pelos jusnaturalistas alemães e holandeses. Além disso, a aplicação de tais princípios pode ser atestada com a Lei da Boa

às teorias do absolutismo esclarecido, irá dirigir as ações do marquês contra os privilégios e usurpações do poder eclesiástico, da nobreza e da burguesia mercantil.

Em relação à Igreja, Pombal buscou reafirmar e autonomizar o poder do rei; com relação à sociedade civil, lutou para submeter todos os vassallos à realza. Também se pode localizar em sua defesa do poder real absoluto uma fundamentação na formação histórica de Portugal, percebida como decorrência da guerra de conquista contra os chamados “infiéis”, isto é, a soberania do monarca português originava-se por “dote e sucessão” e não da força de algum “pacto social” com seus vassallos<sup>36</sup>.

Um historiador brasileiro que produziu trabalho de peso sobre Pombal e sua época é Francisco Falcon. Também centrando suas atenções sobre o “ideário” e a “prática do pombalismo”, Falcon demonstra o quanto os aspectos ideológicos, jurídicos e econômicos da monarquia portuguesa capitaneada por Pombal na segunda metade do século XVIII, eram tributários do quadro mental europeu contemporâneo<sup>37</sup>.

Como bem lembra Antônio Cesar de Almeida Santos,

Embora o setecentos assinala o surgimento dos liberalismos político e econômico, o caráter mercantilista das relações econômicas e das normas que regulamentavam a organização das finanças dos estados europeus é, ademais, salientado por grande parte dos estudiosos que voltam seus olhos para o período moderno<sup>38</sup>.

---

Razão, de 18 de agosto de 1769. Esta Lei é o principal diploma jurídico do reinado de D. José I, e nela se percebe também a influência da Aritmética Política de William Petty.

<sup>36</sup> SILVA DIAS. vol 1, p. 58.

<sup>37</sup> FALCON, Francisco. A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo : Ática, 1982.

<sup>38</sup> SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanística pombalina. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal do Paraná, 1999.

Essa é uma das razões pelas quais Falcon chama a atenção para a força das idéias fisiocráticas, que constituiriam uma “espécie de seita particular no seio do movimento ilustrado”. Ao vincular a riqueza dos Estados à exploração dos recursos naturais e da agricultura, a escola fisiocrática vai chocar-se com a doutrina mercantilista, anunciando o projeto do liberalismo econômico. Com Quesnay, “pela primeira vez, o ciclo completo da circulação das riquezas e sua expressão matemática eram objeto de uma tentativa de análise”<sup>39</sup>.

Dorival Teixeira Vieira destaca o papel exercido pelas idéias de William Petty nas formulações mercantilistas,

Entre os vários autores que cuidaram das finanças mercantilistas, cumpre destacar a obra de Petty, na qual estão sintetizadas as idéias e normas financeiras dos principais países da Europa. O seu livro *A Treatise of Taxes and Contributions* justifica as despesas públicas, classificando-as por ordem de importância e encarece a necessidade do estabelecimento de fontes especiais da receita para o Erário<sup>40</sup>.

Na análise de Falcon, as idéias de Petty, além de anunciarem o liberalismo de Adam Smith – este considerado como sendo um “ponto de chegada, mais do que um ponto de partida” -, assinalam “a importância crescente dos cálculos e princípios racionais no trato dos assuntos econômicos”, no interior da “ideologia mercantilista”<sup>41</sup>.

Com relação a essa última formulação de Falcon, não se pode esquecer que William Petty foi o criador do conceito de “aritmética política”, largamente

---

<sup>39</sup> FALCON, p. 139.

<sup>40</sup> VIEIRA, Dorival Teixeira. A política financeira. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História Geral da Civilização Brasileira – A época colonial: administração, economia, sociedade. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1993, p. 340.

<sup>41</sup> FALCON, p. 71 e 141.



utilizado por vários políticos e administradores do século XVIII, dentre os quais se destaca o próprio Marquês de Pombal<sup>42</sup>.

De acordo com Roberto Campos, a obra *Political Arithmetic* de Petty (escrita em 1670 e publicada em 1690), tem sua importância pelas contribuições “pioneiras” para a “metodologia do cálculo da renda e da riqueza nacional” e do “cálculo estatístico”<sup>43</sup>.

Franklin Baumer é outro autor que também chama a atenção para a importância de *Political Arithmetic*, ressaltando que William Petty adotou “como lema uma passagem do Livro da Sabedoria onde se dizia que Deus ordenara todas as coisas por número, peso e medida”, a partir do qual Petty construiu um sistema que aliava o raciocínio baconiano com o matemático.

Deste modo, segundo Baumer, “por meio da análise quantitativa, de estatísticas da população, propriedade das terras, negócios, clima, e quejandos, Petty esperava fornecer informações exactas para tomar as decisões políticas”<sup>44</sup>. Assim, a *Political Arithmetic* poderia ser entendida como “a arte de raciocinar com algarismos sobre as coisas relacionadas com o Governo”<sup>45</sup>.

Dito de outro modo, os princípios desenvolvidos por Petty alcançavam tanto as práticas de cunho econômico como as de cunho político-administrativo. Para Falcon, o século XVIII assistiria ao “triunfo da aritmética política”, expresso no desenvolvimento de “novas técnicas de governo” marcadas por

---

<sup>42</sup> “Os europeus ocidentais estiveram entre os primeiros, se é que não foram os primeiros, a inventar os relógios mecânicos, os mapas com precisão geométrica, a contabilidade com partidas dobradas, as notações algébricas e musicais exatas e a pintura em perspectiva. No século XVI, havia mais gente pensando quantitativamente na Europa do que em qualquer outra parte do mundo”. CROSBY, Alfred W. A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental, 1250-1600. São Paulo : Editora Unesp, 1999, p. 9.

<sup>43</sup> CAMPOS, Roberto Apresentação às Obras Econômicas de William Petty. In: Petty e Quesnay. São Paulo : Nova Cultural, 1996, p. 8.

<sup>44</sup> BAUMER, Franklin. O pensamento europeu moderno: séculos XVII e XVIII. Lisboa : Edições 70, 1990, p. 134.

<sup>45</sup> CAMPOS, p. 8. Esta definição é proposta por Davenant, “um dos fiéis seguidores de Petty”, segundo Schumpeter.

regulamentos excessivos e uma crescente profissionalização na administração, “com a utilização de novas técnicas fiscais e estatísticas”<sup>46</sup>.

Segundo Santos, “a confiar nas **Observações Secretíssimas do Marquês de Pombal**, as inovações político-administrativas postas em prática durante o reinado de D. José estavam estribadas nas leituras que Carvalho e Melo fizera daquele autor inglês”<sup>47</sup>. Dentre estas inovações pode-se destacar a fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, em 1756, e Companhia Geral das Pescarias Reais do Reino dos Algarves, em 1773, sendo a primeira de maior sucesso que a segunda, apesar desta última em 1776 ter tido seu capital elevado de forma bem significativa, numa tentativa de relançamento do empreendimento<sup>48</sup>.

Ainda que os principais cargos coloniais continuassem a ser ocupados pela nobreza, o Marquês de Pombal ao reformar também o Colégio dos Nobres<sup>49</sup>, tinha como objetivo explícito profissionalizar esses quadros administrativos de todas as regiões do Império, que deveriam passar a pautar-se pela publicização, hierarquização funcional, utilização do processo escrito, regulação por regras gerais e abstratas, distribuição das competências de forma estandartizada e

---

<sup>46</sup> FALCON, p. 134.

<sup>47</sup> SANTOS, p. 31. Pombal e seus ministros mencionam a influência dos “princípios da Aritmética Política” na administração do reino e de seus domínios, por meio de ordens e cartas diversas expedidas, mas é sem dúvida, nas Observações que se pode perceber mais claramente as possíveis correspondências entre as formulações de Petty e a prática administrativa pombalina, especialmente no que toca “à importância do saber estatístico-matemático no estabelecimento de medidas para o desenvolvimento das atividades econômicas e dos negócios políticos”. SANTOS, p.31.

<sup>48</sup> Falcon, p. 458-63.

<sup>49</sup> O Colégio dos Nobres foi criado por carta régia de 7 de março de 1761, como um projeto de longo prazo com vistas à preparação da nobreza para a administração do estado. No entanto, por conta do fracasso desta experiência, o Colégio dos Nobres veio a funcionar por apenas dois anos. CARVALHO, Rómulo de. História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa. Coimbra : Atlântida Livraria Editorial, 1959. CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistase observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Curitiba, 2004. tese de doutorado defendida na UFPr. p. 99.

racional, e separação entre os funcionários e os meios administrativos, apropriados pelo Estado.<sup>50</sup>

A imagem de um Estado forte e centralizado em função do processo descrito acima seria ingênua, caso adotada sem mediações ou espírito crítico.<sup>51</sup> Pode-se afirmar que até meados do século XVIII, a monarquia portuguesa - tal como as demais monarquias ocidentais -, caracterizava-se como uma monarquia corporativa, pois como expõe Antonio Manuel Hespanha:

- o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia;
- o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*ius commune*) e pelos usos e práticas jurídicos locais;
- os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes;
- os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real.<sup>52</sup>

## 1.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA POLÍTICA COLONIAL POMBALINA

Pode-se afirmar que é inexistente “uma estratégia sistemática abrangendo todo o Império, pelo menos até meados do século XVIII.” A expansão colonial era justificada, em termos discursivos, como idéia de cruzada e

---

<sup>50</sup> HESPANHA, p. 72.

<sup>51</sup> De todo modo é evidente que o reinado de D. José I foi um período de maior centralismo político e de reforço do poder do Estado do que o reinado do seu antecessor, e essa ação foi conseguida graças à estratégia política desenvolvida pelo Marquês de Pombal.

<sup>52</sup> HESPANHA, Antonio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 166-7.

expansão da fé, às quais se juntam o engrandecimento do rei e o incremento do comércio metropolitano.

Em vista disso, veio a constituir-se um estatuto colonial múltiplo, tanto entre as colônias e a metrópole, como nas relações com os povos locais que vão apresentar uma grande diversidade. Diversidade derivada das condições e interesses heterogêneos que é resolvida através do apelo a “uma lógica pragmática e económica, fundada sobre a autonomia e a modularidade das partes componentes e sobre a economia dos custos políticos da administração dos territórios.”<sup>53</sup>

Esse quadro dificulta uma análise mais específica sobre o que seria a política ultramarina desenvolvida no período pombalino. Pois, se “vasto era o império colonial português e muita e variada a legislação vinda a lume”, mesmo que algum despacho ou lei se destinasse somente ao reino ou a alguma colônia em particular, os seus efeitos podiam vir a alcançar largas partes do território colonial em razão de suas imbricações<sup>54</sup>.

Era o período áureo do “Pacto Colonial”, durante o qual Pombal empenhou-se no seu melhor para sua aplicação, em que pese algumas exceções, que apenas serviram para uma maior funcionalidade do sistema. Como exemplo, pode-se citar a liberalização do comércio na costa ocidental africana, com o objetivo de estimular a abertura de novas áreas de comércio, em especial o tráfico de escravos em direção ao Brasil<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> HESPANHA, António Manuel & SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num Império Oceânico. In: HISTÓRIA DE PORTUGAL: O ANTIGO REGIME (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 361.

<sup>54</sup> NEVES, Carlos Agostinho das. São Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa; Instituto de História de Além-Mar, 1989, p. 42.

<sup>55</sup> Com a perda da euforia com a Índia no final do século XVI, o Brasil torna-se ao longo dos séculos XVII e XVIII na principal colônia portuguesa. Segundo Neves, “esbatidas na sombra de um relativo esquecimento, as colônias oeste-africanas de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé, Príncipe, Fernando Pó, Ano Bom e Angola vão-se tornar subsidiárias da grande colônia sul americana”. NEVES, p. 42.

A doutrina do “Pacto Colonial” não foi uma invenção de Pombal, mas o modo como ele a apreende e tenta aplicar é, de certa maneira, original. Os objetivos de Pombal visavam o fortalecimento do poder absolutista do Estado e o estreitamento das relações entre a metrópole e as colônias. Para tanto, elabora todo um conjunto de medidas e leis de natureza econômica, capaz de permitir ao Estado o controle completo do sistema fiscal e do fluxo comercial.

Dentre essas medidas, destaca-se em 1755 a criação da primeira companhia monopolista de comércio e navegação, a do Grão-Pará e Maranhão, com o objetivo de por um fim na situação de caos econômico vivido nestes territórios. A pretensão de Pombal era a de assegurar a essa capitania da América Portuguesa a mão de obra necessária e garantir-lhe o abastecimento regular de mercadorias essenciais. Tudo isso só seria viável se fosse possível ter capitais, uma navegação eficiente e meios para o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio<sup>56</sup>.

A companhia geral de Pernambuco e Paraíba foi criada quatro anos depois, com perfil e objetivos semelhantes. Portugal já tivera experiências anteriores com companhias de comércio, no entanto, nenhuma gozara de tantos poderes e privilégios.

A fundamentação que orientou a formação dessas companhias monopolistas residia na visão que Pombal tinha acerca do papel a ser exercido pelas colônias. Segundo Pombal, o único objetivo das potências europeias ao fundarem colônias no ultramar, era o de obter vantagens econômicas para si próprias. Assim, as colônias não podiam, por essa razão, estabelecer relações comerciais com os demais países, nem receber navios estrangeiros em seus portos.

No caso das colônias africanas, como parte do *leitmotiv* das ações pombalinas pode-se adicionar a pertinaz concorrência que holandeses e franceses

---

<sup>56</sup> Para uma discussão mais detalhada ver CARREIRA, António. As companhias pombalinas. Lisboa : Editorial Presença, 1983.

faziam no tráfico de escravos, principalmente no Oceano Índico, e o pretendido monopólio das rotas comerciais - objeto de desejo alimentado por tantos séculos pelos portugueses -, que ainda tinha como adversários os comerciantes baneanes e muçulmanos.

Partindo da ótica empregada por Pombal na administração ultramarina, poder-se-ia resumir da seguinte forma o papel que cabia às colônias: a) esperar proteção da metrópole; b) organizar sua agricultura e comércio em função exclusivamente das necessidades da metrópole; c) seus produtos agrícolas e comerciais eram propriedades exclusivas da metrópole; d) proibição de todo comércio com qualquer país estrangeiro, pois se a colônia pudesse subsistir por si própria, estaria frustrado o seu aproveitamento/exploração pela potência colonizadora<sup>57</sup>.

Para Carlos Agostinho das Neves,

Esta visão do papel da metrópole, bem como da finalidade das colônias esteve na base de toda a política ultramarina de Pombal. A constatação de que todo o sistema produtivo colonial devia estar dependente das necessidades da metrópole ou, de que o papel desta ficaria frustrado a partir do momento em que a colônia pudesse subsistir por si própria, tem uma perspectiva e alcance profundos. Muito mais profundos do que a política anteriormente levada a cabo por Portugal, pelo menos no que respeita à sistematização dos seus objetivos coloniais<sup>58</sup>.

É também no período pombalino que se realizam importantes reformas no relacionamento institucional entre a coroa e os governos das colônias. Destaca-se entre estas reformas o ataque ao “dualismo colonial”, na expressão do Padre Silva Rego, situação em que as colônias eram agrupadas aos pares, estando

---

<sup>57</sup> HOPPE, Fritz. A África oriental portuguesa no tempo do marquês de Pombal (1750-1777). Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1970, p 280-1.

<sup>58</sup> NEVES, p. 43.

uma dependente da outra. Exemplificando: Angola do Brasil, Moçambique da Índia, Guiné de Cabo Verde, e Timor de Macau<sup>59</sup>.

Na África oriental - objeto de interesse desta tese -, nessa ocasião foram feitas reformas importantes. Em 1752, como consequência da separação do governo da Índia foram criadas a capitania-geral e governo de Moçambique, Rios de Sena e Sofala. Em 1755, a administração dos rios de Cuama foi retirada da alçada do conselho da fazenda de Goa, e declarado livre todo o comércio com exceção do “velório”, exceção que acaba por ser abolida em 1761.

A política ultramarina sob o comando do Marquês de Pombal teve como características, portanto, uma forte ação centralizadora e um protecionismo ao grande capital, de certos grupos da sociedade portuguesa em detrimento de outros já instituídos. Tal situação conduziu a coroa a procurar exercer um maior controle administrativo e econômico sobre as suas colônias africanas, Moçambique especialmente, e cujos reflexos se fazem sentir já a partir da década de sessenta do século XVIII.

Para Pombal, a importância dos territórios africanos não se limitava ao tráfico de escravos para o Brasil, mas também se estendia para o comércio do marfim, do ouro, da cera e do ferro. Como afirma Neves,

Em consonância com tais idéias, faz publicar um conjunto de medidas legislativas durante a década de sessenta, de forma contínua, com objectivos precisos, tendo como pressupostos as conhecidas ou adivinhadas potencialidades dos territórios sob dominação colonial, e a sua importância num mercado comercial integrado, em que a metrópole devia desempenhar o papel mais relevante e fosse o grande beneficiário<sup>60</sup>.

Uma estratégia recorrente do colonialismo português, aplicado especialmente nas colônias africanas foi o assimilacionismo, cujos traços de

---

<sup>59</sup> REGO, A. da Silva. O ultramar português no século XVIII. Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1970, p. 19.

<sup>60</sup> NEVES, p. 46.

ambigüidade se revelam a se levar em conta que os usos e costumes praticados pelos africanos deveriam ser abandonados, principalmente através de um processo de disciplinarização da mão de obra nos moldes metropolitanos.

Charles R. Boxer, ao final do capítulo intitulado “Pureza de sangue” e “raças infectas” presente em seu clássico livro *O Império marítimo português 1415-1825*, conta aos leitores uma história alegórica, embora bastante marcante, sobre as complexas posições, atitudes e políticas dominantes assumidas em tempos e lugares diferentes daquele império, a respeito das teorias e práticas de relacionamento racial e religioso estabelecidos entre os portugueses e os outros povos com os quais veio a estabelecer e manter contato.

Há uma história muito conhecida segundo a qual D. José estava a considerar uma proposta da Inquisição no sentido de que todos os cristãos-novos do seu reino deveriam ser obrigados a usar chapéu branco como sinal de que tinham sangue judeu. No dia seguinte, Pombal apareceu em seu gabinete real com três chapéus brancos, e explicou que tinha trazido um para o rei, outro para o inquisidor-mor e outro para si próprio. *Se non è vero, è bene trovato*<sup>61</sup>.

O indiscutível papel de preponderância exercido pela Igreja Católica Romana nas sociedades portuguesa e ultramarina, permite explorar esse viés repleto de ambigüidades com o qual essa questão é assumida por todo o império.

Pois, se já em 1518 tem-se a notícia de que um negro congolês educado em Lisboa fora nomeado bispo titular de Útica, no entanto, levou-se mais de dois séculos para efetivar-se um decreto real ordenando a construção de um seminário na Ilha de Moçambique. Este seminário era voltado tanto para homens brancos como também para mulatos e negros livres, e tinha como objetivo formar um

---

<sup>61</sup> BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa : Edições 70, 2001. p 265-6.



sacerdócio secular, reinvidicação velha de mais de dois séculos para o território africano oriental<sup>62</sup>.

Assim, mesmo que a discriminação racial marcasse sua presença numa instituição que pregava fortemente a fraternidade entre todos os crentes cristãos, como era o caso da Igreja Católica, muito mais evidente era a discriminação praticada em outros ofícios, tais como, por exemplo, a presente nas forças armadas, nas administrações municipais e nas corporações de ofício.

E, se até o século XVII, os alvos preferenciais de discriminação eram os descendentes de judeus, muçulmanos e hereges, portanto, grupos que sofriam duas ordens de preconceitos – o religioso e o racial. Posteriormente a discriminação amplia-se, de forma legalizada e específica, contra negros e mulatos, principalmente através dos discursos a respeito das ligações intemporais entre a prática da escravidão humana e o sangue e a cor da pele dos negros<sup>63</sup>.

Pode-se afirmar que a grande maioria dos europeus - dentre os quais se destacam os portugueses -, não considerava contraditório ou ambíguo o fato de se batizar e escravizar negros, até mesmo porque muitos consideravam a condição de escravo como decorrente de um necessário batismo anterior. A hipótese mais plausível para tal atitude pode ser encontrada numa “complexa rede de associações mentais, derivadas da Antiguidade, que relacionavam a escravidão às idéias de pecado, subordinação e à ordem divina do mundo<sup>64</sup>”.

A justificativa da escravidão dos africanos negros com base nas Escrituras era uma decorrência da incorporação da teoria aristotélica da

---

<sup>62</sup> No entanto, a insuficiência e/ou ambiguidade de tal medida revela-se no fato de que ainda em meados do século XX continuava-se a aguardar a ordenação de um primeiro padre negro nascido em Moçambique. BOXER, C. R. op. cit., p 246 e 253-4.

<sup>63</sup> BOXER, p 256-7. “Os negros livres eram frequentemente incluídos na mesma categoria que os escravos nas regulamentações administrativas e eram geralmente castigados com penas muito mais severas do que os brancos considerados culpados dos mesmos crimes”. p. 257.

<sup>64</sup> DAVIS, David. Brion. O problema da escravidão na cultura ocidental. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001. p. 113.

inferioridade natural de algumas raças ao Antigo Testamento, seja em suas passagens que tratam da maldição de servidão perpétua rogada por Noé à descendência de Cã, filho de Ham, ou mesmo nas passagens referentes aos descendentes de Caim.

No século XVII o foco dos discursos justificadores da escravidão veio a sofrer algumas alterações, passando das questões morais ligadas ao pecado original e aos direitos naturais para questões de ordem eminentemente prática: quais seriam os melhores meios de obter e de governar uma força de trabalho nos espaços coloniais.

Certamente para além dessas justificativas, parece óbvio que o fato de os europeus escravizarem africanos de forma sistemática e em larga escala ao longo de quase quatro séculos, não poderia ocorrer sem o desenvolvimento consciente ou inconsciente de idéias que remetem necessariamente ao tema de uma suposta superioridade racial por parte dos europeus.

O pensamento europeu do século XVIII, em especial o Iluminismo, produziu idéias que serviram tanto aos defensores da escravidão dos negros africanos, como aos críticos do escravismo vigente e abolicionistas em geral. Tais concepções irão inclusive orientar todo o debate sobre a questão no período que se seguiu, pois se pode afirmar que “à medida que o iluminismo separou a antropologia e a anatomia comparativa das hipóteses teológicas, abriu caminho para as teorias da inferioridade racial”<sup>65</sup>.

As diversas correntes de pensamento iluminista possuíam um tênue traço de convergência – o primado da liberdade entre os homens. Este primado da liberdade apresentava-se em inúmeras e contraditórias versões: numa forma liberal não implicando a participação popular, tal como em Montesquieu e Voltaire; numa forma democrática em que a vontade da nação funda a liberdade, tal como em Rousseau.

---

<sup>65</sup> DAVIS, David Brion. *op.cit.*, 2001. p. 495.

Como sintetiza Sérgio Paulo Rouanet,

O horror ao despotismo percorre toda a gama do pensamento ilustrado, desde Montesquieu, que no *Esprit des lois* saiu de sua imparcialidade sociológica para condenar os regimes despóticos, mesmo que eles fossem justificados por circunstâncias climáticas e geográficas, a Holbach e Helvétius, para os quais o despotismo interferia no funcionamento harmonioso da lei do interesse e da utilidade coletiva, a Diderot, que rejeitava até o chamado “despotismo esclarecido”, porque reduziria a nação a um rebanho de carneiros, e Voltaire, cujo entusiasmo por Frederico, o Grande, e Catarina, não o impedia de considerar ilegítimos os regimes que não incluíssem um mínimo de garantias liberais, como a liberdade de expressão e a tolerância religiosa<sup>66</sup>.

E ainda, como recorda David Brion Davis, a cor da pele dos africanos vai tornar-se a sua característica definidora. E esta mesma característica será o que irá provocar a reação mais profunda dos europeus, permitindo deste modo o aparecimento do chamado racismo. E isso, por razões impossíveis ainda hoje de serem completamente conhecidas ou mesmo compreendidas de todo<sup>67</sup>.

### **1.3 MAIS ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ILUMINISMO PORTUGUÊS**

Mesmo antes da ascensão do Marquês de Pombal ao poder, ainda durante o reinado de D. João V, já é possível localizar alguma presença das Luzes influenciando a renovação do pensamento em Portugal. Esta presença manifesta-se pelo surgimento de academias, laboratórios, traduções e edições de obras ligadas ao Iluminismo<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> ROUANET, Sérgio Paulo. O desejo libertino entre o Iluminismo e o Contra-Iluminismo. In: NOVAES, Adauto (org.). *O desejo*. São Paulo : Cia. Das Letras, 1990. p. 175.

<sup>67</sup> Pode-se num primeiro momento lembrar-se das conotações negativas tais como de trevas, depravação, miséria e infelicidade, que eram atribuídos aos termos negro, noir, black nas línguas portuguesa, espanhola, francesa e inglesa.

<sup>68</sup> Pouco antes da morte de D. João V, ocorre a publicação de duas obras marcantes desse processo de formação do ideário setecentista português: o *Verdadeiro Método de Estudar*

Para exemplificar essa renovação, pode-se citar a paulatina adoção do método cartesiano e da física newtoniana nas práticas científicas; a superação da neo-escolástica em prol do experimentalismo de origem inglesa na filosofia; e a assimilação da poética de Boileau, acompanhada pela condenação da poesia seiscentista, principalmente em sua vertente gongórica.

De acordo com Ivan Teixeira,

Alguns indícios dessa mudança podem ser surpreendidos nos trabalhos de divulgação científica do engenheiro-mor de D. João V, Manuel de Azevedo Fortes, que estagiara longamente em faculdades estrangeiras. Importa também conhecer a permanência de dois médicos portugueses em grandes centros europeus: Jacob de Castro Sarmiento, que programou traduzir a obra de Francis Bacon, e Antônio Nunes Ribeiro Sanches<sup>69</sup>.

Ainda segundo Teixeira,

No âmbito das humanidades, convém citar D. Francisco Xavier de Meneses, Conde da Ericeira, que além de traduzir a *Arte Poética* de Boileau, estimulou a produção e a divulgação de uma cultura renovada em Portugal, a partir dos encontros em sua biblioteca, com cerca de 15 mil volumes. Dentre os frequentadores da biblioteca do Conde da Ericeira, contava-se o Pe. Rafael Bluteau, cujo *Vocabulário Latino e Português*, editado entre 1712 e 1722, revela uma amplitude enciclopédica própria da segunda metade do século XVIII<sup>70</sup>.

O universo das Luzes portuguesas é bastante variado e multifacetado, embora ao longo das chamadas ‘Luzes Joaninas’ e ‘Luzes pombalinas’ não se detecte algum laivo de originalidade propriamente dita. Esta falta de originalidade em sentido estrito coloca em questão uma pretensa unidade conceitual que pudesse ser atribuída aos pensadores e/ou vulgarizadores portugueses do Iluminismo.

---

de Luís António Verney, em 1746, e a *Arte Poética ou Regras da Verdadeira Poética* de Francisco José Freire, em 1748.

<sup>69</sup> TEIXEIRA, Ivan. Mecenato pombalino e poesia neoclássica. São Paulo : Edusp, 1999. p.23-4.

<sup>70</sup> TEIXEIRA, p.24.

Percebe-se certo comodismo em diversos autores, que aceitam um tanto acriticamente, o conceito de Iluminismo em Portugal como derivado do termo italiano *illuminismo*, para caracterizar o movimento das idéias que fêz contraposição à escolástica na filosofia e educação, à herança seiscentista no campo da literatura, das artes e do pensamento. “Como se a pretensa unidade de concepções a respeito do Homem, de Deus e da Natureza, aferidas por uma mesma escala de valores e de prioridades educativas, emprestasse, por si só, uma finalidade idêntica às expectativas de progresso no mundo católico”<sup>71</sup>.

Como afirma Ana Cristina Araújo, “globalmente, a irradiação contrastada das Luzes em Portugal resulta mais dos antagonismos de percurso intelectual realizados no âmbito de uma cultura cosmopolita e não tanto do seu afunilamento à órbita de influência italiana”<sup>72</sup>.

Pombal e vários outros portugueses que seguiram para o exílio ou o exterior por diferentes razões ao longo do reinado de D. João V, vieram posteriormente a contribuir de forma decisiva para a modernização de Portugal. Estas personagens ficaram conhecidas pelo epíteto de “estrangeirados”. Na época, “estrangeirar-se” significava conhecer Portugal de fora e avaliar os efeitos do isolamento em comparação com a Europa culta, segundo a formulação clássica de António Sérgio<sup>73</sup>.

O conceito do “estrangeirado” como arauto da modernidade foi e é utilizado pela historiografia portuguesa, embora várias vezes já tenham se levantado para criticar tal uso. De Jorge Borges de Macedo em 1974 a Ana Cristina de Araújo em 2003, passando por José Luiz Cardoso em 1989, para citar três historiadores de destaque na historiografia portuguesa atual que tocam

---

<sup>71</sup> ARAÚJO, Ana Cristina. A cultura das Luzes em Portugal. Lisboa : Livros Horizonte, 2003, p. 16.

<sup>72</sup> ARAÚJO, p. 17.

<sup>73</sup> SÉRGIO, António. Breve interpretação da História de Portugal. Lisboa : Clássicos Sá da Costa, 1972. p. 123.

diretamente neste ponto. Todos os três levantam a questão do carácter ideológico de se “analisar o processo da modernidade em termos exautorantes, expoliatórios e dicotómicos, mobilizando para tal categorias abstractas, ideologicamente substantivadas, como as de ‘estrangeirados’ e ‘castiços’”<sup>74</sup>.

Esse carácter ideológico produz um erro de perspectiva grave do ponto de vista historiográfico, que como salienta Jorge Borges de Macedo, embasa-se numa divisão das sociedades em avançadas ou atrasadas em função da abertura que manifestam ao exterior, tal como pretendia fazer crer António Sérgio. E ainda, na formulação de José Luiz Cardoso, na crença de que apenas a ação de alguns indivíduos iluminados é que proviria a pulsão modernizadora da sociedade.

De acordo com a lógica inerente ao conceito de “estrangeirado”, se eleva como decisiva a influência exercida pelo escol ilustrado proveniente do exterior, e que serve de veículo propagador para a cultura filosófica e científica das Luzes. Ora, segundo Araújo,

Com esta carga valorativa, o termo “estrangeirado” continua, por comodidade ou desmazelo crítico, a invadir erráticamente o discurso dos historiadores. A reiteração deste erro não reaviva apenas uma querela carregada de ressonâncias ideológicas – o sentido polémico da reflexão de Borges de Macedo é disso exemplo. Desvirtua, acima de tudo, o universalismo que caracteriza o comércio de ideias no século XVIII e adopta, quase à letra, - o que é mais grave - a própria concepção de Progresso das Luzes. À semelhança do que pensavam os filósofos do século XVIII, também os historiadores que postulam a primazia da acção dos “estrangeirados” no processo de modernização cultural do país fazem depender a superação de desfasamentos culturais cronologicamente simultâneos de uma vanguarda intelectual alienígena, condenada a ser, em termos históricos, porta-voz do futuro<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> ARAÚJO, p. 21. ver também CARDOSO, José Luiz. O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII. Lisboa : Editorial Estampa, 1989. MACEDO, Jorge Borges de. “Estrangeirados”, um conceito a rever. In: BRACARA AUGUSTA, vol XXVIII – faasc. 65-66, 1974.

<sup>75</sup> ARAÚJO, p. 21.

Uma outra questão inicial referente ao iluminismo português é a problemática de sua periodização, pois para Araújo,

Convencionalmente, fala-se em “Luzes Joaninas”, reportadas ao período de governação de D. João V, “Luzes Pombalinas”, exclusivamente centradas nas reformas de ensino e da Igreja promovidas pelo marquês de Pombal, e em Viradeira, para significar o retrocesso decorrente da política “repressiva” e “reaccionária” de D. Maria I no campo da cultura. Ora, esta classificação, perfeitamente incongruente, não só perpetua a visão ideológica da historiografia liberal e republicana a respeito do pombalismo, como obscurece o brilho e o alcance de inúmeras e importantes manifestações culturais anteriores e posteriores a Pombal<sup>76</sup>.

Além disso, essa classificação acaba por esconder o já pálido resultado das estratégias de modernização dirigidas pela monarquia joanina, principalmente em relação à intensidade e ritmo de propostas de reformas culturais e sociais oriundas do que viria a ser posteriormente conhecido por sociedade civil.

Em razão de vários estudos disponíveis, observa-se que o efeito de sombra da mentalidade barroca faz frente à clivagem provocada pela recepção da querela de origem francesa entre “antigos” e “modernos”. Os “modernos” se caracterizariam por professarem fé na ciência e no progresso e apregoarem a necessidade de uma nova estética literária. No entanto, estes mesmos “modernos” não conseguiriam desfazer-se facilmente do peso das chamadas convenções herdadas.

Portanto, será sob o signo da dualidade, da ilusão compartilhada e persuasiva da mentalidade barroca, com todo seu arsenal de representações, que as Luzes se introduzem em Portugal, na primeira metade do século XVIII.

De todo modo, naquele momento, a proclamação enfática de uma superioridade dos “modernos” frente aos “antigos” veio a contagiar o pensamento de muitos eruditos portugueses.

---

<sup>76</sup> ARAÚJO, p. 18.

E, seguindo os passos de Araújo - em sua análise habermasiana do espaço público como produtor da abertura ao movimento de idéias das Luzes -, pode-se perceber o papel primordial desempenhado pela *opinião pública* esclarecida na disseminação dos ideais iluministas de progresso, civilização, tolerância e felicidade geral<sup>77</sup>.

Além do reformismo educacional de Pombal, as décadas de 1750 e 60 do século XVIII representam um ponto de viragem importante na recepção das diferentes correntes de pensamento europeu ilustrado. Segundo Ana Cristina Araújo, “os efeitos desse insinuante movimento de abertura observam-se, com evidência, no decurso das décadas de setenta e oitenta do século XVIII, no rescaldo da reforma da Universidade de Coimbra e sob o impacte da propagação do enciclopedismo francês”<sup>78</sup>.

No entanto, essa recepção do pensamento europeu ilustrado também é alvo de dúvidas e incertezas, principalmente quanto ao efetivo alcance das relações entre a cultura portuguesa e a cultura científica europeia alicerçada na revolução científica, que se havia cristalizado com a edição dos *Philosophiae naturalis principae mathematica*, de Isaac Newton em 1687.

De acordo com alguns viajantes europeus setecentistas, o panorama em Portugal era de muitas dúvidas quanto à sua inclusão na Europa bem pensante, pois segundo Giuseppe Gorani em suas andanças pelas terras lusas entre os anos de 1765 a 1767,

Tanto eu como o alegre bando dos jovens estudantes de Coimbra desejávamos chegar cedo à grande cidade de Évora...O que posso afirmar é que todos estes jovens tinham colhido muito proveito dos seus estudos. Nos colégios da Universidade de Coimbra seguiam-se ainda as velhas rotinas, ensinando-se a Física de Aristóteles e a História Natural de Plínio; não obstante, os

---

<sup>77</sup> ARAÚJO, op. cit. Esta perspectiva inverte o modo usualmente apreendido pela historiografia portuguesa, de atribuir exclusivamente à política cultural oficial o papel de mola propulsora das mudanças alimentadas pelas elites, através das iniciativas mecenáticas do poder régio ou das reformas educativas empreendidas pelo Estado.

<sup>78</sup> ARAÚJO, p. 19.



professores destas ciências estavam a par de todas as descobertas modernas e delas, por sua vez, informavam os alunos, de maneira que até na astronomia ali se conheciam as teorias de Copérnico, de Kepler, de Galileu e de Newton. Estes moços conheciam também as descobertas dos Académicos do Cimento e tinham lido as Actas das Academias de Berlim, de Petersburgo, de Paris e as Transacções Filosóficas de Londres... Haviam-me recomendado a Universidade de Évora mas, logo que a vi, verifiquei que aquilo a que tão impropriamente se designava por Universidade não passava de uma escola pública onde apenas se ensinava Latim e Humanidades, porque todos aqueles que desejavam dirigir os filhos para os estudos do Direito, da Teologia, da Medicina, das Matemáticas e da Física enviavam-nos para Coimbra, onde existe a única verdadeira Universidade de Portugal<sup>79</sup>.

E essas imagens literárias de tonalidades pouco atraentes, mesmo que eivada por imprecisões e contradições, são obra de um pensamento racionalista e iluminista ao qual se junta no ano de 1796, a voz de J. B. F. Carrère,

Se percorrermos os fastos das ciências, bem como os da literatura, quais são os nomes portugueses neles inscritos?...A física neste país, está na infância; apenas se sabe que existe uma física fundada em princípios rigorosos, constantes observações, experiências belas e luminosas, ainda aqui se ignora o uso e a aplicação da física no progresso das ciências, os géometras não merecem confiança, os botânicos são desconhecidos, os naturalistas ignorados. A colecção universal de todas as obras que Portugal produziu nas ciências não alcança o número suficiente para constituir uma vulgar biblioteca particular e se houvesse a pretensão de a reduzir já não digo apenas a bons livros, mas às obras de uma mediocridade aceitável, a biblioteca então não poderia contar mais de duzentos volumes...Portugal, situado no extremo da Europa, apenas mantém com as outras nações relações comerciais...Privado do contacto com os sábios, sem correspondência com os homens instruídos...Portugal possui uma Universidade; esta Universidade, porém, contribui para a manutenção da ignorância...Existe em Lisboa uma Academia das Ciências, que aliás, não tem qualquer utilidade, só se prestando ao ridículo...Em Lisboa existem também quatro gabinetes de física experimental: um pertence ao marquês de Tancos, outro à Academia das Ciências, mais dois na Casa dos Oratorianos, nas Necessidades, e no Mosteiro de São Vicente de Fora, dos monges regulares de Santo Agostinho<sup>80</sup>.

Esses são, sem dúvida, olhares reducionistas, simplistas e mesmo distorcidos acerca da realidade portuguesa da segunda metade do século XVIII,

---

<sup>79</sup> GORANI, Giuseppe. Portugal. A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767. Lisboa : Ed. Lisóptima, 1989. p. 56-9.

<sup>80</sup> CARRÈRE, J. B. F. Panorama de Lisboa no ano de 1796. Lisboa : Ed. Biblioteca Nacional, 1989. p. 106-9.

que nos oferecem o italiano Gorani e o francês Carrère<sup>81</sup>. No entanto, não se pode deixar de notar que estes dois testemunhos pessoais comportam uma carga cultural e historicista própria a cada um dos seus autores, pois, estes também tem interiorizado o modelo operatório da ciência ilustrada, decorrente do seu espaço e tempo cultural de origem.

De qualquer modo, pode-se afirmar que a atitude desses dois viajantes europeus por Portugal, não deixa de mostrar-se paradigmática do que corresponderiam ao papel que cabia aos chamados homens cultos. Em nome da ciência, da verdade e do progresso, eles deveriam denunciar, por todos os meios disponíveis, a ignorância e os erros do passado.

Segundo Araújo,

Explorando os fundamentos filosóficos da comunicação instaurada por aqueles que deram voz ao combate intelectual das Luzes, Habermas salientou que a demarcação entre o domínio interno da crítica e a sua manifestação pública está directamente relacionada com a emergência de uma esfera pública literária, de cariz burguês. Neste contexto, as convicções privadas, respaldadas por argumentos éticos, amplificam os efeitos políticos das tomadas de posição dos críticos. A formulação desta instância filosófica de regulação da sociedade civil é expressamente defendida por John Locke no *Essay Concerning Human Understanding* (1690), obra que, apesar de proibida em Portugal, foi objecto de leitura atenta de boa parte dos nossos filósofos, políticos e publicistas<sup>82</sup>.

Independente da interpretação que se possa atribuir à emergência da *opinião pública* no período das Luzes – em razão das diferentes acepções

---

<sup>81</sup> Já em 1725, com Newton ainda vivo, ocorriam digressões com vistas à livre e recreativa divulgação do sistema físico-matemático newtoniano. Tal “divertimento proveitoso” era dirigido “a três classes de pessoas, a saber: fidalgos, estrangeyros e portuguezes”, sob a orientação de Luís Baden em umas “casas de conde de S. Miguel, sitas no Bairro Alto”, em Lisboa. A notícia desta Academia ou Curso de Filosofia Experimental está em uma folha avulsa de José Monterroio de Mascarenhas, citada por CARVALHO, Joaquim de. Correspondência científica dirigida a João Jacinto de Magalhães. In: REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS, Coimbra, vol XX, 1951. p. 92-283. Os resultados de tal iniciativa são desconhecidos, assim como, o da aula pública sobre “Sciencia natural” proferida pelo doutor Sebastião Estaço de Vilhena, sob patrocínio do padre Rafael Bluteau na mesma época. {BNL. Ms. 187, fl 58v}.

<sup>82</sup> ARAÚJO, p. 67.

filosóficas e/ou ideológicas que tal conceito foi desenvolvendo, seja de Locke a Bayle como de Rousseau a Kant -, ela nunca manifestou-se de modo pacífico.

No plano político, instaurou uma modalidade alternativa de representação, sem ligação a qualquer poder instituído (seja ele monárquico, parlamentar ou administrativo) e, no plano cultural, “postula a evidência de uma unanimidade”, suportada, sem distanciamento aparente, por aqueles que realmente dão voz à chamada *opinião pública*, ou seja, as elites esclarecidas<sup>83</sup>.

Para Araújo,

Neste processo de comunicação, a imprensa periódica, ao reunir e devolver a um maior número de leitores as directrizes de pensamento de vários autores, amplifica o exercício da crítica e cimenta, idealmente, o espaço reservado à opinião pública. Na verdade, os jornais de vocação literária e científica, típicos das Luzes, publicitam as opiniões dos sábios, organizam a subscrição das suas obras, dão a conhecer as controvérsias do momento, enfim, dirigem a leitura no interior de campos previamente definidos<sup>84</sup>.

Em Portugal, tal como em vários países europeus, ocorre um incremento significativo na imprensa periódica no período pós-1740. Segundo o levantamento realizado por João Luís Lisboa, registram-se entre 1701 e 1800, 65 novas publicações periódicas. Destas, 54 são posteriores a 1751. Este levantamento não leva em consideração os inúmeros jornais manuscritos, de expressão relativamente insignificante<sup>85</sup>. Apesar deste dinamismo editorial, pode-se afirmar que a pluralização da leitura é precária, em vista de que a esmagadora maioria destes jornais não sobrevive mais do que uns poucos números ao longo de alguns meses ou anos.

---

<sup>83</sup> CHARTIER, Roger. Les origines culturelles de la Révolution Française. Paris : Éditions du Seuil, 1990. p. 35.

<sup>84</sup> ARAÚJO, p. 68.

<sup>85</sup> LISBOA, João Luís. Mots (dits) écrits. Formes et valeurs de la diffusion des idées au XVIII siècle, au Portugal Florença : Institut Européen de Florence, 1998. Tese de doutorado

A maioria desses periódicos surgidos na segunda metade do século XVIII traz conteúdos voltados para as preocupações típicas dos chamados homens ilustrados, tais como, as estéticas, as acadêmicas, as filosóficas, as literárias, as econômicas e até mesmo as religiosas.

De maneira coerente com a relação ambígua e paradoxal de Portugal com a Modernidade, esse momento de expansão do editorialismo lusitano conheceu uma difícil situação, uma vez que a obra reformadora de corte iluminista conduzida pelo ministro de D. José I fazia da escola o ponto central da unidade moral da nação e da censura o bastião de defesa da ideologia do Estado.

Essa complicada coabitação entre o absolutismo esclarecido pombalino e a imprensa periódica, que se mostrava cada vez mais permeável às novidades literárias estrangeiras, resultou num verdadeiro impasse crítico. Desse modo, o chamado primeiro pico expansionista do jornalismo português veio a sofrer uma abrupta interrupção entre os anos de 1765 e 1777.

Desprovida de grandes recursos e sujeita a um controle férreo, a imprensa periódica, principalmente a de extração literária e filosófica, conheceu um forte revés quando da criação da Real Mesa Censória, em 1768. O processo de uma morte lenta conhecida pelo jornalismo português coincide, assim, com o período áureo da política cultural pombalina<sup>86</sup>. Esta política cultural é assim sintetizada por Araújo,

Assente na expulsão dos jesuítas (1759), na criação da Directoria Geral dos Estudos (1759), na reorganização da censura (1768), na criação da Imprensa Régia (1769) e na instauração de um programa nacional de educação, abrangendo o ensino elementar, prático ou técnico, universitário (1759-1772) e nobiliárquico (1766)<sup>87</sup>.

---

<sup>86</sup> Nesse período destacam-se os seguintes periódicos: *Gazeta de Lisboa* (1760-1762); *O Anonymo* (1752-1754); *Gazeta Litteraria* (1761-1762) e *Jornal Encyclopedico* (1779-1793). Os três últimos são objeto de análise mais acurada por Ana Cristina Araújo em *A cultura das Luzes em Portugal*.

<sup>87</sup> ARAÚJO, p. 68.

Assim, é apenas após 1778 que se retoma a curva ascendente interrompida em meados dos anos 60, conhecendo-se ao final da década de 80 uma expansão, ainda que limitada e fortemente vigiada, do jornalismo literário e enciclopédico.

Uma outra área de atuação da Real Mesa Censória dizia respeito à vigilância exercida sobre o comércio e edição de livros. O Regimento da Real Mesa Censória, de 18 de maio de 1768, previa regimes excepcionais de posse e uso de livros absolutamente proibidos. Tinham direito a adquirir tais livros a Universidade e as comunidades religiosas, aos quais poderiam juntar-se os teólogos, juristas e homens de letras, desde que alegassem que a leitura de tais livros era imprescindível para o exercício dos seus magistérios. A partir de 1779, também a recém-constituída Academia Real das Ciências de Lisboa passaria a gozar de idênticos privilégios.

A principal obra do reformismo educacional pombalino é sem dúvida a reforma da Universidade de Coimbra em 1772, que se pode dizer que se constitui no mais forte indício da orientação ilustrada do governo de Pombal. Em termos gerais, a maior renovação se deu através da reformulação do conceito de universidade, operacionalizada pela reforma de seus novos estatutos.

O reitor nomeado pelo marquês de Pombal, Francisco de Lemos, para promover as reformas no ensino superior português, vai redefinir o conceito e a função da universidade. Para Lemos, a universidade não deveria ser um corpo isolado do Estado ou da sociedade. Pelo contrário, deveria constituir-se no coração do Estado, pois através de seus professores seriam criadas e promovidas as luzes do saber, as quais, posteriormente, seriam difundidas por todo o reino com a finalidade de revitalizar a administração pública e promover a felicidade dos homens, tal como imaginavam os iluministas<sup>88</sup>.

---

<sup>88</sup> LEMOS, Francisco de. Relação Geral do Estado da Universidade (1777). Coimbra : Por Ordem da Universidade, 1980. p.232-3. Francisco de Lemos apenas lamenta o atraso para que tal concepção de universidade tivesse aportado a Portugal. Importante ressaltar que o reitor pombalino, através desse conceito de universidade, deixa perceber que acreditava na idéia da

No período anterior à expulsão dos jesuítas, o ensino superior em Portugal funcionava apenas como mais um diferenciador hierárquico, uma vez que o diploma não conferia propriamente o grau técnico de bacharel. Na verdade, reafirmava, para os indivíduos, uma condição social pré-existente ao seu ingresso na universidade.

A sociedade portuguesa em tempos pombalinos almejava diferenciar-se dessa concepção hierárquica, colocando-se como uma sociedade embasada nos princípios da Lei e da Razão. Assim, como chama a atenção Fernando Taveira da Fonseca, “a universidade não pode conceber-se isolada da sociedade que a gera e a mantém”<sup>89</sup>. O meio de introduzir as novas concepções a respeito da Universidade e sua função social será pela via da reforma de seus Estatutos.

Como forma de imprimir marca indelével a tal vontade – “secularizar as instituições de ensino, submetendo-as à tutela do Estado”, nas palavras de Araújo -, a própria cerimônia de entrega dos novos Estatutos acabou por assumir ares de uma verdadeira inauguração de uma Nova Universidade de Coimbra.<sup>90</sup>

Como sintetiza Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz,

Contra o “notório Systema de ignorancia artificial” foram compilados os Estatutos de 1772 “para a restauração das sciencias, e artes liberaes”, apresentados na forma de três livros<sup>91</sup>. O primeiro referia-se ao Curso Teológico, o segundo aos Cursos Jurídicos das Faculdades de Cânones e Leis e o terceiro aos Cursos das Ciências Naturais e Filosóficas. Com notório exagero, os Estatutos pretendiam fazer crer que o estudo das modernas

---

existência de um organismo social coeso e em permanente evolução, cujo desenvolvimento deveria ser administrado por um poder centralizado e forte. Tal como o que ele servia e fazia parte.

<sup>89</sup> FONSECA, Fernando Taveira. A Universidade de Coimbra (1700-1771); estudo social e econômico. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1995. p.17.

<sup>90</sup> ARAÚJO, Ana Cristina. Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo. In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.). O Marquês de Pombal e a Universidade. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2000. p. 9.

<sup>91</sup> ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE COIMBRA, 1772. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1972. 3 vol.

ciências inaugurava-se naquele momento, fazendo *tabula rasa* de todo o saber anteriormente acumulado pela elite intelectual portuguesa<sup>92</sup>.

Os Estatutos estabeleceram duas grandes áreas de conhecimento: as Ciências Positivas, englobando os Cursos de Teologia e Direito e as Ciências da Razão, englobando os Cursos de Ciências Naturais e Filosóficas, em que ao Curso de Medicina juntam-se os novos Cursos de Matemática e Filosofia. Foi através dos Cursos desta última área, que se introduziu oficialmente pela via dos Estatutos, os estudos das chamadas modernas ciências da natureza e a prática do método científico de matriz newtoniana.

Como mencionado acima, os acontecimentos científicos e intelectuais mais relevantes da Europa eram acompanhados pelos portugueses ilustrados, tanto nos salões e associações particulares de Lisboa, Porto e Coimbra, como nas Universidades de Coimbra e Évora e no Colégio de Santo Antão em Lisboa.

Como afirma Cruz,

Nesse contexto, cabem ser relativizados os textos que, a propósito da luta anti-jesuítica, levavam de roldão, no turbilhão devastador de Pombal, o esforço de toda uma geração de portugueses ávidos por participar da efervescência político-cultural que se operava além Pirineus e cujas notícias chegavam a Portugal através de vários canais. O próprio Pombal e seu gabinete beberam das idéias de “expatriados” como Verney, Ribeiro Sanches e Jacob Sarmiento, dentre outros, acabando por aproveitar muitas de suas propostas na consecução do projeto reformista<sup>93</sup>.

Portanto, sem reduzir o papel de extrema relevância assumido pela Reforma dos Estatutos da Universidade Coimbra de 1772, pode-se perceber mais uma vez os traços de ambigüidade da relação de Portugal com a Modernidade, ou seja, “permeada tanto por continuidades quanto descontinuidades, o ministério pombalino assumiu a Ilustração possível, vale dizer, a modernização possível

---

<sup>92</sup> CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Curitiba, 2004. Tese de doutorado defendida na UFPr. p. 96-7.

<sup>93</sup> CRUZ, p. 98.

num contexto de interesses contraditórios”<sup>94</sup>. Ou ainda, como ressalta Francisco Falcon,

Tocamos enfim no ponto essencial: o ecletismo. É sem dúvida a marca registrada da prática ilustrada em Portugal. É o ecletismo que tenta harmonizar num todo coerente aqueles elementos na aparência inconciliáveis: a fé e a ciência, a tradição filosófica e religiosa e a inovação racional e experimental, o teocentrismo e o antropocentrismo<sup>95</sup>

A Universidade Coimbra não será a única instituição a se responsabilizar pela assimilação e incorporação das atividades científicas à lógica dos interesses do poder régio. O Estado português que já se valia da utilização crescente de “laboratórios, gabinetes, museus, jardins e demais instituições de caráter especulativo, passou a concentrar as suas atividades também nas viagens filosóficas, numa estreita relação com os naturalistas-utilitários da Academia Real das Ciências”<sup>96</sup>.

A Academia Real de Ciências criada em 1779, tinha como objetivos expressos em seu Plano de Estatutos, “promover o aumento da agricultura, das artes e da indústria popular cuidando em introduzir o amor à ocupação e a toda espécie de trabalho, que possa redundar em benefício da pátria”<sup>97</sup>, irá tornar-se “um dos poderosos instrumentos da política colonial do Estado Português”, uma vez que pode-se considerar que “o esforço coletivo dos sócios da Academia redundou, no plano teórico, em uma espécie de fusão do sistema econômico

---

<sup>94</sup> CRUZ, p. 98.

<sup>95</sup> FALCON, Francisco. A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo : Ática, 1982. p. 430.

<sup>96</sup> MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A Academia Real das Ciências de Lisboa e o Império Colonial Ultramarino (1779-1808). In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2001. p. 492.

<sup>97</sup> Plano de Estatutos em que convieram os primeiros sócios da Real Academia das Ciências, com beneplácito de Sua Majestade. Lisboa : Régia Oficina Tipográfica, 1780, § X. Apud CARDOSO, José Luís. Introdução. In: MEMÓRIAS ECONÔMICAS DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 1789-1815. : Banco de Portugal, 1990. vol. 1, p. viii.



mercantilista, ancorado, nesta etapa da exploração colonial, na agricultura, com a idéia de um Sistema da Natureza viabilizado pela história natural”<sup>98</sup>.

Ao longo de e por todo o Império Ultramarino Português, como parte da política colonial do Marquês de Pombal - caracterizada pela forte administração centralizada -, ocorre a necessidade de obter-se um maior conhecimento sobre o que se passava pelas diversas colônias, exigindo deste modo, constantes relatórios sobre a situação política, econômico-financeira e administrativa de tais territórios.

O esforço português, em especial o do período pombalino, na obtenção de um máximo de informações possíveis sobre o espaço ultramarino, proporciona uma profusão de textos, mapas, e outros informes, que são elaborados com o fito de elucidar a coroa a respeito dos diversos territórios com que os portugueses entraram em contato e acerca das possibilidades de melhor aproveitar os seus recursos.

A participação, e exercendo um papel fundamental, da Universidade de Coimbra nesse processo, pode ser percebida através deste trecho dos seus Estatutos referente ao ensino das Matemáticas,

Por elas se regulam as Épocas, e Medidas dos tempos; as situações Geográficas dos Lugares; as demarcações e medições dos Terrenos; as manobras, e derrotas da Pilotagem; as operações táticas da Campanha, e da Marinha; as construções da Arquitetura naval, Civil, e Militar; as Maquinas, Fabricas, artifícios, e Aparelhos, que ajudam a fraqueza do homem a executar, o que de outra sorte seria impossível às suas forças; e uma infinidade de outros subsídios, que ajudam e promovem, e aperfeiçoam vantajosamente um grande número de Artes úteis, e necessárias ao Estado. Por todas estas razões pede o Bem público dos meus reinos, e Senhorios, que entre os meus Vassallos haja sempre mathemáticos insignes, de cujas idéias se utilizem os Povos e que possam ser proveitosamente empregados no meu Real serviço<sup>99</sup>.

Como Cruz comenta a respeito desse trecho,

---

<sup>98</sup> MUNTEAL FILHO, p. 501.

<sup>99</sup> ESTATUTOS, vol 3, p. 143.

Este excerto pode ser lido como uma mostra formidável do universo mental do Estado português setecentista. Através da explicitação das utilidades da matemática, percebe-se como que um re-construir da epopéia portuguesa dos descobrimentos e de domínio da natureza, agora sob os auspícios das modernas ciências exatas e dos novos conhecimentos técnicos. A matemática seria útil por ensinar a dominar o tempo antropológico, tempo dos homens. Homens em movimento que, ao desvendar novas geografias, recorrem à matemática para construir territorialidades, demarcando e medindo a posse da terra. A intenção de retornar a esse mundo alargado exigiria, ainda, o conhecimento científico da matemática para traçar rotas precisas dos caminhos por terra e por mares. Para a concretização da posse e defesa das terras, concorrem as técnicas construtivas dos navios, das edificações e fortificações. Implícita nas referências às máquinas e fábricas, aos artifícios e aparelhos, e à “uma infinidade de outros subsídios” estava a idéia do progresso técnico, ajudando os homens a superarem sua fragilidade física. Finda o discurso utilitário com, uma palavra de pragmatismo aos futuros “mathemáticos insignes”: um emprego régio a serviço do bem público<sup>100</sup>.

#### 1.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ESCRITA SOBRE AS COLÔNIAS PORTUGUESAS

Até a última década do século XVIII, pode-se dizer que a literatura europeia a respeito dos espaços não-europeus encontrava-se dividida entre dois pólos distintos. Por um lado, o caracterizado como científico, que englobaria as “descrições de viagens e inúmeráveis livros de história natural taxonômica”, e por outro lado, o caracterizado como sentimental, que englobaria as “narrações de viagens, novelas e poesia romântica do sublime”<sup>101</sup>.

Para Mary Louise Pratt, a experiência que melhor traduziu essa polaridade foi a da expedição científica de Charles Marie de La Condamine ao continente americano (Peru) com a finalidade de “medir a longitude exata de um grau no equador”, realizada entre os anos de 1735 a 1745.

---

<sup>100</sup> CRUZ, p. 107.

<sup>101</sup> PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. In: Estudos Históricos, vol 4, nº 8. Rio de Janeiro : FGV, 1991. p. 153. Segundo a autora, “Nesta polarização pode-se reconhecer as duas caras da hegemonia burguesa emergente: a separação entre formas subjetivas e objetivas de autoridade, entre as esferas pública e privada”. p. 153.

A expedição de La Condamine, mesmo levando em conta seus inúmeros problemas, alcançou sucesso. E, talvez por causa desses percalços, seja “mais lembrada por sua carga dramática do que por seus êxitos científicos”. Segundo Pratt,

Os expedicionários sofreram muitos desastres e quando, dez anos depois de sua partida, regressaram à Europa, não levavam mostras de botânica mas, somente, relatos horripilantes de espionagem, intrigas, assassinatos, doenças, sofrimentos e amor. Eram histórias relatadas em um estilo facilmente reconhecido para os europeus: o estilo dos naufrágios, do sofrimento e da sobrevivência que tinha sido o modelo utilizado na literatura de viagens desde o século XVI<sup>102</sup>.

Para Pratt, “a poética dessa ‘literatura de sobreviventes’ exigia um equilíbrio aristotélico entre a instrução e o divertimento”<sup>103</sup>. Além dos apêndices concernentes às descrições dos costumes, da fauna e da flora, era fundamental a presença dos elementos de emoção e os exóticos ao lado do “drama moral da redenção”.

Ao que parece, Pratt desconhece que os ibéricos, em especial os portugueses, haviam partido para viagens e expedições pelos mares do planeta desde o século XV, chegando mesmo a estabelecer contatos e presença militar e comercial em boa parte dos continentes africano, asiático e americano. Não esquecendo o fato de os portugueses terem estabelecido a Carreira da Índia desde o início do século XVI.

Esse “desconhecimento” de Pratt a faz ignorar tanto *Os Lusíadas* como a *História trágico-marítima*, relatos das glórias e tragédias vivenciadas pelos portugueses em suas expedições rumo às riquezas do Oriente<sup>104</sup>.

---

<sup>102</sup> Pratt, p. 153. grifo meu.

<sup>103</sup> Pratt, p. 153.

<sup>104</sup> *Os Lusíadas* são uma obra bastante conhecida, dos melhores exemplos da poesia feita no período. A *História trágico-marítima* trata-se de um “repositório inigualável da psicologia do homem dos descobrimentos, para além do documento filológico – uma prosa narrativa com a qual estamos menos acostumados que com a grande poesia da época, e que nos

No que concerne à escrita sobre as colônias, durante os séculos XVI e XVII desenvolveu-se no Império Português do Oriente uma modalidade específica de descrição. O Império Oriental caracterizou-se por uma proliferação de feitorias ancoradas em fracas bases territoriais, compondo uma espécie de arquipélago composto pelas muitas “pérolas” da coroa. A tal configuração corresponde uma forma quase colecionista de conceber e relatar o Império, que aparece tanto nos textos como nos muitos álbuns de representações iconográficas de cidades, fortalezas e feitorias.<sup>105</sup> Pode-se especular se essa configuração não seria mesmo determinada pela conformação territorial do Império Oriental.

Dependendo do autor e seu objetivo, enfatiza-se um aspecto. Ora são as rendas da coroa, ora os cargos públicos disponíveis, ora as riquezas, ora as igrejas, ora os direitos e privilégios. Assim, a descrição desse universo era um desfiar das contas de um rosário, outra imagem possível para esta modalidade de descrição. Nesta categoria enquadram-se as descrições do cronista António Bocarro, muito atento às questões administrativas ao tempo de Felipe III.

Além destas igrejas há na dita povoação [de Moçambique] outra chamada Misericórdia, que os casados sustentam, com um capelão e toda a mais fábrica, onde exercitam as obras da misericórdia com muita caridade. Nesta casa se ajuntam os moradores casados desta povoação para tratarem em algum particular do bem comum, porque como não têm casa de vereação (porque em tão pequeno povo parece-lhes não é necessária), na dita casa se ajuntam, ou para consultarem o que devem fazer ou para avisarem ao vice-rei se a matéria o pede.<sup>106</sup>

---

parece comumente mais longínqua que ela, em seus grandes momentos de enorme expressividade – para além do insuperado romance de aventuras que não deixa de ser, no aspecto mais catastrófico e terrível que se possa atribuir a essas aventuras – é o registro paradoxal das duas grandes forças psicológicas envolvidas na construção do Império da Índia, e na sua perda, ou seja, a cobiça desmedida e a escassez de homens, e a fé religiosa”. BUENO, Alexei. *Introdução e notas*. In: BRITO, Bernardo Gomes de (org.). *História trágico-marítima*. Rio de Janeiro : Lacerda Editores, Contraponto Editora, 1998. p.IX.

<sup>105</sup> Ver, por exemplo, CARNEIRO, António de Mariz. *Descrição da fortaleza de Sofala e das mais da Índia*. Lisboa: Fundação Oriente, 1990. (reprod. Facsimilar do original de 1649)

<sup>106</sup> BOCARRO, António. O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental. Lisboa : Imprensa Nacional, 1992. v. p.15.

Também se pode incluir nesta categoria o próprio Luís de Camões que reservou uma estrofe para várias das Cidades ou feitorias do Oriente<sup>107</sup>.

A literatura transformou a viagem ou o aparentemente simples ir de um lugar a outro num ato espiritual de enorme transcendência<sup>108</sup>. O registro dessas experiências antecede em muitos séculos o período da expansão europeia, como por exemplo, a *Imago Mundi* de Pierre d'Ailly<sup>109</sup>.

Assim, existia um conjunto de obras que serviam como guias ou cicerones para viajantes, como Cristóvão Colombo que conheceria a *Imago Mundi* quando partiu em direção às Índias. Ao lado dos testemunhos escritos, fruto das experiências de peregrinos, mercadores e embaixadores, existem também os registros de sonhos e fantasias sobre viagens não realizadas, sobre locais e povos nunca vistos.

As modalidades e formas literárias são variadas: guias e relatos de peregrinação, descrições e primeiros itinerários para a Terra Santa, relações de missionários e embaixadores, relatos de exploradores e aventureiros cujo modelo clássico são *As viagens de Marco Polo*, de finais do século XIII, e de viagens imaginárias e fingidas como o famoso *The travels*, de John Mandeville (*circa* 1350).

Os iluministas usaram muitos desses relatos como fonte de conhecimento, inclusive debatendo intensamente sobre a credibilidade destes. As imagens eram repetidas e ampliadas servindo para preparar outras viagens, por

---

<sup>107</sup> “Esta ilha pequena, que habitamos, É em toda esta terra certa escala De todos os que as ondas navegamos, De Quíloa, de Mombaça e de Sofala; E, por ser necessária, procuramos, Como próprios da terra, de habitá-la; E por tudo enfim que nos notifique, Chama-se a pequena Ilha - Moçambique. CAMÕES, Luiz de. Os Lusíadas - canto I - 54.

<sup>108</sup> TOVAR, Joaquín Rubio. Libros españoles de viajes medievales. Madrid : Taurus Ediciones, 1987. p. 9.

<sup>109</sup> Trata-se de uma compilação de textos de informação geográfica de origem grega, árabe e bíblica, publicada em 1483.

exemplo, a coletânea do abade Antoine Prévost teria sido a fonte da *Histoire générale* de Buffon.<sup>110</sup>

No século XVIII os relatos de viagem já constituíam um campo editorial próprio, com um público leitor bastante interessado. A proliferação de inúmeras compilações de narrativas de viagens comprova o prestígio dessa literatura, que cumpria um papel importante para as elites intelectuais, ao ser utilizada como fonte de informações sobre o universo além-mar, compensando de algum modo a falta de contato direto com esses espaços e povos.

Esse padrão textual só será alterado ao longo da segunda metade do século XVIII, quando, por um lado, o deslocamento no espaço – uma das vertentes da idéia de viagem – não pode ser mais entendido como a manifestação do desejo de novas descobertas e conquistas, tão característico dos primeiros tempos da presença portuguesa no Oceano Índico. E, por outro lado, a administração das colônias tenderá a burocratizar-se, no sentido weberiano do termo.

## **1.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LITERATURA DE VIAGENS**

Num contexto em que a coroa portuguesa tenta estruturar a sua administração para inverter o acentuado ritmo de decacência econômica de Moçambique e procura expandir os limites de sua soberania, torna-se indispensável conhecer, com alguma propriedade, os espaços, tanto os já dominados, como os vizinhos. É a hora e a vez dos chamados Diários de Viagens Philosophicas, Descrições, Memórias, Memoriais, Cartas, Notícias e

---

<sup>110</sup> TIAINEN-ANTTILA, Kaija. The problem of humanity: the blacks in European Enlightenment. Helsinki : Suomen Historiallinen Seura, 1994. p. 95.

Relações, os quais são motivados principalmente por demandas do estado central.

Quando não são escritos sob encomenda, esses textos são provocados por um desejo do autor em “mostrar serviço”, ou ainda como forma de cair nas graças de algum patrono a quem são dedicados.<sup>111</sup> Outras vezes, eles estão voltados ao mundo acadêmico e produzidos especificamente com o objetivo de serem veiculados nos “periódicos científicos” da época, publicados principalmente nas Memórias da Academia das Ciências de Lisboa.

De acordo com Cruz,

Modelo paradigmático de expedição científica do Iluminismo, a viagem filosófica caracterizava-se pela pretensão enciclopedista de produzir um conhecimento extensivo e detalhado sobre o território visitado. O levantamento minucioso e exaustivo a que devia proceder o viajante naturalista não se restringia às produções do mundo natural; mas abarcava também a investigação sobre a “natureza humana” dos habitantes autóctones<sup>112</sup>.

Como afirma Almiro Jorge Lourenço Lobo em relação aos textos que trabalhou,

Resultantes de um processo de busca, (re)apropriação e transmissão de conhecimento, no sentido mais vasto do termo, qualquer dos elementos do “Corpus” pode ser considerado registo de atitudes e temas que a viagem tornou possível, mesmo quando o motivo imediato e ordenador não tenha sido essa deslocação ou o seu relato correspondente.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> Esta característica dos textos coloniais portugueses do século XVIII fez com que Thornton e Miller os qualificassem como uma mescla “de autênticos materiais originais, cópias inconspicuas dos predecessores, interpretações grosseiras próximas da distorção aberta e elogios hagiográficos de protetores aristocratas feitos por humildes e suplicantes”. THORNTON, John K. & MILLER, Joseph C. A crónica como fonte, história e hagiografia; o Catálogo dos Governadores de Angola. REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS, n.12-13, jan.-dez.1990. p.54.

<sup>112</sup> CRUZ, p. 123.

<sup>113</sup> LOBO, Almiro Jorge Lourenço. A escrita do real na “exacta descrição” de Caetano Xavier, na “verdadeira relação” de Francisco de Sá e na “representação” dos baneanes.

A análise do conjunto de textos objeto desta tese, cujos autores são citados mais adiante, também utiliza o conceito de *literatura de viagens*, como um instrumento teórico operacional para revitalizar a pesquisa e a revelação de textos pouco conhecidos ou de uso inédito entre os historiadores.

Fernando Cristóvão correlaciona a *literatura de viagens* com as “muitas interrogações que o homem sempre formulou sobre o mundo desconhecido”<sup>114</sup> traçando o itinerário de tal experiência desde os babilônios, distinguindo as diversas etapas dessa jornada, identificando cinco tipos dominantes neste gênero literário ao qual referem-se os textos feitos em consequência dessas viagens.<sup>115</sup>

Para Cristóvão, a *literatura de viagens* seria constituída pelo conjunto de textos que buscam na viagem uma identificação especial. Tal concepção é bastante próxima da defendida por Joaquín Rubio Tovar, para quem “es el viaje y lo que éste conlleva (el encuentro con un medio extraño, la información histórica, política o geográfica de los territorios que se recorren, la aventura, etc.) lo que da su último sentido al escrito”.<sup>116</sup>

Com o acréscimo da noção de “contraste (outra forma de deslocação)”, Cristóvão concebe a viagem como “deslocação, percurso mais ou menos

Lisboa : 1996. p. 143. Dissertação de Mestrado em Literaturas Brasileira e Africanas de Língua Portuguesa.

<sup>114</sup> Entenda-se *literatura de viagens* como um conceito operatório que agrega num mesmo território um “conjunto de textos documentais ou literários que à viagem (por mar, terra, ar, ou percursos imaginários) vai buscar uma identificação especial. E não só à viagem enquanto deslocação, percurso mais ou menos longo, mas também ao que, por ocasião da viagem, parece digno de ser registado: a descrição da terra, dos usos e costumes dos seus habitantes, das situações históricas e antropológicas que, por contraste (outra forma de deslocação) com as origens dos viajantes, forma um texto homogéneo e participa da mesma intencionalidade”. CRISTÓVÃO, Fernando. *A literatura de viagens e o contributo árabe*. In: Actas dos 1º Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Cascais : Câmara Municipal de Cascais, 1995. p. 331-332.

<sup>115</sup> A cada um corresponde um tipo de viagem: “os textos de peregrinação resultariam de viagens de peregrinação, os de comércio de viagens análogas, os de expansão política, ideológica e científica de viagens de expansão, os de turismo e viagens de grupo de turística e os textos sobre viagens imaginárias da viagem utópica”. LOBO, p. 154.

<sup>116</sup> TOVAR, p. 10.



longo”<sup>117</sup>. Com isto amplia-se significativamente o terreno dos possíveis discursivos contemplados pela designação de *literatura de viagens*.

Desse modo, pertencem a esse território não só o conjunto dos “textos documentais ou literários que à viagem (por mar, terra, ar ou percursos imaginários) vai buscar uma identificação especial”, mas também o que “por ocasião da viagem” venha a testemunhar aquilo que se considerou “digno de ser registado: a descrição da terra, dos usos e costumes dos seus habitantes, das situações históricas e antropológicas, que, por contraste (...) com as origens dos viajantes, forma um texto homogêneo e participa da mesma intencionalidade”.<sup>118</sup>

Assim, caberiam nesta acepção tanto *As viagens de Marco Polo*, os relatos de naufrágios que compõem a *História trágico-marítima*, a *Carta de Pêro Vaz de Caminha*, ou ainda os textos da primeira viagem de volta ao mundo feita por Fernão de Magalhães, assim como, os relatos de viagens ao interior de Moçambique de Francisco José de Lacerda e Almeida e Manoel Galvão da Silva, as notícias ou relações de Inácio Caetano Xavier e António Pinto de Miranda, a carta deixada ao sucessor por Baltazar Pereira do Lago, dentre outros.

Caberiam também as viagens fabulosas dos argonautas capitaneados por Jasão em busca do Velo de Ouro em *Os argonautas* de Apolônio de Rodes, a viagem e as peripécias enfrentadas na *Utopia* de Thomas Morus, as *Viagens de Gulliver* de Jonathan Swift, ou ainda, os *Diálogos das Grandezas do Brasil* de Antonil e o *Tratado da terra e gente do Brasil* de Pêro de Magalhães Gandavo.

Para Tovar, os livros de viagens teriam formado, na Idade Média, um “gênero multiforme”, o qual comportaria obras dos mais diversos feitios: guias destinados a viajantes, a mercadores ou a peregrinos, relatos de embaixadores e missionários, obras em que a viagem se mistura com a geografia, viagens a um mundo imaginário. Assim, segundo este autor, seria uma literatura que buscava

---

<sup>117</sup> CRISTÓVÃO, p.331.

<sup>118</sup> CRISTÓVÃO, p 331.

em cada passo um objetivo diferente, as obras ora serviam como fontes de conhecimento dos costumes de povos longínquos, ora tinham uma marcada intenção geográfica ou histórica, de tal modo que a viagem não seria o elemento essencial da obra.<sup>119</sup>

Desse modo, percebe-se a distinção entre Cristóvão e Tovar quanto ao que entendem por *literatura de viagens* - o relevo do papel atribuído à viagem -, embora ambos estejam muito próximos na defesa da possibilidade de alargar o leque e o tipo diversificado de obras concorrentes a determinar este gênero literário.

Em paralelo a esse esforço ibérico de conceptualização da *literatura de viagens*, pode-se encontrar uma atitude conciliatória inclinada a sustentar a idéia de se estar perante atos prévios de um processo mais geral de apropriação e transmissão de um saber pluridisciplinar e enciclopédico.

Tzvetan Todorov integra a noção de *literatura de viagens* num complexo ato de conhecimento, tendo como eixo de estruturação a viagem, do qual se produziria “narrativas de viagens”, descrições da natureza ou dos homens, poesia ou relatos de aventuras. As viagens de descoberta permitiriam explorar o desconhecido, enquanto nas de regresso se operaria a reaproximação com o familiar.<sup>120</sup>

De qualquer modo, sem depender em exclusivo, da existência anterior de uma viagem real a partir da qual o gênero se definiria, a idéia de uma literatura de viagens adotada traduziria uma concepção eclética. A denominação *literatura de viagens* integraria, muito mais do que a compartimentação de designações exclusivamente temáticas ou ideologicamente marcadas, todas as

---

<sup>119</sup> TOVAR, p. 30-1.

<sup>120</sup> TODOROV, Tzvetan. As morais da História. Mem Martins : Publicações Europa-América, 1992. TODOROV, Tzvetan. Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1993.

manifestações discursivas que a viagem, direta ou indiretamente, proporcionou ou possibilitou.

Esse aspecto abrangente não anula a coexistência com o espectro de um certo desencanto e de alguma dúvida relativamente ao seu carácter de verdade<sup>121</sup>. Dúvida que assegura, afinal, a emergência de um meio de apropriação do real cada vez mais específico: a literatura que se reclama produtora de um real contíguo à realidade contactada. Ou seja, no caso da construção de Moçambique enquanto território em termos tanto administrativos como discursivos.

## 1.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS NARRADORES DE MOÇAMBIQUE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Não é escusado afirmar que essa *literatura de viagens*<sup>122</sup> sobre Moçambique produzida pelos europeus, mas também por outros povos<sup>123</sup>, constitui-se num território de conflitos e convergências, em termos não apenas limitados aos aspectos literários<sup>124</sup>.

---

<sup>121</sup> “In the case of travel literature, it is hard to avoid the feeling of monotony, which it inspires, which is no doubt due to the relatively limited means of expression, but also to the distance which never changes and by which the observer is separated from a world to which s/he remains external and of which s/he has only a superficial knowledge.” MASON, Peter. *Deconstructing America: representations of Other*. London and New York : Routledge, 1990.

<sup>122</sup> CRISTÓVÃO, p. 331.

<sup>123</sup> O mosaico cultural moçambicano tem as contribuições de três grupos: os portugueses, a tradição oral dos bantus, e os suahílis (árabes), dos quais lembramos a título de exemplo, um dos mais antigos e belos poemas sobre Sofala, de alegada autoria de Ahmad Ibn-Majid, a quem se atribui fantasiosamente ter sido o piloto árabe de Vasco da Gama, intitulado *As-Sufaliyya*.

<sup>124</sup> “Olhada como produto alienígena, obstáculo à reabilitação cultural que se ia tecendo na ruptura com o passado histórico, marginalizada pela coerção de um formalismo exclusivista, ou ostracizada por uma ideologização excessiva, conserva, por outro lado, a atmosfera de ineditismo que as coisas não reveladas emprestam à curiosidade humana”. LOBO, Almiro Jorge Lourenço. *A emergência do literário na “Relação do estado presente de Moçambique, Sena, Sofala, Inhambane, e todo o continente de África Oriental”, de Ignacio Caetano Xavier (1785)*. In: *Actas do Seminário Moçambique: navegações, comércio e técnicas*.

A preocupação portuguesa com a defesa e preservação dos espaços ocupados no território africano oriental, em razão da cobiça e dos avanços de ingleses, holandeses e franceses, contribuiu sobremaneira no atendimento das solicitações pombalinas pela recolha de informações sobre Moçambique que permitissem tanto um melhor conhecimento sobre suas potencialidades, como para sua defesa enquanto território sob domínio lusitano.

A situação, até mesmo cotidiana, experimentada pela presença portuguesa em Moçambique no século XVIII, ao exigir uma organização administrativa mais apta, composta por um sistema formal e institucional mais eficaz, não podia se dar ao luxo de dispensar uma circulação expedita de protocolos de correspondência, de estudos, de itinerários, ou informações variadas<sup>125</sup>.

No entanto, a pouca ou nenhuma exploração mais sistemática desses textos sobre Moçambique, provoca um certo desconhecimento a respeito deles entre os historiadores. Este desconhecimento, obra do acaso ou de uma construção deliberada, acaba por ocultar uma outra realidade: a necessidade da sua investigação para a revelação desse patrimônio literário e histórico. Os próprios autores dos textos sofrem deste certo desconhecimento, e isto se revela na desproporção de informações possíveis de ser obtida a respeito de cada um deles, tanto biográficas como analíticas.

Como afirma Lobo,

E a referência ao local de produção prende-se também com um aspecto importante: a hipótese de, a partir da leitura dos textos escritos nesse espaço, descobrir a rede de relações que se adivinha nos sujeitos produtores e que se plasma nos textos. Consubstanciar-se-ia o acto de descoberta dos contornos de uma “biblioteca” ou de uma herança literária que ecoa nesse *corpus* textual.

---

Lisboa : Comissão Nacional para a comemoração dos descobrimentos portugueses, 1998. p. 207-8.

<sup>125</sup> Ou seja, um suporte na versatilidade da escrita, para garantir a eficácia da organização administrativa e das instituições da coroa portuguesa.

Porque, dito de outro modo, a escrita implica a existência de uma leitura e vice-versa<sup>126</sup>.

Desse modo, é possível localizar em alguns dos autores dessa *literatura de viagens* versando sobre Moçambique, o que se poderia denominar de criação de “um espaço singular de confissão e de ocultação de um sujeito que reserva para si próprio o papel de filtro”. Espaço filtrante no qual, este sujeito se coloca como estruturador e gestor de um discurso que se pretende originalmente como objetivo e informativo.

Ao pretender-se como principal testemunha, se destaca a necessária colocação da presença física do narrador em pleno território objeto da escrita. Isto funciona como uma espécie de elemento assegurador de uma “verdade”, anúncio de um “exclusivo de fidelidade relativamente ao que ficaria dito”<sup>127</sup>.

A relevância desse procedimento retórico ultrapassa o mero interesse autobiográfico, pois, “a asserção da observação em primeira mão integra uma estratégia retórica de persuasão, um ‘topoi’ que pretende conferir veracidade ao universo textual construído”<sup>128</sup>.

O narrador constrói a si mesmo como figura de sujeito de enunciação, isto é, atribui-se um duplo papel: o de mediador e o de operador. Sua consciência age em dois níveis, “no da interpretação da realidade e no da produção de um novo real, isto é, de um real só concebível enquanto transcrição do que teria sido percebido pelos sentidos”<sup>129</sup>.

A observação do cruzamento de povos e culturas implica em atitudes de apreciação, encontro de concepções e tentativas de conhecimento que têm no

---

<sup>126</sup> LOBO, p. 208.

<sup>127</sup> LOBO, p.210.

<sup>128</sup> LOBO, p. 210.

<sup>129</sup> LOBO, p.210.

olhar um sentido privilegiado. Olhar constituinte do elo vivo entre cada um dos sujeitos desse cruzamento e o mundo, entre o “eu” e os “outros”.

Na seqüência de uma prática que já vinha da Idade Média, o sentido da visão encabeçava uma hierarquia que incluía, por esta ordem, ouvir e ler. De qualquer forma, quando se chega ao século XVIII, da aliança entre ver, ouvir e ler, o sentido preferido para a aquisição do conhecimento e reivindicado como aferidor da verdade continua a ser o da visão, a qual significa saber, conhecer, e que implica uma “visão intelectual das verdades humanas e divinas”.<sup>130</sup>

Os diversos relatos produzidos pelos viajantes, funcionários e cientistas possibilitam a construção/invenção de Moçambique como um território, onde se percebe temas comuns na apreensão do mundo natural e dos homens, os quais serão discutidos no capítulo III.

O material presente nos relatos, notícias, cartas e memórias trabalhados ao longo desta tese, apresenta-se configurado como *literatura de viagens*, uma vez que atende às condições discursivas apresentadas por Cristóvão, Lobo, Tovar e Todorov, e discutidas anteriormente.

Os narradores estudados apresentam origens, formações e funções bastante distintas. Alguns são funcionários administrativos, outros são cientistas; a maior parte é portuguesa, mas também se encontram goeses e brasileiros; alguns possuem formação superior. No entanto, seus escritos possuem uma clara ligação ou conexão com o “espírito da época”, ou seja, com as idéias e práticas em circulação na segunda metade do século XVIII – denominado por Jurgen Habermas como *opinião pública*.<sup>131</sup>

---

<sup>130</sup> (...) Le verbe ‘voir’ (...) veut dire tantôt: savoir, connaître, et implique alors une vision intellectuelle – d’ailleurs souvent précaire – des vérités humaines et divines; mais que, d’autres fois, ‘voir’ désigne un élan affectif incontrôlé, l’acte d’une convoitise qui se repaît amoureusement, insatiablement, de la présence de l’être désiré, dans la hantise du malheur imminent, et dans le pressentiment d’une malédiction ou d’une punition attachée à cette “vue”. STAROBINSKI, Jean. *L’oeil vivant*. Paris : Éditions Gallimard, 1970. p. 75-6.

<sup>131</sup> Para mais informações ver HABERMAS, Jurgen. *L’espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris : Payot, 1993.

## CAPÍTULO II

### **DE COMO HISTORAR A PRESENÇA PORTUGUESA NA ÁFRICA ORIENTAL, SUAS CONQUISTAS, SUAS GUERRAS, A COLONIZAÇÃO, A ADMINISTRAÇÃO, AS RELAÇÕES COM OUTROS POVOS, CULTURAS E RELIGIÕES**

O império ou estado indiano lusitano, que anteriormente dominava a totalidade do Oriente e compreendia oito mil léguas de soberania, vinte e nove cidades capitais de província e muitas outras de menor importância, e que ditava leis a trinta e três reinos tributários, espantando todo o mundo com sua enorme extensão, assombrosas vitórias, próspero comércio e imensas riquezas, está agora reduzido, por causa dos seus próprios pecados ou devido a inevitável decadência dos grandes impérios, a tão poucas terras e cidades que se pode muito bem duvidar se o Estado era mais pequeno mesmo no princípio do que é agora no fim.<sup>132</sup>

Padre Manuel Godinho, 1663

---

<sup>132</sup> Apud BOXER, C. R. O Império Marítimo Português: 1415-1825. Lisboa : Edições 70, 2001. p. 135.

## 2.1 DA PRESENÇA PORTUGUESA

No alvorecer do século XV a Europa encontrava-se em busca da sua própria identidade. A Igreja Católica Romana havia formulado uma diretriz bem definida por ocasião das Cruzadas, no que dizia respeito aos anseios de expansão existentes entre os europeus ocidentais. A intensificação dos contatos ocorridos entre cristãos ocidentais e povos muçulmanos, principalmente a partir do século XI, havia resultado numa crescente familiarização com as estruturas comerciais mouras - envolvendo portos, produtos, riquezas -, assim como dos usos e costumes destes, por parte dos europeus.

As transações comerciais haviam criado centros bem situados, fervilhantes pela intensa vida urbana e levaram à visão de outras realidades até então desconhecidas. E, tudo isto veio a se constituir em objeto de desejo por parte dos europeus.

Como afirma Maria Benedita Araújo, “Especiarias, jóias, pedras preciosas e o interesse directo que a aquisição de tantas e tão valiosas mercadorias acarretava, estiveram na base dos contactos comerciais, necessariamente pacíficos, prontamente estabelecidos”.

As atividades comerciais, especialmente no tocante às especiarias e às sedas, sempre demandavam

uma articulação perfeita de segmentos muito diversos e paz e segurança nos largos percursos a vencer. As especiarias não se encontravam à boca da barra, por assim dizer, e o mesmo acontecia com as sedas, cujos lavrados e trama permitem, ainda hoje, apesar de deslustrados pelo tempo, admirar a beleza e opulência.<sup>133</sup>

As especiarias tendo origem em áreas distantes da Ásia, eram transportadas por mar até chegar aos portos da península arábica, do Suez ou do

---

<sup>133</sup> ARAÚJO, Maria Benedita. O giro moçambicano: subsídio para a História de Moçambique (1498-1752). Coimbra : Universidade de Coimbra, 1992. p. 4.



Golfo Pérsico, quando então passavam a ser compradas por venezianos e genoveses e carregadas por caravanas através de trajetos imemoriais.

Ao atingirem os portos do Mediterrâneo oriental – as cidades de Alexandria, Beirute e Trípoli -, eram então estabelecidas as relações comerciais com os mercadores venezianos, florentinos e genoveses - sendo que estes últimos também dominavam algumas cidades do norte da África -, para que os italianos abastecessem as sub-rotas de distribuição das desejadas mercadorias.

Do mesmo modo, os produtos de origem chinesa percorriam trajetos de grande extensão e dificuldade, atravessando a Ásia Central e chegando ao Mar Negro, onde encontravam os estabelecimentos italianos sediados em Constantinopla e na Criméia.

No entanto, os europeus não possuíam produtos igualmente valiosos ou competitivos para estabelecer um equilíbrio nessas trocas comerciais. Assim sendo, os europeus obrigavam-se a recorrer ao pagamento em ouro e prata para fazer frente a uma balança comercial pesadamente deficitária.<sup>134</sup>

Genoveses, aragoneses e catalães tentavam encontrar uma via direta de contato com o Oriente desde o final do século XIII.<sup>135</sup> Isto porque a ligação comercial entre a Europa e a Ásia era dependente do mundo islâmico, e este encontrava-se em constantes mutações, ora repartido, ora unificado, invadido por mongóis ou pelos turcos.

Para além das proibições papais de comerciar com os infiéis, essa precariedade dos caminhos mediterrânicos, acabava por colocá-los em constante situação de perigo de bloqueio, por conta de qualquer interesse pontual de um grupo, ou mesmo do capricho de algum conquistador. Esta necessidade de procurar por novos caminhos para o Oriente possuía um outro viés também e de

---

<sup>134</sup> ARAÚJO, Maria Benedita, p. 4-5.

<sup>135</sup> Embora essas tentativas não tivessem tido resultados favoráveis, revelaram-se bastante proveitosas num futuro não tão distante. Um exemplo dessas tentativas é a realizada pelos genoveses irmãos Vivaldi em 1292.

muita importância. Por que não buscar diretamente as especiarias e sedas em suas longínquas origens?

A Península Ibérica, se comparada à Península Itálica, enfrentava uma situação desfavorável no que concerne aos recursos econômicos, índices populacionais e avanço civilizacional. No entanto, dispunha de fatores primordiais para fazer frente aos tempos atlânticos que se anunciavam: extensas linhas de costa providas de bons portos com situação geográfica atlântica-mediterrânea, intensa atividade piscatória, contatos marítimos e comerciais, tradição de vida no mar, conhecimentos náuticos consentâneos com a época, e no caso de Portugal, considerado o primeiro Estado europeu moderno, também já atingira uma identidade própria e delimitação ibérica.

Os portugueses se constituem num povo que desde cedo se lançou à labuta cotidiana nos mares, sendo marinheiros e pescadores que

perscrutam desde cedo o Atlântico misterioso, perseguindo os cardumes em busca de áreas piscatórias mais compensadoras. Mercadores, aproam ao norte seus barcos, estabelecem-se em feitorias e feiras, imiscuem-se nos giros comerciais. Acompanham assim o movimento geral da época.<sup>136</sup>

De acordo com Vitorino Magalhães Godinho, ocorreu uma gradual passagem nas trocas envolvendo o ouro para a busca direta das especiarias em seus locais de origem. Pois, “se desde a viagem de Antão Gonçalves o ouro da costa ocidental se tornara uma realidade, também o da vertente oriental não iria desmerecer tais sonhos, muito embora a recolha não se fizesse com a facilidade apetecida.”<sup>137</sup> A insistência na busca de ouro e especiarias serão a marca por excelência das atividades portuguesas ao longo de suas navegações e conquistas por todo o planeta, tanto nesse período inicial como no que se estende até o final do século XVIII.

---

<sup>136</sup> ARAÚJO, Maria Benedita, p. 3.

<sup>137</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. Os Descobrimientos e a economia mundial. Lisboa : Arcádia, 1963. p. 204.

O descobrimento do caminho marítimo para as Índias pelo navegante português Vasco da Gama em 1498, pode ser situado como fazendo parte do processo de profunda transformação do mundo europeu que vinha desde a crise do final do século XIV<sup>138</sup>. Neste processo ocorreu a introdução de conceitos até então desconhecidos nas ciências naturais, levando a um acréscimo inédito de conhecimentos, assim como houve o enriquecedor contato com grupos étnicos diferenciados por parte dos europeus.

A viagem marítima de Portugal até a Índia era bastante longa, árdua e perigosa, demandando de 6 a 7 meses para ser vencido todo o trajeto que costeava o continente africano. Desta forma,

tornava-se necessário tomar escalas em locais escolhidos tanto quanto possível de antemão, onde os navios pudessem fazer aguada, prover-se de alimentos frescos e proceder-se aos necessários reparos. A costa oriental, situada logo após a passagem do cabo, ainda com a travessia do Índico pela frente, preenchia esses fins.<sup>139</sup>

De acordo com o cronista João de Barros, o primeiro português a pisar em Sofala (parte do território africano oriental posteriormente conhecido como Moçambique) por volta de 1489, foi Pero da Covilhã, durante o reinado de D. João II. Sua missão consistia em realizar o reconhecimento geográfico, principalmente das condições de navegabilidade apresentadas pelo Oceano Índico, e das potencialidades econômicas da região.

Mussa ibn Iq: este era o nome do “sultão” suahíli que reinava sobre uma pequena ilha-feitoria por ocasião da chegada da expedição de Vasco da Gama à África Oriental. Ao tentarem descobrir o nome do reino em que estavam, aos portugueses foi respondido estarem em território de Mussa, filho de Iq. Assim, desta denominação originada de um erro de tradução, algo frequente na

---

<sup>138</sup> LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média. Lisboa : Estampa, 1980.

<sup>139</sup> ARAÚJO, Maria Benedita, p. 8.

expansão colonial europeia, emergiu Moçambique. Esta denominação específica acabaria por estender-se aos territórios fronteiriços à ilha e, depois para os do Rio de Sena, na bacia do Rio Zambeze.

O planejamento da viagem de Vasco da Gama à Índia em 1498 possivelmente contou com as informações contidas nos relatos de Pero da Covilhã. Apesar de a expedição marítima de Vasco da Gama não ter aportado em Sofala, embora o tenha feito na Ilha de Moçambique, este navegou ao longo da costa oriental africana e deixou relato de ter tomado conhecimento do comércio de ouro neste porto e de suas ligações com a rota aurífera dominada pelos árabes desde Quíloa<sup>140</sup>.

É importante ressaltar que Sofala é a primeira localidade de importância no contato com os portugueses na costa africana oriental, sendo substituída pela Ilha de Moçambique bem mais tarde, já em meados do século XVI, sendo que esta passará a partir do século XVII a denominar genericamente toda aquela região, tanto a litorânea como a sertaneja.

A expedição de Pedro Álvares Cabral em 1500 com destino à Índia - e que por um breve período esteve em terras atlânticas ocidentais mais tarde conhecidas pela denominação de Brasil -, obteve um melhor êxito no contato com os habitantes da costa oriental africana apenas na sua viagem de retorno a Portugal, quando neste momento, conseguiu recolher algumas amostras de ouro em Sofala para serem levadas a Lisboa.<sup>141</sup>

Vasco da Gama por ocasião de sua segunda viagem à Índia (1502) tinha ordens expressas de se dirigir a Sofala – onde permaneceu por um período de 25

---

<sup>140</sup> BARROS, João de. *Ásia*. Coimbra : Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988. p. 89 e 177.

<sup>141</sup> Na armada de Cabral, Diogo Dias tinha a incumbência de fundar uma feitoria em Sofala, com o intuito de marcar a presença portuguesa no comércio de ouro, então dominado pelos árabes. Havia uma intenção estratégica de utilizar o ouro como mercadoria de troca na aquisição de especiarias, desta forma conectando Sofala sob o domínio lusitano ao mercado indiano. ARAÚJO, Maria Benedita. *O giro moçambicano*. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1992. p. 13. Ressalte-se que Bartolomeu Dias veio a falecer ainda no transcorrer da viagem, antes de chegar à África Oriental.

dias na viagem de regresso a Portugal-, e firmar a presença portuguesa no mercado de ouro.

Para tal fim, os portugueses não hesitaram em intervir no sentido de alterar o então existente equilíbrio político na costa oriental africana. Quíloa irá se afigurar como o alvo principal, pois seu governante mostrava-se pouco disposto a cooperar com os portugueses desde o encontro que tivera com Pedro Álvares Cabral e sua esquadra.

Com o auxílio do rei de Melinde<sup>142</sup>, que buscava escapar ao jugo político-econômico de Quíloa e Mombaça, Vasco da Gama conseguirá submeter Quíloa e obrigar seu rei a prestar vassalagem ao monarca português, assim como, impõe um tributo anual de quinhentos miticais de ouro.<sup>143</sup>

No ano de 1504 D. Manuel, no bojo do plano de ocupação do Oriente, decidiu guarnecer militarmente alguns locais estratégicos, tanto na Índia como na África. E Sofala destaca-se dentre estes. As razões de tal decisão e destaque devem-se ao comércio de especiarias e à presença portuguesa neste mercado, pois “hostilizados pelas populações árabes e afro-árabes, chegara-se à conclusão de que não era possível estabelecer trato pacífico naquelas áreas, a não ser que se dispusesse de um forte poder militar e naval, o que implicava a construção de uma série de fortalezas de apoio”.<sup>144</sup>

A presença muçulmana em Sofala era constituída por duas povoações distantes meia légua entre si, a da beira-mar e a da beira-rio. Estes muçulmanos (predominantemente negros islamizados ou mestiços) viviam cercados por cerca de dez mil africanos, como bem descreve Diogo de Alcáçova em carta a D. Manuel de 20 de novembro de 1506, “vivem ao redor deles, mas não entre

---

<sup>142</sup> “Era uma terra simpática, parecia até com Alcochete...”. VELHO, Álvaro. Diário da viagem de Vasco da Gama. Porto : Civilização, 1945. p. 39.

<sup>143</sup> GODINHO, Vitorino, Magalhães. Os descobrimentos e a economia mundial. Lisboa : Editorial Presença, 1984. p.157.

<sup>144</sup> ARAÚJO, Maria Benedita, p. 8.

eles”<sup>145</sup>. Esta presença islâmica em Sofala e sua dispersão pelo sertão deviam-se às já citadas razões comerciais. Havia conseguido o consentimento dos potentados negros para a sua fixação através da não ingerência nos conflitos internos e dos chamados saguates\* (presentes/tributos) permanentes com que satisfaziam a avidez dos chefes tribais.

Em 1505, a expedição de D. Francisco de Almeida à Índia, nomeado como o seu primeiro Vice-Rei, tinha como uma de suas ordens, viabilizar a construção de uma fortaleza em Sofala, que teria como capitão Pero de Anhaya.<sup>146</sup> Pero de Anhaya tentou contestar o local escolhido para a construção da fortaleza, mas o rei não aceitou sua argumentação, e a fortaleza acabou por ser erigida, sendo terminada em 1506<sup>147</sup>. A fortaleza (a segunda mais antiga edificada na costa oriental), na verdade tratava-se de uma tranqueira quadrada com 20 palmos de altura, protegida por um fosso de 12 palmos de largura por 12 palmos de altura. Sua resistência foi comprovada em combate quando o xeque\* Yssuf, instigado pelos mercadores muçulmanos, decidiu atacá-la. Os portugueses não só resistiram ao ataque feito pelos africanos, como ao passarem à ofensiva terminaram por matar o xeque e substituí-lo por seu filho Soleimão, o qual seguiu uma política pró interesses lusitanos<sup>148</sup>.

---

<sup>145</sup> Citada por LOBATO, Alexandre. A expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530. Lisboa : Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. vol. III, p. 24.

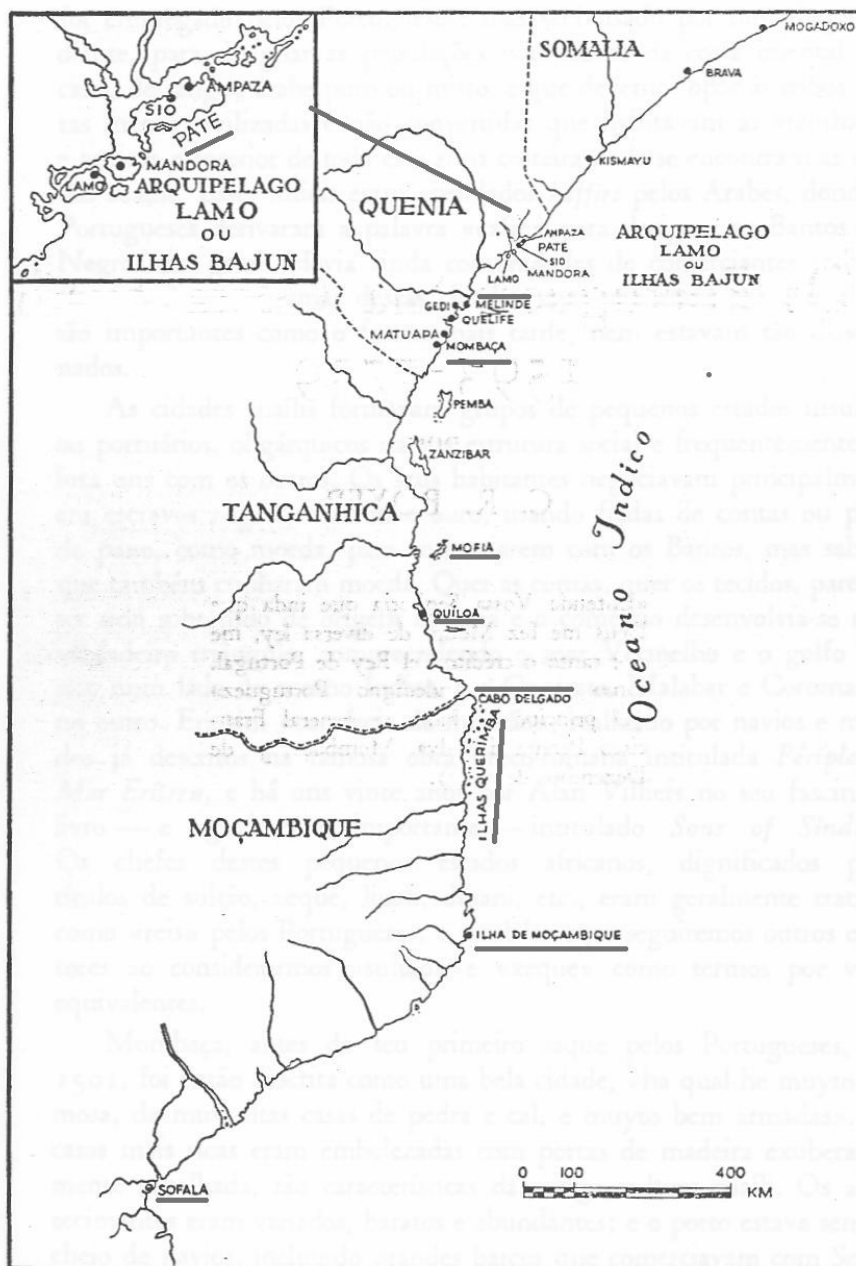
\* Ver glossário

<sup>146</sup> Regimento do Capitão-Mor D. Francisco de Almeida. in: Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840, vol I, p.178.

<sup>147</sup> Frei João dos Santos evangelizou na região de Sofala por vários anos, tendo fixado moradia entre 1586 e 1590, descreveu a fortaleza como tendo 25 palmos de altura e sendo quadrada. Na face para o mar tinha uma torre de dois sobrados e junto dela “uma sala formosíssima, as quais casas são aposentos do capitão da fortaleza”. Dentro da fortificação ficava a igreja matriz e na muralha virada para a povoação localizava-se a casa da feitoria. SANTOS, Frei João dos. Etiópia Oriental. Lisboa : Publicações Alfa, 1989. p. 24.

\* Ver glossário

<sup>148</sup> CORREIA, Gaspar. Lendas da Índia. Porto : Lello & Irmão Editores, 1975. CASTANHEDA, Fernão Lopes de. História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses. Lisboa : Imprensa Rollardiana, 1833.



A COSTA SUAÍLI

“O estabelecimento alicerça-se em Sofala e Quíloa; aquela, o porto de resgate de ouro e base do acesso às minas, esta a sua metrópole”.<sup>149</sup> Entretanto, Quíloa –que costumava praticar forte tributação alfandegária em causa própria -, permanecia rebelde, recusando-se a pagar os tributos anuais de vassalagem aos

<sup>149</sup> MONTEZ, Caetano. Fortalezas de Moçambique – Praça de S. Caetano de Sofala. In: Documentário Trimestral – Moçambique, n. 66, Lourenço Marques, 1951. p. 70.

portugueses, os quais haviam sido impostos por Vasco da Gama em 1502. Para resolver a situação de forma favorável aos interesses portugueses, Francisco de Almeida decidiu-se pela conquista militar de Quíloa, e desta feita o rei foi deposto e substituído por outro, em princípio mais favorável à política portuguesa. Na sequência, Mombaça também foi conquistada militarmente, sendo inclusive incendiada.<sup>150</sup>

Essas ações militares constituíram o passo decisivo na efetiva consequência da decisão portuguesa de estabelecer-se tanto no comércio de ouro e especiarias, como em território africano oriental propriamente dito.

Assim, como visto acima, para dar azo a esta estratégia, o domínio sobre Quíloa – centro distribuidor do ouro na região - era fundamental,

donde se causou assentar elle, que na cidade de Quíloa se fizesse uma fortaleza: porque com ella e outra em Moçambique e amizade que tínhamos com o rei de Melinde, ficava toda aquela costa Zanzibar debaixo do título de seu comércio, para mais facilmente se sustentar uma fortaleza em Sofala.<sup>151</sup>

Por volta de outubro de 1505, pode-se dizer que a feitoria de Sofala funcionava a pleno vapor, pois se encontram notícias de que o serviço religioso já se encontrava devidamente organizado - inclusive com solicitação de material para a igreja, a ser entregue ao vigário Padre Bartolomeu Fernandes -, bem como, de pedido de compra de alimentos para doentes. Também o serviço de almoxarifado dos mantimentos se encontrava devidamente instalado<sup>152</sup>.

Desde março de 1505 vigorava um regimento de autoria do Vice-Rei da Índia, o qual estabelecia o monopólio do Estado no comércio do ouro. Entretanto,

---

<sup>150</sup> BARROS, João. Ásia. Coimbra : Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988. p. 312-20.

<sup>151</sup> MONTEZ, Caetano. Fortalezas de Moçambique – Praça de S. Caetano de Sofala. In: Documentário Trimestral – Moçambique, n. 66, Lourenço Marques, 1951. p. 70.

<sup>152</sup> DOCUMENTOS SOBRE OS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE E ÁFRICA CENTRAL 1497-1840. p. 128 e 304.



a participação no negócio era permitida aos portugueses e mesmo aos “mouros amigos”, desde que devidamente autorizados e por intermédio do feitor do rei. Como reação a esta condição monopolista, ocorre uma intensificação do contrabando, no qual participam todos aqueles que foram aliados do comércio do ouro, principalmente os mercadores de Adém e Ormuz, os quais começam a operar a partir de Angoche. Os rios de Cuama, até então de importância reduzida, adquirem um novo e importante papel na penetração do território africano pelos mercadores islâmicos<sup>153</sup>.

Para tentar impedir as atividades de contrabando pelos muçulmanos com base em Angoche, os portugueses iniciaram a fundação de um povoado – Quelimane, na foz do rio Cuama -, entre fins de 1513 e início de 1514. O objetivo era constituir uma feitoria que realizasse o comércio de velório (miçangas, contas de vidro), em local próximo dos ávidos consumidores; que facilitasse a intensificação das ações diplomáticas, através do envio de mensageiros aos chefes do interior continental para contrapor à influência árabe; e que a presença de navios portugueses viesse a desencorajar os negócios ilícitos na região<sup>154</sup>.

A continuidade dessa estratégia política por parte dos portugueses, associada à prática dos saguates (tributos) também por estes, acabou por facilitar o relacionamento com o poder negro do sertão africano, colocando o comércio do ouro a fluir até a fortaleza de Sofala. Mesmo as dificuldades iniciais nas trocas comerciais, em razão da rejeição aos produtos oferecidos pelos portugueses, foram superadas. Ao contrário do modelo de comércio exercido na Mina, eram os tecidos de Cambaia o que fazia desenrolar as trocas em Moçambique<sup>155</sup>.

---

<sup>153</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. Os descobrimentos e a economia mundial. Lisboa :Editorial Presença. p. 216.

<sup>154</sup> LOBATO, Alexandre. A expansão portuguesa em Moçambique 1498 a 1530. Lisboa : Centro de Estudos Históricos, 1960. vol. II, p. 36.

<sup>155</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. Os descobrimentos e a economia mundial. Lisboa : Editorial Presença, 1984, p. 190-1.

Sofala serviu de base para inúmeras expedições terrestres comerciais em direção ao interior, que permitiram o reconhecimento do *hinterland* na incessante busca do império do Preste João<sup>156</sup>. Estas expedições eram empreendidas tanto por negros cristianizados, como pelos árabes que serviam como intermediários, mas também por um explorador dos sertões, o ex-carpinteiro de naus e degredado António Fernandes.

Este personagem teria sido o primeiro português a alcançar o reino do Monomotapa e as regiões mineiras de Manica e Maxonalândia, entre os anos de 1511 a 1514, inclusive tendo feito um minucioso levantamento dos reinos existentes naqueles sertões<sup>157</sup>. Fernandes teria relatado suas descobertas a Gaspar Veloso, alcaide-mor de Sofala, que posteriormente escreveu a descrição das tais viagens e as transmitiu ao reino. Segundo tais relatos, o desvio comercial de Sofala para Angoche realizado pelos árabes poderia ter sido eliminado, se tivesse sido erigida uma feitoria nas terras de Quitengue.

Fazendo-se aí essa casa, teria Vossa Alteza todo o ouro desta terra, bem como o de Monomotapa que está a dez dias de jornada deste ilhéu. Além disto, podia resgatar-se muito marfim, para se levar à Índia ou a estes Reinos e assim se compensaria o resgate de Sofala que é prejudicado por um rio mais pequeno que de Angoche vem ter a este de Quitengue e pelo qual vêm muitos zambucos<sup>\*</sup> carregados de panos para resgate por toda a terra<sup>158</sup>.

---

<sup>156</sup> “À semelhança do que acontecera em todo o resto do continente os descobridores portugueses tinham a esperança de encontrar no Sudeste Africano alguma notícia sobre o imenso império do Preste João, oculto no interior da África austral. Até mesmo a cartografia dos princípios do século XVI, representando o litoral do continente já com grande perfeição, colocava as nascentes do Nilo no hemisfério sul e preenchia essa mesma região com nomenclatura que dizia respeito à Abissínia. Não admira, pois, que se interpretassem as notícias colhidas sobre o Monomotapa como referentes ao próprio Preste. Os contactos e as viagens subsequentes acabariam por limitar o império abexim a zonas muito mais setentrionais, ao mesmo tempo que colocavam em seu lugar outro grande império africano: o Monomotapa”. SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. Lisboa : Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988, p. 73.

<sup>157</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira, p. 74.

\* Ver glossário.

António Fernandes percorria os caminhos de Sofala até o reino do Monomotapa através do rio Buzi ou do rio Pungué, passando por Manica. Nos anos de 1513-14 subiu até o Médio Zambeze, quando descobriu o caminho utilizado pelos árabes para suas atividades comerciais. Por conta de seus conselhos, os portugueses abandonam os caminhos até então utilizados, passando a avançar para o interior por meio do rio Zambeze, também chamado de Cuama. Em 1516 já se pensava em utilizar/dominar a subida do rio para impedir o tráfego dos árabes na região. No entanto, o Zambeze iria revelar-se bastante hostil aos portugueses e suas intenções de atingirem as regiões produtoras de ouro. “As suas margens, muito insalubres, provocaram aos Portugueses febres extremamente mortíferas. A despeito disso, foi esta a via utilizada no avanço para a Maxonalândia”<sup>159</sup>.

Com o domínio da subida do rio Zambeze, em 1531 os portugueses instalaram-se em Sena e Tete, tendo atingido a região do Zumbo – situada na atual fronteira entre Moçambique e Zimbabué -, em meados do século XVI. Por esta altura já era comum a presença de mercadores portugueses em busca do ouro na corte do Monomotapa. Alguns ficaram célebres, como Baltasar Gramacho e António Caiado, em razão de terem estabelecido tão boas relações com o imperador, o qual chegou até mesmo a oferecer-lhes algumas minas de ouro como presente.

De acordo com Maria Emília Madeira Santos, a primeira notícia extensa sobre o império do Monomotapa a chegar até a Europa foi a presente no livro de Duarte Barbosa de 1518<sup>160</sup>. O autor combinou de forma cuidadosa informações originadas de relatos mouros, cristãos e gentios, resumindo o que se

---

<sup>158</sup> Carta de Gaspar Veloso citada por TRACEY, Hugh. António Fernandes – descobridor do Monomotapa 1514-1515. Lourenço Marques, 1940.

<sup>159</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira. Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África. Lisboa : Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. p. 75.

<sup>160</sup> Traduzido em várias línguas, o livro chegou a ter grande repercussão na Europa.

sabia sobre o interior moçambicano por aqueles que circulavam pela costa oriental da África. Para além da localização e extensão do império do Monomotapa, o autor estende-se nos comentários sobre seus habitantes e povoações.

Sobre os habitantes, descreve suas vestes de peles e espadas ornadas de ouro, suas compras de algodões pintados e sedas da Índia quando de suas idas à Sofala. A cidade onde o imperador permanecia por maior espaço de tempo localizava-se a 21 dias de caminhada pelo sertão adentro, na direção do Cabo da Boa Esperança. E era neste local que os comerciantes compravam o ouro, que depois era trazido até a costa. O Monomotapa dispunha de um exército poderoso, formado por vassalos aguerridos, “que provocava a admiração de quantos dele ouviam falar”<sup>161</sup>.

Além disso, é importante ressaltar que nos sertões de Sofala se encontravam inúmeros portugueses, que a título particular procuravam enriquecer através dos mais variados estratagemas comerciais. Muitos seriam, com certeza, degredados e fugitivos das embarcações da “carreira da Índia” e que se embrenhavam nos negócios do e em torno do ouro. Estas infiltrações permitiram aprofundar e consolidar os conhecimentos acerca dos meandros do negócio do ouro, mas também serviram para cimentar a presença portuguesa na região<sup>162</sup>.

---

<sup>161</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira. Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África. Lisboa : Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. p. 75-6.

<sup>162</sup> Alexandre Lobato refere um documento acerca da existência de muitos portugueses espalhados pelo interior do Quiteve. Carta de António Silveira de Meneses ao rei. In: LOBATO, Alexandre. A expansão portuguesa em Moçambique 1498 a 1530. Lisboa : Centro de Estudos Históricos, 1960. vol. II, p. 26.



Habitantes do Sudeste Africano com o seu vestuário de peles.

163

A feitoria de Sofala não se limitava a realizar o resgate do ouro – o qual já não afluía com a mesma abundância de outrora -, embora esta fosse a sua razão de existir. Também comerciava marfim (que desde 1515 torna-se o produto de maior circulação), âmbar, mantimentos e escravos. Os escravos eram inicialmente destinados aos serviços públicos, e quando eram dispensados de tal, eram vendidos aos moradores para prestarem serviços domésticos<sup>164</sup>.

Num testemunho da época, o Frei João dos Santos refere-se à prática do resgate de escravos no final do século XVI, sendo que a área abrangida pelo

<sup>163</sup> SANTOS, p.80.

<sup>164</sup> LOBATO, Alexandre. *A expansão portuguesa em Moçambique 1498 a 1530*. Lisboa : Centro de Estudos Históricos, 1960. vol. III, p. 67. ARAÚJO, Maria Benedita. *O giro moçambicano*. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1992, p. 36.

comércio de Sofala estendia-se de Manica às ilhas Bocicas (situadas ao longo da costa para sul da fortaleza) e ainda aos “outros rios que estão perto de Sofala”<sup>165</sup>.

Nos séculos XVII e XVIII, Sofala torna-se em centro exportador de grandes quantidades de escravos, que são principalmente adquiridos por navios franceses, que os encaminham para suas colônias. De Sofala partia, ainda, o navio de resgate que se dirigia para Inhaca, na baía de Lourenço Marques, onde em troca de tecidos e contas miúdas, arrecadava marfim, escravos, mel, manteiga, dentes e unhas de cavalos marinhos. Duas vezes por ano um pangaio\* proveniente das ilhas Bocicas trazia para comerciar ouro em pó, âmbar, marfim, pérolas, mel, aljôfar, manteiga, arroz e dentes de peixe-mulher. Dos rios de Cuama traziam-se dentre outras coisas, ouro e marfim<sup>166</sup>.

A feitoria de Sofala cumpriu com os objetivos para os quais foi criada. Em suas duas primeiras décadas de existência contribuiu decisivamente para afirmar a soberania portuguesa naquela região: ao receber e expedir embaixadas aos reinos africanos do interior, ao interferir no poder muçulmano local conseguindo levantar e derrubar chefes tribais e reis, ao contrariar a política comercial árabe, e ao servir de base para expedições comerciais alargadas.

Pode-se afirmar que Sofala não conseguiu absorver todo o fluxo de ouro que jorrava do interior continental, uma vez que os islamitas estabeleceram rotas alternativas que torpedearam a monopolização do comércio aurífero por parte dos portugueses. Contudo, a feitoria permaneceu em atividade e com algum significado econômico, mesmo que o fosse com altos e baixos, de acordo com as convulsões vividas no interior, uma vez que qualquer alteração de ordem política ou militar afetava diretamente as atividades daquele porto.

---

<sup>165</sup> SANTOS, Frei João dos. Etiópia Oriental. Lisboa : Publicações Alfa, 1989. vol I, p. 44; vol II, p. 197.

\* Ver glossário.

<sup>166</sup> ARAÚJO, Maria Benedita. O giro moçambicano. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1992, p. 158 e 162.

A chegada de António Saldanha em 1510 como capitão de Sofala, o qual também tinha o encargo de prover a feitoria de Moçambique, estabeleceu uma alternância no local de residência do capitão que prevaleceu até meados do século. Tal atitude revela o novo papel que a fortaleza de Moçambique passaria a ter dali para frente em relação aos interesses portugueses<sup>167</sup>.

No final do século XVI, a importância econômica de Sofala era quase insignificante. Moçambique, aproveitou-se da sua condição insular estratégica e seu bom ancoradouro, em contraposição à barra traiçoeira e pontuada de baixios de Sofala. Tornou-se um porto muito frequentado, graças ao tráfego dos navios que faziam a chamada “carreira da Índia”. Nas palavras de Frei João dos Santos

...na ilha de Moçambique não havia mais que uma feitoria, onde estava um feitor do capitão de Sofala, até que em tempo que governava a rainha D. Catarina por El Rei D. Sebastião, se mandou fazer a fortaleza de Moçambique com receio dos turcos no Estreito de Meca, que foi no ano do Senhor de 1558, sendo vice-rei da Índia D. Constantino, e depois de feita a fortaleza residiam os capitães seis meses em Moçambique, e outros seis em Sofala, mas já agora os capitães estão na fortaleza de Moçambique<sup>168</sup>.

No entanto, o golpe mais significativo sofrido por Sofala foi resultado do sucesso das expedições de seu capitão Vicente Pegado, que em 1531 conseguiu instalar uma feira em Sena<sup>169</sup>. O interior foi atingido e ocupado, ia-se definitivamente ao encontro do ouro. Com isso, Sofala passou a ocupar uma posição subalterna e marginal nos negócios do ouro. A via do rio Zambeze e os estabelecimentos de Sena e Tete, liderados pela ilha de Moçambique, passaram a

---

<sup>167</sup> Mandado de António Saldanha a Froilos Brandão, almoxarife. Sofala, 19 de maio de 1510. Citada por LOBATO, Alexandre. A expansão portuguesa em Moçambique 1498 a 1530. Lisboa : Centro de Estudos Históricos, 1960. vol. II, p. 26.

<sup>168</sup> SANTOS, Frei João dos. Etiópia Oriental. Lisboa : Publicações Alfa, 1989. vol I, p. 45.

<sup>169</sup> ARAÚJO, Maria Benedita. O giro moçambicano. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1992, p. 64.

ser os grandes centros econômicos dos domínios portugueses na África Oriental a partir de então.

Por ocasião do período de unificação das coroas ibéricas entre 1580 e 1640, ocorreu em Moçambique e na Zambézia um processo semelhante ao da região paulista no Brasil. O processo de colonização escapou completamente da ordem estatal e espalhou-se em direção ao interior africano por meio de empreendimentos privados. Diversos colonos de origem portuguesa transformaram-se em pequenos régulos tributários de senhores locais. A historiografia racista do período ditatorial português irá referir-se a este processo como “cafrealização” dos colonos, assim como no Brasil fala-se, sem um tom tão pejorativo assim, numa “tupinização” dos luso-paulistas.

Dessa forma, os portugueses que haviam iniciado um processo de expansão territorial no século XV, em meados do século seguinte tinham atingido o *hinterland* da África Oriental, em sua busca pelas riquezas presentes no Império Monomotapa – em especial, o mítico ouro e depois a prata.

Ao longo do século XVII, os portugueses espalharam-se pelo território localizado no vale do rio Zambeze, onde estabeleceram várias feiras e adquiriram porções territoriais no planalto karanga a sul do rio Zambeze. No século XVIII, os moradores do Tete dirigiram-se para o norte do rio Zambeze, com o objetivo de angariar terras, seja comprando ou guerreando os maraves.

Assim, os portugueses conseguiram dominar, ainda que por vezes apenas formalmente, toda a região do vale do rio Zambeze desde o Oceano Índico até cerca de 120 léguas da costa<sup>170</sup>.

Assim, Moçambique que era, inicialmente, uma feitoria e entreposto de escala na rota do Oriente evoluiu para uma espécie de colônia territorial com a incorporação de vastas áreas territoriais da Zambézia. Todavia, esse processo de

---

<sup>170</sup> Essa região que era conhecida no século XVII como Rios de Sofala ou Rios de Cuama (nome africano do baixo Zambeze), no século XVIII ficou designada como Rios de Sena, e posteriormente, em meados do século XIX como Zambézia.



colonização se deu de acordo com um modelo completamente diverso daquele adotado no Atlântico, pois não foram instituídas capitânicas hereditárias, nem distribuídas sesmarias, ou instalados municípios, situação que prevaleceu até o período pombalino, quando a região transformou-se em uma capitania autônoma em 1752, separada do Vice-Reino da Índia, ao qual esteve ligada por laços administrativos até então.

A colônia então passou a depender diretamente de Lisboa e a ser administrada por um governo-geral, sediado na Ilha de Moçambique, ao qual se encontrava subordinado o tenente-general e governador dos Rios de Sena.

Na região da Zambézia, a coroa portuguesa utilizou o mesmo sistema adotado nas colônias da Índia, de prazos transmitidos matrilinearmente.<sup>171</sup> Trata-se de um instituto enfiteutico de origem medieval, através do qual a concessão de territórios era feita em um número determinado de ‘vidas’. Um prazo de três vidas, por exemplo, alcança o neto do primeiro beneficiário.

Em combinação com essas concessões enfiteuticas, os portugueses detinham também as chamadas terras de fatiota compradas por particulares dos chefes africanos. Estas últimas eram propriedades livres que não pagavam foro e cuja transação não se encontrava submetida à autorização da Coroa. Na sua maior parte, localizavam-se em território marave, ao norte do rio Zambeze distrito de Tete, mas também eram presentes em Quelimane e Sena.

A característica principal desta distribuição fundiária em Moçambique foi o imenso tamanho das concessões e sua transmissão matrilinear. “Diversas prazeiras tornaram-se verdadeiras rainhas africanas, à frente de seus exércitos particulares”<sup>172</sup>.

---

<sup>171</sup> Sobre a questão dos Prazos ver LOBATO, Alexandre. Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1962.

<sup>172</sup> PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. A forma e o podre; duas agendas da cidade de origem portuguesa, nas eras Medieval e Moderna. Curitiba : UFPR, 1998, p.67. (Tese de doutorado defendida nos Cursos de Pós-graduação em História)

O caso mais conhecido foi o de Dona Inês Cardoso, cujas posses, a se julgar pelas de sua sobrinha e herdeira, eram constituídas por dois prazos, o de Gorongosa, “com 18 ou 20 dias de comprimento, e outros tantos de largura”, e o de Chiringoma, que tinha “de comprimento 20 dias, e outros tantos de largura”, além de um plantel de mais de 600 escravos.<sup>173</sup>

D. Inês casou por procuração com um ex-governador de Macau. Acusando-o de impotente, resolveu separar-se dele e tomar-lhe as terras dadas em dote. O fidalgo recorreu à justiça da ilha de Moçambique e teve ganho de causa, recebendo, portanto, as terras dotais. Isso despertou a fúria da prazeira, que decretou a morte do marido, ordenando que sua cabeça fosse decepada e espetada num palanque para exibição pública. Desceu o Zambeze à frente de seu exército particular, deixando um rastro de destruição em seu caminho. Promoveu uma aparatosa execução do funcionário português que havia dado posse das terras a seu marido. Invadiu o Luabo onde queimou as casas. O marido foi ferido e recebeu socorro de uma família portuguesa. D. Inês mandou executar os membros dessa família. Acampou próximo a Sena, onde a população amedrontada começou a organizar a defesa contra uma invasão iminente. D. Inês mandou avisar que não tivessem medo, que ela apenas estava no encalço do marido. Ao fim, como punição pelos seus atos, o Governador Martinho de Mello e Castro ordenou a sua prisão e a perda das terras.<sup>174</sup>

Nas descrições do Secretário de Governo António Pinto de Miranda (1767), as prazeiras que compunham uma espécie de elite feminina de Moçambique apareciam completamente africanizadas em seus hábitos.

Todas ainda que sejam européias, filhas da terra, ou tragam sua origem em Goa, são comumente altivas e de condição soberba. Também sem exceção de alguma têm dons e senhorias. As suas ocupações consistem em retalharem-se desde o peito até o ventre, e tingirem ao depois tudo de preto. Terem 40 ou 50, e as vezes mais escravos com que se estão divertindo em danças menos sérias, e mais descompostas. As mais das vezes estão com alguns frutos retalhando-os da mesma sorte que a si fazem, e ornando-os com alguns panos

---

<sup>173</sup> MIRANDA, António Pinto de. Memória sobre a costa da África. (circa 1766) In: ANDRADE, António Alberto de. Relações de Moçambique setecentista. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 291.

<sup>174</sup> PEREIRA, op. cit., p.68. Referências ao episódio são frequentes na documentação moçambicana. ARQUIVO DAS COLÓNIAS, v.4, p.20. Uma boa descrição aparece em LOBATO, Alexandre. Evolução administrativa e económica de Moçambique. 1752-1763. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957, p.223-4.

os entregam às aias, à imitação de bonecas. Estas são as rendas e costuras em que se ocupam.<sup>175</sup>

Este estado de coisas levaria a coroa portuguesa a tentar impor outros moldes a Moçambique, transformando-a em colônia territorial instituída, construindo um novo aparato administrativo sob seu controle direto, tirando a colônia da alçada administrativa do Vice-Reino da Índia, instituindo-a em capitania independente em 1756.<sup>176</sup>

Dentro deste quadro a coroa procurou criar uma estrutura municipal em Moçambique, onde até então não havia um único município. No entanto, esta decisão não foi pacífica, pois alguns integrantes do Conselho Ultramarino afirmavam, em 1759, que era “notório não haver meios para se estabelecer e conservar uma câmara com aquela formalidade que se pratica neste Reino”.<sup>177</sup> Apenas em 1763-64, foram criadas municipalidades nesta colônia. Entretanto, já em 1776, o Capitão-General D. Diogo de Souza solicitava à coroa a extinção das recém-criadas câmaras.<sup>178</sup>

A situação de notória dificuldade para o estabelecimento de uma estrutura municipal em Moçambique em meados do século XVIII, não deixa de estar ligada à precariedade da unidade territorial dos domínios portugueses na África oriental ainda neste período, embora desde meados do século XVII devido ao esforço e iniciativa de particulares, a presença portuguesa na Zambézia tenha conhecido significativo progresso e a penetração no sertão tenha atingido seu auge<sup>179</sup>.

---

<sup>175</sup> MIRANDA, p.254.

<sup>176</sup> NORONHA, Eduardo de. Baltazar Pereira do Lago; o marquês de Pombal de Moçambique. *CADERNOS COLONIAIS*, n.23, 1939. p.1-37.

<sup>177</sup> SILVA, José Rui de Oliveira Pegado e. A primeira carta orgânica de Moçambique. 1761. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1957. p.110-1.

<sup>178</sup> HOPPE, Fritz. A África Oriental Portuguesa no tempo do marquês de Pombal, 1750-1777. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970. p.175.

<sup>179</sup> LOBATO, p.147.

O jesuíta Manuel Barreto, descrevia as terras da Coroa em 1667, do seguinte modo:

Não possui Sua Majestade nesta grande conquista mais que um triângulo, cujo lado pela parte de leste e norte forma a corrente do rio Zambeze, que sobe de Quilimane para o noroeste 126 léguas até chegar a Chicova, seis léguas acima de Tete. O lado pelo parte do sul forma uma linha imaginária deitada da Chicova ao porto de Sofala, terá este lado 140 léguas. O 3º lado, e como base desta pirâmide, forma da costa do mar, que corre de Quelimane a Sofala por espaço de sessenta léguas.<sup>180</sup>

No século XVIII, apesar de se terem produzido significativas mudanças na colônia, esta continuava sem unidade territorial. Dentre as alterações pode-se destacar o progressivo crescimento do número dos bares\* (minas) e a diminuição do número das feiras. Tanto os bares como as feiras eram localizados fora das terras da Coroa, nos territórios dos potentados negros independentes.<sup>181</sup>

Por outro lado, embora com origem em meados do século anterior, o comércio escravista, voltado principalmente para o Brasil, começava a tomar vulto. Igualmente, na segunda década dos Setecentos teve início o tráfico regular de escravos para as Ilhas Mascarenhas, de domínio francês.

No entanto, o mais significativo nesse período foi o recuo generalizado da ação portuguesa e do domínio territorial, que só é minorado pela abertura de uma nova frente de penetração em território Marave, situado no lado norte do Zambeze.

Assim, à pujança demonstrada pela penetração e ocupação verificadas nos séculos XVI e XVII, sucedeu-se a fraqueza revelada ao longo do século

---

<sup>180</sup> BARRETO, Manuel. Informação do Estado e Conquista dos Rios de Cuama. Apud LOBATO, p.147-8.

\* Ver glossário

<sup>181</sup> LOBATO, p. 35. Nas feiras, os terrenos das feitorias eram pertencentes aos portugueses, existindo um capitão-mor investido em autoridade administrativa. Nos bares não se exercia autoridade, uma vez que eram territórios cedidos pelos régulos aos portugueses para a exploração do ouro em troca de tributos, portanto, continuando como propriedade dos chefes africanos. Para maiores detalhes ver HOPPE, p. 102-3.

seguinte. A precariedade da permanência portuguesa nas regiões sertanejas levou à perda da soberania sobre estes territórios.

O escasso número de moradores portugueses e as fracas ou inexpressivas guarnições militares se tornaram impotentes para conter a hostilidade crescente dos régulos. A partir do final do século XVII, os moradores sentiram-se incapazes de sustar a expansão do Império Changamira. Em 1693, este e o imperador Monomotapa Nhacunimbiri aliaram-se para combater os portugueses, chegando a interromper vários dos circuitos comerciais existentes.

O imperador Changamira e seu exército começam sua ofensiva atacando Mocaranga e várias feiras, dentre as quais, Massapa, Luanze, Orupandi e Bocuto, que chegam a encerrar suas atividades. Ao mesmo tempo, Dambariri é atacada pelo Monomotapa e os mercadores de Sena e Tete, que andavam no giro com seus massambazes\*, foram aniquilados. Aterrorizados, vários moradores dos sertões recuam para Tete. Changamira conquista Macequece e as terras de Manica, em 1695. Tete é tomada, enquanto Sena chega a ser ameaçada, e só não é tomada devido à morte do imperador, que interrompe a ofensiva.

A paz só é firmada com a ascensão de um novo Changamira em 1709-1710, e ao fato de terem os portugueses conseguido infligir uma série de derrotas militares aos exércitos dos régulos. Como resultado, a presença portuguesa no sertão foi fortemente abalada, ficando confinada às terras da Coroa. Recua-se na posse da terra e apenas se consegue garantir o giro comercial a partir de 1750.<sup>182</sup>

A derrocada portuguesa também se faz presente na orla marítima setentrional, onde o poderio dos Omanitas, em ascensão, reforçado pela tomada de Mascate em 1650, se impõe por toda a costa oriental africana. Os muçulmanos atacam Moçambique em 1668 e Mombaça em 1696, conquistando esta praça em

---

\* Ver glossário.

<sup>182</sup> LOBATO, p. 88-92. ARAÚJO, Maria Benedita, p. 69-71.

1699. Os portugueses a recuperam em 1728, para perdê-la definitivamente no ano seguinte.

Essa derrota dos portugueses levou os suahílis a se revoltarem em várias outras localidades, o que ocasiona a perda de Zanzibar, Lamu, Brava, Pate, além de mais 14 reinos localizados entre Cabo Delgado e Cabo Guardaful.<sup>183</sup>

Esta generalizada decadência inscreve-se num quadro mais amplo, a que não é alheia a crise que atingia Goa, Diu e Damão, no século XVIII. O comércio português no Oceano Índico arruinou-se com a concorrência feita pelos ingleses, franceses e holandeses na região. Deixada numa situação de quase abandono pela metrópole, Goa lutava com sérias dificuldades, que por sua vez refletiam sobre Moçambique. O Vice-Rei traça um quadro dramático da situação, ao escrever ao Rei que,

Goa de populosa, e magnifica que foi antigamente, parece que por flagelo da justa ira de Deos sae acha convertida em ruínas, e dellas mesmas se conhece qual foi a sua grandeza. Freguesia houve que tinha trinta mil paroquianos, que hoje apenas tem seis, outra que tinha doze mil, e se acha hoje sem nenhum, apenas se conservão os Templos, talvez para memoria da magnificencia e da piedade antiga, ou como o único sinal de christandade que há neste paiz, e assim quase que se pode dizer converdade, que nem há Cidade, nem pode haver policia, todos os moradores estão dispersos na distancia de huns a outras de duas, tres legoas, motivo principal por que todos os negocios, e espediçoens são mais dilatadas que em qualquer outro Paiz.<sup>184</sup>

Desse modo, não é exagero considerar o panorama urbano da colônia africana oriental como desolador, uma vez que as povoações refletiam os ares de imprevisto e precariedade que pautaram a presença portuguesa na região. As construções eram feitas de material perecível, degradando-se com facilidade, e a idéia de transitoriedade que acompanhava os moradores não estimulava grandes investimentos.

---

<sup>183</sup> LOBATO, p. 114-16.

<sup>184</sup> Correspondência de Castello Novo, quando Vice-Rei e Capitão general da Índia para El-Rei e diversas autoridades da Metrópole, principiada em Moçambique em 10 de agosto de 1744. in: ARQUIVO DAS COLÔNIAS, vol V (28), Lisboa, 1930, p. 12.

Com a exceção da vila de Moçambique, os aglomerados urbanos não possuíam nada que os tornassem dignos de tal denominação, ainda ao final do século XVIII. Para Alexandre Lobato isto se devia a

Por um lado, o Estado viveu sempre vida de finanças difíceis, em que as receitas mal cobriam as despesas. Não havia numerário, porque a moeda era em género, e pagos os vencimentos, em género também, tudo se destinava a trocar por ouro e marfim que seguiam para a Índia. Quando o comércio esteve arrendado aos governadores, a estes só interessava cobrir as despesas obrigatórias e lucrar o mais possível. Quando o comércio passou para as companhias ou para as várias juntas tinham estas igual interesse. Os impostos directos, provenientes de aforamentos, rendiam pouco e os tributos dos régulos eram em género. Os impostos indirectos, provenientes de escassos direitos alfandegários, pouco rendiam também e estavam consignados a despesas certas. (...) Por tudo isto vivia-se de improvisos e remedeios. O estado era pobre e só tinham dinheiro as ordens religiosas, moradores dos Rios e baneanes mercadores, mas na Índia, e não na colónia. (...) As riquezas de Moçambique só valiam na colónia, porque se baseavam no comércio volante e na escravaria doméstica. Valores monetários não existiam porque todo o ouro se exportava. Mal a moeda era posta a circular desaparecia, por tomar o caminho da Índia. (...) O investimento urbano de quaisquer lucros não oferecia interesse. Investia-se, portanto, o mínimo e o indispensável, e preferentemente no trabalho quase gratuito do negro, (...) no fundo, não havia um só morador europeu ou indiano que tencionasse morrer em Moçambique.<sup>185</sup>

Após a independência administrativa de Goa em 1752, foi somente com o conjunto de instruções gerais de 1761, dadas a Calixto Rangel Pereira de Sá, que se decidiu atribuir a categoria de “vilas” a vários aglomerados populacionais. De acordo com a ótica pombalina, o objetivo da fundação de vilas, era a cooperação administrativa dos habitantes e a criação de comunidades cristãs e civilizadas, de modo a virem a exercer uma ação civilizadora e missionária sobre as populações da região sob domínio português.

Com isso, deveriam assumir o estatuto de vila, com as respectivas câmaras municipais, a Ilha de Moçambique, os portos de Quelimane, Sofala e Inhambane, além de Sena, Tete, Zumbo, Manica e a capital das Ilhas Querimba. No entanto, o capitão-general João Pereira da Silva Barba, enfrentou inúmeras

---

<sup>185</sup> LOBATO, p. 125-6.

dificuldades para implementar a montagem do aparelho administrativo local, uma vez que a carência de população e a exiguidade de recursos impediam a eleição de vereadores e funcionários administrativos em várias localidades.<sup>186</sup>

Muitas dessas povoações quase não deixaram vestígios da sua existência, pois assim que cessava a atividade comercial que lhes dera origem, desapareciam os comerciantes e definhava o povoado. Desta situação, são exemplos marcantes, Sofala, Sena e Manica. De qualquer forma, foram centros do giro (atividade comercial), sede de autoridade administrativa e militar, bem como palco da vida social, onde se afirmava a soberania portuguesa.<sup>187</sup>

A desestabilização ocorrida no reino português trazida pelas invasões francesas foi profunda e trouxe consequências diretas para suas colônias. As novas correntes de pensamento vão atingir inclusive Moçambique, embora com fraca expressão política. As idéias reolucionárias foram veiculadas, mais em razão do contato comercial existente com os franceses que habitavam as ilhas vizinhas do Oceano Índico – o arquipélago das Mascarenhas, composto pelas Ilha de França ou Maurícias e Ilha de Bourbon ou Reunião -, do que através das naus portuguesas ou dos barcos brasileiros que se dedicavam ao tráfico de escravos com a América.<sup>188</sup>

O poder central português temia uma possível contaminação ideológica em função desses contatos. No entanto, uma correspondência do governador-geral, ao responder a um questionamento feito em relação aos navios franceses que freqüentavam a costa moçambicana, afirma que os mesmos não

---

<sup>186</sup> HOPPE, p. 173-4. Por exemplo, em Inhambane, solicitava-se à Fazenda dinheiro para a compra das casas onde funcionaria o Senado. Nas Ilhas Querimbas, os funcionários administrativos foram nomeados pelo capitão-general dada a falta de habitantes. No Zumbo, os comerciantes lá estabelecidos não reuniam perfil para as funções, sendo descritos como traficantes vivendo em uma colônia desordenada, cada qual com sua proteção pessoal com escravos e construções defensivas, impedindo a câmara de impor a cobrança dos tributos aos mais influentes.

<sup>187</sup> LOBATO, p. 126-7.

<sup>188</sup> Os franceses haviam tomado posse da Ilha de Bourbon em 1642 e ocuparam a Ilha Maurícia em 1714, após seu abandono pelos holandeses em 1710.



disseminariam os “abomináveis e destrutivos princípios da liberdade e da igualdade”<sup>189</sup>.

As idéias revolucionárias francesas seguiam determinadas trajetórias, e como conclui José Capela, circulam no mesmo sentido das rotas do tráfico negreiro que passavam pela costa oriental africana, isto é, pela via França (Nantes, Bordéus e Marselha)-Índico (Moçambique e Maurícias)-América (São Domingos e Brasil)<sup>190</sup>.

As estreitas relações comerciais mantidas entre Moçambique e a colônia francesa datavam da segunda década dos Setecentos. Os contatos regulares eram principalmente com o arquipélago das Querimbas e a Ilha de Moçambique.<sup>191</sup> Por conta destas relações havia um entendimento cordial com a troca regular de correspondências amistosas entre os governadores das duas colônias, dados os interesses recíprocos existentes.<sup>192</sup>

Assim, o conflito europeu, embora seus ecos tivessem atingido o Índico, não interferiu de modo significativo na relação de cooperação existente na região. Os franceses eram dependentes da costa oriental africana (Moçambique, Querimbas, Lourenço Marques e Inhambane) para o fornecimento de mão-de-obra, que era utilizada nas vastas plantações existentes nas Mascarenhas. Por isto, não vieram a hostilizar ostensivamente a colônia portuguesa.

Além disso, os enclaves suahílis dispersos pela costa moçambicana exportavam, clandestinamente, escravos para os franceses. Eram até mesmo os locais preferidos pelos negociantes franceses, por não terem que pagar os direitos

---

<sup>189</sup> Carta do Governador de Moçambique para o Secretário de Estado. Moçambique, 30 de agosto de 1792. AHU, cx. 63, doc. 32.

<sup>190</sup> CAPELA, José. O escravismo colonial em Moçambique. Porto : Afrontamento, 1993, p. 208-9.

<sup>191</sup> HOPPE, p. 261.

<sup>192</sup> CAPELA, p. 75.

de exportação.<sup>193</sup> Os escravos eram utilizados principalmente na agricultura (café, algodão, mandioca, anil e cana-de-açúcar) e criação de gado, além dos serviços dos navios e transporte terrestre.<sup>194</sup>

Apesar das recomendações para preparar estratégias de defesa em caso de ataques, principalmente de corsários, os portugueses também continuaram a empreender ações diplomáticas com o fito de manter as relações comerciais. Apenas quando a belicosa rivalidade anglo-francesa chegou ao Índico, foi que os barcos portugueses viram-se impedidos de dirigir-se às Maurícias, por conta das represálias inglesas.<sup>195</sup>

Afora alguns episódios hostis resultantes da atividade de corso pelos franceses, a tônica do relacionamento entre os governadores de Moçambique e das Mascarenhas, durante as guerras napoleônicas, pautou-se por gestos de cooperação, contrariando, por muitas vezes, as políticas das potências européias envolvidas no conflito.

É exemplar desta atitude, o envio para a Ilha de França em 1797, dos marinheiros feitos prisioneiros pela captura de seis navios franceses. Esta devolução foi acompanhada de correspondência do governador de Moçambique solicitando que os franceses envidassem esforços mais decisivos no sentido de ser banida a guerra de corso e evitar-se a repetição de tais situações. Assim como, a correspondência do governador da Maurícias para seu homólogo moçambicano, comunicando-o da proclamação de paz entre os dois países metropolitanos.<sup>196</sup>

Uma vez terminada a guerra com os franceses, foram normalizadas e reatadas as relações comerciais, inclusive com a abertura dos portos das duas nações à navegação mercantil. O comércio com as Mascarenhas teve

---

<sup>193</sup> CAPELA, p. 89.

<sup>194</sup> HOPPE, p. 261-2.

<sup>195</sup> CAPELA, p. 91.

<sup>196</sup> CAPELA, p. 91. AHU, cx. 95, doc. 51.

continuidade até 1873, com os 3 a 4 barcos franceses que freqüentavam os portos moçambicanos, transportando cerca de 1500 escravos a cada ano.<sup>197</sup>

Esse quadro repleto de ‘medievalidade’ e ambigüidades foi um dos principais focos de atenção e críticas por parte dos agentes do iluminismo pombalino. Muitos desses diagnósticos indicativos da situação de descalabro vivida em território moçambicano encontram-se nos relatórios e notícias enviados pelos Governadores, Capitães-Generais, Secretários, enfim, pelos funcionários mandados para cumprir suas tarefas de conhecer e administrar o mundo colonial português.

Muitos desses funcionários ao serem enviados para os diversos espaços coloniais do Império Português, acabavam por desempenhar várias funções, não se restringindo aos aspectos meramente burocráticos exigidos pela administração colonial, mas também exerciam tarefas de cunho exploratório e até mesmo científico, elaborando relatórios a respeito da fauna, flora, agricultura e principalmente riquezas minerais.

É certo que essas tarefas estavam longe de serem meras digressões científicizantes com vistas a uma espécie de “conhecimento pelo conhecimento”, mas sim se encontravam firmemente amarradas aos propósitos instrumentais característicos do iluminismo português, tal como formulado e desenvolvido principalmente a partir da Universidade de Coimbra – local por excelência da formação dos quadros técnicos do Império, desde sua reforma em 1772 -, e a Academia Real de Ciências.

---

<sup>197</sup> HOPPE, p. 275.

## 2.2 DOS PRODUTOS QUE ERAM COMERCIALIZADOS

Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, os principais produtos de exportação da África Oriental eram o ouro e o marfim, sendo que este último já se tornara no produto de maior volume desde o século XVII. Quando se aproximam as últimas décadas do século XVIII, verifica-se uma alteração significativa neste quadro, por meio do forte incremento no volume de escravos saídos, tanto em direção das Ilhas Maurícias como do Brasil.

Os franceses estabelecidos nas Ilhas Mascarenhas, buscavam aumentar suas importações de escravos com a finalidade de obter mão-de-obra suficiente para dar conta da demanda resultante do desenvolvimento agrícola, que se encontrava em marcha naquele território.

Para tanto, além de concentrar sua procura por escravos junto à costa suahíli de Quíloa, voltaram-se também para as Ilhas Querimba como fornecedoras de escravos. Estas últimas acabaram por se envolver num intenso comércio clandestino de escravos com os franceses. Assim, perto do final do século XVIII, a atividade do tráfico negreiro pelos franceses já havia se estendido a outros portos da costa moçambicana, inclusive alguns sob administração portuguesa.

E, no alvorecer do século XIX, aos franceses vieram se juntar os brasileiros, cubanos e norte-americanos, como participantes deste giro em rota ascendente, que acabaria por transfigurar completamente Moçambique.

Como é informado por uma vasta historiografia a respeito<sup>198</sup>, as sociedades africanas praticavam o escravismo vários séculos antes do contato com os europeus. Durante o processo de colonização de parcelas da África Oriental, os portugueses acabaram por assimilar as práticas escravistas locais, e ao mesmo tempo, modificaram alguns aspectos desta instituição. A principal

---

<sup>198</sup> Ver alguns exemplos na bibliografia.

alteração se dará a partir do final do século XVIII, com o incremento do tráfico voltado para o Oceano Atlântico.<sup>199</sup>

Esse crescimento do comércio negreiro pode ser percebido pela publicação em 1800, de um decreto isentando de direitos os escravos que saíam de Moçambique em direção ao Pará e Maranhão.<sup>200</sup> E, em 1809, será o próprio príncipe regente D. João quem dará instruções ao Almirante General, no sentido de ordenar ao governador de Moçambique, o envio da galera Aurora, carregada de escravos para o Rio de Janeiro.<sup>201</sup>

De acordo com o relato de Jerónimo José Nogueira de Andrade, os franceses haviam estabelecido uma base comercial em Quíloa, que em estando muito ativa em 1789, controlava o comércio daquela região, principalmente o de escravos.<sup>202</sup>

Para Malyn Newitt, é inclusive válido pensar-se na hipótese de que esse aumento do lucrativo tráfico de escravos, tenha vindo a contribuir para o desvio das rotas de marfim, fazendo-as derivar para o porto de Zanzibar ao invés de dirigir-se tradicionalmente para os portos do norte de Moçambique.<sup>203</sup>

Toda a faixa costeira entre as ilhas Querimba e Mombaça era pontilhada por diversos portos em que se realizava o giro de vários produtos: mel, manteiga, gado, peixe, tartaruga, maná e café, sendo este último considerado

---

<sup>199</sup> Ver dentre outros: CAPELA José. Donas, Senhores e Escravos. Porto : Afrontamento, 1995. LOVEJOY, Paul. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002. NEWITT, Malyn. História de Moçambique. Lisboa : Publicações Europa-América, 1997.

<sup>200</sup> AHU, Moçambique, cx. 96, doc. 12. Ofício do governador de Moçambique Izidro Sá para o Visconde de Anadia. Moçambique, 26 de dezembro de 1802.

<sup>201</sup> AHU, cod. 1375, fls. 10-10 vº.

<sup>202</sup> ANDRADE, p. 123-5. Inclusive, Nogueira Andrade menciona que um capitão francês teria adquirido do governante de Quíloa uma faixa de terra junto ao mar e oferecido ao rei francês.

<sup>203</sup> NEWITT, Malyn. Portugal in Africa. London : C. Hurst & Co., 1981, p. 8-10.

de boa qualidade embora em estado selvagem. No entanto, marfim e escravos é que constituíam as mercadorias de maior relevo.

Para Nogueira de Andrade, Portugal corria sérios riscos

Se qualquer Nação se apossar de qualquer dos preditos portos da Costa, posso dizer livremente que está acabado o commercio d'estas Ilhas, e que Mossambique perde o melhor e o mais florescente ramo d'este commercio Caffral; pois que estes dittos Portos são vizinhos do caminho, que fazem os Negros Mujáos e outros que vem comerçar, ás Fronteiras da Ilha de Mossambique.<sup>204</sup>

Lacerda e Almeida, quando cruzou as terras maraves, na sua expedição ao interior continental, rumo ao Cazembe, em 1798, já havia tido sua atenção voltada para a dimensão das rotas comerciais alternativas. No encontro que teve com o régulo marave Caperemera, filho do rei Mocanda, Lacerda e Almeida envidou esforços para convencer o referido príncipe a desviar o fluxo comercial para Tete. O régulo acabou por concordar em passar a enviar para tal praça todos os dentes de elefante e escravos que viesse a reunir para comerciar.

No período que antecedeu a esse acordo, o marfim, que em sua maior parte era proveniente do reino do Cazembe, era vendido aos manguros, os quais por sua vez os comerciavam com os mujaus. Esta troca de mãos seguia a rota em direção a Zanzibar, já agora acrescida de barras de cobre.

Assim, grande parte do marfim que outrora afluía a Moçambique, passou a ser conduzido para o referido porto suahíli. A menor distância entre Cazembe e Zanzibar, bem como a política de preços praticada e os próprios produtos para permuta – velório de boa qualidade -, explicam, em parte, o sucesso de tal rota comercial.

O crescimento do comércio negreiro nos primeiros anos do século XIX, com a conseqüente e crescente substituição do marfim pelos escravos como

---

<sup>204</sup> ANDRADE, p. 126.

principal produto de exportação, pode ser avaliada pelos dados fornecidos por Allen Isaacman e José Capela.

De acordo com Isaacman observa-se um nítido avanço do comércio de escravos sobre o do marfim, no porto de Quelimane, principal escoadouro dos produtos da Zambézia. Ouro e marfim compreendiam, em 1806, a 57% das exportações, contra 17% de escravos. Porém, em 1821, os escravos já representavam 85% do volume global de vendas, enquanto o ouro e o marfim caíam para 7%.<sup>205</sup>

Os dados compilados por Capela confirmam a prevalência do marfim como principal produto de exportação das praças de Quelimane e Moçambique até os “anos dourados” do tráfico negreiro, que segundo ele se situariam entre 1819 e 1830.<sup>206</sup>

No entanto, segundo Capela já em 1788, a exportação de 5.500 escravos pela Ilha de Moçambique e cerca de 3.000 pelo Cabo Delgado, anunciava a mudança na pauta comercial e os novos tempos que sobreviriam a Moçambique.<sup>207</sup>

Nesse mesmo ano, num porto mais ao sul, em Inhambane, Teodoro dos Santos Pinto, ao exercer o cargo de governador, foi acusado de ter dado “entrada a um barco francês comerciando com eles vendendo grande parte de carga de escravos e recebendo dádiva deles”.<sup>208</sup>

Ainda nesse mesmo momento, um relato sobre a Zambézia e seus sertões, informa do grau de exaustão das outrora rentabilíssimas jazidas auríferas que eram exploradas pelos moradores dos Rios de Sena. Trata-se da Relação do périplo efetuado por Manuel Galvão da Silva, atravessando as terras da jurisdição

---

<sup>205</sup> ISAACMAN, Allen F. Mozambique – the africanization of an European institution 1750-1902. Madison : University of Wisconsin Press, 1972, p. 88 e 93.

<sup>206</sup> CAPELA, p. 148.

<sup>207</sup> CAPELA, p. 89.

<sup>208</sup> AHM, Inventário do Fundo do século XVII, 1958, p. 85.

de Tete e do Marave, na qual procedeu a um levantamento das riquezas minerais e botânicas presentes naqueles territórios.

De Cabrabaça, que fica cerca de 20 léguas da vila do Tete, nos limites das terras maraves, Galvão da Silva escreve,

Os Portuguezes, pagando certa penção a estes Cafres, tiverão em outro tempo as suas Escravas tirando ali Ouro, e ainda hoje alguns as mandão trabalhar, se bem com muito menos proveito, por estarem exauridas, e empobrecidas.<sup>209</sup>

E, quanto às minas da Maxinga, descobertas cerca de nove anos antes, os moradores do Tete levam seus escravos para mineirar,

Mas que huma concurrencia geral tem esgotado de sorte que ao presente se vão dezaminando alguns, e principião a tirar dali a sua Escravatura, por não acharem proveito, e ser lhes preciso despende com o Mambo especie de Governador a que está sugeita aquella Terra, muito mais do que podem lucrar.<sup>210</sup>

Já, quanto a Cassunsa, Galvão da Silva afirma que

A mina de Ouro que no seo descobrimento fez tanto estrondo dentro e fora dos Rios de Senna, e da qual há tradição se tirarão lascas de mais de tres marcos, acha-se no prezente esgotada; e o Ouro que hoje se tira he em pequenas lascas, e algum delle em arêa talvez o que ficou no barro, onde nasce por mal lavado, e por mais fino. Esta Mina que tem sido revolvida milhares de vezes, e que descansou logo que se descobrirão Minas da Maxinga, he hoje ainda trabalhada pelo Emphiteuta daquela Terra, e pelos Padres de S. Domingos, que poderão lucrar quando muito 3 a 4, marcos por anno.<sup>211</sup>

As minas, cujo volume de produção ainda sustentava o giro entre a Zambézia e a Ilha de Moçambique, situavam-se em territórios independentes do

---

<sup>209</sup> SILVA, p. 313.

<sup>210</sup> SILVA, p. 315.

<sup>211</sup> SILVA, p. 317-8.



poder português. Estavam nesta situação as jazidas de Abutua, de Mixonga, de Mozuzuros, dos arredores de Zumbo e do Reino da Manica.

O crescimento do tráfico negreiro, tornando os escravos na principal mercadoria do comércio exportador da colônia moçambicana, trouxe consigo alguns problemas. Assim, em 1806, na região atendida pelo porto de Quelimane, já se podia sentir alguns dos efeitos perversos sobre as atividades econômicas da região pelo crescente tráfico de escravos, motivando a proibição da exportação dos mesmos que fossem provenientes daquela região, como havia sido feito em 1793.

Se, por volta de 1810, ainda eram produzidos trigo e arroz, e, portanto, não eram ainda sentidos os efeitos de falta de mão-de-obra nas culturas agrícolas da região, na década seguinte o quadro modificou-se radicalmente, tendo a agricultura sido praticamente extinta na região dos Rios de Sena.

Assim, o referido distrito alterava sua condição de exportador de alimentos para a de importador. Este era o efeito perverso resultante da venda dos colonos, pelos detentores dos prazos, para o mercado escravista e da fuga de outros para os territórios de régulos vizinhos em busca de proteção.<sup>212</sup>

De acordo com documentos compilados por José Capela, entre os anos de 1781 e 1790 saíram 46.873 escravos de Moçambique com destino às Ilhas Mascarenhas. Levando-se em consideração tal média, pode-se estabelecer para o período entre 1791 e 1799, um número de 42.183 escravos. E, para o período de 1800 a 1813, cerca de 28.000 escravos, a partir de dados parcialmente

---

<sup>212</sup> CAPELA, p. 158.

estimados.<sup>213</sup> Portanto, em pouco mais de duas décadas, atinge-se um total de 117.056 escravos exportados apenas para as ilhas francesas do Oceano Índico.<sup>214</sup>

Quelimane tornou-se o principal porto exportador, inclusive exigindo a instalação de alfândega com juiz e feitor em 1817<sup>215</sup>. O rápido escoamento dos escravos em razão da constante procura pelos navios negreiros que aportavam em Quelimane, acabou por estimular a exploração dos sertões de Boror, Macuana, Maganja e outros mais distantes como o Marave, Chicova, território dos Muízas e até mesmo o reino do Cazembe, na busca de mais escravos para exportar.

De acordo com António Gamito, os escravos aprisionados nos sertões zambezianos eram transportados acorrentados ou amarrados com cabedal e bambu sob a escolta dos chicundas, para evitar fugas ou assaltos dos povos pelos quais passavam, quando do regresso das expedições aos prazos.

Após o regresso, o senhor do prazo vendia os escravos para algum mercador ou embarcava-os diretamente para Quelimane, onde então eram divididos em grupos conforme os critérios de mercado. Aos homens e mulheres entre dezoito e vinte e cinco anos aproximadamente e sem grandes defeitos físicos (denominados como pesca), era atribuído um valor mais alto. Os escravos saudáveis, dos catorze aos dezoito anos, eram denominados pote d'água. Aos que não se enquadravam nestas duas categorias era atribuído um menor valor.<sup>216</sup>

---

<sup>213</sup> Para 1806, há a referência da saída de 1.080 escravos de Quelimane para a Ilha de Moçambique e 404 para a Ilha de França, perfazendo cerca de 1500 escravos. Ofício do governador interino de Moçambique para o Príncipe Regente. Moçambique, 22 de outubro de 1807. AHU, Moçambique, cx. 121, doc. 61.

<sup>214</sup> CAPELA, p. 131. CAPELA, José & MEDEIROS, Eduardo. O tráfico de escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902. Maputo : Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1987.

<sup>215</sup> Em 1817, Quelimane exportou 3.615 escravos, entre 1819 e 1825, exportou em média 5.000 a 6.000 escravos por ano.

<sup>216</sup> GAMITO, António Cândido Pedroso. Escravidão na África Oriental. In: Archivo Pittoresco (2), Lisboa, 1859, p. 398.

Nos anos iniciais do século XIX grassava o mal da bexigas\* na colônia e a epidemia se alastrava, provocando larga mortandade entre a população. Para combater a epidemia eram utilizadas vacinas. Esta medida sanitária passou a ser prática constante entre os traficantes de escravos, que inoculavam os escravos para evitar perdas, muitas vezes ruinosas economicamente<sup>217</sup>.

Com base na frequência de barcos negreiros oriundos não só da colônia, mas também de Portugal, Montevidéu, Buenos Aires, Brasil, França e América do Norte, é possível dimensionar as cifras consideráveis que a extração e comércio de escravos chegaram a atingir.

Ao final dos Setecentos, são referenciadas várias embarcações estrangeiras na Ilha de Moçambique, procurando abastecer-se de escravos<sup>218</sup>,

EMBARCAÇÃO	ORIGEM	DESTINO
Activo	Estados Unidos da América	Ilhas Maurícias
Navio Leneguet	Dinamarca	Ilhas Maurícias
Navio Hoop	Holanda	Cabo da Boa Esperança
Navio Deque	Estados Unidos da América	Ilhas Maurícias
Navio La Faustina	Espanha	Montevidéu
Navio Christiana	Estados Unidos da América	.....
Pacabole N. S <sup>ra</sup> da Guia	Espanha	Ilhas Maurícias
Navio Ascension	Estados Unidos da América	.....

O resgate de escravos tornara-se numa atividade muito lucrativa para os moradores de Moçambique. Os canarins acabaram substituindo os reinóis, que

---

\* ver glossário.

<sup>217</sup> Carta de Izidro de Almeida Souza e Sá, 17 de setembro de 1803. AHU, cx. 102, doc. 41.

<sup>218</sup> MONTEZ, Caetano. Documentos do Arquivo Histórico de Moçambique relativos à navegação do Oceano Índico, in Studia, Lisboa, (11), 1963, p. 217-23.

aos poucos desapareciam da Zambézia. Com o valor do ouro e do marfim em queda, nos sertões, estes produtos deixaram de ser atrativos. E, como o escravo fosse uma mercadoria com procura crescente, assiste-se a um movimento de rotação da atividade comercial na direção do tráfico negreiro.

A atividade de mineração nos Rios de Sena era rudimentar, embora sempre fosse mencionado que se técnicas mais adequadas fossem utilizadas, a produção aumentaria significativamente. Por várias vezes, os governadores de Moçambique solicitaram mineiros experientes para dirigirem a exploração do ouro, sem qualquer resposta das autoridades metropolitanas.<sup>219</sup>

Manuel Galvão da Silva, em 1788, observou *in loco* a forma precária com que as escravas trabalhavam na extração do ouro.

Cada Negra que são as unicas que trabalham nas Minas, e na Agricultura toma duas, ou tres arrobas de pedra, que quebra das Pedreiras, onde diviza algum sinal de Ouro, e sobre huma rocha as vai quebrando com outra pedra, até reduzilas a pequenos pedaços: Depois desta primeira operação as moem com a mesma pedra com que as quebrarão, e as reduzem a pó, e vão lavar; desta quantidade de pedra não chegão a tirar tres graons de Ouro, pezo de marco; e muitas vezes não tirão nada; donde o maior lucro que recebem por dia os que tem ali as suas Negras, he de huma tanga por cada ensaca, isto he por sinco Negras, o que faz quatorze graons de Ouro.<sup>220</sup>

Várias circunstâncias concorriam para tal viragem econômica, em que o ouro e o marfim perdiam espaço para o escravo, como principal produto de exportação. Dentre as quais se destaca a prosperidade econômica do Brasil, proveniente do ressurgimento da produção açucareira e o sucesso das fazendas de café no Vale do Paraíba demandava um grande número de escravos.

A Zambézia vai passar a suprir essa demanda, pois, no norte de Moçambique, as tradicionais rotas negreiras terrestres já não davam conta da crescente procura. Zonas marginais no tráfico negreiro, como as do rio Zambeze,

---

<sup>219</sup> O mais incisivo a este respeito foi Joaquim Nogueira de Andrade.

<sup>220</sup> SILVA, p. 315-6.

começaram a chamar a atenção de empresários estrangeiros do tráfico, brasileiros principalmente.

Essas novas oportunidades de enriquecimento e de diversificação econômica não passaram despercebidas aos prazeiros. Tornaram-se grandes fornecedores de escravos aos negociantes da costa, tendo sua ganância por lucros cada vez maiores introduzido alterações consideráveis na região, a partir do início do século XIX.

Os prazeiros iniciaram um ciclo de saques recíprocos e de expedições às terras dos régulos vizinhos, causando uma desestabilização geral na região. Esta situação acabou por, paulatinamente, alterar a geografia política local ao provocar o desaparecimento dos prazos menores, e tornar ainda maiores e poderosos alguns outros prazos.<sup>221</sup>

É necessário ressaltar que o tráfico de escravos em Moçambique era realizado desde o século XVI, embora em pequena escala. A partir de 1645, houve uma procura mais acentuada, em razão da queda de Angola em mãos holandesas, quando foi permitido que os navios negreiros que abasteciam o Brasil aportassem em Moçambique.<sup>222</sup>

Durante o período pombalino ocorre novo impulso aos negócios do tráfico negreiro. Em razão das medidas administrativas de Pombal, o comércio e a agricultura no Brasil são incrementados, gerando um acúmulo de capital, a ser gasto em boa parte na aquisição de escravos na África.

A política colonial pombalina pautava-se pela subordinação da economia das colônias aos interesses metropolitanos. Assim, em troca da missanga que ia para a África Oriental por conta da Fazenda Real, o governo central demandava que se exportassem escravos para o Brasil.

---

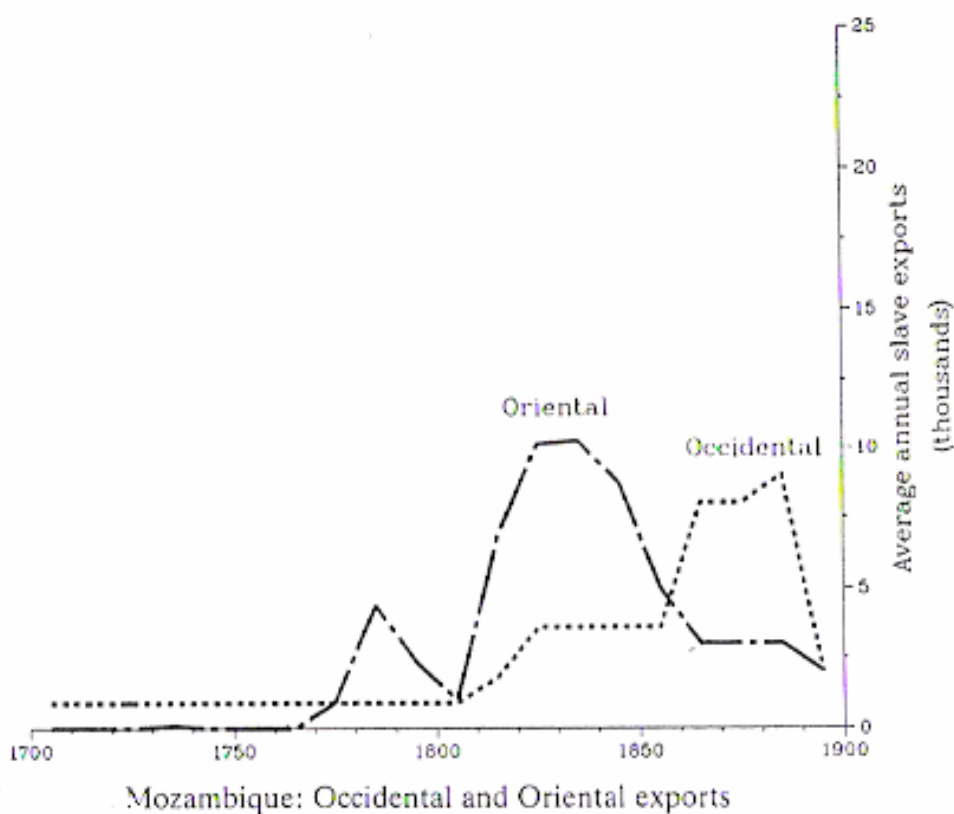
<sup>221</sup> ISAACMAN, p. 86-7.

<sup>222</sup> ARAÚJO, p. 134.

Após a concessão da liberdade de comércio no ano de 1761, foram dadas orientações para que os comerciantes de Lisboa frequentadores de Moçambique, realizassem as trocas das mercadorias que levavam por escravos a serem enviados para o Brasil.<sup>223</sup>

Deste modo, o tráfico de grande envergadura de Moçambique para as Américas, veio a ganhar terreno nos princípios do século XIX, alterando decisivamente o panorama da colônia, como se observa pelo gráfico a seguir.<sup>224</sup>

#### Slavery and African life



<sup>223</sup> HOPPE, p. 228-9.

<sup>224</sup> MANNING, Patrick. Slavery and African Life: Occidental, Oriental, and African Slave Trades. Cambridge : Cambridge University Press, 1990. p. 80.

### CAPÍTULO III

## DE COMO SE NARRA MOÇAMBIQUE NA *LITERATURA DE VIAGENS* DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Descrever é, pois imitar, tornar visível pela palavra a verdade da imitação.  
*António Luís Ferronha*

A decomposição dos temas a seguir, responde a uma perspectiva teórico-metodológica que busca reconhecer um padrão textual, porventura existente no conjunto de relatos examinados<sup>225</sup>, considerando que eles são depositários das circunstâncias que ajudaram a dar-lhes forma. Referem-se tanto às situações que os teriam originado, como ao quadro de atitudes e concepções que os perspassam: as correntes de pensamento dominantes na Europa da segunda metade do século XVIII, e que teriam influenciado ou instrumentalizado as práticas culturais dos portugueses em seu contato com o universo africano oriental.

Tendo como território privilegiado o nexa estabelecido entre o sujeito, o mundo que o rodeia, e a reserva mental e discursiva de que dispõe para o

---

<sup>225</sup> Seus autores foram apresentados no capítulo I.

configurar, o padrão textual passível de ser encontrado pode ser entendido como um caleidoscópio de imagens persistentes, atitudes em comum e construções mentais específicas ou presentes na segunda metade do século XVIII.

Entendendo essas imagens, atitudes e construções mentais, como variáveis que venham a se fundir com outras constantes comportamentais específicas de cada um dos intervenientes, no referido processo de interação cultural e civilizacional particular. Isto porque decorrente do encontro entre os portugueses e o mosaico populacional existente em Moçambique na segunda metade do século XVIII, mas que se pode inscrever no conjunto mais vasto de imagens e atitudes presentes e veiculadas pela Europa que contactou a África e outras zonas do globo no mesmo período.

A interação cultural e civilizacional resultam num processo de influência recíproca, até porque do discurso da construção da imagem da terra e dos homens, se pode vir a inferir os traços constituintes dos sujeitos dos discursos, a entrever algumas das “pulsões” desse “eu” influenciadas pelo “outro”.

A idéia dominante que se formou, em meados do século XVIII, acerca da África em geral e de Moçambique em particular, oscila entre duas atitudes paradoxais: uma, que se operou pela submissão ao conjunto de conhecimentos previamente transmitidos. Esta atitude, que testemunha uma etapa do processo de conhecimento, constitui, no limite, um obstáculo (mesmo que ultrapassável) à aquisição de um saber mais consentâneo com os esforços de rigor científico realizados durante o século XVIII.<sup>226</sup>

---

<sup>226</sup> Um mapa da África datado de 1754, representava algumas tribos desconhecidas do interior do continente, “(...) jaggas, anzicos, mumbos and gallas in the unknow interior(...)”, como assumidamente canibais, tendo as zonas por elas habitadas sido assinaladas com crânios e ossos de membros inferiores. TIAINEN-ANTTILA, Kaija, p. 288. Em Portugal D. João V e a aristocracia fomentam os estudos de cartografia e astronomia. “A Academia Real de História, instituída na mesma época, iniciou a renovação dos estudos de história, geografia e cartografia. (...) Graças ao desenvolvimento das ciências tornara-se possível elaborar projectos de exploração mais realistas e, conseqüentemente, mais fecundos. Ao mesmo tempo enviam-se a África homens aptos a medir um espaço que na Europa está adquirindo maior valor político.” SANTOS, Maria Emília Madeira, p. 144 e 147.



A segunda atitude, reticente e nutrida pela convivência e pelo confronto com um real pré-estabelecido pelo discurso, é a que merecerá maior atenção e destaque nas páginas seguintes.<sup>227</sup>



As cosmografias eram ornamentadas com desenhos inspirados no que se julgava ser o império do Monomotapa. O seu poderoso exército era um dos temas preferidos.

228

<sup>227</sup> Sobre as fontes da imagem que os europeus tinham da África antes da expansão, e o enriquecimento do saber ao longo das viagens em terras africanas, ver SANTOS, Maria Emília Madeira. Sobre a contribuição das navegações portuguesas para as alterações que se introduziram nas concepções geográficas dominantes desde o século XV, e para o desenvolvimento das representações gráficas, ver ALBUQUERQUE, Luís de. Dúvidas e certezas na História dos Descobrimentos. Lisboa : Vega, 1991, e Ciência e experiência nos descobrimentos portugueses. Lisboa : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

<sup>228</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira. Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África. Lisboa : Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988. p.79.

### 3.1 DA NATUREZA FARTA, MARAVILHOSA E MISTERIOSA

A representação do espaço que se convencionou chamar de “Moçambique” foi conhecendo diversas formulações conforme os impulsos que, a cada momento, se manifestaram e, de uma ou outra forma, confluíram para condicioná-la.

Assim, não parece difícil perceber que a imagem do território, presente nos diferentes testemunhos escritos, tenha sido construída enquanto um processo.<sup>229</sup> Ou seja, uma configuração textual que não se esgota na representação do espaço resultante da experiência sensorial.

Os documentos escritos – assim como a cartografia e a iconografia –, testemunham um processo de percepção e representação dos territórios, ilustram um esforço no sentido de localizar e decifrar o real e a realidade, e resultam de uma tentativa de registro desse mesmo conhecimento construído.<sup>230</sup>

Como é possível perceber através dos *Diários de viagem (1798)* de Francisco José de Lacerda e Almeida, trata-se de um processo dinâmico de tentativas de superação e aprimoramento das representações, que também passa pelo confronto com os testemunhos anteriores. Lacerda e Almeida diferencia o conhecimento adquirido através da experiência vivida, na sua ótica exato, do conhecimento erudito, segundo ele meramente livresco e desfigurado.

O rio Zambeze terá 25 braças de argo, e de fundo, nesta estação, 4 para 5 palmos. Se eu tivesse trazido em minha companhia os livros de geografia que deixei em Tete, hoje imitava ao barbeiro Nunes e ao abade...quando reduziram a cinzas o *Amadis de Gaula* e o livro de cavalaria de D. Quixote, queimando-os também, em castigo dos seus autores, por terem inteiramente desfigurado a face do orbe terráqueo, descrevendo quanto a sua imaginação

---

<sup>229</sup> Pode-se incluir a representação cartográfica nesse mesmo processo, por extensão.

<sup>230</sup> A respeito da relação entre o desenvolvimento da cartografia portuguesa nos séculos XV e XVI e a evolução da imagem do mundo que as grandes viagens marítimas tornaram possível, ver ALBUQUERQUE, Luís de. *Breves considerações sobre o outro na cartografia portuguesa*. In: AAVV. *O confronto do olhar*. Lisboa : Editorial Caminho, 1991. p. 31-7.

esquentada com o vinho e licores fortes, que bebem por causa do frio, lhes pinta durante o sono, definindo povos e nações inteiras com os caracteres que não têm, nem jamais tiveram, como acontece do que dizem a respeito dos Paulistas, a quem Portugal não sabe o quanto lhes deve, e se o não ignora, não reconhece, (...) Queimaria também o meu manuscrito em que declaro o depoimento que deste caminho para o Cazembe deram Manuel Caetano Pereira e muízas a respeito do expurgar, ou quem o fizesse, mas a seu tempo farei justiça, ficando-me por agora a consolação de ser fraco geógrafo, porém dos 6 mais verídicos, porque a mentira e a geografia, principalmente da América, África e Ásia, *sunt duo in carne una*.<sup>231</sup>

No caso de Moçambique, a coincidência entre o espaço conhecido e o território administrado pelos portugueses ainda era bastante remota. Os espaços construídos pelos diferentes relatores não correspondem nem à representação geográfica erudita, nem à imagem tendencialmente exata que se pudesse equiparar a uma carta marítima, ou mesmo a um guia para peregrinos.

Por outro lado, os diferentes esboços do território remetem para a possibilidade de inter-relacionar o tipo de representação adotado com o espaço físico conhecido e, naturalmente, com o contexto no qual os sujeitos se apropriam desse mesmo espaço.

Nos relatos de viagens da Idade Média, o viajante convertido em narrador, ou como no caso de Inácio Caetano Xavier, em escrevente por ordem do capitão-general, podia seguir basicamente dois procedimentos para “contar” a viagem: ou descrevia uma região indicando o seu clima, a geografia física, sem ter em conta, escrupulosamente, a ordem porque os ia encontrando, ou podia de modo alternativo, apresentar as terras, os rios, os homens, as cidades, à medida que o caminho ia sendo percorrido.<sup>232</sup> Essa última alternativa, que foi a adotada por Caetano Xavier, permite distinguir a *literatura de viagens* da literatura puramente geográfica.<sup>233</sup>

---

<sup>231</sup> ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. Diário da viagem da vila de Tete.

<sup>232</sup> TOVAR, p. 35.

<sup>233</sup> O procedimento do sujeito só reforça a idéia de que o texto de Caetano Xavier não pertence à literatura puramente geográfica: “Moçambique” de Ahmad Ibn-Majid não coincide com o de Caetano Xavier, nem o de Pinto de Miranda com o de Lacerda e Almeida, por exemplo.

Os relatos examinados submetem-se ao objetivo prático e imediato de orientar um futuro viajante. Predominantemente costeiros, só aos poucos vão se deixando contaminar por outros aspectos, acolhendo excursos que, funcionando como sinais para a navegação, não deixam de freqüentar o terreno da retórica sobre a excelência da terra, ou sobre a atitude amistosa ou belicosa dos homens da terra.

A intencionalidade da presença portuguesa em Moçambique, a caminho da Índia desde o século XV, havia sido alterada ao longo do século XVIII, em favor de projetos de fixação. Funcionando como cicerones, os textos traduzem o esforço de uma observação mais demorada, deixando transparecer a idéia de um conhecimento remissivo que se apropria da herança acumulada durante séculos.

Se, topograficamente, a terra não causa estranheza, o que atrai atenção é o comportamento dos seus habitantes. É pertencente ao senso comum da época a associação entre a personalidade dos africanos e a fertilidade do solo. O fraco desenvolvimento industrial e comercial africano foi largamente explicado pelo caráter, indiferença e indolência dos seus habitantes nativos.

Se nas descrições mais antigas esses defeitos eram apresentados como características inatas, no século XVIII passaram cada vez mais frequentemente, a ser vistos como possuindo uma relação causal com o solo fértil: a natureza pródiga havia provido os africanos com tudo o que era necessário para a sua sobrevivência, o seu modo de vida não demandava nenhum esforço físico ou intelectual especial.

O abade Antoine Prévost, editor da coletânea de relatos de viagem intitulado *Histoire générale des voyages*, afirmava que os africanos tinham uma atitude supersticiosa em relação ao ouro: diziam aos europeus que o ouro tinha uma espécie de espírito que não aceitava ser abusivamente usado, razão pela qual desaparecia dos locais onde havia sido encontrado. Esta crença pode se constituir

numa hipótese explicativa para a relutância dos africanos em revelar aos europeus a localização das minas e dos depósitos de ouro.<sup>234</sup>

Essa hipótese é comungada por Caetano Xavier em *Notícias dos domínios portugueses na Costa de África Oriental (1758)*, que a ela se refere por repetidas vezes,

Os Mussucúmas Cafres, q.' tem a mesma vida, e trafego dos Siganos na Europa, q.' trazem algum ouro a vender aqui, affirmão q.' em toda a Macúana, e Mujáva não Se acha Signal de ouro, ou os Seos habitantes por falta de Conhecimento, e estimação deste metal, Se não applicão ao trabalho de o buscar, e tambem pode Ser q.' seja por algum agouro; porq.' propendem muito os Cafres à crença de rediculos preSagios, e Sou test.a de Vista de q.' nestas partes não achey Signal de Ouro, como Se achão em outros lugares, honde há Minas, como Se pode ver no meo Mappa.<sup>235</sup>

No entanto, a relação entre Caetano Xavier e o fenômeno que daria origem à tal “crença de rediculos pressagios” revela-se surpreendente. Adepto confesso da verdade e do “espírito da Razão”, ele parece enlevado pelo mistério e sucumbe diante dele. Aderindo à crença, institui-a em verdade, após passá-la pelo crivo da experiência “de vista”. Poder-se-ia afirmar que o caráter de verdade do fenômeno era exógeno até a interferência do sujeito que lhe conferiu este atributo.

Em alguãs minas Se acha o ouro Logo à flor da terra, e em outras afundão 2, 3., e 4 braças; porem dahy para baixo, não entrão; busca-se depois pelos lados as veias, alcantilando-os em Cavernas; ainda q.' antes de Se dar Com ella, Se acha Suficiente porção de Ouro. Descuberta a Veia, entra a felicidade; porq.' dá cada dia, Segundo a Sua capacidade 20., e 30. pastas. Não Consta até agora durar Bar nenhum 2 mezes; porq.' como a ambição traz comSigo inveja, e orgulho, e todos trabalhão em huã Só fõrsa não faltão Sobre a preferencia da entrada questões, q.' se ventilão com as Armas na mão, e logo q.' no manejo destas houver Sangue, de q.' só basta derramar huã pinga, desaparece o ouro de tal maneira q.' não há deligencia humana q.' faça com q.' iSso aSsim não Succeda. Não entro a discorrer neste ponto, porq.' não he este o meo intento;

---

<sup>234</sup> TIAINEN-ANTTILA, p. 52.

<sup>235</sup> XAVIER, p. 225.

basta afirmar q.' he esta a mesma Verdade por mim haverigoada de vista, e q.' a mina, q.' o Sangue abrio, a fecha o Sangue.<sup>236</sup>

Na metade do século XVIII, aquilo que ilustrava a idéia de Moçambique, elaborada conforme os espaços sob a soberania portuguesa, ainda se resumia a pontos dispersos pela costa. Conforme Alexandre Lobato,

...nos meados do século XVIII, a Conquista de Moçambique compreendia, ao norte, as ilhas de Cabo Delgado, cujos moradores possuíam terras ao longo do litoral, e a ilha de Moçambique, cujos habitantes também tinham terras na orla do continente fronteiriço; a sul, eram Sofala e as terras de Sofala e Mambone e de Sofala a Sena, e a povoação de Inhambane. Todas estas zonas eram estreitas, pequenas, mas valiosas.<sup>237</sup>

Desse modo, a “exacta discripção de todo este vasto Paiz”, trata-se de uma construção retórica, emblemática da tendência metonímica de fazer generalizações a partir de casos particulares, encontrada em muitas descrições européias do século XVIII acerca dos territórios localizados fora da Europa.

A área não contatada pelos autores dos textos é, mesmo assim, recoberta por um discurso que reinvidica, reiteradamente, a sua intencionalidade documental. Se constitui, neste sentido, também a manifestação de um projeto impossível: a de o texto poder reproduzir, na sua finidade, uma realidade infinita, um mundo exterior.

O itinerário geográfico e econômico - sobretudo a rota da busca do ouro que parece constituir o eixo estruturador da geografia dos espaços em Caetano Xavier -, construído com subsídios da retórica da excelência da terra que a atitude de deslumbramento do primeiro contato propiciou, corresponderia a um modo de expressar que “se cristaliza, se torna espesso, se sobrecarrega de

---

<sup>236</sup> XAVIER, p. 235.

<sup>237</sup> LOBATO, Alexandre. Evolução administrativa e econômica de Moçambique (1752-1763). Lisboa : Publicações Alfa, 1989. p. 23.

estereótipos, se fossiliza pela repetição até adquirir a consistência das coisas evidentes e fáceis...<sup>238</sup>

A retórica da excelência da terra também é reconhecida no *Memorial sobre a Terra do Luabo (1763)* de D. Manuel Antonio de Almeida,

Também há na dita Terra muitos mattos fechados de madeira, que se pode tirar em grande quantidade para fabricar navios pequenos, e para a Ribeira de Mossambique: e ainda havendo muitos cortes serão inextinguíveis; sendo tanta a abundância que o expoente sem interesse algum, concedeo faculdade a muitas pessoas para cortarem madeiras nos ditos matos. (...) Há em elle immensidade de corças, viados e vacas do mato, e outros animaes e aves comestiveis e em tanta abundancia que so das suas carnes se podem carregar dous navios: e se cação com tanta facilidade, que dando-se tão somente huma carga de pólvora a qualquer cafre traz huma cabeça de cassa grossa. De peixe há huma grande quantidade, que pescão os mesmos cafres; e por não haver quem compre tanto se salga e se põem a secar; de que também se pode carregar hum navio.<sup>239</sup>

De acordo com Lobo,

A enunciação testemunha a favor de formas pré-existentes, das quais o sujeito vai buscar o paradigma da harmonia da natureza que o real não faz senão esboçar. Não é a contemplação directa desse real que fornece todo o impulso, mas a memória de uma idade de ouro da arte a interpôr-se entre o enunciador e o mundo: é o império de um modelo exterior, absoluto sobre as pulsões individuais na fixação ou imitação do real. A construção do texto vai revelando, por conseguinte, a consciência de um distanciamento entre o real e o “eu”, e a predisposição de retraçar uma imagem da realidade, que tem por objecto uma ausência. Os enunciados são, desde logo, assumidamente elaborados como enunciados: a fonte primeira transformada em fonte verdadeira pelo sujeito é um conjunto de discursos sobre os diferentes micro-universos que constituem a totalidade contactada por este.<sup>240</sup>

A reiteração quase obsessiva da presença ou ausência do ouro, surpreendendo por vezes a seqüência do raciocínio, deixa adivinhar a pesquisa e aventar a hipótese de o texto de Caetano Xavier poder ter sido organizado

---

<sup>238</sup> COELHO, Eduardo Prado. *Aplicar Barthes* in: BARTHES, Roland. O prazer do texto. Lisboa : Edições 70, 1980. p. 14.

<sup>239</sup> ALMEIDA, p. 225-6

<sup>240</sup> LOBO, p. 76.

também para fornecer informações acerca da existência desse metal na África Oriental.

A exaltação da bondade da terra cumpriria o “afã de despertar os ânimos, ocupando os olhos”, tal como nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda.<sup>241</sup> Em Caetano Xavier encontram-se alusões à abundância.

Toda esta costa he abundante de peixe (...) e em todos os Rios de agoa doce, e os q.' há São muitos nos Certões desta Costa, e infinitas Lagoas, q.' nelles há, Se achão muitos, e Saborozos pescados, e também Mariscos. (...) Estas Ilhas (de Cabo Delgado) (...) São capazes de produzir toda a Sorte de mantimento, havendo boa Cultura (...) Toda a Costa, q.' Corre das referidas Ilhas para a de Moçambique he abundante de milho, e legumes, de galinhas, cabras, caça, inhames, frutos agrestes, e outros viveres, e em toda ella Se pode Cómutar marfim, e escravos, como Se faz por roupas, e pouco vellorio...<sup>242</sup>

Essa mesma sensação de prodigalidade da natureza africana não deixa de ser registrada extensivamente também por António Pinto de Miranda, em sua *Memória sobre a Costa de África (circa 1766)*.

Hé toda Africa abundante de preciozo ouro, admiravel prata, estupendo cobre, e excelente ferro. Tambem se acha cristal, que lapidado se equivoca com os topazios, e se hé certo o que ouvi a hum mineiro da America, he indispensavel deixar de haver diamantes adonde o cristal se gera. Há mais pluralidade de salistre, e só de inxofre, nos não consta, porque a coriozidade o não procura. (...) Tal hé a copia destes (dos víveres) que o não serem os seus habitantes quazi iracionaes, remediarão as indigencias do mundo todo. Admirase o superlativo trigo, e delicado arrós, mantimento de que uzão os Europeos. (...) De legumes há o suficiente, como ervilhas, feijoens brancos, e pardos. (...) Em todos estes distritos se achão a cada passo infinitas mangueiras, alguns jambos, jamgones, semelhantes aqueles aos damascos, e estes as serejas. (...), muitos palmares, mansos e agrestes, dos quaes se tirão nipa, com semelhanças a agoardente, azeyte, e vinagre. (...) muitas canas de assucar, batatas, outras raízes e frutos sylvestres (...). As arvores todas referidas, não tem mais cultura que a da natureza, não deixando ainda assim esta, de nos tributar prodiga, copiozos frutos, pois hé certo, que esterelizão os ingratos, as fontes de todos os benefícios. (...) Hortalissas, há alfaçes, couves, rabos, sinouras, beldruegas, abobras brancas e vermelhas, pimentoens do Reino, e mais pequenos, sebolas, alhos, ortelam, coentro, aypo, e endro. (...) Immensas são as vacas domesticas, porcos, carneiros, e cabras. Dos camponezes há tambem infinitas vacas, bufalos que são a elas semelhantes; tres especias de veados, e corsas, a saber

---

<sup>241</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Rio de Janeiro : Livraria José olympio, 1959. p. 153.

<sup>242</sup> XAVIER, p. 224.



merus, gazelas, e sengoas, porcos montezes, e de espinho, cabras, lebres, e outros de menos nota, mas todos para o gosto deliciosos. (...). De aves cazeiras tem a galinha em quantidade summa,(...) perdizes maiores que no Reino. (...) Aves do rio, pluralidade: patos gregos, patos de christa, e patinhos, gangos marrecas, e garças reaes, masaricos, e variedade de outros cujo nome se ignora.(...) Os animaes ferozes em primeiro lugar se consta a abada, e segundo outros querem unicornio. (...) Tem mais o elefante monstros feros e o mayor da terra, o leão, tigre e a gram besta, cobras muitas e noscivas todas. No Rio se acha o jacareo ou lagarto, e o cavallo marinho, ou hipopotamo bruto disforme e corpolento.<sup>243</sup>

Ou ainda, em Lacerda e Almeida sobre Quelimane,

Arroz é o grão que mais se semeia nas terras de Quilimane; ela é muito própria para produzir todos os legumes e neles consiste o seu negócio. (...) O *milho miudo*, a *meixueira*, o *naxinim* (esta semelhante a semente de mostarda e aquele semelhante ao alpista, posto que mais pequeno) são os milhos que servem de pão e base do sustento dos cafres, O *milho burro* (assim chamam ao de Portugal) só o comem enquanto está verde, e por apetite. A produção do trigo não é boa. Do *coco*, *gergelim*, *amendoim*, e da semente da mostarda fazem azeite para tempero e para luzes. As abóboras, pepinos, melancias, batatas e inhames, comem cozidos. Há com abundância *laranja*, *mangas*, *cajús*, *bananas* (a que chamam figos), *limas e goiabas* (que também chamam peras). (...) O mar abunda de bom peixe, *camarões e caranguejos*; e os campos, que são vastíssimos, de excelentes aves e quadrúpedes. Um bom pescador e outro caçador sustenta uma numerosa família de carne e peixe, apanhados (para assim dizer) ao pé da porta.<sup>244</sup>

Para o enriquecimento da imagem da excelência da terra concorrem também as lendas e mitos, e a utilização dos textos bíblicos, tal como já o fizera o navegador Duarte Pacheco Pereira em princípios do século XVI.

Porquanto no segundo ano de vosso reinado da era de Nosso Senhor de mil e quatrocentos noventa e sete anos, e no vinte e oito de vossa idade, Vossa Alteza mandou descobrir esta costa do Ilhéu da Cruz, donde el-rei Dom João acabou, em diante, e não sentindo nem estimando as grandes e grossas despesas que se nisto fizeram, e se descobriu e navegou algua parte daquela Etiópia sob-Egipto que, das primeiras idades a nós, sempre foi de todo incógnita, onde por vossos capitães foi descoberta e novamente achada a grande mina que alguns cuidam ser de Ofir, que agora por nome novo Çofala é chamada, donde o sapitentíssimo rei Salomão houve quatrocentos e vinte talentos de ouro, segundo se mostra no terceiro livro dos Reis, capítulo nove, e no segundo livro de Paralipomeno, capítulo oitavo, no fim, com o qual fez o sacro templo de Jerusalém; e mais adiante, per vosso mandado, foi descoberto

---

<sup>243</sup> MIRANDA, p. 231-5.

<sup>244</sup> ALMEIDA, p. 132-3.

tão grande caminho e mar até se saber a grande província de Maabaar que Índia Baixa se chama, onde são sabidas muntas e grandes cidades e notáveis povoações, antre as quais ua delas é a destruída cidade Malipor na qual cremos que está a santa sepultura do bem-aventurado Apóstolo São Tomé, onde Nosso Senhor muitos milagres tem feitos.<sup>245</sup>

Imagem sugestiva pelo simbolismo é a utilizada por Caetano Xavier ao referir-se à serra de Inhapiri, nas antigas terras do Monomotapa, onde se localizaria a sepultura do padre Gonçalo da Silveira.

O Mappa mostra estes Lugares, como o da Serra da Inhapiriri, honde Se diz que fica o Corpo daquelle Servo de Deos o P.e Gonçalo da Silveira Religiozo JeSuita, q.' por cauza da Religião, foi afogado Com huã Cinta, e lançado no rio Manjovo, que em vez de hir pela agoa abaixo, como naturalmente devia Ser, Subio o Seo Corpo Contra a Corrente pela agoa acima; athe o Lugar fronteiro à Serra, donde dizem os Naturaes, q.' o Levarão a depositar naquella Serra 2. Leões, que o guardão athe hoje: q.' estes animaes o aSsystem affirmão todos os q.' paSsão por aquellas terras, e que por este motivo Não podem Subir ao Cume da dita Serra; Como tambem q.' de noute Se ve naquelle mesmo lugar hum grande resplendor; porem o levarem os Leões para o outeiro, dizem outros q.' não; e outroz, q.' os moradores das povoações de Luanze, MaSsapa, ou MaSsecha, q.' ficavão ahi perto, e estavam então no auge da Sua maior opulencia, o levarão, por divertir o veneravel Corpo da hira do Rey, a depositar naquelle Sitio.<sup>246</sup>

A insinuação da presença da Rainha de Sabá em pleno território moçambicano introduz uma outra feição na geografia: a de um *locus amoenus*, frequentado por personagens de um tempo quimérico, e, se se quiser de um território potencialmente abençoado nesse passado longínquo.

Mais abaixo fica o Monte Tura, q.' os naturaes geralmente contão fora algum dia morada da Raynha Sabá, e isto mesmo me aSseverou o velho da Cabrabaça já citado, e eu vi a ruina dos Edificios, quando por ordem de Francisco de Mello e Castro, que era General de Senna neSse tempo, fui demarcar todas eSsas terras para as reduzir a hum Mappa, q.' então fiz, e querendo ver os Sitios das noSsas povoações perdidas, nem Signaes achei, Só

---

<sup>245</sup> PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Lisboa : Academia Portuguesa da História, 1988. p. 13. grifo meu.

<sup>246</sup> XAVIER, p. 240.

unicam.te hum poço, q.' os Cafres dizião Ser obra dos Poruguezes daq.le tempo.<sup>247</sup>

Imagem a sustentar uma auréola de maravilhoso que assegura a inscrição do mistério no universo de exatidão pretendido por Caetano Xavier. A idéia da excelência da terra sugerida com o recurso ao episódio bíblico de Salomão e da Rainha de Sabá é uma formulação que parece ter encontrado terreno fértil, transformando-se numa imagem recorrente, a julgar pelas afirmações de Baltasar Pereira do Lago, cerca de dez anos depois.

Tambem daly saye algum ouro das minas do Quiteve, mas hoje em tão limitada quantidade que poucas vezes se vê nesta Alfândega; estas minas tão celebradas e tão ricas, como eu não duvido que daly manassem as riquezas do tempo de Salamão, conservando-se no mesmo Quiteve sem tradição hum grande edificio sem a sua ultima construcção, que dizem ser fundado pella Rainha de Sabá.<sup>248</sup>

Num esforço descritivo de linhagem lineana, ou melhor, dizendo borgiana, Caetano Xavier vai incluir até mesmo alguns itens da órbita do maravilhoso, em meio à opulência e abundância dos recursos e produtos naturais presentes na África oriental.

**Das preciosas:** Ouro de difirentes quilates, prata de melhor toque q.' a de patacas de Hespanha, cobre, ferro, calaim, cristal, e alguãs vezes se tem achado azougue nas Minas de ouro, perolas, aljofares e ambar.

**Animaes silvestres:** Elefantes, Bufras de mato, corças, veados, vacas de mato, cabras, Lebres de 3. qualidades, Cervos, Javalis, porcos espins, burros, Unicornios, q.' São Abádas, Grambestas, monos, macacos e outros muitos.

**Animaes domesticos:** vacas, cabras, carneiros, e de 5. quartos, porcos, etc.

**Aves silvestres:** Hemas, Coroánas, paSsaros feio, cangas, collólos, mombas, rolas de 3. Castas, perdizes de 2., galinhas, papagaios, pombos verdes, Codornizes.

**Aves cantoras:** Huns Rouxinoes, Chiricos, veuvas, bornudos, dominicos, bulbúles.

**Domesticas:** Galinhas, patos, adens, perus, pombos, etc.

**Marinhas:** Patos Gregos de Crista, gangos, marrécas, Corvos, garças differentes, adens, patinhos, paSsaros de pelle, bicudos, que parecem Segonhas, Maçaricos.

---

<sup>247</sup> XAVIER, p. 240.

<sup>248</sup> LAGO, p. 323.

**Nocturnas:** Morcegos diferentes, Curujas, etc.

**Animaes marinhos:** Cavallos marinhos, Lagartos, Sereyaz.

**Mantimentos:** Trigo, arroz, milho, mixoeira, milho zaburro, ervilhas, jugos, e mais de 18. especies de legumes diferentes.

**Frutos:** Mangas, Gapávas, ananázes, Cocos, Laranjas doces, e azedas, Limões, jambos de Maláca, e toda a fruta q.' há na India, excepto jácas, q.' esta terra não prodúz, e Se houveSse Cultura, podião haver vinhas de todas as Castas de uvas, porq.' as há no matto capazes de Se comerem, como o fazem os Cafres, e eu tambem as experimentey, ainda q.' deixão alguã aspereza na lingoa.

**Madeiras:** Evano, páo ferro, Sandalo bravo, muSsaro, mucurri, e muitos, a grandes mattos, em q.' se achão boas, fortes, e grossas madeiras para toda a Sorte de obras, e Se achão Arvores tão grandes, q.' Se fazem dos Seos troncos embarcações inteiras do bojo de hum bom escaler com vara, e meia de comprimento a respeito de proporção.<sup>249</sup>

Sobre os recursos naturais e o clima, refere-se da seguinte maneira o relato de Joaquim Joze Varella, também com admiração pela exuberância dos recursos naturais moçambicanos.

O clima he salutrifro, e com bastante agoa, a capital de forma, que prove os navios, e embarcações, que vão aquelle porto. Tem terras fertelissimas produzindo pela natureza, café, como o de moca, anil da mesma sorte, e com abundancia, arros, mana, que se vende para Goa, e aos francezes, dente de peixe mulher, ambar algum, côco do mar, tartaruga por todas as ilhas, cauril, ou buzio do melhor, chandarros, a que se deve chamar alembre pela sua cor amarella, e muito transparente do qual os francezes por terem hido como vão, aquelle porto, fazem delle grande estimação, e o levão, marfim, abundante peixe, algumas frutas sylvestres saborosas, muito gado, e algum ferro.<sup>250</sup>

Pinto de Miranda, não deixa de referir as raízes e ervas com propriedades medicinais, assim como, os óleos que combatem os venenos. No entanto não deixa de queixar-se da falta de vontade dos “nacionaes” em revelar o preparo e indicação de uso para cada um dos remédios naturais que fosse, ou desacreditar dos rituais envolvidos. E, desta forma, mais uma vez se percebe a relação de dubiedade frente à natureza africana, considerada por um lado, como exuberante e maravilhosa, e por outro lado, como misteriosa e até assustadora.

---

<sup>249</sup> XAVIER, p. 222.

<sup>250</sup> VARELLA, p. 376-7.

Entre as raizes que esta Africa tem como medicinal virtude, se contão por espeçiaes a calumba, e batatinha de mixonga que servem para febres, e indigestoens. Tem mais a abutua para desfazer inchassos, rais de febre assim chamada rais de fastio, porem se hé certo o que aseverão da rais de Manica, hé de todas as mais misterioza para febres malignas, e contra veneno, e outras virtudes mais, que alguns curiozos sabem.<sup>251</sup>

Para dar maior valor ao testemunho sobre os poderes curativos de alguma raiz, Pinto de Miranda vale-se de relato oral de uma fonte em que confia, e além disto, utilizando-se de recurso estilístico, dirige-se ao leitor deixando-lhe capciosamente a opção de acreditar ou não em suas palavras.

Achasse tambem raizes para perseverarem das murdedelas de cobra, e outras para curarem as suas venenzas feridas, entre as quaes hé hua que parece incrível, posto que me asseverou pessoa fidedigna tinha prezençado, o que agora referirey: Ponhamos exemplo. V. g. A Pedro mordeo a cobra no peito do pé. Francisco notou a mordedura, e a noticiou a Paulo, este Paulo pega em hum canivete faz huã pequena cicatris no peito do pé a Francisco de sorte que deite sangue, e applicando-lhe a rais fica Pedro são e salvo. Não merece mais credito, que o que lhe quizerem dar os leytos.<sup>252</sup>

E, logo a seguir, refere-se ao *modus operandi* das curas, que estava fora do alcance das autoridades portuguesas, embora cuidadosamente observado por ele proprio.

Manoel Gomes Nobre assistente na colonia de Tete, tem hum cabacinho com huas raizes contra veneno, que mistas com o tal azeite hé remedio eficaz e provavel. Justo hé que para inteira sciencia exponha o modo de se fazer, e tomar. Pegasse em quantidade grande de solimão, miollos de cavallo marinho, e fel de jacareo que são generos mais venenzos do mundo, e os mais venenos que se acharem, se botarão dentro do tal cabaço com as raizes e azeite e se deixão ficar os venenos dentro. A pessoa que se acha emferma de qualquer dos venenos que tem o cabaço se lhe dá huã colher em caldo, ou chá, ou outra qualquer couza liquida, lhe faz tal revolução no estamago que lanca o tal veneno, fica saã.<sup>253</sup>

---

<sup>251</sup> MIRANDA, p. 236.

<sup>252</sup> MIRANDA, p. 236. grifo meu.

<sup>253</sup> MIRANDA, p. 236-7.

A queixa sobre falta de acesso às informações sobre as raízes e plantas mistura-se com o desprezo “civilizado” pelos rituais tidos como bárbaros.

Tambem oleo Fr. Pedro, e outros que no Zumbo se fazem a elle semelhante, servem para contra veneno, e curão feridas. Porem são tão avarentos, e faltos de piedade os nacionaes, que hé impossivel, nem com dadivas, ou ameaços declararem as raizes, e seus segredos, comtudo não tem duvida por qualquer interesse applicalos aos necessitados, porem com huãs ceremonias são ridiculas, e dignas de rizo, que fazem perder a fée a quem delas podia esperar o seu ultimo remedio.<sup>254</sup>

Os desconfortos e males provocados pelos insetos africanos também se fazem presente nas palavras de Pinto de Miranda, chegando a atingir até mesmo ares bíblicos.

Hé huã praga este animal, semelhante a formiga que em toda Africa domina. Na America se chama cupim, e na Azia caria. Não se tem descuberto remedio que se possa evitar tão grande danno. Dá nas paredes das cazas, caixoens, livros, roupas, mantimento, excepto naixeni, e o arros em casca, que em breves horas destroe tudo. (...) Nas terras todas se achão inumeraveis montes que eles fabricão, alguns mais altos que dous homens. (...) Impossivel hé o viver sem mosquitos em os portos de Quilimane, Luabo, e todas as margens do rio Zambezi, e outras terras humidas, e alagadissas. (...) Tambem nestas partes, tem havido alguãs vezes esta peste de gafanhotos que quazi se semelhão as pragas do obstinado Faraó.<sup>255</sup>

Enfim, o calor, a umidade, a péssima qualidade da água,

Tudo isto concorre para produzir nos homens sezões, febres biliosas, podres, disenterias, catarrais, enfim, moléstias provenientes da podridão. A sarna é geral e se conserva por meses.<sup>256</sup>

Assim, o maravilhoso e edênico convive com o pavoroso e infernal.

---

<sup>254</sup> MIRANDA, p. 237.

<sup>255</sup> MIRANDA, p. 247-8.

<sup>256</sup> ALMEIDA, p.132.

### 3.2 DOS HOMENS QUE HABITAM O TERRITÓRIO MOÇAMBICANO

Como referido no capítulo I, o cruzamento de povos e culturas no interior do território moçambicano veio a implicar em atitudes de apreciação, encontro de concepções e tentativas de conhecimento que tiveram no olhar um sentido privilegiado. Olhar que, como observado, constitui o elo vivo entre cada um dos sujeitos desse cruzamento e o mundo, entre o “eu” e os “outros”, que como diz António Luís Ferronha,

O olhar não é um acto pacífico, quando ele se passa no centro de um incomensurável desequilíbrio de forças. Não se trata de olhares civilizacionais que se encontram, mas sim a impotência de uma pressuposta cultura superior em aceitar a diferença, quando o dedo, prolongamento desse mesmo olhar, indicava/apontava objectivos claramente definidos: o comércio, os metais, o Preste João, o Paraíso Terreal e mais tarde o caminho marítimo para a Índia, ou carregava no gatilho quando o outro se transformava num obstáculo à sua concretização – matar era forma mais simples de negar.<sup>257</sup>

Ou seja, há um código de referências a partir do qual

se valorizam ou desvalorizam os povos extra-europeus, consoante estes, na imagem que deles se constrói, se aproximam ou se afastam do padrão que o Ocidente cristão para si mesmo definiu e de que não abdica. (...) O alcance e os limites dessa imagem são traçados pelo código cultural que em cada momento histórico está disponível para os avaliar.<sup>258</sup>

Ou ainda, o fato de não poder-se ignorar que as opiniões dos relatores sobre os homens, tanto europeus como não-europeus, estão ligadas à posição que cada um ocupa, principalmente, a de funcionários ou enviados da Coroa. Como escreve Philip D. Curtin, estas opiniões se devem a

---

<sup>257</sup> FERRONHA, António Luís. Quando o sagrado se manifesta – as brancas imagens in AAVV O confronto do olhar. p. 137.

<sup>258</sup> HORTA, José da Silva. A imagem do africano pelos portugueses antes dos contactos in AAVV O confronto do olhar. p. 43-4.

superiority feelings of the conquerors over the conquered, the administrators over those whom they administered. Its roots, however, lie much further back in the history of western ideas. An image began to emerge out of the haze of the unknown with the first voyages down the West African coast in the fifteenth century. It was strengthened by more frequent contact during the sixteenth century, strengthened still more by intensive commercial contact through the slave trade in the centuries from seventeenth to the middle of the nineteenth.<sup>259</sup>

As navegações propiciaram o confronto entre as velhas imagens criadas acerca dos africanos e de seus territórios, e as imagens construídas com a mediação do real, obtidas através das experiências e observações, onde as estruturas mentais jogaram um papel importante.



Assim, uma imagem do real se constrói, num percurso semelhante à aventura de realizar uma viagem, onde as mudanças operadas resultam de uma

<sup>259</sup> CURTIN, Philip D. the image of Africa: british ideas and action, 1780-1850. London : Macmillan, 1965. p. 4.

<sup>260</sup> DONATI, Ângelo et alii. Riscos de alguns Mammaes, Aves, e Vermes do Real Museo de Nossa Senhora d' Ajuda; Ditos de Peixes e Vermes de Angola, com o Prospecto da Embocadura do Rio Dendê; Ditos de vários Animaes raros de Moçambique, com alguns Prospectos e Retratos. Códice manuscrito do Museu Bocage.



complexa interação entre o sujeito observador e o objeto observado. Para Ferronha

A viagem é uma aventura, mas não unicamente com o percurso exterior, transfigurada no espaço exótico, libertadora, porque evasão, procura também do paraíso perdido. Simboliza ainda a transformação do eu, o percurso interior que altera a concepção de realidade, quer a contactada quer a da partida.<sup>261</sup>

A preocupação com a adequação terminológica que era inexistente em alguns textos da fase inicial dos contatos com os povos não-europeus e que se insere, no século XVIII, na tendência geral inclinada a respeitar algum tipo de rigor conceitual, revela algo também do lugar ocupado pelo sujeito ou relator. As fronteiras culturais e a diferença de identidades parecem ter encontrado terreno profícuo quanto aos usos de certa terminologia.

Como exemplo, o termo *África* referia-se, em tempos anteriores, apenas à região em torno de Cartago. *Etiópia*, palavra de origem grega, significa *rosto queimado*. Na Antiguidade Clássica e durante a Idade Média o termo *aethiops* parece ter sido exclusivamente atribuído aos africanos negros.

De modo semelhante, a palavra *Sudão* teria o significado de *os negros* em árabe. Até *Guiné* – o termo geográfico adotado em primeiro lugar pelos portugueses e utilizado genericamente do século XVI ao XIX para designar o litoral e as florestas da África Ocidental – é derivada da palavra berbere *aguinaw*, ou *gnawa* que pode se traduzir como negro.<sup>262</sup>

As palavras africano, preto e negro, atualmente usadas como semanticamente equivalentes, para designar as pessoas de pele escura originárias do continente africano, independentemente de lá viverem, foram também utilizadas no século XVIII.

---

<sup>261</sup> FERRONHA, António Luís O encontro inesperado: as primeiras imagens do Brasil in AAVV. Oconfronto do olhar. p. 230.

<sup>262</sup> DIAS, Jill Rosemary. . Nas vésperas do mundo moderno: África. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992. p. 17.

Contudo, uma hesitação terminológica fustiga alguns autores. Para Colette Guillaumin, o termo *negro* designava um escravo que trabalhava nas colônias, referindo assim um estatuto social, e não uma raça. *Negro* designaria, neste contexto, o escravo preto, e anos mais tarde, alargar-se-ia ao tipo físico de seres humanos, sem ser, necessariamente, um escravo.<sup>263</sup>

Para Jill Rosemary Dias,

Em termos económicos, bem como imaginativos, o tráfico de escravos transformou África numa mera dependência e apêndice do Novo Mundo. (...) O “preto” tornou-se, mais do que nunca, sinónimo de “escravo” e os africanos eram avaliados consoante as suas qualidades de escravo – bons ou maus.<sup>264</sup>

Baseados na visão positiva que os europeus tinham da sua própria cultura, os termos utilizados refletem um modo de pensar eurocêntrico que se transformaria, em alguns casos, num obstáculo à compreensão de culturas não-européias.

Depois dos africanos e outros povos não-europeus terem sido filtrados pelo crivo dos valores europeus, pouco restaria: tudo o que permanecesse incompreensível pertenceria à vida do selvagem ou do bárbaro.<sup>265</sup>

O conceito de bárbaro é originário da Grécia clássica, onde era utilizado para distinguir os “civilizados” helênicos do restante do mundo, das pessoas exteriores a *Hellas*. Nessa altura o termo ainda não possuía o sentido eminentemente pejorativo que veio a adquirir em período posterior.<sup>266</sup>

Os termos “selvagem” e “bárbaro” foram muito utilizados para descrever os negros africanos no início do Iluminismo. Termos comuns aos enciclopedistas, aos relatos de viagens, ao vocabulário dos cultos, porém sem um

---

<sup>263</sup> TIAINEN-ANTTILA, p. 31.

<sup>264</sup> DIAS, Jill Rosemary, p. 54.

<sup>265</sup> TIAINEN-ANTTILA, p. 40.

<sup>266</sup> TIAINEN-ANTTILA, P. 37.

sentido mais acurado, eram aplicados aos africanos, asiáticos e americanos, para os distinguir dos “civilizados” europeus.

Michel Foucault faz uma interessante distinção entre selvagem e bárbaro.

O bárbaro se opõe ao selvagem, mas de que maneira? Primeiro, nisto: no fundo, o selvagem é sempre selvagem na selvageria, com outros selvagens; assim que está numa relação de tipo social, o selvagem deixa de ser selvagem. Em compensação, o bárbaro é alguém que só se compreende e que só se caracteriza, que só pode ser definido em comparação a uma civilização, fora da qual se encontra.<sup>267</sup>

O termo *cafre* ilustra uma outra atitude de adaptação do sentido etimológico ao ponto de vista e aos interesses dos portugueses: há, na sua origem, uma idéia de fidelidade ao islamismo que é alterada pelos portugueses e transmitida a outras nações européias.

Proveniente do termo árabe *kāfir*, que significa não muçulmano, infiel, incrédulo, teria sido aplicado pelos árabes para se referirem aos pagãos da África Oriental. Alguns escritos portugueses do século XVI usaram-no, sobretudo no sentido de bárbaros, habitantes do interior, indivíduos atrasados. O *cafre* passa a designar o não-cristão, mas próximo do sentido de gentio.

O *gentio*, por sua vez, é uma categoria diferentemente usada para designar o africano passível de ser convertido, mesmo que a guerra se interponha no processo, ou seja, uma etapa necessária, ou para se referir aos baneanes.

Neste último caso, a categoria é esvaziada de uma possível carga positiva, representada pela possibilidade de conversão ao cristianismo. Pois, os baneanes são contra o serviço de Deus, são oponentes, e a defesa de sua expulsão do Reino é uma consequência da assunção da irredutibilidade religiosa, mas

---

<sup>267</sup> FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p 233.

também é uma tentativa de resolução de uma rivalidade que se estende à política e à economia.

Articula-se, neste conjunto, uma simbologia implícita com a retórica da excelência da terra e a abundância de seus recursos. Contida e, de certo modo, retraída, essa retórica vive dessa recordação e projeta, mesclada com a ideologia da conquista, um horizonte convencional que reafirma a funcionalidade doutrinária e pedagógica deste tipo de escrita.<sup>268</sup>

Como lembra Ferronha,

Também não se pode esquecer que quem escrevia sabia que a expectativa dos próprios leitores (e censores!) requeria o cumprimento desta convenção, procurando reconhecer nas descrições de povos e terras longínquas o que havia de semelhante com a sua cultura, em vez de descobrir o diferente. E, para obter crédito junto dos seus contemporâneos, descreviam as maravilhas que todos queriam ler.<sup>269</sup>

### **3.3 DOS REINÓIS, PATRÍCIOS, GOESES E ALGUNS BRASILEIROS; OU DOS BRANCOS E OUTROS NÃO TÃO BRANCOS ASSIM**

É possível distinguir nos diversos relatos trabalhados, a presença de duas abordagens a respeito dos reinóis na perspectiva do encontro com os “outros” e com a natureza africana abundante e fértil: uma que configura de forma exclusivamente positiva, a imagem dos portugueses; e uma outra, que sugere um retrato bem menos favorável, retratando esse “mesmo” como preso a um estranhamento, como “vítima” de uma perda da aura civilizacional em razão de uma inserção pervertida nos costumes e natureza africanos.

---

<sup>268</sup> LOBO, p. 86-7.

<sup>269</sup> FERRONHA, Luís António. Quando o sagrado se manifesta in *AAVV O confronto do olhar*. p. 135.

Inácio Caetano Xavier, por exemplo, afirma a superioridade civilizacional dos portugueses, construindo um cenário alternativo ao da decadência. Este cenário teria por base um plano de perpetuação da hegemonia portuguesa no território através da criação de uma Companhia de Comércio.

No entanto, Caetano Xavier, ao traçar um quadro exaustivo da vida e do comportamento dos portugueses em Moçambique, também afirma uma série de críticas. E, é nesses comentários que o secretário localiza como uma das causas da decadência das terras da Coroa, o comportamento desregrado dos portugueses, assim como, na sua contumaz insubordinação ao governo.

O tom de censura utilizado na caracterização dos “moradores”, vai crescendo à medida que o discurso se constrói. Inicialmente ele aproximou, os reinóis aos naturais.

O estabelecimento dos moradores desta Ilha, das terras firmes, e de todas as Sogeitas à Coroa, fallando em geral, posso dizer, Sem faltar à verdade, q.' mais parecem feras do q.' homés, por Serem opositos à vida Civil, e Sogeijão politica, omittindo fallar na Religião; porque tendo nome de Christãos, parece q.' ainda estão por escolher Ley: Fallo agora por partes. (...) Hé o primeiro estudo destes homens o Contrato dos Mujávós dos q.' vivem em Mocambique, e dos de outras partes, algum Com.co de Ouro, marfim, e outros generos, em q.' mais fazem trabalhar os Seos Cafres, do que Cuidarem elles nestas dependencias por pura perguiça, q.' parece, q.' a herdão dos naturaes do Paiz; e pela mesma razão, cuidão muito pouco nas lavouras das terras, e culturas dos palmares, q.' aqui podião Ser mais, e muito mais rendozos q.' os da India pela bondade da terra.<sup>270</sup>

Antes de dar-se seqüência a esse raciocínio - mesmo correndo o risco de soar descritivo em demasia -, é necessário lembrar que a penetração portuguesa no vale do Zambeze utilizou-se de empreendimentos particulares, deslocados do sistema colonial estatal, embora mantivessem ligações institucionais com a Coroa.

Foi, portanto, um modelo de ocupação marcado pela ambígua relação estabelecida, onde o Estado servia-se dos particulares, e estes sempre que a

---

<sup>270</sup> XAVIER, p. 217-8.

situação os favorecesse, utilizavam-se do Estado. Como exemplo desta ambigüidade pode-se utilizar um trecho de correspondência do morador de Quelimane, Salvador Luíz Dias, ao governador de Moçambique, na qual solicitava uma patente de oficial,

O suplicante sendo costumado fazer várias negociações pelo sertão daquelas terras nunca he tão respeitado em consequência de ser paisano e como deseja empregar no serviço de S. A. Real implora a V. Exa. Seja condecorado com a Patente de Alferes agregado ao Corpo de Melícias da vila de Tete para ser mais respeitado por aquele povo cafrial.<sup>271</sup>

A escassez de reinóis contribuía para que muitas vezes se confundissem num mesmo indivíduo o negociante, o prazeiro, o oficial administrativo e/ou militar, e até mesmo o cientista/viajante. Estas multifunções ao envergarem a autoridade do Estado, facilitavam a realização dos seus interesses, projetos e/ou missões.<sup>272</sup>

No caso de campanhas militares, o Estado recorria aos moradores. Estes e seus escravos acorriam às guerras e decidiam, muitas vezes, a sorte dos combates. O governador de Moçambique em 1806, Francisco Paula Albuquerque Cardoso, resume a fragilidade das forças militares do seguinte modo,

Finalmente quando Este Estado se vê perseguido dos Inimigos do Continente, a maior defeza d'elle Consiste nas forças dos moradores, e Sua Escravatura, Sacrificando a sua vida, e deixando suas famílias dezamparadas, Sacrificando os Seos Escravos, e por consequencia seus bens perdidos e Suas Fazendas arruinadas.<sup>273</sup>

Nesse contexto, o governador-geral na ausência de meios com que remunerar os serviços prestados pelos moradores, propõe ao Príncipe Regente a

---

<sup>271</sup> Requerimento de Salvador Luíz Dias. Moçambique, 24 de maio de 1803. AHU, cx. 99.

<sup>272</sup> São casos exemplares, os de Manuel Galvão da Silva e Francisco José de Lacerda e Almeida.

<sup>273</sup> AHU, cod. 1351, fl. 106.

atribuição de patentes de alferes ou tenente, cargos honoríficos, sem qualquer retribuição, de modo “a animalos a novas empresas, pois o Coração do homem se move ou pela honra e gloria, ou pelo interesse”.<sup>274</sup>

Da mesma maneira como acorriam à luta contra os chefes negros levantados, também, com alguma freqüência os próprios prazeiros se envolviam em guerras entre eles, ao competir por colonos ou escravos.

O *chuanga*, que era o representante do prazeiro junto ao *fumo*\*, muitas vezes aliciava os *fumos* de outros prazos a migrarem com seus súditos para o prazo do seu senhor. Alguns *chicundas*, a mando de seus senhores, faziam expedições às aldeias de colonos situadas na periferia dos prazos da vizinhança e transformavam-nos em cativos, principalmente com a finalidade de aumentar as hostes armadas dos senhores dos prazos.<sup>275</sup>

Estas dissensões no interior da comunidade dos prazeiros comprometiam todo o sistema, enfraquecendo-o no que concerne à capacidade de defesa contra as agressões dos outros estados negros independentes. Inúmeras operações militares para controlar áreas de grande importância estratégica não obtiveram resultados favoráveis, muitas vezes em função da recusa de prazeiros em cooperarem uns com os outros.<sup>276</sup>

Entre a comunidade dos senhores de prazos também se estruturavam alianças duradouras. As afinidades sanguíneas constituíam a base de muitas delas. A maior parte dos prazos estava na posse de clãs familiares, formados através de uniões matrimoniais, aumentando, ao atuar como grupo homogêneo, os seus interesses e objetivos.

---

<sup>274</sup> AHU, cod. 1351, fls. 106 –7.

\* Ver glossário.

<sup>275</sup> ALMEIDA, p. 106.

<sup>276</sup> ALMEIDA, p. 133.

Em meados do século XVIII, o casamento de D. Catarina de Faria Leitão, poderosa prazeira de Quelimane, com Bernardo Caetano de Sá Botelho, detentor dos vastos prazos de Cherigoma e Gorongoza, exemplificam uma união desse gênero. Na área do Tete, o casamento do governador Dionízio de Mello e Castro com a filha de Manoel Gomes Nobre gerou uma das mais importantes alianças da região.

A posição minoritária dos portugueses no vasto interior do continente levou-os a engendrar vários tipos de alianças para poderem subsistir. De acordo com seus interesses imediatos, alguns prazeiros, ora se aliam, ora se confrontam com os estados negros independentes.

O prazo significava, apesar de tudo, o domínio português. Os prazos asseguraram o funcionamento das atividades comerciais e as ligações com as praças costeiras, o que contribuiu para sua manutenção, consolidando-se a posição portuguesa em vastas regiões do interior.<sup>277</sup>

O secretário de governo António Pinto de Miranda fez algumas observações a respeito da vida cotidiana dos colonos portugueses na Zambézia, por volta de 1766. Segundo ele o português,

Hé todo afidalgado desde o mais infimo até o mais superior. (...) cazão com alguãs senhoras naturais e outras que de Goa descendem: e como todas são possuidoras de terras e famulos, jamais cuidão em a cultivação dellas, ou na boa disciplina daquelles.<sup>278</sup>

Pinto de Miranda avança em seus comentários, afirmando que os portugueses também se afastavam dos ensinamentos dos evangelhos e não os transmitem aos filhos. Afirmavam ser descendentes de progenitores ilustres, mas tinham comportamentos pouco ou nada dignificantes. Eram dados à prática do concubinato com as escravas, as quais possuíam em grande número, assim como,

---

<sup>277</sup> LOBATO, p. 182-3.

<sup>278</sup> MIRANDA, p. 253.



de jogos de azar, em que alguns chegaram a se arruinar. Deslocavam-se continuamente em manxilas carregadas por escravos, mesmo nos trajetos mais curtos, arrastando assim seus dias em larga ociosidade.<sup>279</sup> Ociosidade que refletia-se inclusive sobre suas condições físicas.

Quazi todos os nossos europeos se achão obstruidos do baço, atribuem esta obstrução as agoas do Zambezi, pelos despejos das cazas se botarem nele, lavarse a roupa, lançarem corpos mortos, e outros animais immundos; eu porem atribuo ao pouco exercicio que fazem, ao tratamento ociozo ao corpo, asevero prosseder destas, e não das outras couzas, as obstruções.<sup>280</sup>

Para Pinto de Miranda, as damas que habitavam a Zambézia também não primavam pelas suas características mais virtuosas. Quer fossem européias, canarins ou mestiças, tinham como característica comum a altivez. Possuíam dezenas de escravos com quem se divertiam dançando luxuriosamente. Ao frequentar os cultos religiosos, arrastavam uma turba de escravas para a igreja, em atos de ostentação.<sup>281</sup>

Os prazeiros assentavam sua vida cotidiana na ociosidade, na luxúria e na gula. Segundo Malyn Newitt, existem relatos dos costumes dos senhores de prazos mais abastados, que fazem referência nos seus hábitos alimentares à boa mesa, com variedade de carnes e bom vinho importado, e até mesmo que uma poderosa prazeira utilizava para servir suas refeições utensílios de prata, vinhos variados e víveres diversos. Na sua rotina diária, todos pouco faziam para além de comer, fumar e dormir.<sup>282</sup>

Nem mesmo os períodos difíceis alteravam a atitude desses moradores, como os de Tete.

---

<sup>279</sup> MIRANDA, p. 253.

<sup>280</sup> MIRANDA, p. 242.

<sup>281</sup> MIRANDA, p. 254.

<sup>282</sup> NEWITT, Malyn. Portuguese settlement on the Zambezi. Londres, : Longman, 1973, p. 137-8.

Estes mesmos moradores ricos ceavam às escuras por falta de velas e azeite. Esta escuridão ajudava muito a abaterem-se os ânimos, a viverem todos tristes e desconsolados, esperando a cada instante verem-se sem um cafre para os servir, como aconteceu a alguns indivíduos.<sup>283</sup>

Costumeiramente os portugueses coabitavam com mulheres negras ou mestiças. A falta de mulheres europeias nas terras do interior, levava a que de geração em geração, a sociedade dos prazos se tornasse cada vez mais próxima do sangue africano, assim como da sua respectiva cultura.

Mas, os homens portugueses também não formavam um grupo dos mais numerosos. E assim, as portuguesas, em boa parte mestiças, acabavam por desrespeitar os ditames da Coroa, violando a legislação editada em 1755, que buscava repor a obrigação das senhoras em contrair matrimônio só com portugueses.

De fato, a escassez de europeus disponíveis, levava as portuguesas à união com homens de menor *status* social. Assim, os ricos comerciantes goeses, que haviam se instalado na Zambézia depois da abolição das restrições comerciais, verificadas a partir de meados do século XVIII, acabaram por vir a conseguir “bons casamentos”.<sup>284</sup>

O secretário de governo Jerónimo José Nogueira de Andrade, em sua notícia dá a seguinte explicação, a esse respeito,

Nos tempos anteriores em que havia mais Portuguezes reinoses, desprezava-se a mais ordinaria, e escura Mulher d'estas Famillias, de se misturar ou cazar com algum dos Naturaes de Goa chamados Canarins. Elles mesmos se não atreuião a buscar aquelles mesmos Cazamentos, e se prezavão muito ellas cazarem-se com os brancos, tanto pelo desprezo com que olhavão para os Canarins, como para se aproveitarem dos prazos da Coroa, que na conformidade das Ordens de Sua Magestade se devem conferir às mulheres daquelles Rios, que cazarem com Portuguezes Reinoses; agora porem que o numero dos Canarins he maior e por assim dizer he o partido dominante dos Rios de Senna, já se perdeo aquelle capricho, e os dittos Canarins sendo aliás molles, pusilanimos e semi-caffres em Costumes, são bastantemente astuizozos e soberbos para fazerem seus conclaves, e buscarem os meios de se

---

<sup>283</sup> ALMEIDA, p. 169-70.

<sup>284</sup> ISAACMAN, p. 59-60.

apossarem d'estes melhores cazamentos, e para excluirem os Portuguezes de quem são inimigos Jurados.<sup>285</sup>

Por outro lado, a poligamia e o concubinato acabaram por se enraizar entre os senhores dos prazos, gerando os “patrícios”, mestiços de negras com europeus ou canarins, indivíduos culturalmente híbridos com forte dominância do elemento africano. Estes eram polígamos assumidos, adotando este aspecto do sistema social africano.<sup>286</sup>

Para Lacerda e Almeida,

A poligamia é tão usada, que dela já não se faz caso. É verdade que nas vilas se não observa, mas nas terras da coroa não há *patrício* (assim chamam os filhos destes Rios que teem mistura de negro, branco ou canarim) que não tenha três ou mais mulheres, à imitação dos mossenzes.<sup>287</sup>

Do ponto de vista português, a miscigenação serviu a um propósito muito importante, apesar dos comentários depreciativos. Os portugueses utilizaram com êxito as suas mulheres negras para estabelecer contatos comerciais com o interior.

Na sua maioria, os portugueses da Ilha de Moçambique estavam ligados ao comércio, desde os oficiais do governo, aos militares e clérigos. Agiam como intermediários dos importadores baneanes, trocando as mercadorias da Índia, por marfim, escravos e alimentos no Mossuril, durante a época da feira dos macuas e mujaus.

Assim, mesmo os soldados e oficiais do governo acabavam por se envolver em negócios, nem sempre lícitos, uma vez que os magros salários e a remuneração em panos - que funcionava como moeda -, os obrigava às atividades

---

<sup>285</sup> ANDRADE, p. 118-19.

<sup>286</sup> ISAACMAN, p. 61-63.

<sup>287</sup> ALMEIDA, p. 156.

de permuta. Para tal, geralmente solicitavam o auxílio de algum comerciante, quando não se assumiam como tal.

Na Zambézia era quase nula a chance de algum forasteiro sobreviver, se não estivesse vinculado a alguma família prazeira bem poderosa. Na falta desta condição, qualquer minerador, agricultor ou comerciante teria que contar com algum esquema de proteção, uma vez que seria impossível obter crédito, adquirir e manter escravos ao seu serviço ou simplesmente empreender expedições comerciais, pois os riscos de assaltos eram bastante grandes. Assim, a via mais fácil de ligação, concretizava-se através do casamento com uma herdeira bem estabelecida, usufruindo o novo morador do seu dote de prazos e escravos.<sup>288</sup>

Uma parte considerável dos portugueses que foram parar em Moçambique ou eram náufragos ou condenados ao degredo na colônia. Uma vez que chegavam à Ilha de Moçambique, eram enviados para os diversos estabelecimentos carenciados de praças. Os outros europeus ocupavam geralmente postos nas forças coloniais, como oficiais ou subalternos.

Apenas um pequeno número de portuguesas se aventurou por tais paragens, sendo esta uma das razões para o baixo crescimento da população européia. Assim, os portugueses ao casarem-se com negras ou mestiças, geravam crianças que ficavam muito mais próximas da cultura africana do que da européia, em virtude da educação transmitida pelas progenitoras.<sup>289</sup>

Os degredados destinavam-se a engrossar as fileiras das guarnições militares. Para muitos deles, a deportação acabava por ser uma condenação à morte. Em Moçambique recebiam um soldo de dois mil e duzentos réis, um alqueire de arroz e um de farinha, o que mal dava para garantir a subsistência. A insuficiência alimentar e os malefícios do clima desenvolviam uma fragilização progressiva que produzia um grande número de mortes.

---

<sup>288</sup> NEWITT, p. 145.

<sup>289</sup> NEWITT, p. 142-44.

Lacerda e Almeida comenta em relação ao clima moçambicano como sendo pouco salubre para os europeus em razão de haver

neste país as duas poderosas causas da corrupção a saber, o calor e a umidade, não é para admirar a pouca salubridade do clima. As águas também não podem deixar de ter nisto uma boa parte, pois aquelas que servem para os usos ordinários são tiradas das covas feitas na terra com pouca profundidade;...Nos ditos poços ou covas aparecem muitos insetos, e são como viveiros de sapos.<sup>290</sup>

Essas situações, acrescentadas das péssimas condições de aquartelamento, os trabalhos sob o impiedoso sol tropical, o deficiente apetrechamento das boticas, os víveres podres, o abuso das bebidas alcoólicas – principalmente a cachaça originária do Brasil -, dentre outros desregramentos, torna fácil concluir quão frágil era a vida desses homens, em terras da África oriental. Segundo Nogueira de Andrade,

(...) eles são maus para si, para o estado, e para a Fazenda Real, e são de pouca duração pois já levão a sua constituição estragada, e empestadas das cadeas d’este Reino, e depois tem contra si o clima a conducta, os castigos, e o mau passadio, por isso logo adoescem, (...) aly morrem em breves dias, e perde Sua magestade o Soldado, a despesa do transporte, augmentada pela outra despesa que lhe fez n’este Hospital onde acabou.<sup>291</sup>

Por outro lado, a qualidade dos elementos das forças armadas, mesmo ao nível das chefias, deixava muito a desejar. Com freqüência os oficiais do exército, de quem se esperava conduta exemplar, tinham comportamentos lastimáveis. O comandante de Inhambane teve que nomear um furriel para comandante das tropas aí estacionadas, em 1788, em virtude do “capitão dela andar sempre perdido de bêbado”. Pede providências a Moçambique no sentido

---

<sup>290</sup> ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. Diários de viagem. Rio de Janeiro : Instituto Nacional do Livro, 1944. p. 132.

<sup>291</sup> ANDRADE, p. 179.

de lhe serem enviados oficiais capazes, pois até o tenente seguia “os mesmos passos do capitão com contínuas bebedeiras”.<sup>292</sup>

Após fornecer os dados genéricos com respeito à localização geográfica de Moçambique, o secretário de governo Inácio Caetano Xavier refere-se de forma pouco lisonjeira à condição social dos colonos portugueses como visto acima, pelo pouco ou nenhum respeito tributado às autoridades constituídas, atribuindo inclusive a decadência das mesmas à arrogância dos colonos.

O conjunto das críticas elaboradas por Caetano Xavier é direcionado, tal como ele faz com os naturais, para traçar um quadro bastante exaustivo da vida e comportamento dos portugueses em Moçambique. Inclusive é bastante explícito, de acordo com seus julgamentos, em atribuir ao comportamento desregrado dos portugueses e à sua insubordinação frente à administração, como uma das causas da decadência encontrada nas terras da Coroa.

Como se vê, não será à toa que Caetano Xavier virá a enfrentar forte oposição no exercício de seu cargo e acabará por ser afastado do posto bem antes do término de seu mandato de três anos como secretário de governo.

O estado em q.' Se achão todas estas terras he totalmente decadente por falta de huã radical Cultura de q.' neceSsitão em todo o Sentido, e igualmente a fazenda Real, e os diferentes meios q.' Se tem aplicado para o Seo augmento, a tem Conduzido à Sua maior ruina, como fallarei em Seo Lugar.<sup>293</sup>

Caetano Xavier, para reforçar a imagem negativa que constrói dos colonos, faz em contraponto um elogio dos potenciais da terra, os quais não seriam devidamente aproveitados pelos portugueses, uma vez que estes prefeririam ocupar-se de formas mais imediatas e pouco trabalhosas de obtenção dos ganhos, tal como mencionado mais acima e reafirmado a seguir.

---

<sup>292</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. Inventário do fundo do século XVIII. p. 84.

<sup>293</sup> XAVIER, 217.

Hé o primeiro estudo destes homens o Contrato dos Mujávós dos q.' vivem em Mocambique, e dos de outras partes, algum Com.co de Ouro, marfim, e outros generos, em q.' mais fazem trabalhar os Seos Cafres, do que cuidarem elles nestas dependencias por pura perguiça, q.' parece, q.' a herdão dos naturaes do Paiz; e pela mesma razão, cuidão muito pouco nas lavouras das terras, e culturas dos palmares, q.' aqui podião Ser mais, e muito mais rendozos q.' os da India pela bondade da terra.<sup>294</sup>

Para Caetano Xavier, os colonos, imbuídos de um espírito de resistência ao poder do Estado, procuravam solapar toda e qualquer iniciativa de administração com base racional e profissional. Até poder-se-ia pensar que preferissem viver num estágio próximo do estado de natureza hobbesiano, ou talvez melhor dizendo, de uma “sociedade contra o Estado” *a la* La Boétie.

A Segunda applicação destes moradores he o procurar todos os meios de ver Como hão-de embarçar ao Governo e dominalo Sobremaneira; e Se este em razão do Seo peSsoal respeito, e por maximas, q.' estuda para os ter Subjugados, e Sujeitos à razão, escapa de Ser Compreendido nos effeitos deste seo primeiro intento, não escapa da aleivozia, com que, mancómunados o encravem na Sua residencia; Sendo Certo que desta 2.a avenida nenhum escapa; porq.' dão hum juramento falso Com a mesma facilidade, com que Costumão ordir a cada paSso huã tramoya para desordenar as acções de quem governa; Sendo indubitavel q.' Se Succede haver em huã destas povoações 20. moradores, Cada hum delles tem 19. moradores inimigos; porem todos o São do Governador.<sup>295</sup>

E, especificamente aos habitantes da Ilha de Moçambique, refere-se de maneira ainda mais contundente, ao adicionar a descrição de atitudes de desrespeito religioso, acusando-os de tudo fazerem para embarçar o governo, denunciando a prática de atrocidades, a vida dissoluta e sem subordinação, a insolência e os desacatos:

Chega ainda mais ávante a inSolencia destes moradores, Sendo q.' os de Moçambique São mais pacatos, na extensão, Sendo na intenção peiores; porq.' depois de atropellados os respeitos humano,z, tambem Se tem atrevido muitas Vezes a perderem o decoro às Cazas de Deos Com Sacrilogos inSultos de mortes,, feridas, bulhas, etc., Chegando o extremo da Sua barbara Cegueira a cometer os mesmos desacatos diante do Sacramento exposto, Como

---

<sup>294</sup> XAVIER,.,p. 308.

<sup>295</sup> XAVIER, p. 308.

Sucedeo há poucos annos na Igreja dos Dominicos em Senna, q.' hoje está reduzida a cinzas.<sup>296</sup>

Um lugar à parte é reservado por Caetano Xavier ao comportamento dos missionários, que merece um destaque.

Estas perniciozas desordens, q.' devião, e puderão emendar, ou obviar os Missionarios, q.' São mandados a dillatar o Evangelho nestas partes, applicão todo o Seo cuidado em materias totalmente opostas à virtude, fomentando vinganças, odios, discordias, ambição, Sensualidade, e outros distúrbios. Estes São tolerados do Prelado DioceSano, por Ser do mesmo habito, ou por outra analogia, q.' não percebo; e Se o Governo Se queixa aos Prelados, estes de ordinario não pugnão por aquelles factos, e Se algum o faz, Cahe a escolha em outros Sugeitos tão bons, como os primeiros, e tudo disfarça o interesse, q.' fazem os mesmos Prelados à Custa dos referidos Sugeitos, e huã, e outra Coiza Cobre a Capa da religião. Os sugeitos dados a P.s P.s. da Companhia, que não tem aqui MiSsão; dão admiSsão não Só às relatadas maldades, mas ainda a peiores relaxações, rematando Com tudo, e por tudo a ferro, e fogo Com grande poder de Cafraria, q.' as Suas Cazas tem, e riqueza, de q.' abundão, porq.' o negocio publico he o Seo emprego.<sup>297</sup>

O receio de represálias parece ter impedido a construção de um retrato mais pormenorizado. A crítica esboçada ganha, ainda assim, contornos mais precisos com essa ausência. A alusão a uma experiência anterior desagradável a Caetano Xavier denuncia alguns dos meandros das atividades concertadas entre as autoridades administrativas e eclesiásticas.

(...) e porq.' no tempo da eméda, e remedio, q.' pús a este descaminho era o de hum Feitor, e seos parceaes amigos do tal P.e, me fez taes Couzas q.' ainda tremo dellas, e temo q.' me venha igual trovoadá, Se Souber algum delles q.' fallo estas verdades a Seo respeito, ficando por este motivo no Seo L.o verde em Cumprimento das clauzulas da Sua Mónita Secreta, pela qual terey todos Contra mim e hé, o mesmo, q.' padecer inferno nesta Vida. Declaro q.' não hé minha intenção fallar nos Religiozos, q.' destes tenho visto alguns por estas partes, ainda q.' por milagre.<sup>298</sup>

---

<sup>296</sup> XAVIER, p. 219.

<sup>297</sup> XAVIER, p. 219.

<sup>298</sup> XAVIER, p. 220.



Logo após chegar à vila de Sena, quarenta anos depois do relato de Caetano Xavier, e ter sido “ensopado com um asperges, incensado, dado a beijar um Crucifixo”, Lacerda e Almeida não demora muito para praticar sua etnografia crítica em relação aos seus habitantes e seus maus hábitos.

Assim o permita este Senhor todo poderoso, pois na verdade esta é uma vila de levantados, desobedientes, e malcriados e de inimigos recíprocos do Estado e de Deus, de supersticiosos no último grau de perfeição, de invejosos, de ladrões, enfim um distrito onde se acham todos os vícios e nenhuma virtude.<sup>299</sup>

Para Lacerda e Almeida o principal vício era a desobediência às ordens régias de que “nenhuma pessoa seja possuidora de mais de um prazo da coroa”. E isto era causado pela sensação de impunidade vigente gerada pela

cega ambição e paixões particulares de quem tem governado estas capitanias, procurando amontoar tesouros, atropelando as leis, deixando que os ricos fizessem tantas absolutas que lhes parecesse e que oprimissem os pobres,...confiados em dizer que “Portugal está muito longe”.<sup>300</sup>

Impunidade que nem sequer as visitações inquisitoriais pareciam dar cabo, pois Lacerda e Almeida narra o caso de José Gomes Monteiro, sargento mor de milícias, que foi degredado para Manica

Por andar concunbinado com outra mulher casada, das principais da terra, com geral escândalo e injúria feita a seu marido, que lhe não merece tão vil procedimento, pois a trata muito bem e é um pacífico morador desta vila, e o mais rico dela, segundo dizem, porque tem dinheiro e não deve.(...)Eles foram pronunciados na visita, e por ser o marido tal qual acabo de dizer e a mulher uma das principais da terra, a coisa ficou sopita.<sup>301</sup>

---

<sup>299</sup> ALMEIDA, p. 147-8. É notável a semelhança entre estas palavras e as de Inácio Caetano Xavier acima.

<sup>300</sup> ALMEIDA. 148.

<sup>301</sup> ALMEIDA, p. 153.

Como Governador, Lacerda e Almeida manda prender José Gomes, após informar-se do caso, e exilá-lo em Zumbo. O sargento mor faz vários requerimentos no sentido de ser solto “debaixo de frívolos pretextos”, e ao não ser atendido

Recorreu às poderosas armas que raras vezes deixam de alcançar vitória e mandou-me oferecer 5.000 cruzados em bom ouro. Oh! Meu Deus! Só eu posso avaliar a alegria e o prazer em que nada meu coração, não só por me não ter deixado corromper, como porque no íntimo dele desprezei e desprezo com horror semelhante proposta.<sup>302</sup>

O pessimismo demonstrado em relação aos africanos se estende aos portugueses, e Lacerda e Almeida busca distanciar-se também destes.

Sendo certo que Deus abençoa toda a boa obra, e que medra tudo quanto se faz com os olhos no Senhor, como pode prosperar esta colônia sendo o centro das injustiças, crueldades, barbaridades e impiedades? Atrevo-me a asseverar que os portugueses nesta colônia são mais bárbaros do que os cafres, porque estes obedecem às ordens do seu soberano com uma pontualidade capaz de servir de exemplo, e não se pode chamar bárbara uma nação que por falta de conhecimentos comete alguns erros, que são bárbaros entre as nações civilizadas, mas não entre eles, porque o fazem segundo os seus usos, costumes, leis e inteligência. Devo finalmente dizer que nestas terras, não há nem católicos *stricte sumptum*, nem fanáticos, porque os templos sempre estão despovoados.<sup>303</sup>

---

<sup>302</sup> ALMEIDA, p. 155.

<sup>303</sup> ALMEIDA, p. 159.

## 3.4 DOS ZANJS, MOUROS, BANEANES E OUTROS HOMENS DE TURBANTE

### 3.4.1 Dos mouros ou suahílis

Os relatos portugueses contemporâneos aos primeiros contatos com os povos que habitavam a costa africana oriental, não são muito claros no que diz respeito às alusões feitas em relação aos indivíduos então já presentes nos núcleos habitacionais costeiros islamizados. Desprovidos de qualquer rigor, utilizam-se dos termos cafres e mouros para referir-se a estes moradores miscigenados de árabes e naturais da região<sup>304</sup>.

Os suahílis eram o resultado de um processo de miscigenação com os habitantes locais que antecedeu em muitos séculos a chegada dos portugueses. Este processo resultou em indivíduos com diferentes tonalidades de cor de pele, indo do negro ao pardo. Em não se constituindo a cor da pele numa referência segura para identificá-los, o aspecto exterior, principalmente a vestimenta - uso do turbante e cabaia -, passou a ser adotado pelos portugueses como meio de conferir uma identidade/denominação a este grupo.

O termo suahíli é utilizado para designar todos os afro-islâmicos da costa oriental africana. No entanto, em sentido mais específico, referia-se aos povos de língua banta, que habitavam a orla marítima desde Melinde até Zanzibar. Numa definição histórica mais alargada, dever se-ia incluir também os indivíduos de origem não africana, mas participantes do complexo civilizacional islâmico da África oriental, de base predominantemente negra<sup>305</sup>.

---

<sup>304</sup> O termo mouro refere-se tanto ao omanita como ao negro islamizado, resultando em alguma confusão na sua utilização. Um termo local para significar suahíli é mujojo.

<sup>305</sup> Estes povos da costa, pertencentes à rede cultural dos portos do litoral leste africano, desenvolveram um idioma próprio, de raiz banto – o ki-swahili – que se transformou numa língua franca falada desde o paralelo 2 Norte (região de Lamu) até o paralelo 15 Sul (região de Moçambique e noroeste de Madagáscar). Na base de sua cultura encontram-se duas áreas distintas – a perso-árabe e africana negra -, que evoluíram no sentido de uma simbiose, em que se manifesta, nas suas organizações sócio-políticas, a força do elemento africano e a plasticidade do islamismo.

O termo suahíli refere-se a algo bem mais amplo que um agrupamento étnico. Pois trata-se de um conjunto de povos culturalmente islamizados localizados ao sul de Mogadiscio, diferenciando-se dos africanos continentais pelo seu modo de vida, mais ligado ao comércio e às atividades marítimas como a pesca, a navegação e, a partir dos anos finais do século XVIII, ao tráfico de escravos para as Américas, além da sua tradicional participação na rota oriental de comércio de escravos.<sup>306</sup>

Uma larga extensão da costa moçambicana fazia parte da esfera mercantil afro-islamita. Ainda no primeiro terço do século XIX, uma boa porção da faixa litorânea, cerca de 300 km de extensão, ainda estava sob domínio suahíli.

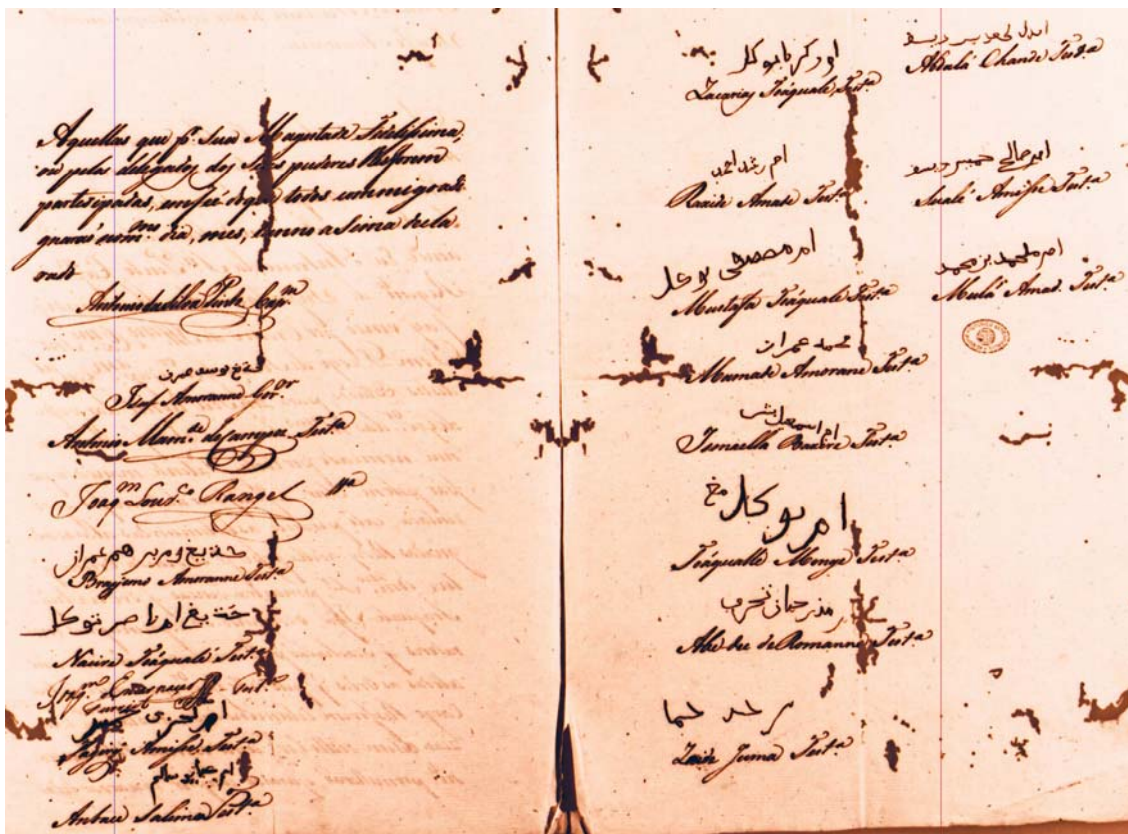
É importante salientar que os muçulmanos estabelecidos nessa região, não emigraram diretamente da Pérsia ou Arábia. Eram originários de outros locais da orla marítima leste-africana ou do Oceano Índico ocidental, como Zanzibar, Comores e Quíloa. Angoche e a Ilha de Moçambique foram dois centros suahílis importantes da costa africana oriental, sendo que ambas tinham fortes ligações com Quíloa, uma vez que esta sujeitava politicamente as duas povoações.

A importância da comunidade afro-muçulmana pode ser percebida, já em tempos de domínio português, pela existência de uma escola em que se ensinava árabe, em Inhambane. Por se temer o impacto cultural com evidentes implicações futuras na soberania do território, esta escola foi fechada em 1758 e seus cinco professores foram deportados para a Ilha de Moçambique<sup>307</sup>.

---

<sup>306</sup> Como visto em capítulo anterior, os africanos praticavam uma economia agro-pastoril.

<sup>307</sup> O crescimento da influência muçulmana veio a culminar com o levante suahíli de 1775, o qual constituiu uma séria ameaça à presença portuguesa na região. Isto sem contar o período de conflitos intermitentes entre 1698 e 1729. HOPPE, Fritz. p. 118-121.



O Islã é simultaneamente uma religião, um sistema social, político e econômico, em que o Alcorão é a lei. Assim, cada muçulmano tem o dever de propagandear e dar o testemunho de Deus e da sua grandeza e fidelidade para com todos os que praticam o islamismo.

Os muçulmanos de Moçambique encaravam a educação nas mesquitas e escolas corânicas como um veículo popular, ainda que disciplinador e regulamentado, para a conversão do maior número de crianças e adultos africanos nativos. O que levou as autoridades portuguesas na região da Zambézia a atitudes plenas de receio e desconfiança.

Os muitos Moiros, que das partes da India para esta parte vem, com os quais se ligão logo estreitamente os Gentios apadrinhando os no que podem, e aparentando-se com elles nas mancebias que publicamente se vêm; e tanto assim hé para ponderar, que no anno passado de 1758 remeteu a esta Praça Manoel Gonçalves Barreto Capitam mor do Porto de Inhambane cinco Moiros, que havia annos se achavão naquellas terras, e os mandou por achar terem escolas de Lingoa arabia, nas quais documentavão os cafres daquelle

Paiz na dita lingua, e he de reparar que os não doutrinavão senão na lingua morisca.<sup>308</sup>

Um outro aglomerado importante de afro-muçulmanos presente nos domínios portugueses, era o da Ilha de Moçambique. Dedicavam-se tanto ao comércio, como à navegação. Em ambas as atividades atingiram posto de relevância, pois como práticos de navegação, pilotos e marinheiros, conhecidos como *lascars*, tinham uma posição crucial no comércio costeiro e transoceânico. A importância destas tripulações é revelada por possuírem direitos iguais aos dos portugueses, no que se refere ao transporte gratuito de certas quantidades de mercadorias, que podiam vender nos portos subalternos.<sup>309</sup>

No final do século XVIII, a população moçambicana islamizada que habitava na Ilha de Moçambique, no Mossuril e nas Cabaceiras, formava um contingente de cerca de vinte mil indivíduos. Afora os que habitavam nas pequenas povoações situadas ao norte da Ilha de Moçambique.<sup>310</sup>

Embora existissem outros núcleos espalhados por toda a costa norte do território moçambicano, estes mantinham certa autonomia em relação aos portugueses. Desde os princípios da inserção portuguesa na África Oriental, o contato luso-suahíli foi constante. Assim como no litoral ocorreram vários embates entre os portugueses e as cidades-estado suahílis, também no interior do continente, houve uma guerra surda à forte presença suahíli, para que Portugal se afirmasse política e economicamente.

Como escreve Joaquim Jozé Varella em trecho de seu relato sobre a Ilha de Moçambique, “Duas vezes foi atacada esta praça pelos arabios, nossos inimigos capitaes, que rezedião espalhados do tempo da sua fundação nestas

---

<sup>308</sup> Cópia da representação dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Moçambique ao Rei, 2 de janeiro de 1759. AHU, cod. 1332, fl 122.

<sup>309</sup> HOPPE, p. 118.

<sup>310</sup> Ofício do Governador de Cabo Delgado para o Governador de Moçambique, Isidoro de Almeida de Souza e Sá, 25 de janeiro de 1801. AHU, cx. 87, doc. 5.

d’Affrica.”<sup>311</sup> Joaquim José da Costa Portugal debita a decadência das Ilhas do Cabo Delgado aos suahílis, uma vez que,

Toda a ruina e decadente estado em que se achão estas Ilhas foi originada da invasão que por vezes lhe fizerão os Arabios de Morofia Zamzibar, e Sate pouco distante nesta mesma costa roubando, matando, e destruindo tudo quanto aqui havia.<sup>312</sup>

A comunidade suahíli e suas atividades comerciais nunca deixaram de ser uma presença incômoda para os portugueses. Espalhados por localidades sob administração portuguesa ou fixados em xecados e sultanatos pulverizados ao longo de todo litoral moçambicano, não só mantinham fortes conexões entre si, mas também com outros núcleos situados mais ao norte – para além do Cabo Delgado -, constituindo-se em interlocutores de peso neste espaço do Oceano Índico.

### 3.4.2 Dos baneanes

O grupo mais influente entre os hindus presentes na África Oriental era constituído pelo baneanes que eram uma casta de comerciantes que agia originalmente em Cambaia. Foram expulsos para Meca e Guzarate, se dirigindo posteriormente para as praças comerciais de Damão e Diu. Nesta última, vieram a formar a Corporação dos Manzanes, com o objetivo de monopolizar o comércio de Diu com as possessões portuguesas da África Oriental.

Na maior parte dos casos, o termo baneane era aplicado a membros de diversas castas hindus e jainas, mas também era, muitas vezes, extensivo aos parses e a indivíduos de outras castas que faziam do comércio, da banca e da usura, as suas principais ocupações.

---

<sup>311</sup> ANDRADE, p. 382.

<sup>312</sup> PORTUGAL, p. 276.

Charles Boxer considera que a imagem formada pelos europeus até o século XVIII sobre os comerciantes baneanes e sua presença na África Oriental não gozava de unanimidade.

Então, como agora, os europeus estavam profundamente divididos nas suas opiniões acerca desta gente que se revelou como mais ubiqüitário e pertinaz concorrente do que os suaílis. A maior parte dos portugueses denunciou os baneanes como monopolistas sem escrúpulos e açambarcadores, ou como intermediários parasitas que prosperavam à custa da exploração tanto do colono europeu como do camponês africano. Alguns dos jesuítas, no entanto, tinham uma opinião muito diferente, e diziam que os indianos eram muito melhores colonizadores e negociantes que os portugueses. A comunidade mercantil indiana de Diu, na ilha de Moçambique, estava sob a protecção do colégio jesuíta local. Alguns dos governadores eram severamente críticos acerca dos baneanes, mas outros afirmaram que eles formavam o suporte económico da colónia e eram uma comunidade muito trabalhadora e inofensiva.<sup>313</sup>

Essa síntese de Boxer a respeito da opinião dos reinóis sobre os baneanes, é compatível com as informações coletadas por quem trabalhe com as fontes moçambicanas setecentistas, uma vez que se constata que no seio da comunidade baneane residente na costa oriental africana, ao par de uma pequena elite de mercadores – cujos membros eram frequentemente intermediários dos Manzanes de Diu -, coexistia uma multidão de pequenos negociantes ambulantes, caixeiros e artesãos – muitas vezes chamados de “vadios” e “peralvilhos” -, que não só negociava por todo o território moçambicano em nome dos ricos comerciantes indianos, como também, transportavam pequenas quantidades de fazendas próprias e consignadas, tirando assim partido dos pequenos negócios que realizavam.

Em 1686, através do Vice-Rei Francisco de Távora, os baneanes tiveram acesso a condições privilegiadas para a constituição de uma companhia privada de comércio para atuar em Moçambique. Os primeiros baneanes a chegar, acompanhados pela sua criadagem, eram os delegados desta companhia.

---

<sup>313</sup> BOXER, Charles R. Relações raciais no Império Colonial Português. Porto: Afrontamento, 1977. p.56.



Os baneanes vieram a monopolizar praticamente tanto o atacado como o varejo no comércio de importação. Inicialmente, suas atividades concentravam-se na Ilha de Moçambique, e apenas posteriormente foram autorizados a levar suas atividades comerciais também para o interior do continente. O governador Pedro Saldanha de Albuquerque, assim comenta tal fato: “franquearão-se imprudentemente as portas a este Bando de Ladroens, que estavam encerrados n’esta Ilha de Mossambique, e passarão às terras firmes”.<sup>314</sup>

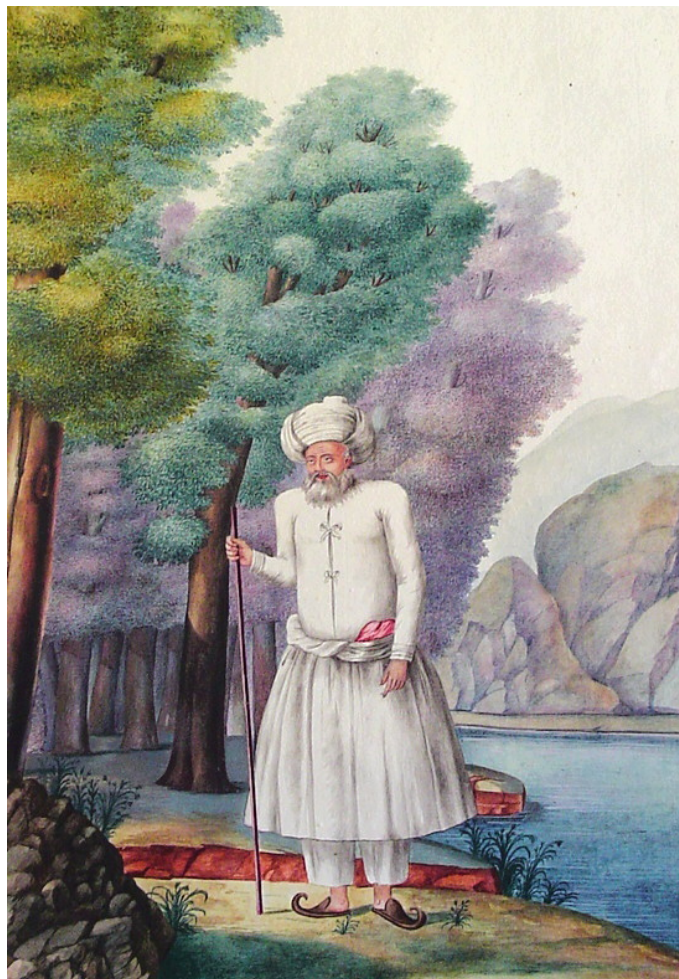
Os estabelecimentos baneanes comercializavam mercadorias diversificadas em regime de monopólio. A opinião sobre a conduta baneane quanto aos negócios é bastante negativa, uma vez que são comumente acusados de serem usurários, ardilosos, interesseiros e de manifestarem má fé nos contratos. Por outro lado, eram considerados como humildes, pacíficos e bons pagadores. Embora concedessem crédito em escala considerável, nos casos de não pagamento eram implacáveis, executando os devedores e tomando-lhes os bens imóveis, caso necessário.<sup>315</sup>

Em 1777, a Companhia dos Manzanes foi extinta, e então os baneanes permaneceram na atividade comercial por conta própria. Com o tempo foram se apoderando não só das casas, mas também dos palmares e escravos dos moradores da Ilha.

---

<sup>314</sup> Carta de Pedro Saldanha de Albuquerque, publicada em Jerónimo J. Nogueira de Andrade. ANDRADE, p. 232-3. Estas concessões eram sucessivamente autorizadas ou revogadas, conforme os baneanes conseguissem ou não corromper os governadores gerais. Chegaram até mesmo a fundar casas comerciais nos Rios de Sena.

<sup>315</sup> BOTELHO, Sebastião Xavier. Memória estatística sobre os domínios portugueses na África Oriental. Lisboa : Typographia J. B. Morando, 1835, p. 365-77.



O governador Pedro Saldanha de Albuquerque conclui sua exposição sobre os baneanes de 1783, com as seguintes palavras

Estes homens de nada servem, para nada são úteis, e atodos cauzão danno, pois que ou corrompem ou roubão; os seus Cabedaes e os seus dinheiros não aproveitão ao Estado em que jazem (...). Se o meu parecer fosse pedido n' esta ocasião disséra, que o melhor e mais seguro remedio he lança-los fora, e extingui-los totalmente, não só d' esta Capitania, mas de Goa, Diu e Damão, e de todo o dominio Portuguez aonde apparecer.<sup>317</sup>

Não é muito difícil perceber que na raiz de tal opinião, marcada pela incompreensão e até certo ódio aos baneanes, se encontra a inveja suscitada pelos invulgares meios de fortuna acumulados em curto espaço de tempo.

---

<sup>316</sup> DONATI et alii.

<sup>317</sup> Idem, p. 279.

Essa não é uma opinião isolada de um administrador português, mas sim quase um lugar comum, que era, no entanto, contrabalançado por uma atitude ou espírito tolerante, demonstrado pela ausência de qualquer ação ostensiva contrária à comunidade baneane, em razão do reconhecimento de que estes exerciam um relevante papel social. Por exemplo, eles exerciam as tarefas artesanais, pela falta de artífices portugueses.<sup>318</sup>

Essa ambigüidade também é encontrada em outras regiões da costa oriental africana, uma vez que em 1781, os moradores da Zambézia insurgiram-se contra a presença dos comerciantes baneanes nos Rios de Sena. No entanto, não se deixa de reconhecer que são eles os responsáveis pelo abastecimento daquela população e os únicos a sustentar o comércio de Damão e Diu com Moçambique.<sup>319</sup>

Além disso, a *gente de chapéu*, como eram conhecidos os europeus com capacidade empresarial, não tinha como competir com os baneanes, por não terem acesso a fontes de capital e contatos necessários para desenvolver as atividades de importação e exportação, fundamentais para a economia colonial. Será só no final do século XVIII e princípios do XIX, que irá emergir um grupo de comerciantes portugueses capitalizado, pelo tráfico de escravos que neste momento se torna uma atividade em franca expansão. Deste grupo faziam parte António da Cruz Almeida – considerado em 1801, um dos mais ricos de Moçambique, Joaquim Rosário Monteiro – grande armador negreiro, Manuel Galvão da Silva – brasileiro que foi inicialmente para uma viagem filosófica e ser secretário de governo, e que tornou-se sócio em barcos negreiros, José Henriques Cruz Freitas, Carlos José Guezzi – médico e sócio em barcos negreiros, José Bonifácio Alves da Silva, dentre outros.<sup>320</sup>

---

<sup>318</sup> HOPPE, p. 120-1.

<sup>319</sup> Carta do governador dos Rios de Sena António Manuel de Melo e Castro para Martinho de Melo e Castro, Sena, 15 de maio de 1781. AHU, cx. 36.

<sup>320</sup> CAPELA, p. 169-85.

*Banianos*

<i>Mohugy Kanichandu</i>	<i>2000. Cruzados em fax. as</i>
<i>a Casa de Morangy Ambada</i>	<i>.000. —</i>
<i>Borandás Boyas</i>	<i>.200. Cruz. as</i>
<i>Pisovame Givá</i>	<i>.200. D. as</i>
<i>Cangy Givane</i>	<i>2 a Volubas de Manna</i>
<i>Gelli Parage</i>	<i>.200. Cruz. as</i>
<i>Madaingy Paruach</i>	<i>.2000. Ditos em fax. as</i>
<i>Sacanicandu Molichandu</i>	<i>.6000. Ditos em fax. as</i>
<i>Parate Panamally</i>	<i>.1000. Ditos em fax. as</i>
<i>Givá Casrangy</i>	<i>.500. Ditos</i>
<i>Govangy Maugy</i>	<i>.200. Ditos</i>
<i>Vitlogy Darby</i>	<i>.1000. Cruzados</i>
<i>Silachande Sauchandu</i>	<i>.1000. Ditos em fax. as</i>
<i>Sacanicandu Anangy</i>	<i>.300. Ditos em fax. as</i>
<i>Varamngy Panogy</i>	<i>.200. Ditos em fax. as</i>
<i>Kanichandu Pongy</i>	<i>.000. —</i>
<i>Carri Malgy</i>	<i>.000. —</i>
<i>Pada Narangy</i>	<i>.200. Cruzados em Fax. as</i>

*Mocambique 26 de Abril de 1793. Justino Joze  
Sento de Lima Deputado Escrivão*

A partir do final do século XVIII, os mercadores baneanes, possuidores de grandes recursos de capital, vão inserir-se fortemente no lucrativo tráfico de escravos, operando a partir de Moçambique principalmente como armadores.<sup>321</sup>

Em 1793, havia 13 comerciantes baneanes bem abastados na Ilha de Moçambique, proprietários de várias casas e armazéns, além de muitos baneanes e muçulmanos indianos, que forneciam escravos para as forças militares portuguesas.<sup>322</sup> Esta era uma situação que gerava uma forte dependência das

<sup>321</sup> CAPELA, p. 140.

<sup>322</sup> Relação dos Banianos, que tem suas Cazas nesta Capital, em que rezidem, e outras para recolherem as suas fazendas. Moçambique, 19 de setembro de 1793. AHU, cx. 65, doc. 17. Relação das pessoas que se achão em Mossambique e tambem as do Mossuril, que dão

autoridades portuguesas em relação tanto aos baneanes, como aos suahílis, colocando o problema da vulnerabilidade do Estado.

A preocupação das autoridades portuguesas em relação a esses grupos se devia ao reconhecimento de que os baneanes, para além das divergências religiosas e culturais, controlavam a economia, e os suahílis formavam a maior parte das tripulações dos navios costeiros, tal como relata o governador dos Rios de Sena, João Baptista de Montauray,

Alem dos moradores europeos, que há estabelecidos em Mossambique, há tambem Canarins de Goa; gentios e mouros de Surrate e Cambaya: Estes gentios chamados banianes, são os homens de negocio e mercadores daquella terra que mais concorrem para empobrecer aquelle Estado, do que para o augmentarem, como se verá pelo methodo do seu estabelecimento; os mouros são os que servem de marinheiros, e pilotos nos navios de Mossambique, que navegação para os Portos daquelle continente, estes mouros, a que chamão lascars, não são como os nossos vezinhos africanos, porem ainda que da mesma seita de Mafoma, tem outros erros mais nos seus Dogmas, porque he hum misto de Alcorão e gentilismo; são de condição mança e soffredores do trabalho, porem tão prejudicial aquelle continente, como os banianes: São estes pois, como digo, os negociantes de Mossambique, que vem de Surrate e de Cambaya, estabelecem-se nesta Ilha, e a elles se comprão os generos e roupas da Azia; estes sendo huma vez ricos, retirão-se para as suas Patrias levando o suco alimentar daquelle Estado (...). Ora os lascars, são prejudiciaes, porque alem de tirarem por outro modo o suco alimentar do Estado, são huns homens, que frequentando os nossos Portos, que estão todos sem defeza, nem reparos; vem a serem humas espias, que ao depois poderá ser nos venhão a ser prejudiciaes; porque estes homens não são das nossas terras e são de condição mercenaria, que vão para onde lhes pagam(..).<sup>323</sup>

António Pinto de Miranda reitera, em sua memória, o desejo de ver os baneanes até mesmo desaparecerem, tendo em vista a rivalidade com os portugueses no domínio das atividades comerciais.

Há controversias entre elles sobre quaes são mais nobres, distinguindose por castas: os mais plebeos tem eles para sy que são vis como os sudres, querubis, rendeiros, naitos, alparqueiros e barbeiros. Os nobres são brabnes, xardos,

---

Escravos para o expediente da guerra, segundo a Ordem do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Cappitam General. Moçambique, 12 de maio de 1795. AHU, cx. 70.

<sup>323</sup> MONTAURY, João Baptista. *Moçambique, Ilhas Querimbas, Rios de Sena, Villa de Tete, Villa de Zumbo, Manica, Villa de Luabo, Inhambane, circa 1778*. in: ANDRADE, António Alberto de. *Relações de Moçambique setecentista*. Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 344-5

havendo pleitos sobre quem leva destes dous a primazia. Nenhũa das seis castas primeiras podem comer nem ter trato familiar com as duas últimas. Alguns destes não comem couzas que padeção morte, e todos tem varios ritos e seremonias gentilicas donde trazem a sua origem. Observão os preceyos eclizasticos e leys divinas, mais por força que por vontade. (...) São todos muy dados a idolatria. Cada anno sahe immensos de huns e outros no acto da fée a fazer o seu papel. (...) Continuão na carreira das minas, e tal calor lhes infunde o preçiozo metal que oporse não duvidão aos europeos. (...) Raro são os que não idolatrem o Bacco o qual por ser afeiçoado a Venus lizongendo com tanto exceço, lhe sacraficão, que athé os brutos se proferissem vozes, o estranharião. Na impiedade, immitão aos Neros, excedem aos Caligolas. Na Christandade são mais que gentios herejes; pois não atendendo a predica desprezão as missas, e das confisoens se riem. (...) Nos contratos passão de usurarios a ladroens, na conquista não cuidão, e só para seus enteresses olhão. (...) Para evitar tão grandes damnos devia haver deles huã extinção geral e athe dos mesmos presbiteros seus nacionaes, por se acharem neles quazi todas as referidas notas, e viçios razão por que se fazem indignos do caracter sacerdotal que tem.<sup>324</sup>

Raros são os casos em que se encontram referências abonatórias relativas aos originários de Goa. Registre-se este comentário tímido de Caetano Xavier, - talvez fruto de sua origem goense -, presente no emaranhado de suas propostas para alterar o *status quo* colonial.

Pode-se Compor o noSso exersito dos Cafres das terras da Coroa, dos captivos dos moradores de alguã gente regular, e de Sipaes, que devem vir de Goa; porq.' esta gente he a mais Competente para a Guerra dos Cafres, por Ser Ligeira, e apta a todo o trabalho de formes e Sedes, e pouco trém necessitão para a marcha, e outras qualidades apropriadas para este Paiz.<sup>325</sup>

As fontes da época fazem referências escassas aos aspectos culturais dos baneanos, como seu vestuário, alimentação e hábitos religiosos. A visão européia comumentemente apresentava os indianos, tanto da Índia como de Moçambique, como uma “multidão de vadios (...) todos peralvilhos da mayor pobreza”.<sup>326</sup>

---

<sup>324</sup> MIRANDA, p. 251-3.

<sup>325</sup> XAVIER, p. 251.

<sup>326</sup> Carta do Governador de Moçambique, Baltazar Pereira do Lago, para o Rei, sobre as razões que o levaram a extinguir a Companhia de Comercio do Mujaos, 20 de setembro de 1768. AHU, cod. 1332, fl. 35.

Fica patente aqui, que esta condenação não se restringe apenas aos meios de sobrevivência, mas também à aparência, uma vez que se apresentavam vestidos com um pano de algodão branco denominado *lungi\**, que os portugueses designavam depreciativamente por “lençol”. As dobras dependiam do comprimento e da qualidade da peça de tecido, se constituindo inclusive num indicador da posição social ocupada pelo indivíduo.

Com alguma frequência, encontra-se nas fontes setecentistas denúncias a respeito de transgressões de regras religiosas, por parte de membros da comunidade baneane. De modo geral, estas denúncias referem-se ao consumo e venda de bebidas alcoólicas nos sertões, não só as conhecidas por “bebidas cafreas” ou “vinho de preto”, mas também, vinhos de baixa qualidade de origem francesa, e os diversos tipos de aguardentes, em especial as cachaças, geralmente trazidas pelos navios que vinham do Brasil fazer o comércio de escravos.<sup>327</sup>

No que diz respeito às outras atividades comerciais exercidas pelos baneanes, a contradição entre a prática sócio-religiosa hindu e a atividade profissional, era bastante patente. Seja o comércio de armas e munições, feito com os macuas e mujavos, fundamental para a intensificação do tráfico de escravos a partir do final do século XVIII; seja o tratamento desumano dado aos escravos, em que muitos morriam como consequência dos maus tratos; seja até mesmo no comércio de marfim – do qual os baneanes detiveram o monopólio por mais de um século -, uma vez que a maior parte do marfim que negociavam era resultado da morte violenta de elefantes. Todas estas práticas contrariavam as regras fundamentais das religiões indianas.<sup>328</sup>

---

\* lungi: peça de pano de algodão, por vezes colorida, com que os indianos se cobrem.

<sup>327</sup> Carta do Governador dos Rios de Sena, Antonio de Mello de Castro, para o Governador de Moçambique, Jose de Vasconcelos de Almeida, sobre os descaminhos dos Banianos e Mouros na região dos Rios, 30 de março de 1786. AHU, cx. 33, doc. 57.

<sup>328</sup> ANTUNES, Luís Frederico Dias. O bazar e a fortaleza em Moçambique: a comunidade baneane do Guzerate e a transformação do comércio afro-asiático (1686-1810). Tese de Doutoramento defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa, 2001. p. 345.

A constante remessa de capitais pelos baneanes para a Índia era de tal modo significativa, que veio a dar vazão a freqüentes críticas e queixas por parte das autoridades portuguesas, as quais não enxergavam com bons olhos que tais capitais, fruto de atividades comerciais desenvolvidas em Moçambique, não permanecessem na própria colônia.

Dessa situação é exemplo o testemunho do governador Pedro Saldanha de Albuquerque citado por Nogueira de Andrade, que se insurgiu contra a saída de capitais de Moçambique, através das dádivas feitas pelos baneanes aos templos da sua religião.

se os seus dinheiros (...) interrão nos seus pagodes, e consomem nas suas superstiçãoens e adoraçoens, ou em sustento e esmolas dadas aos Caens, vaccas e outros animaes, que adorão e tratão com maior caridade, por julgarem dentro daquelles Corpos, as Almas do seus antepassados.<sup>329</sup>

No entanto, os baneanes não tinham outra opção fora a Índia para investir ou doar, uma vez que eram proibidos de se instalarem em Moçambique acompanhados de mulheres indianas, constituir família ou construir “pagodes no paiz”.

Apenas o governador Balthazar Pereira do Lago demonstrou alguma perspicácia, ao sugerir à Coroa que aos baneanes mais ricos fosse permitido usufruir das mesmas regalias que seus familiares de Diu, Damão e Goa, com a finalidade de possibilitar a fixação de residência em Moçambique.

Que nenhum gentio possa fazer o comércio de Moçambique sem se estabelecer morador na Terra Firme em povoação, que poderão levantar com suas mulheres seus filhos concervando as suas lojas em Moçambique para o exito dos seus negocios sem negação de Pagodes, e somente por esta forma, seria este comercio feliz, pararia aqui cabedal desta Africa, e faria o necessario giro para estes Portuguezes, pararem de se queixar da desordem

---

<sup>329</sup> NOGUEIRA DE ANDRADE, p. 279.



com que fãõ estes gentios, sendo elles os mesmos que lhe estão continuamente pedindo o que hãõ de comer e vestir.<sup>330</sup>

Assim, essa situação proporcionou condições para a coabitação e ligações ocasionais de maior intimidade entre os baneanes e as mulheres africanas. Do mesmo modo, além de manterem relações comerciais com as populações islamizadas dos xecados de Angoche e de outras povoações costeiras, e mesmo terem alguns destes indivíduos como trabalhadores em suas lojas, os baneanes também mantiveram relações de concubinato com as mulheres muçulmanas nativas.

Alguns dos baneanes mais ricos “amancebavam-se” com as “filhas e irmans dos Mouros” com quem chegaram mesmo a coabitar, “propagando com seos filhos a descendencia Mourisca, cazando os filhos que tem, com os mouros mais principaes.”<sup>331</sup>

Os filhos nascidos como resultado da mestiçagem entre os baneanes e as africanas, por não poderem ser apresentados à sua família como membros da sua casta em razão de serem fruto de contatos consideráveis como impuros, eram geralmente deixados aos cuidados maternos, e assim acabavam por serem educados na fé islâmica.

O concubinato e a mestiçagem foram freqüentes e perduraram apesar das críticas e tentativas de proibições a tais atos por parte das autoridades portuguesas. Em 1782, Pedro Saldanha de Albuquerque promulga um Bando no qual estavam previstas pesadas penas aos praticantes de relacionamento sexual entre baneanes e africanas islamizadas.

Erão cada huma dellas (as suas cazas no Mussoril e na capital) hum couto de barregans e de pretas prostituídas para dos filhos dellas se utilizarem de seus

---

<sup>330</sup> Carta de Balthazar Pereira do Lago ao Marques de Pombal, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Reino, 15 de agosto de 1773. AHU, cod. 1332, fl. 80.

<sup>331</sup> Carta que escreveu o Senhor Brigadeiro David Marques Pereira, governador de Moçambique para o Rei, 12 de julho de 1758. AHU, cod. 1313.

ambiciosos intereces, e sendo ainda mais agravante o dezaforo com que os ditos Baneanes se tinham mancomunado, e ajustado com os Mouros, para educarem, e catquizarem aquelles infelices criollos na diabolica e falsa ceita Mahometana.<sup>332</sup>

### 3.5 DOS CAFRES, OU PRETOS DA ETIÓPIA ORIENTAL

A caracterização dos naturais de Moçambique, mesclando um pré-julgamento desfavorável com algumas indefinições, reafirma a posição anterior de se estar frente a textos de contornos complexos. O julgamento desfavorável projetado a partir de imagens negativas apresenta seus autores como definidores de modelos e padrões, tal como se pode perceber em António Pinto de Miranda,

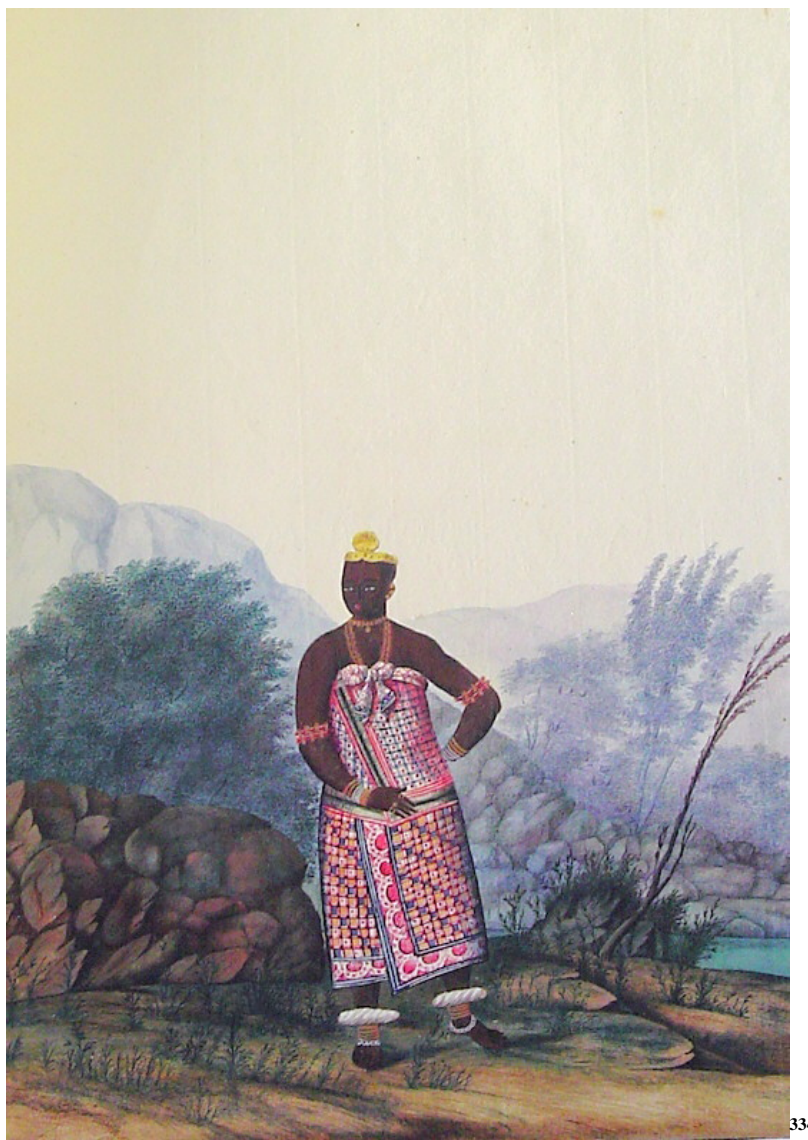
Os nacionaes da terra mais se lhe podem chamar feras do que homens; o seu uzual vestido pela maior parte hé de peles de animais, imitando desta sorte, ao sediciozo Lamech. Comem as couzas mais podres e immundas que pejo e tedio cauza o referillas; vivem em huas xoupanas de canisso pyramidaes, e cobertas de palha. O seu trem consiste em duas gamelas, duas panelas, esteira que de cama lhe serve hua eixada (...), arco e flexa, e algua azagaya. A sua maior riqueza, e opulencia hé de mulheres, as quaes tem a medida do seu dezejo, e segundo as suas posses para o sustento. (...) Não observão ley, nem o tem, suposto que não ignorão haver Deus, como o Psalmista Regio diz. Alguns se acham contaminados do deleitavel alcorão, mas observão dele as clausulas, e preceytos que lhe parecem. Muitos há que tem coito com brutos, outros que se enterrão vivos com seus senhores defuntos, parte que são verdugos de si mesmos; e todos posto que no exterior o não pareçam, no interior inimigos nossos. Finalmente sem termo nem ordem comem, bebem, e luxurião a toda hora e com demazia. Estas são as razoens por que as sementeiras que colhem, lhe não durão mais que seis mezes, e outro resto do anno passão com raizes dos mattos, e fruitos sylvestres.<sup>333</sup>

---

<sup>332</sup> Cópia do Bando do Governador de Moçambique, Pedro de Saldanha de Albuquerque determinando a proibição de entrada dos Banenaes nas terras firmes sem passaportes e os castigos aplicáveis aos transgressores, a obrigação da venda de todos os bens que possuíam, a proibição de manterem ao seu serviço pretas escravas ou forras e a interdição de dirigirem requerimentos ao Governador, 16 de outubro de 1782. AHU, cx. 40, doc. 10.

<sup>333</sup> MIRANDA, p. 248-9.

Depositários de uma prática de representação do “outro” que já duravam séculos, percebem-se nos textos dos relatos, ecos de imagens consagradas, quer pela contribuição portuguesa, quer pela das outras potências coloniais européias que contataram povos diversos ao longo da aventura da expansão européia.



Mesmo que não se tenha construído uma imagem idêntica dos naturais dos diversos territórios, o que chama a atenção não são as particularidades, mas as similaridades presentes nessa imagem. Deste modo, embora pese a

---

<sup>334</sup> DONATI et alii.

especificidade do tempo histórico e dos impulsos que se sabe terem influenciado a visão de mundo da segunda metade do século XVIII, a configuração da alteridade não deixa de receber e, de certo modo, reatualizar uma herança cultural.

Ou seja, existe um código de referências a partir do qual

Se valorizam ou desvalorizam os povos extra-europeus, consoante estes, na imagem que deles se constrói, se aproximam ou se afastam do padrão que o Ocidente cristão para si mesmo definiu e de que não abdica. (...) O alcance e os limites dessa imagem são traçados pelo código cultural que em cada momento histórico está disponível para os avaliar.<sup>335</sup>

No século XVIII, a escassez de conhecimento sobre as sociedades africanas ainda era grande por parte dos europeus. A moldura conceitual baseava-se nas referências bíblicas, na psicologia aristotélica, na cosmologia ptolomaica e nos traços legados pela época precedente. Como escreve Jill Rosemay Dias,

A interpenetração do real e do imaginário na percepção europeia de África proporcionou muita da especulação à volta da desigualdade dos negros a partir da Idade Média, contribuindo para muitos dos estereótipos populares que ainda contaminam a compreensão das sociedades africanas actuais. A ambivalência do Ocidente em relação à África permanece fortemente enraizada nas idéias e especulações do mundo clássico, em especial na psicologia aristotélica e na cosmologia ptolomaica.<sup>336</sup>

Como sintetiza Lobo, desde Pero Vaz de Caminha se detectava uma preocupação com algum entendimento das línguas dos naturais. Os jesuítas ilustram essa preocupação ao terem enveredado pelo estudo das línguas autóctones e pela produção de gramáticas e dicionários.

---

<sup>335</sup> HORTA, José da Silva. A imagem do africano pelos portugueses antes dos contactos, in AAVV O confronto do olhar, p. 43-4.

<sup>336</sup> DIAS, Jill Rosemary, p. 17.

Na esteira de buscar uma maior produtividade baseada na comunicação, ao lado da língua surgem outros determinismos como o da cor da pele ser resultado do calor intenso dos trópicos.

Daí que a sensibilidade dos europeus, muitas vezes fruto da necessidade, se oriente também e de forma particular no século XVIII para a possibilidade de, racionalmente, entender a profusão de línguas dos territórios administrados. Paralelamente a esse esforço, há a eficácia das formulações estereotipadas acerca das línguas para construir a imagem dos povos.<sup>337</sup>

Reclamando o domínio das línguas da costa, Inácio Caetano Xavier sustenta não haver, nesses idiomas, palavras que traduzam a idéia de amor, o que seria indício suficiente para ilustrar a ausência deste sentimento entre os naturais.

Fazem Comercio de Seos proprios filhos, vendendo-os, e elles tambem Se Vendem muitas vezes, e este Será o misterio porq.' em todos os Seos ideomas, q.' quase todos desta Costa entendo, não Se articula palavra q.' diga Amor.<sup>338</sup>

Como se vê, ecoa aqui o que Voltaire teria afirmado, em 1756, acerca da escravatura dos negros como prova da superioridade dos europeus.<sup>339</sup> Num contexto de prática corrente da escravatura, a imagem que se fazia dos naturais resultaria, assim, duplamente afetada.

Por um lado, pela indisponibilidade para detectar as distorções provocadas pelo comércio de escravos nas diversas instituições moçambicanas. Por outro lado, o retrato genérico e desfavorável dos naturais parece sobrepor-se ao dos agentes do tráfico negreiro e preencher o vazio do papel por estes desempenhado.<sup>340</sup>

---

<sup>337</sup> LOBO, p. 101-2.

<sup>338</sup> XAVIER, p. 222.

<sup>339</sup> DAVIS, p. 106.

<sup>340</sup> Para esta questão ver a extensa obra do historiador português José Capela.

As presunções quanto à superioridade européia acentuavam-se ao ritmo do crescimento do comércio de escravos: a Europa familiarizava-se muito mais com os africanos como escravos do que com as sociedades africanas que, em muitos casos, permaneciam desconhecidas.<sup>341</sup>

Assim, mais importante do que provar a existência de palavras que traduzam o conceito de amor,<sup>342</sup> interessa reter a atitude discursiva que remete para outras formulações anteriores.

A ausência de palavras para traduzirem os conceitos de “amor” e de ordem social é a formulação de um postulado também presente em Rousseau, a sugestão da inexistência de sociedade, de civilização. Como coloca Jean Starobinski,

Da mesma maneira que o nascimento da sociedade corresponde à emergência da linguagem, o declínio social corresponde a uma depravação linguística. (...) Uma mutação importante afetará a linguagem quando a humanidade passar da fase da horda para a da família – do nomadismo ao sedentarismo. (...) Uma vez reunidas as famílias (reunir-se é, no sentido latino, convir, participar de uma convenção), os elementos convencionais do discurso vão desenvolver-se, fixar-se e estabilizar-se.<sup>343</sup>

Ou seja, os naturais encontrar-se-iam ainda sob o “império da necessidade (que se exprimia por uma língua com predominância gestual)” e não teriam atingido ou concedido espaço para o império “do desejo e da paixão (que se manifestará pelas inflexões melodiosas da linguagem articulada)”.<sup>344</sup>

---

<sup>341</sup> DIAS, Jill Rosemary, p. 54.

<sup>342</sup> Pode-se consultar os verbetes “amar” e “amor” in MATOS, Padre Alexandre Valente. *Dicionário português-macua*. Lisboa : Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974. p. 20-1; ou o verbete “otchuna” in PRATA, A. Pires. *Dicionário macua-português*. Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990. p. 366.

<sup>343</sup> STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. São Paulo : Cia. Das Letras, 1991. p. 316-9.

<sup>344</sup> STAROBINSKI, p. 319.

Como afirma Lobo, a *mimesis* já não seria a potencial correspondência da imagem à realidade, mas a “realidade” seria construída para confirmar ou conformar-se com a imagem pré-existente e pré-estabelecida.<sup>345</sup>

Não se deve esquecer que a fonte primeira dos “dous sucessos” de Manica, do episódio de sangue na abertura das minas, da hagiografia que recobre as lendas acerca da sepultura da Rainha de Sabá e da morte do jesuíta Gonçalo da Silveira, é o relato oral feito pelos naturais a Caetano Xavier.

A imagem da fertilidade do solo e da abundância de produtos naturais destaca-se, nos vários relatores, pelo contraste com a caracterização dos naturais. A coincidência entre a aversão dos naturais ao trabalho vocacionado para a acumulação e a prodigalidade da natureza remetem para uma espécie de sistema de vasos comunicantes: ter-se-ia estabelecido um nexo de causalidade entre os dois, de tal modo que a referência a um implicaria a presença do outro.

Nas palavras de Caetano Xavier, “são os deste Vasto Paiz Cafres inimigos do trabalho, e Cultura, e não Se applicão a ella mais q.’ a q.’ apenas lhes baste para o Seo Sustento quotidiano”.<sup>346</sup>

Escapam a Caetano Xavier e outros relatores as especificidades culturais das diferentes comunidades ao longo da costa africana oriental, o contexto escravocrata, a tendência de evitar praticar qualquer forma de agricultura intensiva, talvez por conta da generosidade e extensão da terra.

No máximo, surpreende-se aqui ou ali a preferência por estes ou aqueles escravos por razões ligadas à sua entrega ao trabalho. Como Caetano Xavier ao referir-se a Inhambane.

Comercea-se neste lugar Com grande avanço no marfim a troco de ropas, e Se extrahe para Moçambique mel, manteiga, azeites, gamellas de páo, marfim e ambar, que Se acha nas prayas, e escravos, q.’ São os melhores para o

---

<sup>345</sup> LOBO, p. 105.

<sup>346</sup> XAVIER, p. 220.

ServiSso; e tambem a gente daquelle Continente mais trabalhadora do q.’ a dos outros.<sup>347</sup>

Aspecto importante para a formação das imagens a respeito do “outro”, a alimentação ocupa um lugar de destaque nos quesitos de observação. Item que recobre uma preocupação de índole etnográfica, é também lugar privilegiado para a projeção de idiosincrasias.

Caetano Xavier não se mostrou surpreso pelos hábitos alimentares dos naturais, e até mesmo mostra-se conhecedor do modo de preparo de vários alimentos.

(...) q.’ he milho, e legumes, e por Conduto uzão de ordinario de Carne de Caça, q.’ fazem aSsada ou Cozida, Sem mais adubos, e Com igual tempero de bredos, quando aquella Não tem, e na falta de tudo, Se Contentão com hum pouco de Sal. (...) De dous modos preparão a Comida de milho, mixoeira, e talves arroz; huãs Vezes o fazem a modo de arros cozido, q.’ chamão Inhafaca, e outras reduzindo-o a farinha Cozida, formão della pelouros, q.’ chamão Sima. Tambem dos mesmos mantimentos fazem a Sua bebida, q.’ chamão Badúa, ou Pombe, que Cá Se assemélha a birá no gosto; mas tem mais Consistencia.<sup>348</sup>

Lacerda e Almeida faz referência à produção de alimentos e ao que era encontrado na natureza e fazia parte da dieta dos habitantes, sem deixar de exercitar seu papel de cientista iluminista.

Arroz é o grão que mais se semeia nas terras de Quilimane; ela é muito própria para produzir todos os legumes e neles consiste o seu negócio, pois o marfim vem em pouca quantidade da terra da coroa chamada *Boror*. O método que seguem na sementeira do arroz é o seguinte. Depois de limpa a terra fazem uns pequenos e superficiais buracos, distantes uns dos outros 10 a 12 polegadas, e em cada uma destas covas deitam alguns grãos de arroz, conforme cae dos dedos, e o cobrem com o pé. (...) O *milho miudo*, a *meixueira*, o *naxixim* (este semelhante a semente de mostarda e aquele semelhante a alpista, posto que mais pequeno) são os milhos que servem de pão e base do sustento dos cafres. O *milho burro* (assim chamam ao de Portugal) só o comem enquanto está verde, e por appetite. A produção de trigo não é boa. Do *coco*, *gergelim*, *amendoim*, e da semente da mostarda fazem azeite para tempero e para luzes. As abóboras, pepinos, melancias, batatas e

---

<sup>347</sup> XAVIER, p. 229. grifo meu.

<sup>348</sup> XAVIER, p. 220.



inhames, comem cozidos. Há com abundância *laranja, mangas, cajús, bananas* (a que chamam figos), *limas e goiabas* (que também chamam peras). A fruta de caroço tem o inconveniente de os ter em muito e muito grandes, por não usarem da enxertia. Eu os ensinei a enxertar e pedi que o fizessem daqui ao diante e cuidassem mais na agricultura, o que duvido muito que o façam, por faltarem as duas poderosas causas que despertam os homens, que vem a ser a necessidade e o interesse que lhes vem da exportação dos seus efeitos. O mar abunda de bom peixe, *camarões e caranguejos*; e os campos, que são vastíssimos, de excelentes aves e quadrúpedes. Um bom pescador e outro caçador sustenta uma numerosa família de carne e peixe, apanhados (para assim dizer) ao pé da porta.<sup>349</sup>

Este papel auto-atribuído de agente civilizador, revela-se mais uma vez em Lacerda e Almeida, quando comenta sobre o ocorrido da sua chegada à povoação de Mazambava, referido por ele como “grande ladrão”.

No fim do terreno mais agreste e áspero está fundada a povoação de Mazambava, grande ladrão. Todos os Moizas que ali residem, e Totombucas, que me vieram ver, estavam bêbedos; e o mesmo Mazambava, até o dia 22 continuou a borracheira, de forma que o dito Régulo, por não poder andar de bêbedo, me não veio visitar.<sup>350</sup>

Para além da condenação pela bebedeira em si, o que sobressai é a consequência dela, isto é, o registro da falta da visita ritualística do régulo ao seu superior, tanto em termos administrativos como civilizacionais.

Por outro lado e merecendo um tratamento diferente vai encontrar-se a questão da antropofagia alegadamente praticada pelo régulo Chindima, segundo Caetano Xavier.

Com base nos relatos de viagens que traziam narrativas fantasiosas acerca da prática de canibalismo, os europeus acreditavam que alguns povos africanos se alimentavam de seres humanos. Apesar de não haver nenhum testemunho fidedigno dessas práticas, no entanto, essa imagem difundiu-se e mesmo banalizou-se.<sup>351</sup>

---

<sup>349</sup> ALMEIDA, p. 133. Os grifos são meus.

<sup>350</sup> ALMEIDA, p. 236.

<sup>351</sup> TIAINEN-ANTITLA, p. 41 e 47.

As alusões à antropofagia do régulo Chindima por Caetano Xavier, culminam o esboço de representação de um oponente na pretensão de conquista do espaço que o sujeito protagoniza. Poderia se dizer que a imagem de antropófago refletiria o apogeu de uma desumanização, ou se se quiser, a uma hiperbolização de um processo de anulação da humanidade dos chamados “indígenas”.

Esses estariam assim, confinados aos limites de uma humanidade que comunga com as feras a prática de se alimentarem de seus semelhantes.

Da parte contraria deste São as terras do Regulo Chidima, famigerado Ladrão das fazendas, e vidas, e que não Se Contentando Com estes inSultos, estava habituado a barbara, e ferina inhumanidade de fazer manjar da Carne dos mortos para Saciar o Seo depravado gosto, e de Seos VaSsallos, os quaes tiverão o primeiro açoute em tempo do Governo do General Agostinho de Mello Lobo, q.’ por não poder aturar os Seos desordenados disturbioz, a mim me expedio para a deligencia do Seo castigo, q.’ Com bom SuccesSo Se Concluiu, e a este Se Seguio outro mais activo, que lhe deo o Principe Cambuy, Com o q.’ transfugo, escapou Com vida, e ainda vive nas terras do Maráve. Antigamente era esta gente peor, porq.’ todo o Cadaver dos Compatriotas, e Seos parentes não tinham outra Sepultura q.’ os ventres dos vivos.<sup>352</sup>

Como se percebe, a condenação da prática da antropofagia situa-se na lógica da negativização do retrato do “outro” e não como apresentação de uma estranheza frente a uma novidade.

De acordo com a visão corrente, o canibalismo foi comum na África, ocorrendo como ritual em algumas sociedades – sobretudo agrícolas -, que acreditavam que algumas características da vítima podiam ser transferidas para os vivos, no caso destes se alimentarem da carne dos mortos. Mais tarde, essas práticas teriam degenerado em canibalismo por prazer, baseado na idéia de que a carne humana era saborosa.<sup>353</sup>

---

<sup>352</sup> XAVIER, p. 234.

<sup>353</sup> TIANEN-ANTTILA, p. 47.

Uma outra interpretação aponta mais especificamente para a feição ritualista e para a dimensão religiosa da antropofagia.

A grande preocupação do canibal parece ser de essência metafísica: não deve esquecer o que se passou *in illo tempore*. Evidencia assim, e os documentos deixam entrever isso, o sentimento religioso da antropofagia (...). Não é portanto um comportamento “natural” do homem primitivo (...), mas um comportamento cultural, baseado numa visão religiosa da vida. Para que o mundo vegetal possa continuar, o homem deve matar e ser morto. Por outro lado, ao comer “partes “ do corpo do inimigo, ele adquire a coragem, valentia e a força desse mesmo inimigo.<sup>354</sup>

Como prática que encerra conotações simbólicas religiosas e sociais, a antropofagia aparece fortemente negativizada, por ser vista como um costume totalmente estranho ao ambiente cultural europeu e que ressalta a dicotomia europeu/civilizado *versus* africano/bárbaro, tal como, nas palavras de Lacerda e Almeida e seu peculiar relativismo cultural.

Já não vejo aos que se deixaram ficar no seu próprio país com tanto horror pela razão de serem Antropófagos, pois talvez a necessidade, que não tem lei, como se costuma dizer, os terá obrigado a cevarem-se de carne humana, quando se lhes oferece ocasião de guerra; se todavia este abominável costume não provem da inteira satisfação da sua ira e vingança. Por outra parte, eu também os desculpo de obrarem esta ação, que a natureza repugna, pois o crime é tanto mais agravante, quanto maior é o conhecimento que dele tem o homem. Qual é o discernimento destes Africanos? Até me parece que ignoram serem racionais.<sup>355</sup>

Caetano Xavier pretende distinguir os diferentes agrupamentos humanos que povoam a costa moçambicana esvaziando, desde o princípio, a idéia de totalidade. Assim, podem-se distinguir dois momentos: primeiro o que dá conta de uma caracterização geral, erigindo como categoria comum o ser cafres; e um outro, ao ritmo do deslocamento virtual, que vai distinguindo as

---

<sup>354</sup> FERRONHA, António Luís. O Encontro inesperado: as primeiras imagens do Brasil in AAVV. O confronto do olhar. Lisboa : Editorial Caminho, 1991. p. 241.

<sup>355</sup> ALMEIDA, p. 248.

comunidades, especificando hábitos, ilustrando situações e estabelecendo ou reconhecendo diferenças.

Sob a fórmula aparentemente etnográfica e pretensamente atemporal de Caetano Xavier, esconde-se uma outra, contextualizada: o “já dito” acerca do aspecto físico.

As referências ao aspecto físico dos naturais parecem obedecer a um objetivo prático: a sua utilidade como mão de obra escrava. E, neste caso, a preferência recairia sobre os naturais de Baroé, Manica e Quiteve que “tem mais benigna constituição do q.’ os de outros Paizes”.<sup>356</sup>

A circunstância de um conflito (bélico ou não) contribui para colorir de forma diversa o retrato dos “indígenas”. A atenção ao tipo de armas utilizadas e modo de guerrear indica uma preocupação com o poderio das armas. Como escreve Caetano Xavier,

Hé o modo da peléja destes de peito a peito em Campo aberto; formão Sempre duas fillas, ou esquadrões, e da vanguarda honde fica o Segundo Cabo, Serve de Contender com o inimigo, e a Segunda, q.’ he a retagd.a Se emprega de animar a primeira, refazella da gente morta, e principalmente de matar a todo q.’ atraza o pé, ou foje. As armas de q.’ uzão São arcoz, frechas, azagaias, machados, punhaes, páos tostados, q.’ chamão gorimondos, azagaias de arremeSso, e frechas de mão; rodellas de Couro Crú, e estas uzão Só os Borobres. Na guerra todos tem rustica ordem de formar o Campo, guardas avançadas, Sentinellas, e tem tambem o Seo methodo de pôr em batalha o exersito, em q.’ fazem hú Corpo maior, q.’ chamão Viatte, e dous nos lados, q.’ chamão mulomo acumba; porem tanto os belicosos, como os pouco guerreiros temem tanto de huã Espingarda, ou qualquer Arma de fogo, q.’ os q.’ não São domesticos, julgão q.’ a polvora he feitiço.<sup>357</sup>

Segundo Lobo, a “herança medieval de valorização da habilidade guerreira, aqui esse júzo destaca a agilidade na caça, subvertendo, quase por

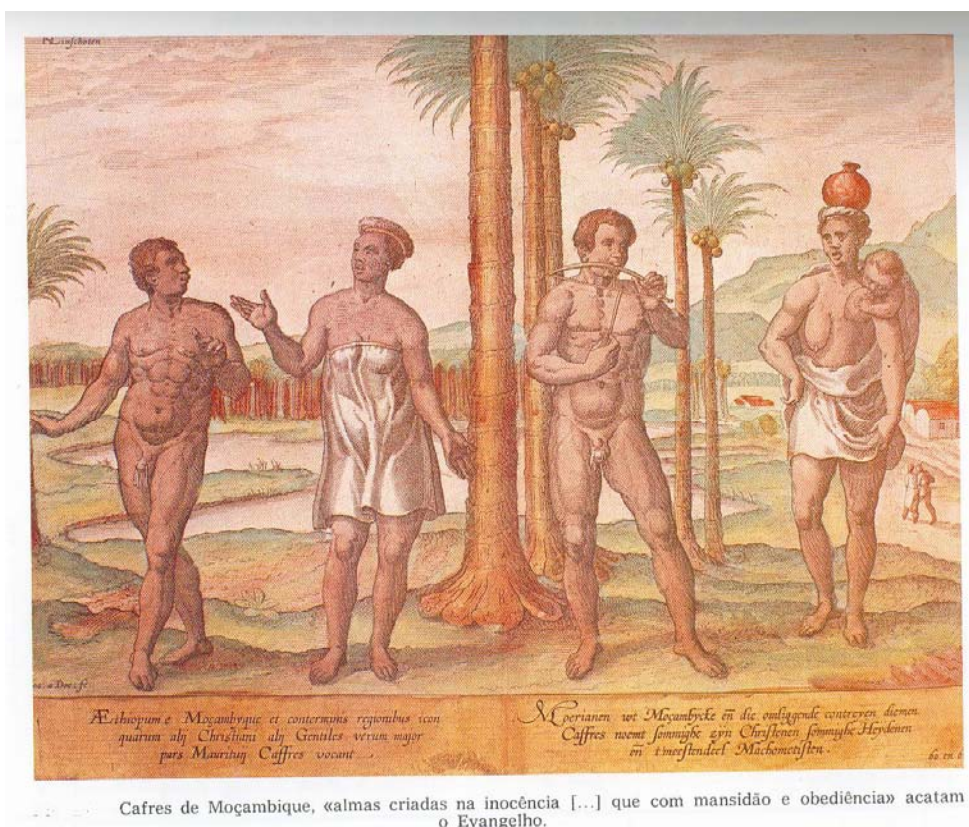
---

<sup>356</sup> XAVIER, p. 244.

<sup>357</sup> XAVIER, p. 221.

completo, o peso de categorias como a destreza, a pontaria certa, a coragem e a abnegação que seriam apanágio de guerreiros.”<sup>358</sup>

O olhar europeu deteve-se, com alguma atenção, na forma de vestir ou na nudez dos outros povos, e também nas suas formas de habitação. Meios de aquilatar as distinções de uma sociedade, ou de uma identidade social, estes dois eixos ou a sua ausência funcionam como signos: revelam o “outro”, mas também permitem retirar ilações acerca do sujeito desse olhar.



Cafres de Moçambique, «almas criadas na inocência [...] que com mansidão e obediência» acatam o Evangelho. 359

Como escreve Diane Owen Hughes,

A nudez é sinal de regressão relativamente ao colectivo. A nudez masculina é associada à animalidade, à loucura; a feminina à luxúria. As proibições moralizantes impedem a visão do próprio corpo até ao ponto de se temer

<sup>358</sup> LOBO, p. 114.

<sup>359</sup> SANTOS, p.81.

perder a identidade no banho ao despir-se as roupas. A roupa, protecção e ornato, serve além disso como meio de identificação social.<sup>360</sup>

E, como se sabe a noção de identidade do homem europeu também se constrói a partir da forma como cada um se apropriou do mundo não-europeu.<sup>361</sup>

No vestuário concentram-se potencialmente, indicadores do sentido estético, do pudor, da hierarquia social, da religião, do grau de riqueza e do meio ambiente dos seus usuários. Há, no olhar do observador, uma busca desse sentido do vestuário.

O que prendeu a atenção de Álvaro Velho quando chegou ao litoral indiano, em finais do século XV, foram os aspectos exteriores como os vestuários e os armamentos, “conotativos entre os portugueses de estatuto social, e índice claro entre os europeus da época do grau de civilidade; por outro lado, nos hábitos alimentares e abluções rituais, aspecto mais visível da sociabilidade do “outro”.<sup>362</sup>

Nas palavras de Caetano Xavier,

Os Vestidos São pelles de diverSos animaes, e tambem cascas de arvores, que as tem taes, q.’ tem pouca diferença de panos, e Só os destintos vestem panos, Segundo a poSse de Cada hum, dando preferencia neste, e no mais trato as mulheres, q.’ logrão Sempre respeito, e Sem o Seo parecer nada fazem. (...) As Suas habitações desde o Palacio até a Choupana São de páos formadas, e Cobertas de palha.<sup>363</sup>

---

<sup>360</sup> HUGHES, Diane Owen. As modas femininas e o seu controlo in DUBY, Georges e PERROT, Michelle. História das mulheres no Ocidente: a Idade Média. Porto : Afrontamento, 1993, vol II. p. 185.

<sup>361</sup> DIAS, Jill Rosemary, p. 17.

<sup>362</sup> LOUREIRO, Rui. O encontro de Portugal com a Ásia no século XVI in AAVV. O confronto do olhar p. 160.

<sup>363</sup> XAVIER, p. 221.

O pano aparece deste modo, como sinal distintivo, no quadro de uma sociedade em que a nudez ainda seria vista como a norma. As habitações, por sua vez, são ressaltadas pela uniformidade do material utilizado em sua construção.

A indumentária e os adereços também ocupam espaço no relato de Lacerda e Almeida, revelando um interesse etnográfico que pode ser atribuído à formação iluminista que recebera em Coimbra.

Os cafres traziam raspada a cabeça à maneira dos monges beneditinos, e pelo longo das orelhas três a quatro furos, que sustentam outras tantas argolas de latão, e no meio do beijo superior outro semelhante buraco, de onde pendia uma argola, ou alfinete de estanho ou de latão, do comprimento de 3 para 4 polegadas com diferentes figuras na cabeça.<sup>364</sup>

No entanto, tal interesse etnográfico era balizado por um sentimento crítico em relação aos modismos locais e ao que parece também europeus.

Causa pena ver tantos Moizas, homens bem feitos, e robustos com os dentes perdidos, porque lhes tiram o esmalte, para os reduzirem à maneira de dentes de serra. Esta deformidade voluntária tira seu princípio da moda, que até nestes lugares persegue os homens, e venda os olhos do entendimento, de forma que facilmente, e com gosto se sujeitam aos incomodos que ela causa, e até aos defeitos.<sup>365</sup>

A anatematização da alteridade religiosa é uma constante nos textos portugueses sobre a Ásia a partir de meados do século XVI, e as formas do encontro foram determinadas, em primeiro lugar, pela religiosidade.<sup>366</sup>

A posição portuguesa face à alteridade religiosa foi sofrendo mudanças ao longo do tempo, tendo-se radicalizado “a partir de meados do século XVI,

---

<sup>364</sup> ALMEIDA, p. 165.

<sup>365</sup> ALMEIDA, p. 241. grifo meu.

<sup>366</sup> LOUREIRO, in AAVV. O confronto do olhar. p. 205.

com um aumento significativo das atitudes de censura e proibição das práticas religiosas do “outro”.<sup>367</sup>

A percepção da religiosidade dos naturais de Moçambique revela uma tentativa de decodificar os rituais de ligação entre o mundo físico e o espiritual, a partir de um paradigma de valores exclusivamente cristãos.

As manifestações de matriz religiosa surgem aparentemente fragmentadas e desprovidas de lógica interna, como se o processo de decodificação tentado tivesse ficado à margem da percepção das virtualidades que o simbolismo dessas realizações do espírito encerra para alguns relatores haveria, até mesmo, uma ausência de religião por parte dos naturais.

São de espirito inconstante, e faceis a reduzilos a qualquer Religião; mas inclinados naturalmente à noSsa e Se os que tem obrigação de os Converter trabalhaSsem nella,;e lhes deSsem exemplo, principalmente Na Castidade, que devem Contra a SenSualidade, Sem duvida, Se ConSeguiria delles aquella virtude, a que tanto repugna o Seo habito, q.’ Na continuação delle parece natureza; porq.’ todo o Seo disvello ConSiste em procurar meios de terem mais mulheres, e as tem, quantas podem, os Reys de ordinario chegão ater 1500., e mais.<sup>368</sup>

Para Pinto de Miranda, “não observão ley, nem o tem, suposto que não ignorão haver Deus, como o Psalmista Regio diz. Alguns se achão contaminados do deleitavel alcorão, mas observão dele as clauzulas, e preceytos que lhe parecem”. E mesmo os africanos convertidos ao cristianismo, ou meramente batizados, não se diferem dos demais, pois “muitos sabem a doutrina cristã, mas ignorão a sua explicação, e os preceytos que devem observar.”<sup>369</sup>

Para Lobo, haveria uma “tentativa de conciliação de que emerge a contradição entre certa ideia de religião verdadeira e a plausibilidade do discurso

---

<sup>367</sup> LOUREIRO, in AAVV. O confronto do olhar. p. 206.

<sup>368</sup> XAVIER, p. 221.

<sup>369</sup> MIRANDA, António Pinto de. Memoria sobre a Costa de África. IN: ANDRADE, António Alberto de. Relações de Moçambique setecentista. Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 248-50.



que pretende ser fiel ao espectáculo dos rituais dos cafres na sua ligação com o sagrado”.<sup>370</sup>

Assim, a descrição das crenças dos naturais e dos sinais exteriores de culto colocaria-os preconceituosamente na condição de “idólatras”.<sup>371</sup>

Não há entre elles religião estabelecida, e vivem à ley da natureza, e de Sua Natureza. Adorão a hum Só Deos verdadeiro, q.’ invocão por Mulungo, tendo-o por primeiro mutor de tudo, e não conhecem falsa deidade, adoração quaze de Latria dão a Seos defuntos, chamando-os Muzimos, a quem offerecem nas Suas festas, q.’ há, q.’ São quando bem lhes parece, e Sem ordem alguã, as suas comidas, e bebidas, pondo-as ao pé de alguã arvore dedicada para este ministerio, à qual respeitão, como couza Sagrada, e tambem as Sepulturas. Tem tambem muita veneração ao vento, cujo mottor dizem q.’ he hum como deidade por nome ChiSsumpe.<sup>372</sup>

Imagem recorrente, a idéia de um estado festivo permanente entre os naturais decorre da ausência de um olhar que revele a transparência do espetáculo, que ultrapasse a névoa da aparência para fazer ressurgir o seu “verdadeiro objecto”. Perde-se assim, na sedimentação da formulação, a possibilidade de desvendar o que cada manifestação tem de cerimonial comemorativo, de festivo ou de celebração.

A designação de “festa” propensa a generalizações não autoriza que se penetre para além do espetáculo visível e, mesmo esse, parece ter ficado, no discurso, na superfície: a festa é obscura, desordenada, improvisada, acontece quando os naturais bem entendem.<sup>373</sup>

---

<sup>370</sup> LOBO, p. 119.

<sup>371</sup> “A religião tradicional dos africanos não islamizados, ou que mantinham práticas culturais anteriores à sua conversão, é observada pelo filtro da categoria de Idólatra. Esta é reservada aos povos que não são cristãos, nem judeus ou muçulmanos, por um sistema de classificação simplificador, que já era comum aos viajantes medievais (reais ou imaginários)”. HORTA, José da Silva. Primeiros olhares sobre o Africano do Saara Ocidental à Serra Leoa (meados do século XV – inícios do século XVI, in AAVV. O confronto do olhar. p. 108.

<sup>372</sup> XAVIER, p. 222.

<sup>373</sup> Sobre a festa em Rousseau, ver STAROBINSKI, p. 102-7.

Lacerda e Almeida, também não se mostra um apreciador dos costumes africanos. Todavia, estava sempre disposto a descrevê-los. A musicalidade dos africanos chamou-lhe, particularmente, a atenção: “Um ramo, uma palha, um pau, lança, flecha e qualquer outra bagatela serve de meio termo para dança, e devo ter que eles manejam essas coisas com muita destreza, arte e galanteria”.

No entanto, a música local é comparada a uma “horrenda e enfadonha tempestade” e as danças africanas consistem em “movimentos desordenados, convulsos e extremamente nervosos”. Tais comentários, no entanto são amenizados por algumas descrições saborosas.

Muito atraiu minha atenção uma velha, a qual com o neto às costas (não quero adiantar-me a dizer bisneto) e seguro por um pano que ela trazia cingido ao corpo, desde os peitos até lhe cobrir as partes pudendas, dava saltos como se estivesse desembaraçada daquela carga e estivesse na flor da idade. O neto, que teria um ano, acompanhava a folia com riso, único mas verdadeiro sinal de alegria que a natureza concede aos homens nesta tenra idade.<sup>374</sup>

E, sobre a recepção feita à sua expedição onde “as ordens de Sua Majestade relativas às terras da Coroa...não são entendidas ou para melhor dizer executadas e observadas (...).<sup>375</sup>

Apenas os mussenzenes (cafres forros que habitam nas terras da coroa) avistaram o meu balão, romperam a sua música, composta de mais de vinte tambores distribuídos em diversas orquestras, tocando-os à maneira dos timbales. Esta horrenda e enfadonha trovada, acompanhada de salvas, de horrissonos gritos e palmadas de uma multidão de cafres de todos os sexos e idades, representava a ruína do universo.

Quatro turbas de velhas e de alguns cafres moços estavam disposto para darem princípio à dansa, a que são muito inclinados e sempre estão prontos, porque não perdem o tempo em adornar-se. Ela consistiu em diferentes movimentos desordenados, convulsos e extremamente nervosos, acompanhados de carantonhas e saltos, que em certo modo desafiam os dos dansarinos.

Eu estou persuadido que se os cafres tivessem mestres e lhes introduzissem o gosto e as maneiras dos cabritos, se poderiam formar deles, com pouca

---

<sup>374</sup> ALMEIDA, p.11.

<sup>375</sup> ALMEIDA, p. 142

despesa, algumas companhias, que fariam aos romanos perder o crédito que tem de saltatrizes.<sup>376</sup>

Coexistência de julgamentos contraditórios no cruzamento entre o vivido e as generalizações arbitrárias, deixa adivinhar a possibilidade de alguma incompreensão, pois segundo Lobo, “esta atitude emoldura um esforço no sentido de converter o universo do observado em categorias que, por não coincidirem com as do observador, se situariam nas proximidades da não-existência.”<sup>377</sup>

Ou seja, trata-se do conflito entre a produção de credibilidade – ostentando os estereótipos que tornam o retrato digno de fé -, e o desejo de refletir – com exatidão -, os contornos da realidade com a qual se contacta.

Por isso, não causa surpresa a hesitação de Caetano Xavier em referir-se ao papel da feitiçaria na configuração do universo de crenças dos naturais. Num caso, provocaria temor e apatia, em outro, seria um crime punível.

(...) porem tanto os belicozos, como os pouco guerreiros temem tanto de huã Espingarda, ou qualquer Arma de fogo, q.’ os q.’ não São domesticos, julgão que a polvora he feitiço. (...) He crime abominavel entre elles o Ser Feiticeiro, e Sendo-o algum, o queimão; São muito Superticiozos e Seguem tenasmente, de q.’ não há morte natural, Senão por feitiço.<sup>378</sup>

Assim se explica também, a estranheza de Caetano Xavier frente ao ritual de coroação do Imperador Monomotapa. O esquema analógico converte-o em algo familiar, como se estivesse encontrado na diferença do “outro”, um pouco do “mesmo” – o batismo cristão.

O Rey para Ser reconhecido por tal, he Costume antiquiSsimo Ser baptizado, e não Consta que foSse o Governo, ou Missionario, q.’ introduzio este Santo

---

<sup>376</sup> ALMEIDA, p. 143.

<sup>377</sup> LOBO, p. 121.

<sup>378</sup> XAVIER, p. 221.

Costume, ainda q.' estes Reys não tem de Christãos Couza alguã, porque de ordinario tem, como todos, mil, ou mais concubinas.<sup>379</sup>

O discurso sobre a religiosidade do “outro” parece, deste modo, conferir existência a um “referente” a partir do qual se teria fundado. Em outras palavras, essa religiosidade seria apenas um real discursivo, antecipando, ao mesmo tempo, o outro discurso que a inventa.

Assim, ter-se-ia criado uma dupla ilusão: de um lado, a de um sujeito (os diversos relatores) capaz de se ato-apresentar encenando um conhecimento (in)direto da realidade e, de outro lado, paradoxalmente, a do mesmo sujeito que não só se libertaria do seu quadro de referências para entender o “outro” – assumindo-o como entidade em si mesmo -, como insinuaria a legitimação da guerra para submetê-lo.

Que Se forme a Companhia, ou não Se forme, Será Conveniente q.' se faça huã Guerra geral a todos os Principes Confinantes das terras da Coroa, e ainda estas mesmas NeceSsitão de Castigo; porq.' a obediencia, q.' dão hé apparente. (...) Acabada a Guerra, deve entrar a Paz do Evangelho, porq.', conciliado o terror das Armas Com a Suavidade do jugo de Christo, seja permanente nos Payzanos e moradores, o amor de Deos e temor da Justiça de Sua Magestade.<sup>380</sup>

Outro aspecto da vida dos africanos que despertou a curiosidade dos europeus é a relação do “indígena” com sua mulher ou mulheres. Considerando a poligamia como índice de um grau civilizacional inferior, por oposição ao casamento e família monogâmicos ocidentais, os relatores notam o papel da mulher nas atividades agrícolas e como objeto de venda e riqueza.

---

<sup>379</sup> XAVIER, p. 241.

<sup>380</sup> XAVIER, p. 251.

A sua maior riqueza, e opulencia hé de mulheres, as quaes tem a medida do seu dezejo, e segundo as suas posses para o sustento.<sup>381</sup>

Essa é, a princípio, uma imagem dominante nos escritos europeus sobre os africanos. Idéia que atravessou séculos, embora coexista com algumas hesitações. Caetano Xavier, por exemplo, parece inicialmente ceder à evidência da realidade que observa, até que rompe com o estereótipo, afirmando o papel de destaque desempenhado pelas mulheres na sociedade moçambicana.

(...) e Só os destintos vestem panos, Segundo a posse de cada hum, dando preferencia neste, e no mais trato as mulheres, q.' logrão Sempre respeito, e Sem o Seo parecer nada fazem.<sup>382</sup>

No entanto, logo a seguir abdica desse tipo de formulação em favor da que predomina em grande parte dos relatores.

(...) porq.' todo o seo disvello ConSiste em procurar meios de terem mais mulheres, e as tem, quantas podem; os Reys de ordinario chegão a ter 1500. e mais.<sup>383</sup>

E não existe razão para diferenciar entre relatores portugueses, franceses, ingleses ou holandeses, todos se referem aos africanos como desavergonhadamente licenciosos, e as suas mulheres como seres lascivos que facilmente se prostituíam em troca de quinquilharias. Como escreve Pinto de Miranda, “andão todos amancebados e se os cazão com as concubinas, largão estas, e procurão outras”.<sup>384</sup>

E, para confirmar continua afirmando que

---

<sup>381</sup> MIRANDA, p. 249.

<sup>382</sup> XAVIER, p. 221.

<sup>383</sup> XAVIER, p. 221.

<sup>384</sup> MIRANDA, p. 250.

Vivendo todas juntas não são notadas de ciúmes. Não há dúvida em huns, e outras de as entregar a qualquer mau fim principalmente filhas e parentas pelo interesse. A maior parte delas se facilitão com homens, espontaneamente, e completo o torpe apetite o dizem aos proprios maridos para estes cobrarem uma certa quantia do concubinario ou quando este não a tenha ficar pela culpa feyta seu captivo.<sup>385</sup>

Como hipótese para essa oscilação na decifração do papel da mulher, poderia se mencionar a dificuldade em captar a complexidade que a descontinuidade cultural do litoral moçambicano impõe: ao sul as comunidades eram predominantemente patricênticas, enquanto ao norte eram sobretudo matricênticas.

Diferença fundamental, essas duas constantes da sociedade não cabem na formulação genérica e mesmo paradoxal que aponta para um lugar de destaque das mulheres, para em seguida, as colocar em posição subalterna.

### **3.6 DE COMO E ONDE HABITAM OS HOMENS DE MOÇAMBIQUE**

Ao se examinar a documentação portuguesa de períodos anteriores ao pombalino referente ao urbanismo, percebe-se que uma determinada cidade ou vila é valorizada ou não, pela avaliação positiva ou negativa de alguns quesitos, tais como, a localização, o sistema defensivo, a grandeza do comércio, a qualidade das edificações, dentre outros.

Quando se refere ao século XVIII, deve-se lembrar que tal tradição de estudos antecede a subida de D. José ao trono português e a nomeação do marquês de Pombal como seu ministro plenipotenciário. A especificidade pombalina diz mais respeito à eficácia da implantação de cidades regulares do que à elaboração de seu ideário.

---

<sup>385</sup> MIRANDA, p. 249.

Existem autores que explicam o uso da morfologia urbana regular como transposição para as colônias da experiência decorrente da reconstrução de Lisboa, a marca maior da ação urbanística pombalina. Isto é um equívoco. Pois, pelo menos desde a restauração da coroa portuguesa, quando é reiniciado o movimento de expansão colonial, interrompido nos anos turbulentos das guerras luso-holandesas, percebe-se a retomada simultânea dos cânones renascentistas da cidade regular.

Na primeira metade do século XVIII, a adoção da regularidade avança no sentido de se tornar princípio oficial de urbanização, o que pode ser acompanhado nas instruções dadas a diversos funcionários portugueses enviados às colônias, notadamente a partir da década de 1730.

Assim, o caso de Lisboa é um exemplo espetacular, porém tardio, da efetivação de princípios urbanísticos adotados como norma pelo estado português, ainda no período joanino. É bom lembrar que diversos autores nos advertem de que o reinado de D. João V antecipa, em mais de um aspecto, o “despotismo esclarecido” do período pombalino<sup>386</sup>.

Observe-se ainda um outro aspecto da ação urbanística portuguesa nas colônias. Entre os séculos XV e XVII, havia uma espécie de divisão de tarefas: à coroa cabia a criação de cidades, enquanto aos donatários e outros agentes da conquista caberia a criação de vilas. Mesmo nos casos de capitânicas estabelecidas pelo poder real ou posteriormente assumido por este, tal situação permaneceu inalterada, criando-se uma assimetria quanto à distribuição das vilas pelas diversas colônias.

Em pior situação ficaram algumas regiões onde não foi utilizado o estatuto das capitânicas, nem a coroa teve o interesse de fundar cidades. Nelas, praticamente não existiu o município. Um caso extremo foi o de Moçambique onde se adotou o emprazamento (enfiteuse) como instituto jurídico de cessão de

---

<sup>386</sup> Tal como visto no Capítulo I.

terras. Nesta região não foi estabelecido um único município antes da segunda metade do século XVIII.

Dessa forma, as instruções régias vieram a se tornar numa espécie de manual administrativo para a criação de vilas. Iniciavam por mencionar o quanto era útil à coroa a criação de novos municípios. Teciam considerações sobre o lugar adequado para uma fundação e previam a regularidade das ruas e o número mínimo dos moradores. Estabeleciam como núcleo urbano fundacional, uma praça onde deveria estar a igreja, a casa de câmara e cadeia e o pelourinho. Chegavam ao detalhe de obrigar a substituição dos antigos nomes “bárbaros” das povoações por nomes de cidades e vilas de Portugal, sendo esta última uma inovação pombalina.

É preciso lembrar que tais instruções necessariamente não foram seguidas ao pé da letra. Mesmo porque, nem sempre se tratava de estabelecer uma vila *ab ovo*. Muitas das localidades elevadas à condição de vila no período, pré-existiam como estabelecimentos religiosos (as missões), postos militares (os presídios e fortalezas), feiras (os pumbos) ou mesmo simples povoações. Frente à diversidade de situações, cada funcionário enfatizou algum dos aspectos das instruções recebidas, o que, no entanto, não chegou a impedir uma ação bastante homogeneizada.

A Ilha de Moçambique enquadra-se no quadro urbanizante do período, como o exemplo por excelência nas terras da África Oriental. Deve-se chamar atenção para o constante cruzamento de funcionários e instruções entre as diversas colônias portuguesas. Encontra-se aqui o ubíquo Francisco Xavier de Mendonça Furtado a transmitir suas instruções para João Pereira da Silva Barba, Governador de Moçambique entre 1763 e 1765.<sup>387</sup> Seria ele o responsável pela elevação de Moçambique a vila em 1763. Também durante o seu governo as antigas feitorias de Tete, Sena e Quelimane seriam transformadas

---

<sup>387</sup>Arquivo Histórico Ultramarino. Cód. 1323. manuscrito.



respectivamente nas vilas de São Tiago de Tete, São Marçal de Sena e São Martinho de Quelimane. Em todos os casos, cumprindo as ordens que Mendonça Furtado enviara, em 1761, a seu antecessor, que não chegara a assumir o cargo. Nestas instruções, ordenava a elevação a vila das localidades de Zumbo, Manica, Sofala, Inhambane e Ilhas Quirimba, além das acima mencionadas.<sup>388</sup>

Note-se que em Moçambique os governadores pombalinos estiveram mais voltados à ação institucional da outorgação do estatuto de vila do que a uma intervenção urbanística propriamente dita. Apenas o governador Baltazar Manuel Pereira do Lago agiu mais decididamente nesta direção, sendo uma das razões pelas quais veio a receber o epíteto de “Marquez de Pombal de Moçambique”.<sup>389</sup>

No século XVIII, notadamente em sua segunda metade, ocorreu uma mudança na forma de ser da colonização portuguesa e, no interior desta, no do papel desempenhado pelas cidades. As antigas noções de “conquista e conversão” são substituídas no ideário português por um novo termo chave: “civilização”.

Neste sentido, a cidade deixa de ser encarada como um instrumento “colonial”, se identificarmos colônia com a idéia de conquista, para se transformar em instrumento “civilizacional”. Daí a superação da política exclusivista de cidades reais e a sua substituição por uma ativa política de elevação de antigas povoações a vilas e, onde não as havia, a criação material e institucional das mesmas. A elas caberia o papel de trazer para o seio da civilização os “lançados”, os segmentos antigamente proscritos e, em alguns casos, o próprio nativo. O que antes era excepcional torna-se a política corrente.

Mesmo quanto aos africanos, em relação aos quais a política racial portuguesa foi mais dura, assistiu-se alguma abertura. Em Moçambique, os

---

<sup>388</sup>Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos de Moçambique. Transcrito em SILVA, José Rui de O. P. A primeira carta orgânica de Moçambique. 1761. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1957.

<sup>389</sup>NORONHA, Eduardo de. Baltazar Pereira do Lago: o Marquez de Pombal de Moçambique. Lisboa : Cosmos, 1939.

mulatos descendentes de pai branco foram habilitados a suceder seus pais nas terras concedidas pela coroa. O óbice, no entanto, permaneceu para os mulatos descendentes de mãe branca.<sup>390</sup>

É preciso buscar entender o conceito de “civilização” tal como era explicitado pelo Estado português naquele momento. Civil opunha-se a religioso. Neste aspecto, tratava-se de faceta da luta pombalina contra as ordens religiosas, em especial a dos jesuítas. Civilizado opunha-se a bárbaro, ou seja, a cultura nativa da América e da África em todas suas expressões. Ainda dentro deste quadro, o estado absolutista do século XVIII incorporava, como é sabido, diversas noções que vieram a ser desenvolvidas pelos filósofos do iluminismo. Uma delas era a de sociedade civil: administrativa e legalmente homogênea. Em alguns documentos da época quase é possível ler o nosso conhecido “sem, distinção de credo, cor, raça.”

O Estado português parecia ter como objetivo a implantação de uma espécie de cidadania padrão, laica e culturalmente européia. A noção de barbárie então utilizada, mesmo que a critiquemos a partir de um ponto de vista contemporâneo, já que pressupõe uma vontade manifesta de destruição de outras culturas, supera o conceito anteriormente adotado de pureza de sangue. O bárbaro é visto como potencialmente um civilizado que, por sua vez, é um potencial “cidadão”.

Sobre a Ilha de Moçambique, que na segunda metade do século XVIII era praticamente o único espaço urbano digno de ser chamado de cidade em Moçambique, tem-se uma descrição da sua conformação urbana aos moldes pombalinos, por conta da ação de Baltazar Manuel Pereira do Lago.

Achase ja mais da ametade desta Ilha bem povoada de alguns moradores portuguezes dos de Goa, e muito mais de gentios mercadores, mouros, cafres. Novas aberturas de ruas, principiadas no tempo do Governador Balthezar Manuel, completando-se algumas naquelle tempo, e outras no do

---

<sup>390</sup> “São a maior parte da cor dos caboucos do Brazil”. MIRANDA, p. 250

Dezembargador Ouvidor Antonio Jozé de Moraes Durão, achando-se os baldios desta Ilha todos aforados pelo Senado, por merce que delles lhe fez Sua Magestade no anno de 1761, e se fabricarão edificios excelentes vendo-se hoje esta Ilha em mayor aumento ha 11 anos, se a esta parte houvese mayor numero de officiais de alvenaria, porem como tudo desde o anno de 1775, em que teve principio o arruamento no Bayrro de S. João de Deos, se tem construido the o prezente mais de sessenta moradas de cazas de pedra, e cal, e algumas dellas de sobrado, e bem fabricadas, apesar de ser toda esta Ilha hum banco de pedra, coberto de area, sem se poder fazer nella os melhores beneficios de recreação, regallo, nem sustento, como na terra firme. (...) Nesta villa respira continuamente hum ar salino, que não permite todo o alivio por ser esta Ilha muito rasa, estreitissima, e sem arbustos mais, que algumas palmeyras, motivo porque he muito arida, e por isso o ar salino faz nos corpos grande imperção.<sup>391</sup>

Varella também produz uma rica descrição sobre os arredores da Ilha de Moçambique.

São as terras firmes da Cabaseyra grande, e pequena o dilatado de Monsoril, Lumbo, e Sancul, fornteiras desta capital, cheias de frutos, formando hum pais bem agradável, pelos infenitos palmares, que bordão as suas prayas, e se condenção pelo interior das mesmas terras em grande distancia. Abundancia de mangueyras, a quantidade de fajueiros, de que estilão muito pouco caju por preguiça, podendo haver para o commercio, que supri-se ao que se transporta de Goa, os bons pumares de laranjas da Xina, mimosas, limas doces, muitos limoeiros, romeyras, e sidreiras, de que abundão, fas todo o pais bem vistozo na estação de seus fructos. A bella produção da mandioca que se deve o seu descubrimento ao capitam general Balthazar Manoel Pereira do Lago, no anno de 1768.<sup>392</sup>

Os equipamentos urbanos da Ilha de Moçambique e seus arredores incluíam um Hospital Real e um Hospital de Misericórdia, o primeiro era voltado “para o curativo de toda a tropa com asistencia do fisico, sem estudos nem experiencia”; o segundo voltado “para o curativo da pobreza; alem dos navegantes, e mais pessoas, que não tendo estabelecimentos nesta capital, ou nas terras firmes, contribuem para o curativo das suas proprias molestias”<sup>393</sup>.

---

<sup>391</sup> VARELLA, p. 385-6.

<sup>392</sup> VARELLA, p. 378.

<sup>393</sup> VARELLA, p. 382-3.

As demais povoações de Tete, Sena, Sofala, Inhambane e Quelimane dentre outras, são referidas quase sempre pela sua situação decadente em que se encontravam, pelos problemas de localização ou pelo predomínio dos baneanes e africanos entre seus habitantes, ou os ataques desferidos contra essas povoações pelos suahílis e africanos.

Além de Pereira do Lago, António Pinto de Miranda preocupou-se com a organização urbana moçambicana, chegando a arquitetar um projeto para o desenvolvimento da colônia sustentado na proposição de uma verdadeira revolução urbana e demográfica na África Oriental.<sup>394</sup>

No relato de Joaquim José Varella, encontra-se a seguinte apresentação de Cabo Delgado e da capital das Ilhas Querimba, transpassada pelo discurso que parte de um período inicial de opulência à decadência constatada no momento vivido/narrado pelo relator, mas que revela a precariedade dos aglomeramentos urbanos de Moçambique à exceção da sua capital.

Na sua primitiva, florecerão estas ilhas na maior oppulencia do seu commercio, e agricultura, havendo nos tempos da sua fundação grandes edificios, e casas concideraveis, e edificação de huma boa villa. (...) O decadente estado, e ruina em que ficarão estas ilhas se originou das invasões, que por vezes lhe fizerão os arabios, roubando, matando, distrohindo tudo, de forma, que huns passarão a esta capital, e outras ao Estado de Goa, e os miseraveis obrigados a viver nos matos, onde acabarão, ficando aquellas terras habitadas por mouros: Nesta conformidade se reduzirão a tal extremo, que hoje ha pequeno numero de habitantes, poucos portuguezes, e em maior quantidade os nacionaes. (...) Na Ilha Macolaé, se acha huma caza, com hum pequeno terreno quadrado longo, morando de pedra, e cal, com quatro cubos selíndricos em forma de goaritas com séteiras, e tem huma cisterna, ainda muito arruinada.<sup>395</sup>

De acordo com esse relator, em janeiro de 1776 o Monsuril, localizado nas proximidades da Ilha de Moçambique, foi destruído pela ação invasora dos “conjurados cafres da Macuana”, tendo havido “grande estrago, e mortandade”, e

---

<sup>394</sup> Ver mais detalhes a respeito no item a seguir.

<sup>395</sup> VARELLA, p. 376.

que só não foi maior por não ter a invasão chegado até Cabaceira Grande, onde se encontravam o Governador de Moçambique e a maior parte dos seus moradores.

Em Monsoril se acha hum bom edificio de pedra, e cal do seu primeiro fundamento com huma igreja da invocação Nossa Senhora da Conceição, instituhida parochia, bem ornada de todos os paramentos necessarios, de vazos de prata com muyto aceyo, e essencia. A esta caza se segue hum bom pumar de espinho, com horta sufficiente para muitas qualidades de verduras. Tem parreiras, poços de agoa doce, huma grande cisterna, que providenceya aos que ali residem, e juntamente a parte do povo daquelle distrito, levando mais de duas mil pipas de agoa. Esta edificação se deve ao zello, e trabalho do governador Baltazar Manoel Pereira do Lago, fazendo esta fundação com esmolos dos navegantes mercadores, dos moradores de Monsambique, e com alguns donativos dos portos desta Capitania attendendo a que se selebravãoantedentemente os officios divinos em huã indecente palhota. Estabelecendo esta caza, e seus recintos de muros fortes, que tãobem servisse de recolhimento, e de defença as familias daquelle citio, quando invadissem aquellas terras da Coroa os cafres da Macuana, o que tem sucedido, não tendo outro asilo em semelhantes asaltos, que meterem-se pelo mar aquellas gentes. (...) Nos confins de Monsuril por onde os inimigos Macuas, costumão invadir esta povoação, se acha a fortaleza de S. Jozé, fundada primeiramente de faxina pelo capitão general Francisco de Melo e Castro, e teve a sua duração té o anno de 1773, apodrecendo toda a madeira, que sustentava os quarteis daquelle fortaleza, e de sua guarnição. Esta fortaleza no anno seguinte foi construida de pedra e cal, conduzida desta capital por ordem do governador Baltazar Manuel Pereira do Lago, na forma em que actualmente se acha com suas pequenas muralhas, instituindo-lhe quarteis para a tropa de sua guarnição, com hum pedestal no meio para a bandeira, e com huma irmidã pequena da mesma invocação de S. Jozé, com peças de artelharia competente, e armazem, e prizão.<sup>396</sup>

Lacerda e Almeida ao tomar posse como governador dos Rios de Sena descreve assim a vila de Tete.

As casas desta vila são construídas de pedra e barro, pela falta de cal, e cobertas de palha, à exceção de duas ou três, que são cobertas de telhas, com incômodo dos que moram em umas e outras, porque o *muxem* (na América capim) em pouco tempo estraga a palha, e os ventos fortes deitam fora muitas telhas por não assentarem sobre emboço.<sup>397</sup>

---

<sup>396</sup> VARELLA, p. 380.

<sup>397</sup> ALMEIDA, p. 169.

Sobre a vila de Quelimane, Lacerda e Almeida denuncia sua falta absoluta de regularidade e geometria urbana, que tanto contrariavam os preceitos urbanísticos pombalinos.

Os moradores fazem suas casas onde querem, com a frente para onde lhes convem, ficando cada uma propriedade cercada de palmares, mangueira, laranjeiras e casas dos cafres, que imitam o mau gosto dos brancos na disposição delas.<sup>398</sup>

O que ficava agravado quando da estação das chuvas, pois então revelava-se a precariedade da localização daquela vila.

O terreno todo é alagadiço; no tempo das águas a vila fica inundada de tal forma que só em manchila se pode sair para fora de casa, e muitas vezes, em alguns lugares, é necessário que os cafres a sustentem sobre a cabeça para que não se molhe quem vai nela.<sup>399</sup>

De acordo com Lacerda e Almeida, ainda referindo-se a Quelimane, “todos os moradores deste distrito, entrando homens, mulheres, canarins, moços e velhos, são cento e sessenta, como consta do mapa que me deu o reverendo vigário”.<sup>400</sup> Situação demográfica agravada pelo fato de ocorrer um maior número de óbitos – 15 -, do que nascimentos – 3 -, observado por Lacerda e Almeida no período de quase um ano em que permaneceu naquela região.

Pinto de Miranda, também se refere à precária vila de Quelimane,

A qual se acha toda hum matto adonde paseyão tigres, ticas e cavalos marinhos, cheyas de concubinas dos habitantes nacionaes, que tambem servem para alguns portuguezes nela dispersos, e fugitivos de alguns presidios para os mouros e gentios que nos barcos vem de Mossambique. (...) As cazas são formadas todas de madeira, e lodo e cobertas de palha. Alem dos mattos que a villa tem há immenssas palmeiras, lorangeiras, limoeyros, mangeiras, e

---

<sup>398</sup> ALMEIDA, p. 130.

<sup>399</sup> ALMEIDA, p. 130.

<sup>400</sup> ALMEIDA, p. 132.

outras arvores infrutíferas que servem de tirar a vista, de ruína as cazas porque cahindo-lhe por cauza do vento, ou velhise as prostão por terra.<sup>401</sup>

Como visto anteriormente (Cap. II), Sofala foi o primeiro lugar da África Oriental em que os portugueses se estabeleceram. Ao longo dos séculos XVII e XVIII decaiu bastante, apesar de manter seu porto em funcionamento para o comércio de marfim. Para Pereira do Lago, a vila deveria ser mudada de lugar, apesar da sua preocupação em manter as marcas da ocupação primeva dos portugueses naquela região.

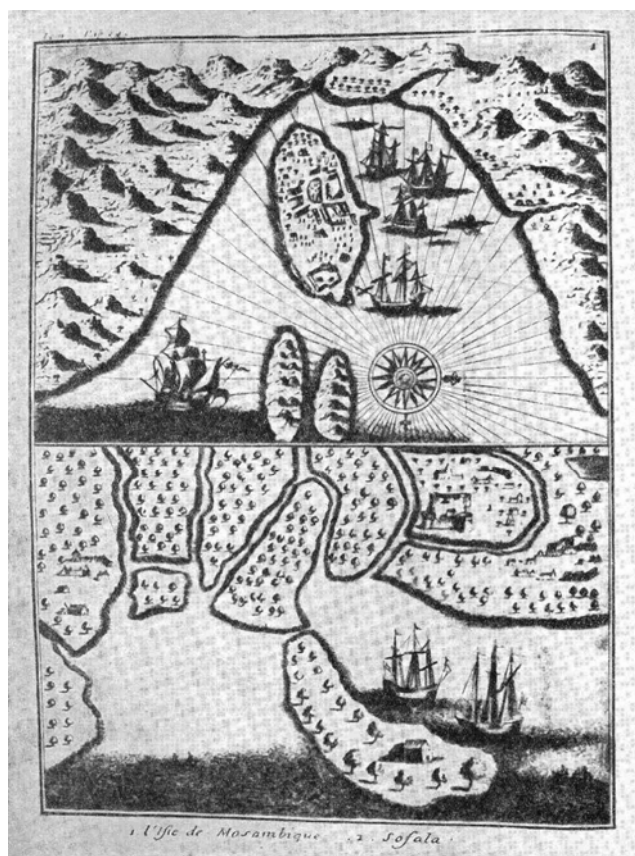
A notavel Povoação de Sofalla, antigamente a segunda capital deste Oriente, e hoje reduzida ao extremo da mayor pobreza e mizeria; (...) aly se acha huma torre que serve ainda de memoria dos heroico zello, com que os Portuguezes estabelecerão o seu nome felis nestas conquistas, fabricada de pedra de cantaria transportada do Reyno de Portugal. (...) Eu lhe tenho mandado fazer os reparos mais possiveis, para que todo não acabe aquelle sinal do nosso trabalho, e do nosso respeito, sendo certo que aquella Povoação foy mal situada; pois toda se alaga continuamente, e poderia com facilidade mudar-se para o lugar de Inhassato, sem descomodo que he mais ventajozo.<sup>402</sup>

Como visto pelos exemplos acima, os espaços urbanos se constituíam em arena privilegiada para o choque “civilização” *versus* “barbárie”. Todos os relatores atribuem à presença de baneanes e africanos e ausência de portugueses em número e qualidade suficientes para fazê-los frente, os males que vicejavam nas vilas, e que só encontrava paralelo nas observações sobre as localizações impróprias e que eram agravadas pelas agruras produzidas pelo clima e “pragas” presentes no território africano oriental.

---

<sup>401</sup> MIRANDA, p. 256-7.

<sup>402</sup> LAGO, p. 322.



A Ilha de Moçambique e Sofala no século XVIII. — Grav. reproduzida da «Histoire des Découvertes et Conquestes des Portugais dans le Nouveau Monde», por Joseph François Lafitau. Vol. I, Paris, 1783

403

### 3.7 DA DECADÊNCIA AOS DIVERSOS “REMÉDIOS APLICÁVEIS”

É perceptível, com alguma facilidade, a presença de uma característica em vários dos relatos encontrados nas fontes pesquisadas: o discurso a respeito da decadência em que se encontravam os territórios da colônia africana oriental, na segunda metade do século XVIII.

Para além das preocupações mais imediatas dos escrevinhadores de memórias e relatos, esse discurso sobre a decadência combina-se perfeitamente com uma espécie de *saudades do futuro*, uma marca tão portuguesa.

---

<sup>403</sup> ANDRADE, António Alberto de. Relações de Moçambique setecentista. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 320.



As causas apontadas para a situação de decadência vivida na colônia eram variadas, embora geralmente concentradas no fator humano: a falta de civilidade, de obediência à religião cristã, e mesmo de pura e simples vontade por parte dos moradores portugueses; a continuidade da atuação dos comerciantes suahílis e sua influência sobre alguns grupos étnicos africanos; os canarins que eram considerados como os principais responsáveis pela desordem religiosa e corrupção dos “bons costumes”; o comércio, principalmente o ilegal, com outros europeus, especialmente os franceses;<sup>404</sup> e a inapetência para adotar “os bons valores da civilização” por parte dos africanos.

Esse fator humano foi explorado em itens anteriores, onde se procurou demonstrar como se dava a relação com o “outro”, e do próprio português sob influência desse mesmo “outro”, com o auto considerado civilizado – em alguns casos, iluminado – a serviço do Reino. São exemplares as palavras de Lacerda e Almeida neste sentido.

Sendo certo que Deus abençoa a toda a boa obra, e que medra tudo quanto se faz com os olhos no Senhor, como pode prosperar esta colônia sendo o centro das injustiça, cueldades, barbaridades e impiedades? Atrevo-me a asseverar que os portugueses nesta colônia são mais bárbaros do que os cafres, porque estes obedecem às ordens do seu soberano com uma pontualidade capaz de servir de exemplo, e não se pode chamar bárbara uma nação que por falta de conhecimentos comete alguns erros, que são bárbaros entre as nações civilizadas, mas não entre eles, porque o fazem segundo os seus usos, costumes, leis e inteligência.<sup>405</sup>

Ou ainda,

Hé o negocio do Mujaó, e Macua quem nos antigos e perteritos tempos deo a muitos homens grandes Cabedaes, pois erão consideraveis os Lucros que Se percebão da comutação do marfim. Naquelles tempos erão mais Simples os pretos, e os brancos não erão dominados de tanta malicia, e ambição: Mas hoje a dezordenada ambição acompanhada de inumeraves dezacertos tem ocasionado ruinas, em que todos os moradores estão. E como a hum erro Se

---

<sup>404</sup> A questão do comércio, também abordada nos relatos utilizados, foi tratada no Capítulo II.

<sup>405</sup> ALMEIDA, p. 159.

segue outro maior, e peor não fazendo termo os que meneão este negocio, já metidos em o ultimo percipio parese lhes falta o discurso do acerto.<sup>406</sup>

Não é à toa que um dos “remédios aplicáveis” mais citado, seja a migração de dezenas ou mesmo centenas de casais de agricultores portugueses para povoar, não só fisicamente, mas também espiritual e culturalmente o território colonial.

Em meados do século XVIII, efetivamente viviam-se tempos difíceis na África Oriental, como a ocorrência de uma grave crise de abastecimento e produção de alimentos na Ilha de Moçambique, entre os anos de 1759 e 1760, que ocasionou a chamada “grande fome”, na qual cumpriu papel relevante a negligência dos reinóis, segundo Montaury.

Não há em Mossambique terreiro publico ou armazem que sirva para se guardarem trigos e outros grãos, para se poderem remir em hum cazo extraordinario, etc. E nem nisso nunca se cuidou. (...) Igualmente não há assougues, porque a Ilha e ainda as Provincias da Terra Firme não tem gado para este estabelecimento; não he isto procedido senão de negligencia; porque se poderia mandar vir infenito da Ilha de Madagascor ou S. Lourenço, que dista pouco, e tambem de Senna; e fazer criar, repartindo por todos os moradores, para este fim. (...) Mayor he ainda a miseria de não haver peixe de venda, sendo em toda aquella Costa infenito e excellente, e que bastava mandar-se, que assim como os moradores costumão a mandar pescar pelos seus escravos, em lanchas suas, para o seu gasto, o fizessem tambem para a venda publica.<sup>407</sup>

Ou mesmo, a reação extrema tomada pelo Governador João Manuel de Melo, que ao chegar a Moçambique em 1758 e se deparar com a situação enfrentada pelos colonos, cometeu suicídio por encontrar “mantimentos para a guarnição mal para três meses”<sup>408</sup>.

---

<sup>406</sup> FIGUEIREDO, Luís António. Notícia do Continente de Moçambique e abreviada relação do seu comércio (1773). In: Estudos de História da Geografia da Expansão Portuguesa. Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1954. p. 263.

<sup>407</sup> MONTAURY, p. 341-2.

<sup>408</sup> Documento de 12/07/1758. avulsos AHU.

O escoamento das riquezas moçambicanas, em especial seus recursos minerais, através dos portos com o consequente recolhimento de impostos, se constituía na principal fonte financeira da Fazenda Real. Entretanto, Inácio Caetano Xavier indica incisivamente que as atividades de contrabando, negócios clandestinos e corrupção eram a regra, pois envolviam tanto “pessoas grandes, como pequenas”, já que as autoridades responsáveis não executavam as ordens reais com o zêlo e a exação necessários.

E esta talvez pode ser o espirito da razão, q.' da fundamento a aquelle vulgar Adagio, que eu venero por Sentença; que diz – O dinheiro de Moçambique não Luz nem chega aos filhos. – e que tenho visto por experiencia o repetido cumprimento delle. E aSsim, Senhor, havia de Succeder, porq.' como pode luzir hum metal, que Se adquierio por principios tão escuSos?<sup>409</sup>

Para procurar escapar das iniciativas meramente individuais de algum “bom servidor de Sua Magestade”, quanto às providências para superar “aquelles vicios e obviar estes desvios”, Caetano Xavier propõe um “humilde parecer sobre os meios, que a minha tosca compreensão alcança para ser lucrozo o comercio destes Portos.” Tal proposta é a de formação de uma nova Companhia de Comércio, aliada a “huã guerra geral a todos os Principes confinantes das terras da Coroa, e ainda estas mesmas necessitão de castigo porque a obediencia que dão he aparente.”<sup>410</sup>

Ao compaSso destas utilidades, e deligencias cresceria notavelmente o Comercio, e por Consequencia as rendas Reaes; porq.' fazer despeza em huã Colonia, Sem aplicar meios para Crescer a Sua receita, q.' he, o q.' nestes annos, da Separação tem Succedido, mais que augmento he buscar ruina à terra.<sup>411</sup>

---

<sup>409</sup> XAVIER, p. 249.

<sup>410</sup> XAVIER p. 251,

<sup>411</sup> XAVIER, p. 252.

A “solução” Companhia de Comércio para as vicissitudes das relações mercantis coloniais, é inúmeras vezes apresentada pelos mais diversos autores setecentistas ao longo de todo o Império Colonial. Para “estas terras bem cultivadas, que podem dar mais interesses em vinte annos do que darão em cem as da America”, Caetano Xavier justifica-a com os seguintes argumentos:

Huã Companhia de Mercadores de Lisboa, e dos mais, que quizerem poderá fazer respirar de decadencia este agonizante Estado. A primeira razão he, porq.’ já Se experimentou q.’ o estabelecimento antigo de outra Companhia Só colheo intereSses do Comercio deste Portos, como já fica rellatado. A Segunda, porq.’ na Conformidade della, os mesmos intereSsados trabalham peSsoal, e occularmente no trafego do Seo negocio, em q.’ Com facilidade não pode haver dolla. A terceira, porq.’ todos os Estrangeiros, como São Francezes, Inglezes, Holandezes, e Dinamarquezes, que tem Comercio, e terras nas partes da India, Só por Companhia Se governão, desfrutando todos grandes intereSses, e Se achaSsem q.’ outro methodo era mais Conveniente, o não deixarião de abraçar para Sua utilidade.<sup>412</sup>

Dessa maneira, a Companhia de Comércio aparece em Caetano Xavier, como uma espécie de elemento catalisador, em torno do qual se solucionariam as questões fiscais, territoriais, sociais e políticas que conturbavam Moçambique em meados do século XVIII, pois se constituiria a Companhia de Comércio no “elemento organizador” da sociedade, expressão icônica da vitória da civilização europeia em pleno solo africano.

Baltazar Manuel Pereira do Lago também foi adepto da solução Companhia de Comércio, para controlar e fiscalizar as atividades comerciais com o objetivo de auferir melhores resultados para a coroa.

E discorrendo com aquelle dezejo que tenho de assertar no serviço de Sua Magestade, tenho por certo que só huma Companhia que fizesse só o Comercio daquelles Ryos poderia perpetuar a sua conservação, hindo-lhe sendo a sua total decadencia, tãobem a debandada dos indignos mercadores volantes ou voluntarios ladroens que para aly passão.<sup>413</sup>

---

<sup>412</sup> XAVIER, p. 250.

<sup>413</sup> LAGO, p. 314.

Os mercadores volantes eram objeto da ira de Pereira do Lago, que os utiliza para reforçar seus argumentos em prol de uma Companhia de Comércio e convencer seu sucessor a fincar pé em tal batalha.

Se aly (Inhambane) se pudesse estabelecer huma companhia, ou vedarem-se por ordem do mesmo Senhor os diabólicos e sobreditos mercadores volantes na liberdade que lhe foy facultada, sendo huns homens estes sem nenhuma fé, credito nem verdade par couza util e só sim para a total ruina de todas estas Colonias, facilitada por estes indignos gentios.<sup>414</sup>

Em 1779, D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho escreveu uma *Breve, e util Idêa de Commercio; Navegação, e Conquistas d'Azia, e d'Africa*, que foi recuperada como um *Plano para o Estabelecimento de huma Companhia Portugueza para o Commercio da Asia* em 1797, por seu filho D. Rodrigo de Souza Coutinho. Este plano projetava de forma alentada todas as minúcias da lista de produtos que poderiam ser transacionados entre os diversos portos de Lisboa, Moçambique, Goa, Damão, Diu, Costa de Malabar, Costa de Coromandel, Bengala e China.<sup>415</sup>

A preocupação com a situação das atividades comerciais em Moçambique foi comum a vários relatores. A queda dos preços dos produtos locais era generalizada. Uma das queixas do governador dos Rios de Sena em 1800, Jerónimo Pereira, é em relação ao excesso de oferta de produtos importados.

Sendo, eu plenamente informado, não só pela própria experiência; mas também pelas informações de pessoas inteligentes, do comércio de Manica, algum dia o mais florescente, e útil a esta Colónia, e à mesma Fazenda Real, pelos Direitos das fazendas que se comutam na mesma Manica, e seu continente a ouro; hoje extenuado, e decadente, não só pela multiplicidade das fazendas que nela se introduzem; mas também pela prevaricação, e diminuição dos verdadeiros pesos, que antigamente corriam; e sendo os mais culpados nela os cafres mussambazes, e até os mesmos comerciantes, que

---

<sup>414</sup> LAGO, p. 320-1.

<sup>415</sup> COUTINHO, Francisco Inocência. *Breve, e util Idêa de Commercio, Navegação, e Conquista d'Azia, e da África (1779)*. In: *Arquivos de Angola*, v. 1, n. 3, outubro 1935.

passam àquela Feira (...). Ordeno que todas aquelas pessoas de qualquer estado, e condição que sejam, que quiserem comerciar na dita Feira de Manica por si, por seus comissários, ou por mussambazes cafres, serão obrigados a apresentarem-se ao capitão-mor dela, para conferirem os pesos que levam, com os que mando que corram naquela Feira, como antigamente eram; (...) e isto debaixo de pena de perdimento das fazendas, que lhes forem achadas na transgressão desta minha determinação.<sup>416</sup>

A grande quantidade de mercadorias que circulavam pelos sertões, pelas mais diversificadas mãos, causava o desregramento nos preços de compra dos produtos sertanejos. Para a aquisição das mesmas porções destes gêneros, exigia-se cada vez mais produtos em troca, e assim, como expõe o governador dos Rios de Sena, “por este motivo os moradores, assim ricos como pobres destas colônias não têm havido utilidade de seus negócios à proporção das fazendas que arriscam nos mesmos sertões(...)”.<sup>417</sup>

Para remediar as causas da decadência do comércio, o governador Jerónimo Pereira propõe em 1800, ao governador-geral que se organizem em cada vila sociedades de mercadores, com regras estabelecidas e com dirigentes competentes a fim de entrarem no giro, duma forma concertada.<sup>418</sup> E assim, se impedir a concorrência suicida.

Mas, ao que consta tal projeto não alcançou resultado positivo, pois em 1803, o comandante da Feira de Manica recebeu ordem expressa no sentido de impedir a entrada de fazenda, a não ser que o mercador estivesse autorizado, por licença passada pelo governador dos Rios de Sena.<sup>419</sup>

No entanto, foi notório o esforço dos governadores para disciplinar as atividades comerciais, domínio polarizador de toda economia da colônia.

---

3. <sup>416</sup> Arquivo Histórico de Moçambique, Inventário do Fundo do século XVIII. p. 102-

<sup>417</sup> Idem, p. 167.

<sup>418</sup> Idem, p. 167.

<sup>419</sup> Ofício de Diogo Luis Rodrigues de 25 de agosto de 1803. AHU, cx. 101, doc. 40.

Outro exemplo de iniciativa buscando uma solução “criativa” para as agruras vividas na Moçambique colonial, foi a formulada por António Pinto de Miranda em 1766, e que seguia os preceitos pombalinos sobre erigir cidades como receita para “civilizar” a colônia.

Seu projeto segue um rigor “científico” na distribuição das tarefas demandadas aos “moradores e nacionaes”, sobre os locais mais apropriados para construir ou reconstruir as cidades de Moçambique, Quelimane, Senna, Manica, Tete, Luabo e Zumbo, sobre os materiais mais adequados a serem utilizados conforme o local, e até mesmo a quem e como deve se habitar as novas cidades.

Para Pinto de Miranda, o desenvolvimento de Moçambique estava atrelado ao sucesso de seu plano de urbanização, principalmente da mudança da capital da Ilha em que estava para a faixa litorânea continental situada defronte. Pois assim, seria possível estabelecer uma “estrada real” até Quelimane, ao longo da qual se instituiriam freguesias, vilas, aldeias e até castelos.

Nas suas palavras percebe-se o grau de delírio racionalista em que suas idéias brotavam, tal como numa ficção utópica de construção de cidades imaginárias.

O aumento desta Conquista pende muito da edificação desta cidade, a qual se deve edificar na outra banda, fronteira a Ilha de Moçambique, em o lugar mais proporcionado. Concorrendo os moradores da dita villa se pode facilmente erigir desta sorte. Cada pessoa estabelecida em Mossambique pode por vinte escravos promptos, e estes para que não fujem se prenderão como os forçados das galés, e com cada 10 andaré hum soldado mununçado, primeiro para algum insulto ou fuga que elles queirão fazer, como para mais deligencia trabalharem. (...) Isto asim feyto ficarão 100 com officio de cabouqueiros a tirar pedra de cal, 100 com carros de mão a conduzir esta para a praya, 100 em emarçoens para a porem na outra banda, outros 100 para a levarem ao lugar em carros de mão adonde se há de largar o fogo a cal, 100 para cortar madeira, e 100 para conduzirem pedra para o lugar da cidade, 100 para conduzirem cal e area, e 50 para trabalhadores, ou para ajudarem os officiaes que estes hão de ser 50 europeos, e cazados, importa tudo 750 escravos os quaes todos devem andar em ferros com goardas.<sup>420</sup>

---

<sup>420</sup> MIRANDA, p. 272-3. grifo meu.

O modo de ocupação também foi previsto pelo secretário de governo, inclusive para não deixar deserta a Ilha, onde permaneceria o porto.

Com os moradores se não fará gasto algum nem tão pouco com os escravos, porque depois de feita a cidade por sua ordem, e as ruas e templos, os que tiverem familias poderão lá por hum casal ou dous, de que os pais ou filhos sempre fiquem assistindo na Ilha para não ficar dezerta. (...) Depois disto se conquistará tudo pela terra dentro, e cada novo casal estabelecido se lhes dará huã legoa de terra, a qual será devidida em marcos para a cultivarem ao modo europeu.<sup>421</sup>

O mesmo método deveria ser seguido nas outras localidades, tanto para a formatação urbana como as construções. Além disso, para facilitar o deslocamento de comerciantes e soldados, deveriam ser estabelecidas “estalajens, e vivendas europeas, na distancia de huã jornada athé Senna, desta athé Tete, e deste thé o Zumbo”.<sup>422</sup>

Sendo tudo isto concretizado, Moçambique poderia até aspirar à condição de abrigar um vice-reinado a ser dirigido a partir de Senna.

Seguirse hão os escravos para as obras na forma ja dita. Farse há o mesmo regulamento, e fortificação da Praça, soldados e cazaes. O castelo em sima do oiteiro que fica enconquistavel, e como esta deve ser a principal cidade, deve haver nela caza de moeda, e pelo tempo adiante V. Rey que a domine, e aos mais Governadores das cidades, castellos, vilas, aldeyas, lugares, etc.<sup>423</sup>

---

<sup>421</sup> MIRANDA, p. 273. grifo meu.

<sup>422</sup> MIRANDA, p. 277.

<sup>423</sup> MIRANDA, p. 278.



## DE COMO ESSA HISTÓRIA CHEGA AO FIM

Ao propor como *locus* privilegiado de análise, o nexos estabelecido entre o sujeito, o mundo que o rodeia e a reserva mental e discursiva de que este sujeito dispõe para o configurar; o “espírito de época” foi aqui entendido na dupla acepção do termo: o que se sente (e se registra) e as idéias-força que cada época elabora por si e para si, isto é, o caleidoscópio de imagens persistentes, atitudes comuns e construções mentais que cada período e lugar possui de específico.

Variáveis que se fundem com outras constantes comportamentais específicas de cada um dos intervenientes naquele processo de interação cultural e civilizacional particular, porque decorrente do encontro entre os portugueses e o mosaico populacional existente em Moçambique na segunda metade do século XVIII. Mas, que pode ser inscrito no conjunto mais vasto de imagens e atitudes presentes e veiculadas pela Europa que contactou a África e outras zonas do globo terrestre.

Nesse sentido a opção por utilizar o conceito de *opinião pública* de Jurgen Habermas, em detrimento ao de *epistème* de Michel Foucault, ou mesmo ao de *paradigma* de Thomas Kuhn, deveu-se a uma percepção de sua maior funcionalidade para a análise do momento em que os textos de viagens foram produzidos.

Contornos de uma postura a que não será alheia à mudança operada na atitude do século XVIII relativamente às viagens e aos seus respectivos registros como fontes de informação sobre as terras e povos não-europeus. Os intelectuais

européus do século XVIII que basearam a sua visão da África nos textos de viagem, passaram a encarar a própria viagem cada vez mais como parte do próprio processo civilizacional.

Foram exatamente alguns relatos e documentos sobre Moçambique na segunda metade do século XVIII, de cunho mais voltado aos aspectos científicos e administrativos – aqui caracterizados como uma *literatura de viagens* –, o objeto desta tese.

No entanto, por seu caráter operativo, ainda que em sua maior parte não realizado, esses textos simultaneamente permitiram uma análise a respeito do impacto e dos conflitos entre a visão iluminista – da qual são veículos –, e as práticas sociais e culturais secularmente consolidadas no universo colonial português, em particular o moçambicano.

Desse modo, utilizou-se uma vasta literatura – compreendendo uma variada gama de formatos literários: relatos, memórias, instruções, notícias, diários –, que foi sendo produzida por administradores e artistas, militares e naturalistas, viajantes e juristas, engenheiros e cientistas a respeito de Moçambique na segunda metade do século XVIII.

Tal produção escrita e/ou iconográfica, quer tenha sido feita diretamente sob a ordem oficial ou voltada para tal, apresentou imensas possibilidades de utilização, seja como testemunho histórico propriamente dito, seja como documento narrativo de intrínseco valor literário.

Essa produção textual, ao ser tratada como fonte documental, prestou-se diligentemente para uma melhor compreensão dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais que apoiaram a expansão portuguesa, a partir do século XVI ao longo do chamado Império Ultramarino Português.

Procurei desenvolver uma análise voltada à percepção da produção de Moçambique como território/campo discursivo. Busquei no interior de cada um dos textos analisados, além das situações históricas e antropológicas, a coexistência de registros de outros deslocamentos, como, por exemplo, em Inácio

Caetano Xavier: a viagem imaginária que ele pretende que o leitor faça, ao acompanhar o curso da sua escrita e os diversos micro-relatos das viagens que integram o texto. Ou mesmo, os desvairios racionalistas com que António Pinto de Miranda buscava projetar uma revolução urbana e demográfica em Moçambique, com o fito de retirar a colônia da decadência vivida/retratada para um futuro utópico como sede de um imaginário e rico Vice-Reinado na África Oriental.

Apesar de apresentarem origens, formações intelectuais e cumprirem funções diversificadas, os narradores e seus escritos analisados me permitiram perceber uma vívida conexão com o “espírito de época”, ou seja, com as idéias e práticas em circulação na segunda metade do século XVIII. Esta conexão constitui o que denominei de padrão textual iluminista, presente até mesmo em Inácio Caetano Xavier que organiza seu texto nos moldes de uma estratégia de construção do território, transitando pelos seus aspectos físicos, humanos e econômicos.

A ciência era vista como algo que pudesse ser útil à sociedade. Por ciência útil deve-se entender o conjunto de matérias que possibilitariam a solução ou a transformação da realidade vivida até então. Acreditava-se que o papel da ciência não se restringia ao processo de conhecimento, transcendia-o, pois tinha o poder de transformar a sociedade. Isto fica evidente quando Francisco José de Lacerda e Almeida se propõe a ensinar práticas de enxerto e de produção de açúcar, ou Baltazar Manuel Pereira do Lago e Ignácio Caetano Xavier propõem a constituição de Companhia do Comércio como elemento organizador da sociedade e economia moçambicanas.

Priorizei nos relatos utilizados perceber a **natureza**, entendida como os diferentes esboços do território que remetem para as possibilidades de inter-relacionar o tipo de representação adotado com o espaço físico conhecido e o contexto no qual os sujeitos se apropriam desse mesmo espaço; a figura dos **homens**, entendidos como humanidade, pois assim possibilitou-se ver o encontro

do “nós” europeu com os “outros” presentes no território moçambicano. Incluindo nesse “outros” até mesmo os reinóis sob a influência cafrealizante, de acordo com alguns dos relatores. Esse foi um esforço de perceber as alterações que a própria viagem produz em quem a faz, pois como afirmou Ferronha,

A viagem é uma aventura, mas não unicamente com o percurso exterior, transfigurada no espaço exótico, libertadora, porque evasão, procura também do paraíso perdido. Simboliza ainda a transformação do eu, o percurso interior que altera a concepção de realidade, quer a contactada quer a da partida.<sup>424</sup>

Assim, a gravura de Donati reproduzida na capa e repetida no Capítulo III, se revela como um elemento síntese das relações estabelecidas entre as diversas populações presentes em Moçambique, bem como, do olhar que é lançado sobre estas mesmas relações, por um representante de uma destas populações, o português.

Nela é possível se ver os palmeirais (representando a abundância da natureza), inclusive um dos seus produtos sendo colhido por um africano; a casa em estilo europeu mas com telhado de palhoça; e os portugueses entabulando negociações, de marfim e tecidos, simultaneamente com africanos e baneanes. Os africanos apresentam-se também como observadores da cena, indicando seu papel duplo, como negociante e como servo – indivíduo que pode ser alçado à condição de “cidadão”.

Os portugueses representados são um comerciante e um oficial, o autor da gravura é membro de uma expedição científica. O comerciante negocia com os africanos e o oficial dialoga com os baneanes. Isto é, os portugueses recebem o “outro” em seus domínios e retratam as relações que estabelecem com os demais grupos sociais que habitam o território moçambicano.

---

<sup>424</sup> FERRONHA, António Luís O encontro inesperado: as primeiras imagens do Brasil in AAVV. O confronto do olhar. p. 230.

Ao historiador cabe problematizar e iluminar o objeto de pesquisa – no meu caso, os relatos de viagem que produziram um padrão textual iluminista sobre Moçambique na segunda metade do século XVIII -, organizando, recortando, atribuindo pertinências, descrevendo relações, com o fito de desconstruí-lo como discurso. Enfim, para possibilitar que os sujeitos e objetos históricos possam revelar-se como efeitos das construções discursivas.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

### FONTES

- ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. Diário de viagem de Moçambique para os Rios de Senna. 1798. Lisboa : Imprensa Nacional, 1889.
- \_\_\_\_\_. Diários de viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida. Rio de Janeiro : Instituto do Livro, 1944. (Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda.)
- ALMEIDA, Manuel António. Memorial sobre a terra do Luabo. In ANDRADE, António Alberto de. (org.) Relação de Moçambique Setecentista. Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1955. p.225. (Publicação doravante citada com R.M.S.)
- ANDRADE, Jerônimo José de Nogueira. Descrição do estado em que ficavão os negócios da Capitania de Moçambique nos fins de novembro de 1789 com algumas observaçõens, e reflexõens sobre a causa da decadência do commercio dos estabelecimentos portuguses da costa oriental da África. 1790. ARQUIVO COLÔNIAS. Lisboa, v.1, n.2, 1917.
- ANÔNIMO. Memórias da costa d' África Oriental e algumas reflexões úteis para estabelecer melhor, e fazer mais florente o seu comércio. 1762. ANAIS DO MINISTÉRIO DE ULTRAMAR. Lisboa, v.9, tomo 1, 1954.
- ANÔNIMO. Descrição da Capitania de Mossambique, suas povoações, e produções. 1788.
- ANÔNIMO. Descrição do Zumbo, por um capitão-mor. 1764. ALMANACH CIVIL, ECCLESIASTICO, HISTÓRICO-ADMINISTRATIVO DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE. Lourenço Marques : Imprensa Nacional de Moçambique, 1854.
- DONATI, Ângelo et alii. Riscos de alguns Mammaes, Aves, e Vermes do Real Museo de Nossa Senhora d' Ajuda; Ditos de Peixes e Vermes de Angola, com o Prospecto da Embocadura do Rio Dendê; Ditos de vários Animaes raros de Moçambique, com alguns Prospectos e Retratos. Códice manuscrito do Museu Bocage.
- FIGUEIREDO, Luís António. Notícia do Continente de Moçambique e abreviada relação de seu comércio. 1773.
- MELLO e CASTRO, Dionízio de. Notícia do Império Marave e dos Rios de Sena. 1766.
- MELLO e CASTRO, Francisco de. Descrição dos Rios de Senna. 1750. Nova Goa : Imprensa Nacional, 1861.
- MENDES, F. Da Costa. Catalogo Chronologico e Historico dos Capitães Generaes e Governadores da Provincia de Moçambique.

- MENDONÇA, José de. Relação dos moradores portugueses que assistem em Moçambique e seus distritos. 1757.
- MIRANDA, António Pinto de. Memória sobre a costa da África. 1766. R.M.S. p.231. \_\_\_\_\_ . Monarchia africana. R.M.S. p.303.
- MONTAURY, João Baptista de. Moçambique, Ilhas Quirimba, Rios de Sena, Vila de Tete, Vila de Zumbo, Manica, Vila de Luabo, Inhambane. 1778. R.M.S. p.339.
- PORTUGAL, Joaquim José da Costa. Notícia das Ilhas de Cabo Delgado. 1781. A.M.U. p. 273.
- SILVA, Manuel Galvão da. Diário ou relação das Viagens Filosóficas, nas terras de jurisdição de Tete e em algumas dos Maraves. 1788. A.M.U. p.311. \_\_\_\_\_ . Diário das viagens, feitas pelas terras de Manica. 1788. A.M.U. p.321.
- VARELLA, Joaquim José. Descrição da Capitania de Moçambique e suas povoações e produções, pertencentes à Coroa de Portugal. 1788.
- VITTO, João. Notícia que dá João Vitto das Ilhas de cabo Delgado. 1778. A.M.U. p.267.
- XAVIER, Inácio Caetano. Notícias dos domínios portugueses na costa da África Oriental. 1759. R.M.S. p.139. A.M.U. p.171.

Como fontes complementares, foram utilizados arrolamentos e coleções em que foram publicadas sistematicamente a documentação moçambicana, além de relatos e iconografia elaborados em outros períodos que não aquele que são o objeto da pesquisa proposta.

- AXELSON, Eric. Descrição da costa de Moçambique por João de Lisboa. in: Boletim da Sociedade de Estudos da Colônia de Moçambique. Abr.-Set.1948. pp.1-11.
- BARROS, João de. Ásia. Coimbra : Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.
- BOCARRO, António. O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental. Lisboa: Imprensa Nacional, 1992. v.2.
- BOLETIM DA FILMOTECA ULTRAMARINA PORTUGUESA. Lisboa: Ministério do Ultramar. (diversos volumes de transcrição de microfimes))
- BRÁSIO, António. (org.). Monumenta missionária africana. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952-.
- BRITO, Bernardo Gomes de (org.). História trágico-marítima. Rio de Janeiro : Lacerda Editores, Contraponto Editora, 1998.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes. História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses. Porto : Lello & Irmãos, 1979.
- CARNEIRO, António de Mariz. Descrição da fortaleza de Sofala e das mais da Índia. Lisboa : Fundação Oriente, 1990. (reprod. Facsimilar do original de 1649)
- CORREIA, Gaspar. Lendas da Índia. Porto : Lello & Irmão Editores, 1975.
- COSTA, Mário A. Nunes (comp.) Documentos para a história da Universidade de Coimbra (1750-1772). Introdução, leitura e índice. Coimbra: Universidade, 1959-61. 2v.
- COUTINHO, Francisco Inocêncio. Breve, e util Idêa de Commercio, Navegação, e Conquista d’Azia, e da Africa (1779). In: Arquivos de Angola, v. 1, nº 3, 1935.
- DIÁRIO DE VIAGEM DE VASCO DA GAMA. Porto: Livraria Civilização Editora, 1945.

- DOCUMENTOS SOBRE OS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE E NA ÁFRICA CENTRAL. 1497-1840. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962. 5.v.
- ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1772. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1972. 3 vol.
- FERRAZ, Maria de Lourdes Freitas. Documentação histórica Moçambicana. Lisboa: Junta de investigação do Ultramar, 1973.
- LUZ, Francisco Paulo Mendes da (ed.). Livro das cidades, e fortalezas que a coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos, que nelas há, e da importância delles. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1952.
- MONTEZ, Caetano. Inventário do fundo do século XVIII. Arquivo Histórico de Moçambique. MOÇAMBIQUE DOCUMENTÁRIO TRIMESTRAL. Lourenço Marques, n.72, dez.1952.
- MOTA, A. Teixeira da. Cartografia antiga de Sofala. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1973.
- SANTOS, João dos. Etiópia Oriental. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. 2.v.
- PEREIRA, Duarte Pacheco. Esmeraldo de situ orbis. Lisboa : Academia Portuguesa de História, 1988.

## BIBLIOGRAFIA

- AAVV. O confronto do olhar. Lisboa : Editorial Caminho, 1991.
- ACTAS DOS 1º CURSOS INTERNACIONAIS DE VERÃO DE CASCAIS. Cascais : Câmara Municipal de Cascais, 1995.
- ACTAS DO SEMINÁRIO MOÇAMBIQUE: NAVEGAÇÕES, COMÉRCIO E TÉCNICAS. Lisboa : Comissão Nacional para a comemoração dos descobrimentos portugueses, 1998.
- ALBUQUERQUE, Luís de. O reino da estupidez e a Reforma Pombalina. Coimbra: Atlântica, 1975.
- \_\_\_\_\_. Ciência e experiência nos descobrimentos portugueses. Lisboa : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- \_\_\_\_\_. Dúvidas e certezas na História dos Descobrimentos. Lisboa : Vega, 1991.
- ALEXANDRE, Valentim. Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto : Afrontamento, 1993.
- ALMEIDA, Manuel Lopes de. Documentos da Reforma Pombalina. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1937. 2 v.
- \_\_\_\_\_. Subsídios para a história da Universidade de Coimbra e do seu corpo académico; 1701-1821. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1966.
- ANAIS DO MINISTÉRIO DE ULTRAMAR. Lisboa, v.9, tomo 1, 1954.
- ANDRADE, António Alberto de. (org.) Relações de Moçambique Setecentista. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.



- ANTUNES, Luís Frederico Dias. O bazar e a fortaleza em Moçambique: a comunidade baneane do Guzerate e a transformação do comércio afro-asiático (1686-1810). Tese de Doutoramento defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa, 2001. p. 345.
- ARAÚJO, Ana Cristina (org.). O Marquês de Pombal e a Universidade. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2000
- ARAÚJO, Ana Cristina. A cultura das Luzes em Portugal. Lisboa : Livros Horizonte, 2003
- ARAÚJO, Maria Benedita. O povoamento dos rios de Sofala. in: CLIO; Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa. v.5, 1984-85. pp.85-8.
- \_\_\_\_\_. O giro moçambicano: subsídio para a História de Moçambique (1498-1752). Coimbra : Universidade de Coimbra, 1992.
- AYRES, Cristovão. Para a história da Academia de Ciências de Lisboa. Coimbra: Imprensa Universitária, 1927.
- AZEVEDO, João Lúcio. O Marquês de Pombal e sua época. Lisboa: Clássica, 1990.
- BARTHES, Roland. O prazer do texto. Lisboa : Edições 70, 1980.
- BATELLI, Guido. Domenico Vandelli e il Giardino Botanico de Coimbra. Coimbra: Oficina Coimbra Editora, 1929 (Separta de Biblos, 5).
- BAUMER, Franklin. O pensamento europeu moderno: séculos XVII e XVIII. Lisboa : Edições 70, 1990.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Autoridade e conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 1979.
- BERNSTEIN, Richard J. (org.) Habermas y la modernidad. Madrid : Ediciones Catedra, 1991.
- BOLETIM DA SOCIEDADE DE ESTUDOS DA COLONIA DE MOÇAMBIQUE. Lourenço Marques, n.1-5. dez.1931-out.1932.
- BOTELHO, J. J. Teixeira. História militar e política dos portugueses em Moçambique. Lourenço Marques: Governo-Geral de Moçambique, 1934.
- BOTELHO, Sebastião Xavier. Memória estatística sobre os domínios portugueses na África Oriental. Lisboa : Typographia J. B. Morando, 1835.
- BOXER, C. R. & AZEVEDO, Carlos de. A fortaleza de Jesus e os portugueses em Mombaça, 1593-1729. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.
- BOXER, C. R. Portuguese society in the tropics; the municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1500-1800. Madison and Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1965.
- \_\_\_\_\_. Some second thoughts on indo-portuguese historiography. in: CORREIA-AFONSO, John. (ed.) Indo-Portuguese history; sources & problems. Bombay: Oxford University Press, 1981. pp.132-47.
- \_\_\_\_\_. O Império Colonial Português. 1415-1825. . Lisboa: Edições 70, 2001.
- \_\_\_\_\_. Relações raciais no Império Colonial Português. 1415-1825. Porto: Afrontamento, 1977.
- BRAGA, Teófilo. História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1898. 3 v.

- CAMPOS, Roberto Apresentação às Obras Econômicas de William Petty. In: Petty e Quesnay. São Paulo : Nova Cultural, 1996.
- CAPELA, José. O escravismo colonial em Moçambique. Porto : Afrontamento, 1993.
- CAPELA, José. Donas, Senhores e Escravos. Porto : Afrontamento, 1995.
- \_\_\_\_\_ & MEDEIROS, Eduardo. O tráfico de escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902. Maputo : Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1987.
- CARDOSO, José Luiz. O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII . 1780-1808. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- CARREIRA, António. As companhias pombalinas. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- CARRÈRE, J. B. F. Panorama de Lisboa no ano de 1796. Lisboa : Ed. Biblioteca Nacional, 1989.
- CARVALHO, J. A. Simões de. Memória histórica da Faculdade de Philosophia. Coimbra: Universidade, 1872.
- CARVALHO, Laerte R. de. As Reformas Pombalinas da instrução pública. São Paulo: Saraiva, 1978.
- \_\_\_\_\_. História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra. 1772-1790. Coimbra: Universidade, 1978.
- CARVALHO, Joaquim de. Correspondência científica dirigida a João Jacinto de Magalhães. In: Revista da Faculdade de Ciências, Coimbra, vol XX, 1951.
- CARVALHO, Rómulo de. História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa. Coimbra : Atlântida Livraria Editorial, 1959.
- CASTRO, Armando. A política econômica do Marquês de Pombal e a sociedade portuguesa do século XVIII. in: REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDÉIAS, v.4,Tomo I, 1982. p.41-9.
- CHARTIER, Roger. A história cultural; entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. Les origines culturelles de la Révolution Française. Paris : Éditions du Seuil, 1990.
- CORREIA, Gaspar. Lendas da Índia. Porto : Lello & Irmão Editores, 1975
- COSTA, A. M. Amorim da. Domingos Vandelli e a Filosofia Natural na Universidade de Coimbra. Memórias e Notícias, 106 (1988): 33-61.
- CRISTÓVÃO, Fernando. A literatura de viagens e o contributo árabe. In: Actas dos 1º Cursos Internacionais de Verão de Cascais. Cascais : Câmara Municipal de Cascais, 1995.
- CROSBY, Alfred W. A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Curitiba, 2004. Tese de doutorado defendida na UFPr.
- CUNHA, Lygia da F. F. Notícia Histórica. In: OFICINA TIPOGRÁFICA, CALCÓGRAFICA E LITERÁRIA DO ARCO DO CEGO. Estampas. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.
- CURTIN, Philip D. The image of Africa: british ideas and action, 1780-1850. London : MacMillan, 1965.
- DAVIS, David Brion. O problema da escravidão na cultura ocidental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- DIAS, Jill Rosemary. Nas vésperas do mundo moderno: África. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle (org.). História da mulheres no Ocidente: a Idade Média. Porto : Afrontamento, 1993.
- ESTUDOS DE HISTÓRIA DA GEOGRAFIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA. Anais, vol IX, Tomo I. Lisboa : Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar, 1954.
- FALCON, Francisco. A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo : Ática, 1982.
- FERRAZ, Márcia Helena Mendes. As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1822); o texto conflituoso da química. São Paulo: Educ, 1997.
- FERRÃO, António. A Academia das Ciências de Lisboa e o movimento filosófico, científico e literário da segunda metade do século XVIII; a fundação desse instituto e a primeira fase da sua existência. Coimbra: Imprensa de Universidade, 1923.
- \_\_\_\_\_. Os estudos de erudição em Portugal nos fins do século XVIII. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.
- \_\_\_\_\_. Os estudos históricos na Academia de Ciências. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.
- \_\_\_\_\_. O segundo Duque de Lafões e o Marquês de pombal, subsídios para a biografia do fundador da Academia das Ciências. Lisboa: Academia das Ciências, 1935.
- FERREIRA, M. P. V. et alii. História e desenvolvimento da ciência em Portugal. Lisboa: Imprensa da Academia, 1986. 2 v
- FONSECA, Fernando Taveira. A Universidade de Coimbra (1700-1771); estudo social e econômico. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1995.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro : Graal, 1982.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.
- FRANÇA, José Augusto. Une ville des lumières. La Lisbonne de Pombal. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1988.
- FREITAS, D. Gaspar de. Os paulistas na Universidade de Coimbra. Coimbra: s. ed., 1959.
- FURTADO, Júnia Ferreira (org.). Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2001.
- GAMITO, António Cândido Pedroso. Escravidão na África Oriental. In: Archivo Pittoresco (2), Lisboa, 1859.
- GAUER, Ruth Maria Chittó. A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.
- GINSBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1991.
- GODINHO, Vitorino, Magalhães. Os descobrimentos e a economia mundial. Lisboa : Editorial Presença, 1984.
- GORANI, Giuseppe. Portugal. A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767. Lisboa : Ed. Lisóptima, 1989.

- HABERMAS, Jürgen. L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise. Paris : Payot, 1993.
- HANKINS, Thomas L. Science and enlightenment. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987.
- HAZARD, Paul. O pensamento europeu no século XVIII. Lisboa: Editorial Presença, 1983.
- HESPAÑA. António Manuel (org.). Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- HISTÓRIA DE PORTUGAL: O ANTIGO REGIME (1620-1807). Lisboa : Editorial Estampa, 1998.
- HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL ATÉ AO SÉCULO XX. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1986. 2 v.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História Geral da Civilização Brasileira – A época colonial: administração, economia, sociedade. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1993.
- \_\_\_\_\_. Visão do paraíso. Rio de Janeiro : Livraria José Olympio, 1959.
- HOPPE, Fritz. A África Oriental Portuguesa no tempo do marquês de Pombal, 1750-1777. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.
- ILHA DE MOÇAMBIQUE EM PERIGO DE DESAPARECIMENTO; uma perspectiva histórica, um olhar para o futuro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- INGRAM, David. Habermas e a dialética da razão. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- ISAACMAN, Allen F. Mozambique – the africanization of an European institution 1750-1902. Madison : University of Wisconsin Press, 1972.
- JANEIRA, Ana L. Jardins do saber e do prazer. Lisboa: Salamandra, s. ed.
- \_\_\_\_\_. Modalizações do saber no século XVIII; distribuições epistêmicas nos espaços portugueses antes da fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa. 1779. Actas do Colóquio Internacional. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.
- \_\_\_\_\_. Sistemas epistêmicos e ciências; do Noviciado da Cotovia à Faculdade de Ciências de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.
- LE GOFF, Jacques. A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LE GOFF, Jacques. Para um novo conceito de Idade Média. Lisboa : Estampa, 1980.
- LE MOS, Francisco de. Relação Geral do Estado da Universidade (1777). Coimbra: Universidade, 1980.
- LISBOA, João Luís. Mots (dits) écrits. Formes et valeurs de la diffusion des idées au XVIII siècle, au Portugal Florença : Institut Européen de Florence, 1998. Tese de doutorado.
- LOBATO, Alexandre. Evolução administrativa e económica de Moçambique. 1752-1763. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1957.
- \_\_\_\_\_. Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1962.
- \_\_\_\_\_. A expansão portuguesa em Moçambique; 1498 a 1530. Lisboa: Cento de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. 3.v.

- \_\_\_\_\_. A ditadura do primeiro Governador Geral em 1753. In Boletim da sociedade de Estudos de Moçambique. Lourenço Marques, ano 29, n.125, nov.-dez.1960.
- LOBO, Almiro Jorge Lourenço. A escrita do real na “exacta descrição” de Caetano Xavier, na “verdadeira relação” de Francisco de Sá e na “representação” dos baneanes. Lisboa : Universidade de Lisboa, 1996. Dissertação de mestrado em Literaturas Brasileira e Africanas de Língua portuguesa.
- \_\_\_\_\_. A emergência do literário na “Relação do estado presente de Moçambique, Sena, Sofala, Inhambane, e todo o continente de África Oriental”, de Ignacio Caetano Xavier (1758). In: Actas do Seminário Moçambique: navegações, comércio e técnicas. Lisboa : Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998.
- LOVEJOY, Paul. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.
- MACEDO, Jorge Borges de. A situação económica no tempo de Pombal. Lisboa: Moraes Editores, 1982.
- \_\_\_\_\_. Problemas da indústria portuguesa no século XVIII. Lisboa : Associação Industrial Portuguesa, 1963. MACEDO, Jorge Borges de. “Estrangeirados”, um conceito a rever. In: Bracara Augusta, vol XXVIII – fasc. 65-66, 1974.
- MANNING, Patrick. Slavery and African Life: Occidental, Oriental, and African Slave Trades. Cambridge : Cambridge University Press, 1990.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro. Guia de História dos descobrimentos e expansão portuguesa. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1988. 2.ed.
- MARQUÊS DE POMBAL: CATÁLOGO BIBLIOGRÁFICO E ICONOGRÁFICO. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1982.
- MASON, Peter. Deconstructing America: representations of Other. London & New York : Routledge, 1990.
- MATOS, Padre Alexandre Valente. Dicionário português-macua. Lisboa : Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.
- MAZZOLENI, Gilberto. O planeta cultural; para uma antropologia histórica. São Paulo: Edusp, 1992.
- MEMÓRIAS ECONÔMICAS DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 1789-1815. Lisboa : Banco de Portugal, 1990.
- MENDES, Antonio Rosa. O naturalista Domingos Vandelli; novos elementos para sua biografia. CLIO. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, n5, 1984-85. p.99-105.
- MONCADA, Luís Cabral de Oliveira. Estudos de história do direito. Coimbra : Universidade de Coimbra, 1948.
- MORAIS, Francisco de. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, v.62, 1940. p.137-335.
- MUNTEAL Filho, Oswaldo. Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo regime colonial. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1993. (Dissertação de mestrado).
- NEVES, Carlos Agostinho das. São Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa; Instituto de História de Além-Mar, 1989.
- NEWITT, Malyn. História de Moçambique. Lisboa : Publicações Europa-América, 1997.

- \_\_\_\_\_. Portugal in Africa. London : C. Hurst & Co., 1981.
- \_\_\_\_\_. Portuguese settlement on the Zambezi. London : Longman, 1973.
- NORONHA, Eduardo de. Baltazar Pereira do Lago; o marquês de Pombal de Moçambique. CADERNOS COLONIAIS, n.23, 1939. p.1-37.
- NOVAES, Adauto (org.). O desejo. São Paulo : Cia. Das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. A descoberta do homem e do mundo. São Paulo : Cia. das Letras, 1998.
- NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. 1777-1808. São Paulo: Hucitec, 1979.
- \_\_\_\_\_. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. in: Revista Brasileira de História nº 7, 1984, p.105-18.
- PEREIRA, Magnus. R. M. Brasileiros a serviço do Império; a África vista por naturais do Brasil, no século XVIII. REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA. Coimbra, tomo 33, 1999.pp.153-90.
- \_\_\_\_\_. A forma e o poder; duas agendas da cidade de origem portuguesa, nas eras Medieval e Moderna. Curitiba : UFPR, 1998. (Tese de doutorado defendida nos Cursos de Pós-graduação em História)
- POMBAL REVISITADO. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. 2.v.
- PRATA, A. Pires. Dicionário macua-português. Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990.
- PRATT, Mary Louise. Os olhos do império; relatos de viagem e transculturação. São Paulo: Edusc, 1999.
- PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. In: Estudos Históricos, vol 4, nº 8. Rio de Janeiro : FGV, 1991.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira. Sob o signo das "Luzes". Lisboa: Imprensa nacional, Casa da Moeda, 1936.
- REGO, António da Silva. História das missões do Padroado Português do Oriente. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1942.
- REGO, António da Silva. O ultramar português no século XVIII. Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1970.
- REVEL, Jacques. A invenção da sociedade. Lisboa : Difel, 1989.
- REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS, nº 12-13, jan.-dez.1990.
- RIBEIRO, José Silvestre. História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos do Portugal. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1871-1893. 18v.
- RITA-FERREIRA, A. Moçambique e os naturais da Índia Portuguesa. in: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA INDO-PORTUGUESA; Actas. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985. pp.615-48.
- RODRIGUES, M. A. (org.) Memoria professorum universitatis conimbrensis. 1772-1937. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992. v.2.
- ROSSI, Paolo. Naufrágios sem espectador: a idéia de progresso. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- RUDÉ, Georges. A Europa no século XVIII: a aristocracia e o desafio burguês. Lisboa: Gradiva, 1988.
- SAHLINS, Marshall. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

- \_\_\_\_\_. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SALOMON-BAYET, Claire. L'institution d'une science et l'expérience du vivant. Paris: Flammarion, 1978.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África. Lisboa : Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga – Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.
- SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Para viverem juntos em povoações bem estabelecidas: um estudo sobre a política urbanística pombalina. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal do Paraná, 1999.
- SÉRGIO, António. Breve interpretação da História de Portugal. Lisboa : Clássicos Sá da Costa, 1972.
- SERNA, Gaspar Gómez de la. Los viajeros de la ilustración. Madrid: Alianza Editorial, 1974.
- SILVA, José Rui de Oliveira Pegado e. A primeira carta orgânica de Moçambique. 1761. Lisboa: Tese de licenciatura apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa, 1957.
- SILVA DIAS, José Sebastião da. Pombalismo e teoria política. Cultura: História e Filosofia. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol 1, 1982.
- SILVA DIAS, José Sebastião da. Pombalismo e projecto político. Cultura: História e Filosofia. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol 3, 1984.
- SILVA, F. Inocêncio da. Dicionario bibliographico portuguez. Estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859-1894. 22v.
- SIMON, Willian Joel. Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories. 1783-1808. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.
- SOARES, Teixeira. O marquês de Pombal. Brasília: Editora UNB, 1983.
- STAROBINSKI, Jean. L'oeil vivant. Paris : Éditions Gallimard, 1970.
- \_\_\_\_\_. Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo. São Paulo : Cia. Das Letras, 1991.
- TEIXEIRA, Ivan. Mecenato pombalino e poesia neoclássica. São Paulo : Edusp, 1999.
- THOMAS, Keith. O homem e mundo natural. São Paulo: Cia. da Letras, 1989.
- THORNTON, John K. & MILLER, Joseph C. A crónica como fonte, história e hagiografia; o Catálogo dos Governadores de Angola. REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS, n.12-13, jan.-dez.1990.
- TIAINEN-ANTILLA, Kaija. The problem of humanity: the blacks in European Enlightenment. Helsinki : Suomen Historiallinen Seura, 1984.
- TODOROV, Tzvetan. As morais da história. Lisboa : Europa-América, 1992.
- \_\_\_\_\_. Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1993.
- TOVAR, Joaquín Rubio. Libros españoles de viajes medievales. Madrid : Taurus Ediciones, 1987.
- TRACEY, Hugh. António Fernandes – descobridor do Monomotapa 1514-1515. Lourenço Marques, 1940.
- VELHO, Álvaro. Diário da viagem de Vasco da Gama. Porto : Civilização, 1945.

VOVELLE, Michel, (org.) . O homem do iluminismo. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

YOLTON, John W. Dicionário Locke. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1996.



## **ANEXOS**

## PEQUENO GLOSSÁRIO

**Abada:** rinoceronte.

**Baneanes:** comerciantes indianos, especialmente hindus da região do Guzarate.

**Bares:** locais de exploração mineira, onde se faziam também, por vezes, trocas comerciais.

**Cauri:** concha de molusco ou búzio, que servia de moeda em alguns países do Oriente. Em Bengala era usado como adorno e como moeda miúda.

**Chuambo:** local rudimentarmente fortificado onde residia o sertanejo (senhor do prazo), rodeado de sua escravaria, com armazéns de comércio.

**Cochos:** canoas feitas em troncos inteiriços escavados.

**Curva:** tributo.

**Fato:** fazenda, em geral, pano de algodão.

**Fumo:** autoridade negra regional, com prerrogativas de soberania.

**Maná:** suco doce resinoso de planta, com propriedades purgativas.

**Manchilas:** também conhecidas por maxiras; eram panos grosseiros de algodão muito utilizados para vestuário e ainda como processo de transporte. Era um produto artesanal muito comum em toda Zambézia.

**Massambazes:** escravos fiéis, que faziam expedições comerciais de longa distância pelos sertões, por conta de um mercador.

**Metical:** peso para matérias preciosas, comumente ouro, equivalente a 24 quilates ou 96 grãos.

**Milando:** pleito, demanda “judicial”.

**Morador:** residente não africano em território português.

**Pangaio:** pequeno barco em madeira muito usado pelos suahílis em viagens curtas.

**Panja:** medida com capacidade pouco superior a 5 litros.

**Patamares:** mensageiros negros que viajavam pelas terras do interior.

**Saguete:** do árabe xaguete, presente, dádiva. Na realidade, muitas vezes, assumia a forma de tributo.

**Sultão:** título usual de soberania entre os chefes muçulmanos. Traduzido pelos portugueses como “rei”.

**Velório:** missangas, contas.

**Xequê:** “ancião”, mas frequentemente refere-se ao chefe ou governador de comunidade muçulmana. Autoridade máxima das comunidades suahílis.

**Zambuco:** (sambuqs ou mtepe) embarcações mercantis usadas no Oceano Índico, com capacidade para cerca de 50 toneladas, feitas de pranchas unidas por estopa e fibra vegetal, sem usar pregadura.

**Zanj:** palavra árabe que significa “não árabe”, e por extensão, negro africano (banto).

## LISTAGEM DOS GOVERNADORES DE MOÇAMBIQUE

(1752-1821)<sup>425</sup>

- 1752 - Francisco de Melo e Castro.  
 1757 - João Manuel de Mello.  
     Manuel António de Melo.  
     David Marques Pereira (interino).  
 1759 - Pedro de Saldanha e Albuquerque.  
 1761 - Calisto Rangel (morreu durante a viagem).  
 1762 - João Pereira da Silva Barba.  
 1765 – Baltasar Manuel Pereira do Lago.  
     José Vasconcelos de Almeida.  
     Vicente Caetano da Maia (interino).  
 1779 – Capitão Francisco da Costa.  
     Diogo Guerreiro de Aboim.  
     Fr. Victorino de São José.  
     Tenente Coronel Vicente Caetano da Maia.  
     Fr. José de Vasconcelos de Almeida.  
 1781 – Vicente Caetano da Maia.  
 1782 – Pedro de Saldanha e Albuquerque.  
 1783 – Bispo de Pentacomia.  
     Ouvidor António José Morais Durão.  
     Vicente Caetano da Maia.  
 1786 – António Manuel de Mello e Castro.  
 1793 – D. Diogo de Souza.  
 1801 – Isidro de Almeida Souza e Sá.  
 1805 – Francisco de Paula Amaral Cardoso.  
 1807 – Bispo de Olba.  
     Ouvidor Agostinho Delgado Pinto.  
     Coronel Elias José Pereira Ramos.  
 1809 – António Manuel de Mello Mendonça.  
 1812 – Marcos Caetano de Abreu e Menezes.  
 1817 – José Francisco de Paula Cavalcanti.  
 1818 – Fr. José Nicolau Pegado.  
     Brigadeiro Francisco Carlos Lacé.  
     Juiz Amaro Guedes da Silva.

---

<sup>425</sup> Catálogo dos Governadores de Sofala e Moçambique, in Panorama vol 15 (48).  
 Lisboa : s/ed, 1858.

1819 – João da Costa Brito Sanches.

1821 – Bispo de São Tomé.

Brigadeiro João Vicente de Cardinas.

Joaquim António Ribeiro.

Francisco de Paula.

Baltasar Manuel de Souza Brito.

Tenente General João Manuel da Silva.

Bispo Prelado de Moçambique.

Brigadeiro João Vicente de Cardinas.

Capitão-Mor António Alvares de Macedo.

Juiz Dionisio Ignácio de Lemos.

Tenente Coronel António Lourenço de Souza.

**“*RELAÇÃO DO ESTADO PRESENTE DE  
MOÇAMBIQUE, SENNA, SOFALA, MHAMBANE, E  
TODO O CONTINENTE DE ÁFRICA ORIENTAL*”  
*DE IGNACIO CAETANO XAVIER*<sup>426</sup>**

[Capa] Noticias dos Dominios

Portuguezes na Costa de Africa  
oriental.

Copiadas na Secretaria de  
Estado,

dos Negocios da Marinha;  
e extraidas

Nas Praças de Senna,  
e

Mossambique em -  
1758, e 1762.

[f. 1] Senhor General,

e

Governador

Manda-me V.S.<sup>a</sup> fazer huã relação do estado presente de Moçambique, Senna, Sofálla, Inhambane, e todo o Cont.<sup>e</sup> de Africa Oriental, que Sua Magestade Fidelissima domina nesta Costa, que Conste do estabelecimento dos habitantes, ou moradores, das Condições dos na- [f. 1v] naturaes do Com.<sup>co</sup> dos portos, das producções do Paiz, das rendas Reaes, do dispendio da fazenda, das fortificações, que tem, das forças dos Potentados Confinantes, das MiSsoes desta Seara, e de tudo o mais, que pertence a huã exacta discripção de todo este Vasto

---

<sup>426</sup> Originais pertencentes a: Biblioteca Nacional de Lisboa. Cópia pertencente ao Prof. José Roberto Braga Portella. Transcrito por Rosângela Maria Ferreira dos Santos, pesquisadora do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses CEDOPE/UFPR, em outubro de 2005.

Paiz; e finalmente do meio, porque Se pode ConSeguir hum perduravel augmento de todo este Estado.

Muitos dezejão acertar, ou quaze todos nas Suas operações, e poucos ConSeguem esta felicidade, Sendo ainda Sogeitos de Superiores talentoz, em mim q.' ao paSso, q.' falta este, me Sobeja o conhecimento daquelle Sentenciozo axioma, e q.' a Sua Certeza devia Servirme de desconfiança [f. 2] desconfiança do Logro daquelle deligencia me estimûlla a intentar esta difficil empreza, attento á obediencia, q.' devo a V.S.<sup>a</sup>, principalmente Sabendo q.' o Seo objecto Se derige ao ServiSso de Sua Magestade; e como este motivo Só bastava para atropellar todas as objeccões da minha incapacidade, na occorrença de Se offerer tambem a do bem publico, em Cujas ideias V.S.<sup>a</sup> tanto Se applica, ficando por todos estes respeitos desculpada a minha ouzadia, descrevo a Relação, que V.S.<sup>a</sup> me determina, desta maneira.

Jas a Ilha de Moçambique em 15. grãos, e tres minutos na latitude do Sol, a 62., e 20. de longitude. Para demonstração viSoal, e para melhor percepção tanto da referida Ilha, como de todas as terras Sogeitas a este Generalato, manda-me [f. 2v] manda-me V.S.<sup>a</sup> fazer hum Mappa; tanto para o governo de V.S.<sup>a</sup>, como para pôr na prezença de El-Rey Nosso Senhor, por Saber q.' já em outro tempo o tinha eu feito por determinação do Snor' Marques de Alorna, e ordem de Francisco de Mello, e castro no tempo do Seo Governo de Senna; e Se então incluy no q.' fis So o Contn.<sup>te</sup> dos Rios de Senna, no que agora executey Com mais experiencia do q.' neste tempo, tenho inexaurido todas as terras, que há desde o Cabo Delgado até a B.<sup>a</sup> de Lourenço Marquez, tanto as do dominio Portuguez, como do de todos os Reynantes dos Seos largos Certõez.

O estado em q.' Se achão todas estas terras he totalmente decadente por falta de huã radical Cultura de q.' neceSsitão em todo o Sentido, e igualmente a fazenda Real, e os diferentes meios q.' Se tem applicado para o Seo [f. 3] augmento, a tem Conduzido á Sua maior ruina, como fallarei em Seo Lugar. O estabelecimento dos moradores desta Ilha, das terras firmes, e de todas as Sogeitas á Coroa, fallando em geral, posso dizer, Sem faltar á verdade, q.' mais parecem feras, do q.' homés, por Serem opositos á vida Civil, e Sogeição politica,

omittindo fallar na Religião; porque tendo nome de Christãos; parece q.' ainda estão por escolher Ley: Fallo agora por partes.

Hé o primeiro estudo destes homens o Contrato dos Mujávos, dos q.' vivem em Mocambique, e dos de outras partes, algum Com.<sup>co</sup> de Ouro, marfim, e outros generos, em q.' mais fazem trabalhar os Seos Cafres, do que Cuidarem elles nestas dependencias por pura perguiça, q.' parece, q.' a herdão dos naturaes do Paiz; e pela mesma razão, cuidão muito pouco nas lavouras das terras, e culturas dos palmares, q.' aqui podião Ser mais, e muito mais rendozos q.' os da India pela bondade da terra.

A [f. 3v] A Segunda applicação destes moradores he o procurar todos os meios de ver Como hão de embaraçar ao governo, e dominalo Sobremaneira; e Se este em razão do Seo peSsoal respeito, e por maximas, q.' estuda para os ter Subjugados, e Sujeitos á razão, escapa de Ser Compreendido nos effeitos deste seo primeiro intento, não escapa da aleivozia, com que, mancómunados o encravem na Sua residencia; Sendo Certo que desta 2.<sup>a</sup> avenida nenhum escapa; porq.' dão hum juramento falso Com a mesma facilidade, com que Costumão ordir a cada paSso huã tramoya para desordenar as acções de quem governa; Sendo indubitavel q.' Se Succede haver em huã destas Povoações 20. moradores, Cada hum delles tem 19. moradores inimigos; porem todos o São do Governador.

Tão envelhecido he este Costume nelles, q.' ainda os primeiros moradores Portuguezes, por não quererem viver dominados de hum Governo, e Sugeitarem-se ás Jus- [f. 4] Justiças, nunca quizerão estar fichados em lugares, nem ConSentirão Se fizeSsem Praças, ou Se muraSsem as Povoações; para assim á redea Solta poderem Continuar as Suas atrocidades, q.', morando dispersos em lugares abertos, não era facil atalhalas o Governo, e conhecer dellas a Justiça, Como até gora[?] Succede.

Esta Vida dissoluta, e Sem Subordinação, q.' elles tiverão por liberdade, e tem aos q.' de presente habitão as<sup>1</sup> terras<sup>3</sup> ditas<sup>2</sup>, por<sup>4</sup> felicidade<sup>5</sup>, tem Concorrido antes, e Conduz agora para a Sua total ruina; porq.' apenas Se achão em Moçambique 4. moradores, q.' poSsão ter nome de ricos, e da mesma maneira nos rios de Senna, Sofálla, Inhambane, e Ilhas de Quirimba.



Chega ainda mais ávante a inSolencia destes moradores, Sendo q.' os de Moçambique São mais pacatos, na extenção, Sendo na intenção peiores; porq.' depois de atropellados os respeitos humanoz, tambem Se tem atrevido muitas Vezes a perderem o decoro ás Cazas de [f. 4v] de Deos Com Sacrilegos inSultos de<sup>1</sup> e mortes<sup>5</sup>, feridas<sup>4</sup>, bulhas<sup>2 3</sup> &.<sup>a 6</sup> Chegando o extremo da Sua barbara Cegueira a cometer os mesmos desacatos diante do Sacramento exposto, Como Succedeo há poucos annos na Igreja dos Dominicos em Senna, q.' hoje está reduzida a cinzas.

E este parece q.' he o motivo, porq.' tem sido Castigados, e o São repetidas vezes do Ceo, pois por meio dos Cafres, q.' dominavão, e podião dominar, tem sido Constrangida a Sua orgulhoza vaidade; pois alem de terem perdido em muitas occaziões o Credito, vidas, e fazendas, perderão duas as mais ricas povoações de MaSsafrá[?], e MaSsecha, que poSsuião, q.' erão Chaves do Com.<sup>co</sup> do Changamira, e ainda os Seos filhos Servem de escravos ao dito Rey, e estes talvez São os noSsos maiores inimigos na Guerra, e na Paz; mas aSSim havia de Ser; porq.' huã iniquidade chama outra peor.

Estas perniciozas desordens, q.' devião, e puderão emen- [f. 5] emendar, ou obviar os Missionarios, q.' São mandados a dillatar o Evangelho nestas partes, applicão todo o Seo Cuidado em materias totalmente opostas á virtude, fomentando vinganças, odios, discordias, ambição, Sensualidade, e outros disturbios: Estes São tolerados do Prelado DioceSano, por Ser do mesmo habito, ou por outra analogia, q.' não percebo; e Se o Governo Se queixa aos Prelados, estes de ordinario não pugnão por aquelles factos, e Se algum o faz, Cahe a escolha em outros Sugeitos tão bons, como os primeiros, e tudo disfarça o intereSse, q.' fazem os mesmos Prelados á Custa dos referidos Sugeitos, e huã, e outra Coiza Cobre a Capa da religião. Os Sugeitos dados a P.<sup>s</sup>P.<sup>s</sup> da Companhia, que não tem aqui MiSSão; dão admiSSão não Só ás relatadas maldades, mas ainda a peiores relaxações; e rematando Com tudo, e por tudo a ferro, e fogo Com grande poder de Cafraria, q.' as Suas Cazas tem, e riqueza, de q.' abundão; porq.' o negocio publico he o Seo emprego.

Não [f. 5v] Não poSso paSsar adiante Com eStá relação Sem pedir a V.S.<sup>a</sup> internecidamente q.' faça com q.' não tenha noticia deste Capitulo qualq.<sup>r</sup> P.<sup>e</sup> da Comp.<sup>a</sup>, porq.' aSsim experimentarei maior ruina, do q.' a q.' já tive, Sugerida de hum destes Padres, Só porque inteirei, a quem devia o dóllo de huãs balanças, porq.' Se pezava Marfim nesta fazenda de 60. annos a esta parte, em que Sua Magestade era prejudicado em 5., ou 6\$. Cruzados Cada anno; e porq.' no tempo da eméda, e remedio, q.' pús a este descaminho era o de hum Feitor, e Seos parceaes amigos do tal P.<sup>e</sup>, me fes taes Couzas q.' ainda tremo dellas, e temo q.' me venha igual trovoada, Se Souber algum delles q.' fallo estas verdades a Seo respeito, ficando por este motivo no Seo L.<sup>o</sup> verde em Cumprimento das clauzulas da Sua Mónica Secreta, pela qual terey todos Contra mim e hé, o mesmo, q.' padecer inferno nesta Vida. Declaro q.' não hé minha intenção fallar nos Religiozos [f. 6] Religiozos, q.' destes tenho visto alguns por estas partes, ainda q.' por milagre; agora falarey nos naturaes.

São os deste Vasto Pais Cafres inimigos do trabalho, e Cultura, e não Se applicão a ella mais q.' a q.' apenas lhes baste para o Seo Sustento quotidiano, q.' he milho, e legumes, e por Conduto uzão de ordinario de Carne da Caça, q.' fazem aSsada, ou Cozida, Sem mais adubos, e Com igual tempero de bredos, quando aquella Não tem, e na falta de tudo, Se Contentão Com hum pouco de Sal.

De dous modos preparão a Comida de milho, mixoeira, e talvez arroz; huãs Vezes o fazem a modo de arros cozido, q.' chamão Inhafaca, e outras reduzindo-o a farinha Cozida, formão della pelouros, q.' chamão Sima. Tambem dos mesmos mantimentos fazem a Sua bebida, q.' chamão Badúa, ou Pombe, que Cá Se asemélha a birá no gosto; mas tem mais Consistencia. São de robusta estatura, e membrudo Corpo, de animo in- [f. 6v] inconstante, mudavel, facil, e puSilanimes, excepto os de alguãs Provincias, q.' São barbaramente belicozos. Destes tem o primeiro lugar os Munhães, q.' São como Janizaros, Soldados do Rey Monamotápa, e a estes igualão os de Soffálla, e tambem os Landins Bilas, que São Confint.<sup>es</sup> com as terras de Inhambane; porem a todos excedem os Borobzes, habitantes das terras do Changamira.

Hé o modo da peléja destes de peito a peito em Campo aberto; formão Sempre duas fillas, ou esquadrões, e da vanguarda honde fica o Segundo Cabo, Serve de Contender com o inimigo, e a Segunda, q.' he a retagd.<sup>a</sup> Se emprega de animar a primeira, refazella da gente morta, e principalmente de matar a todo, o q.' atraza o pé, ou foje. As armas, de q.' uzão São arcoz, frechas, azagaias, machados, punhaes, páos tostados, q.' chamão gorimondos, azagaias de arremeSso, e frechas de mão; e rodellas de Couro Crú, e estas uzão Só os Borobres. Na Guer- [f. 7] Guerra todos tem rustica ordem de formar o Campo, guardas avançadas, Sentinellas, e tem tambem o Seo methodo de pôr em batalha o exersito, em q.' fazem hú Corpo maior, q.' chamão Viatte, e dous nos lados, q.' chamão mulômo[?] a Cumba[?]; porem tanto os belicozos, como os pouco guerreiros temem tanto de huã Espingarda, ou qualquer Arma de fogo, q.' os q.' não São domesticos, julgão q.' a polvora he feitiço.

Os Vestidos São pelles de diverSos animaes, e tambem cascas de arvores, que as tem taes, q.' tem pouca diferença de panos, e Só os destintos vestem panos, Segundo a poSse de Cada hum, dando preferencia neste, e no mais trato as mulheres, q.' logrão Sempre respeito, e Sem o Seo parecer nada fazem.

As Suas habitações desde o Palacio athé a Choupana São de páos formadas, e Cobertas de palha.

São de espirito inconstante, e faceis a reduzilos a qualquer Religião; mas inclinados naturalmente á noSsa e Se os que tem obrigação de os Converter trabalhaSsem [f. 7v] trabalhaSsem nella; e lhes deSsem exemplo, principalmente Na Castidade, que devem Contra a SenSualidade, Sem duvida, Se ConSegueria delles aquella virtude, a que tanto repugna o Seo habito, q.' na continuação delle parece natureza; porq.' todo o Seo disvello ConSiste em procurar meios de terem mais mulheres, e as tem, quantas podem, os Reys de ordinario chegão a ter 1500., e mais.

As Suas fazendas São escravos p.<sup>a</sup> o ServiSso de Suas mundas, ou maxambas, q.' São Searas, vargeas, e gado grande, e pequeno. As joias São Compostas de miSsanga de diferentes Cores, e Sortes, e de mais estima, as que levão mistura de Coral meudo, e uzão tambem de alguãs de Calaim.

Estimão o ouro Só para negocio, e nelle São mais Sagazes os Mujávos com o Seo marfim, que São dentes, q.' Cada Elefante tem dous, q.' não matão, pela utilidade delles, mas por Conveniencia da Car- [f. 8] Carne deste animal, q.' he o manjar mais Saborozo para o Seo paladar.

Fazem Comercio de Seos proprios filhos, vendendo-os, e elles tambem Se Vendem muitas vezes, e este Será o misterio, porq.' em todos os Seos ideomas, q.' quaze todos desta Costa entendo, não Se articula palavra q.' diga = Amor =

Não há entre elles religião estabelecida, e vivem á ley da natureza, e de Sua Natureza. Adorão a hum Só Deos verdadeiro, q.' invocão por Mulungo, tendo-o por primeiro muttor de tudo, e não conhecem falsa deidade; adoração quaze de Latria dão a Seos defuntos, chamando-os Muzimos, a quem offerecem nas Suas festas, q.' há, q.' São quando bem lhes parece, e Sem ordem alguã, as suas comidas, e bebidas, pondo-as ao pé de alguã arvore dedicada para este ministerio, á qual respeitão, como couza Sagrada, e tambem as Sepulturas. Tem tambem muita veneração ao vento, cujo mottor dizem q.' he hum como deidade por nome ChiSsumpe. He crime abominavel entre elles o Ser Feiti- [f. 8v] Feiticeiro, e Sendo-o algum, o queimão; São muito Supersticiozos e Seguem tenasmente, de q.' não há morte natural, Senão por feitiço; as producções destes Paizes, falando em geral, São as Seguintes.

#### Das preciosas.

Ouro de difirentes quilates, prata de melhor toque q.' a de patacas de Hespanha, cobre, ferro, calaim, cristal, e alguãs vezes se tem achado azougue nas Minas de ouro, perolas, aljofares, e ambar.

#### Animaes Silvestres.

Elefantes, Bufras de mato, corças, veados, vacas de mato, cabras, Lebres de 3. qualidades, Cervos Javalis, porcos espins, burros, Unicornios, q.' São Abádas, Grambestas, monos, macacos, e outros muitos.

#### Animaes domesticos.

Vacas, cabras, carneiros, e de 5. quartos, porcos &.<sup>a</sup>

Aves Silvestres.

Hemas, Coroáνας, paSsaros feio, cangas, collólos, mombos, rolas de 3.  
Castas, perdizes de 2., galinhas, papagaios, pombos verdes, Codornizes.

Aves [f. 9] Aves Cantoras.

Huns como Rouxinoes, Chiricos, veuvas, bornudos, dominicos, bulbúles.

Domesticas.

Galinhas, patos, adens, perús, pombos &.<sup>a</sup>

Marinhas.

Patos Gregos de Crista, gangos, marrécas, Corvos, garças differentes,  
adens, patinhos, paSsaros de pelle, bicudos, que parecem Segonhas, Maçaricos.

Nocturnas.

Morcegos differentes, Curujas &.<sup>a</sup>

Animaes Marinhos.

Cavallos marinhos, Lagartos, Sereyaz.

Mantimentos.

Trigo, arroz, milho, mixoeira, milho zaburro, ervilhas, jugos, e mais de 18.  
especies de legumes differentes.

Frutoz.

Mangas, Gapávas, ananázes, Cocos, Laranjas doces, e azedas, Limões,  
jambos de Maláca, e toda a fruta, q.' há na Índia, excepto jácas, q.' esta terra não  
prodúz, e Se houveSse Cultura [f. 9v] Cultura, podião haver vinhas de todas as

Castas de uvas, porq.' as há no matto capazes de Se comerem, como o fazem os Cafres, e eu tambem as experimentey, ainda q.' deixão alguã aspereza na lingua.

#### Madeiras.

Evano, páo ferro, Sandalo bravo, muSsaro, mucurri, e muitos, a grandes mattos, em q.' Se achão boas, fortes, e grossas madeiras para toda a Sorte de obras, e Se achão Arvores tão grandes, q.' Se fazem dos Seos troncos embarcações inteiras do bojo de hum bom escaler com vara, e meia de comprimento a respeito da proporção. Nos mattos de Sofála por CaSualidade já tem achado Sandalo, e o teve João Ant.<sup>o</sup> de Siqueira, e aqui em Momçambique me deo hum pedaço de páo Aquila hum torneiro, por nome Nicoláo, q.' ja morreo, q.' o achou nos mattos, q.' me dão entre SavaSsava, e Quitangonha, tendo hido a eSse Sitio Cortar madeira.

Toda esta Costa he abundante de peixe, e falta de pescadores, e os q.' há São perguiçosos, e em todos os Rios de agoa doce, q.' São muitos nos Certões desta Costa, e infinitas Lagoas, q.' nelles há, Se achão muitos, e Saborozos pesca-[f. 10] pescados, e tambem Mariscos.

#### Falarei agora dos Portos em particular.

##### Ilhas do Cabo Delgado.

Estas Ilhas produzem para o Comercio Cauri, tartaruga, e manná; as q.' São chegadas ao Cabo Delgado, azeite, e alguãs vezes Se achão nellas Cócocos do mar, cuja prodigioza Virtude não ignorão os Medicos, e Pharmaceuticos; São faltas de agoa, excepto a de Quirimba, q.' a tem boa; São Capazes de produzir toda a Sorte de mantimento, havendo boa Cultura, por Ser o terreno pouco habil para ella, e ao presente Só algum milho dão; e feijão. As terras firmes, q.' os Cafres dominão São abundantes de milho, e legumes, e nellas Se faz algum Comercio de marfim, e escravos. Os naturaes destes lugares fazem esteiras Coriozas, tecidas de certa especie de ollas de differentes Cores.

Antigamente houve nellas moradores ricos, e quando não muitos, ao menos em cada Ilha, hum, e em alguãs dous; por todas ellas tem huã, ou duas

Cazas de pedra, e Cal, ainda q.' arruinadas; cujos vestigios testemunhão a Sua paSsada opulencia. Na Ilha Chamada Macoloê houve huã Fortaleza [f. 10v] Fortaleza quadrangular em forma de paralelogramo, quaze prolongado Com 4. baluartes de pedra, e Cal; parte da qual, que Cahe para a praia Com dous baluartes, q.' ainda estão Sem ruina, e a que olha para a terra, em muitas partes dimulida do tempo.

Estão as sobreditas Ilhas faltas de moradores, que a havelos, Serão mais ferteis, ainda q.' o chão de Sy não he pingue. A terra firme he de dominio dos Regulos, Macuas, como Se vé no Mappa.

Toda a Costa, q.' Corre das referidas Ilhas para a de Moçambique he abundante de milho, e legumes, de galinhas, cabras, caça, inhames, frutos agrestes, e outros viveres, e em toda ella Se pode Cómutar marfim, e escravos, como Se faz por roupas, e pouco vellorio, e eSse bem groSso, e branco, porem não há noticia, q.' haja em todo este territorio, e no vasto de beira mar, q.' continúa, até a b.<sup>a</sup> de Santo Agostinho, ouro, ou outro qualquer metal, e Só se diz, q.' na Serra, q.' chamão meza fronteira a Moçambique, e q.' faz espaldas ás terras firmes das Cabacr.<sup>as</sup>, e Mossiríte em boa distancia, dizem os Naturaez, q.' há ouro, e q.' há muitos annos, q.' os moradores desta Ilha entrarão [f. 11] entrarão na deligencia de o extrahir das Suas Minnas, e q.', por não quererem preSistir neste trabalho, deSistirão delle.

Os Mussucúmas Cafres, q.' tem a mesma vida, e trafego dos Siganos na Europa, q.' trazem algum ouro a vender aqui, affirmão q.' em toda a Macúana, e Mujáva não Se acha Signal de ouro, ou os Seos habitantes por falta de Conhecimento, e estimação deste metal, Se não applicão ao trabalho de o buscar, e tambem pode Ser q.' Seja por algum agouro; porq.' propendem muito os Cafres á Crença de rediculos preSagios, e Sou test.<sup>a</sup> de Vista de q.' nestas partes não achey Signal de Ouro, como Se achão em outros lugares, honde há Minas, como Se pode ver no meo Mappa.

A descripção desta Ilha de Moçambique, por Ser tam Sabida, não o repito, e So falarei nos Regulos confinantes, e nas terras, q.' São Sujeitas á Coroa, q.' o Mappa demonstra. São ellas de pequeno Continente, e não dão utilid.<sup>e</sup> á fazenda, e

aos moradores, estando cheias de gente, e mais antes Servem de azylo aos escravos fugidos. Os Regulos, que circundão a noSsa jurisdicção tambem estão tão abSolutos, q.' para manter huã paz paliada, como he neceSsario uzala entre estes barbaros, Custa [f. 11v] Custa muito aos Governos, e querendo o General Francisco de Mello de Castro Castigar os inSultos, q.' delles experimentão estes moradores, ajuntando o melhor das Tropas, q.' vierão para guarnição desta Praça no anno de 1753. os Payzanos, e Mouros naturaes, mandou fazer huã entrada nas terras do Regulo Moirimúno ~~dentro de Suas terras~~, por este Ser o mais orgulhozo entre os mais, e quando Se esperavão maravilhas desta expedição, porque a meo ver, Levava poder para aSsollar não Só a estes Regulos, mas ainda todos os Reys deste Emporio, Se malogrou a occazião, e dia de marcha pela desordem do Cabo, que por Ser morador Veterano na terra, e Se fazer Conceito delle, tinha Sido elleito para esta função, Sendo o primeiro q.' fugira, desamparando o Corpo da Sua Command.<sup>ca</sup> e os Militares, q.' miSeravelmente morrerão por Cauza de huã total desordem.

Principiou esta na aleivozia, com q.' Diogo Minz' hum homem desalmado, e bebado matou a tiro de huã espingarda ao Mouro Xeque de Sanuil[?], homem, q.' lograva entre todos os Naturaes hum respeito grande de destimido, e astuto Nas Guerras Cafriaes.

A [f. 12] A dependencia, q.' temos destes Regulos he de boa vizinhança, e Comercio de algum Marfim, escravos, mantimentos, viveres, e Sobretudo a de paSsagem franca aos Mujavos, q.' não podem vir á praia Com o Seo Marfim, Sem paSsarem pellas terras delles; e porq.' o anno paSsado estiverão os Macúas com os Mujávos discordados, não puderão estes Vir ás noSsas terras, e por este respeito experimentou esta terra, e por ConSequencia a fazenda de Sua Magestade, irremediavel prejuizo, respectivo aos direitos das Alfandegas, como ao velorio do Estanque, q.' não Se vendeo, porque a este dão conSumo pela Maior parte; pois trazem ao menos 400., ou 500. bahares de Marfim por anno pouco mais, ou Menos. Este Contrato antigamente Se repartia parte a Mombaça, e parte para esta Ilha, e depois que aquella Se perdeo, todo Se encaminha para esta Praça.



Lembra-me fazer huã advertencia, q.' o Inglez tem algum intento de Senhorear Mombaça para Se utilizar dos intereSses dos Mujavos, q.' por aquella parte ficão vizinhos a Mombaça; e esta he a razão, porq.' favorecem ao Arabio, Consentindo que fação em Bombaim, e Surratte embarcações esperd.<sup>o</sup> a conjunção acómodada para Sahirem ao pu- [f. 12v] para Sahirem ao publico com este Seo rebuçado projecto que talvez teria Sahido a luz, Se estiveSse esta Potencia desembaraçada do Francez. Este pode Ser q.' tenha tambem algum intento Sobre a mesma introducção; mas não he tão provavel esta Conjectura, como o pode Ser á Cerca do Inglez, e mt.<sup>o</sup> mais do Holandez. Do q.' obServei em Bombaim á Cerca do Arabio já disse em huã rellação, q.' dei ao S.<sup>t</sup> V.Rey, e o q.' pertence ao Holandez, adiante farei menção.

De Moçambique athe Angóche, quaSe he igual o Pays em tudo, o q.' tenho rellatado das Ilhas de Quirimba para Moçambique # De Angóche até Quillimane he a terra mais abundante de mantimentos, e Semea-se nella arroz, q.' he o q.' falta nas antecedentes # De Angóche, que he huã Ilha, como mostra o d.<sup>o</sup> Mappa, teve algum dia feitoria da fazenda Real, e depois, por cauzas, q.' ignoro, ou para melhor dizer, por incuria dos que tinham obrigação de augmentar o Comercio deste Estado, como em todos os da India tem Succedido, Se acabou aquelle Comercio; porem o Rey Mouro, q.' a domina, Corresponde Com este governo, e os Se- [f. 13] Seos mercadores com os desta Praça.

Tambem houve outra feitoria no porto, q.' chamão QuiSungo grande, q.' fica ao Norte de Quillimane em pouca distancia, e tambem já Se acabou # De Quillimane para o diante, não fallando nos Certões, e estendida jurisdicção de Senna, de que farei Capitulos Separados, Se achão toda a Sorte de mantimentos, como Trigo, arroz milho &<sup>a</sup>, e tambem gados.

Sofálla he abundante de todos os viveres, e mantimentos, Carnes, e pescado. Extrahe-se de Sofálla até 100. bahares de marfim, e 40., ou 50000 #.<sup>os</sup> de ouro em pô, o q.' tudo Sahe dos Certões do Reyno de Quiteve, Manica, e Baroé, Cuja situação Se pode ver no Mappa. Dá este Porto ambár, e aljofares, e no anno de 1696. Se mandarão a Sofálla para Goa boas perolas, e quantidade de

aljofares, q.' hoje o descuido tem vedado a Sua pesca, porem as que Sem trabalho tirão ainda os Cafres São melhores que os da Costa de Pescaria.

Está Sofálla falta de moradores, e a Fortaleza Cercada de mar, de maneira, q.' em muitas partes batem nella as Suas ondas. A Igreja, q.' fica dentro da Fortaleza está arruinada, e neceSsita de Ser reedificada, e Concertada a Fortifi- [f. 13v] Fortificação, tanto para a memoria dos primeiros Conquistadores daquelle Porto, e Seo dominio, como para Segurança delle Sendo tambem muito neceSsario q.' haja algum reparo para reSistir os embates da agoa, porque Se não houver esta prevenção, o mar gastará o pouco terreno, q.' resta para q.' fique Cercada a Fortaleza das ondas, e chegado a estes termos, Se acabará eSsa memoria.

O Rey PredeceSsor, do q.' ao prezente governa Quiteve Confinante Com as terras da Coroa, por Ser Cafre industriozo, e de ellevados espiritos descobrio, e com effeito mandou abrir 11. minas de Ouro, porem, parece q.' ou porq.' a Providencia não quiz q.' nos aproveitaSsemos dos grandes intereSses, q.' Com a franqueza destas Minas podião fazer os VaSsallos, ou porq.' os daquelle Rey, q.' herdarão as qualidades dos de Sua Magestade FideliSsima, q.' vivem nestas partes cheios de orgulhoza vaidade, e inveja, matarão ao Sobred.<sup>o</sup> Rey, conjurados os Seos Magnatas, e fícharão as Minas Com o especiozo pretexto de dizerem q.' na abertura dellas era franquear o Caminho a ambição dos Portuguezes, de quem receavão infalivel ruina. Na jurisdicção deste Porto tem a Coroa alguãs [f. 14] alguãs, q.' de huã parte, q.' olha para o Sul São Contiguas ás de Senna, e por outros Lados Confinão com as do inimigo, Como melhor Se vé do Mappa.

O ouro q.' produz Quitevé, Manica, e o Baroé he de igual qualidade no toque, q.' differe em pouco do quilate dos Venezianos, e não há noticia que por eSsas partes haja Minas de prata, nem athe o Porto de Inhembane.

Esta terra não prodúz ouro nem em toda a Confint.<sup>e</sup>, q.' he Dobilla, ou Landim. Neste territorio não dá arroz, nem Trigo, não por esterilidade do Paiz, q.' he dos mais fecundos, q.' Se Conhecem; mas Sim pela incuria dos habitantes, que Se Contentão com a grande Copia de Mixoeyra, e outros Legumes. Prodúz este

Porto variedade de fructos, q.' Se vendem baratiSSimos, e da mesma maneira Vacas, cabras, Carneiros, galinhas, e peixe. AchaSe nelle azeite, q.' Se chama de Mutiana, q.' Serve para alumiar, e com igual abundancia outro, q.' Se chama Mafurra, q.' Serve para as embarçaõez. Tambem há outros, q.' chamão de Culucul, e Cast.<sup>as</sup>, ambos prestativos para a Medicina, por Serem quentes em 4.<sup>o</sup> gráo [f. 14v] gráo. Prodúz mel, e por ConSequencia Cera em abundancia, de q.' os Cafres Se não aproveitão, Se não Sendo recómendadoz.

Todas estas procucções deste fertiliSSimo Paiz são tão baratas, q.' para Se fazer juizo do que Custão, expreSSarey aqui Só o preço de leyte, e peixe. DaSse a hum Pescador hum pano, q.' Custa em Moçambique 250. reis, e elle dá desde que aparece Lua nova, athe q.' fenece cada dia huã Cambada de peixe, que farte huã Caza, que tenha 4., ou 5. peSsoas, e igualmente hum Pastor pelo mesmo pano Continua 30. dias hum Cabaço por dia de leyte, q.' tem o menos 6. Canadas, e a esta proporção São todas as demais Couzas.

Comercea-se neste lugar Com grande avanço no marfim a troco de roupas, e Se extrahe para Moçambique mel, manteiga, azeites, gamellas de páo, marfim, e ambar, que Se acha nas prayas, e escravos, q.' São os melhores para o ServiSso; e tambem a gente daquelle Continente mais trabalhadora do q.' a dos outros. Domina pouco destricto o Cappitão mór deste Porto, Como Se pode ver do Mappa, e nelle já vay [f. 15] Vay entrando o Billa, ou landim, Sendo ao presente impossivel o expulSallo das noSsas portas a este inimigo, que na Verdade Se fez insolente, depois, q.' medio a decadencia de nossas forças. Acha-se nas terras deste pouco distante do noSso prezidio huã Lagoa, q.' no tempo de frio Cria hum gello a modo de Salitre; porem não o he, nem Se acha este genero em parte alguã de Africa Oriental.

Aquella mesma referida fartura Se acha nas terras Contiguas a Inhambane, q.' continúa a B.<sup>a</sup> de Lourenço Marques, ou Rio do Espirito Santo, e neste lugar São todos os viveres, e mantimentos tres vezes em dobro mais acomodados, e da mesma maneira o preço do Marfim a troco de velorio fim vermelho; e de outras Cores Se gasta muito pouco, ou nenhum; e para Se Saber a utilidade, que no d.<sup>o</sup>

Porto, Se pode fazer, Contarey o Cazo Seguinte sem encarecimento, nem hiperbole.

Partio deste Moçambique Fr. Joze Linhão de Santa Maria Frade Dominico com huã embarcação de 250. toneladas com Sua equipagé competente, e não levou ma- [f. 15v] mais do q.' 1500. #.<sup>os</sup> empregados em Velorio no mez de Outubro de 1756., Sem mais roupas q.' huns panos rotos de Capas de fardos, chegando a Salvamento, demorou naquella paragem 6. mezes, em q.' Sustentou toda a lotação, e a Si, conprou 18. Bares de Marfim, q.' em Moçambique valem 17280. #.<sup>os</sup>, e trouce a embarcação cheia de mantimento, e tudo isto Com menos de 1600. #.<sup>os</sup> de emprego.

Tentada esta mesma Viagé pelo General Francisco de Mello e Castro, nada lucrou, e antes teve muita perda a fazenda de Sua Magestade, e a razão foi porque não havia em Moçambique homem Com experiencia daquellas terras, nem me achava então aqui, q.' pudeSse derigir Sua instrucção, e por este modo, levando a embarcação Só roupas, tornou Com ellas para Inhembane, honde ficou o Casco, e tambem o Capital.

Acha-se neSse Porto alem do referido marfim, mantimento, gado, ferro em barras pequenas, e Cobre, tudo barato, e tambem há minas de Ouro puriSsimo, e Se os Holandezes, q.' já têm nelle a Sua feitoria, e Caza for- [f. 16] forte, frequentando hum grande Comercio desde Tafelbay, não entraSsem ás Cegas a hostilizar os naturaes na conf.<sup>a</sup> da Sua rustica cobardia, não Só teria hun grande estabelecim.<sup>to</sup> de negocio a Sua companhia Oriental, mas Serião Snres.' delles, e dos Seos Certões. Os Reys, q.' os Senhoreão São dous, Mangovêa, e Maeya ambos poderozos, cujo dominio divide o Rio q.' paSsa por meio dos Seos Reynos.

Forão os Holandezes expulSados há poucos annos, e arruinada a Sua feitoria dos ditos Regulos, em Cujo despique intentão desde Tafalbay atraveSsar as Suas terras e com effeito tem adiantado este projecto tanto o q.' Se diz q.' já estão Snres.' de huã grande parte dos Sobred.<sup>os</sup> Certões, e para Segurança das terras Conquistadas, Cada legoa fazem huã fortificação, guarnecida de

Europeanos, e Malaios, e vão entrando muito pela terra dentro, Sem dar quartel a Ninguem para aterrarem os Cafres.

Seja-me licito dizer q.' esta Potencia intenta, Senhorear não Só aquelle territorio, mas chegar pelo mesmo Caminho ao Imperio de Changamira, q.' por aquella parte bem pode, e depois de estarem vizinhos ás noSsas terras, Deos Sabe [f. 16v] Deos Sabe; o que farão.

Aqui me pareceo não fora de proposito trazer á memoria a aleivozia, com q.' com aparente pretexto quizerão estes mesmos Holandezes entrar em Quilimane no anno de 1712., e o farião, aproveitando-se do noSso descuido Se não naufragaSse a primeira Náo, q.' entrou naquelle Porto, cuja perdição Servio de escarmento ás mais, q.' fugirão. Se esta lembrança pode Servir de algum avizo para a prevençãõ, terei o gosto de a haver feito.

#### Descripção dos Rios de Senna.

O Rio principal de Senna, q.' Se chama Zambeze, ou Cuama divide, como mostra o meo Mappa, o Imperio de Monomotapa do de Caronga; Aquelle fica á parte do Sul, e este ao Norte; a parte daquelle Se chama Butonga, e a deste Masave.

O nascimento deste Rio até gora não está descuberto, Se não até perto de 350. Legoas. Mete-se no Oceano em duas bocas divididas, huã da outra em distancia [f. 17] distancia, q.' do mesmo Mappa Se vé, e no meio dellas se forma huã Ilha, q.' Se chama Mahindo. A boca maior se chama de Luábo, q.' antigamente entravão por ella os Navios, q.' depois, por inconvenientes, q.' ignoro, principiarão a entrar as embarcações pela barra de Quilimane, q.' até gora Se Continua, e he a boca menor.

Quilimane, q.' he o Porto, tem huã Igreja dos P.<sup>s</sup> da Comp.<sup>a</sup>, e poucos moradores. Dá o seo territorio muito arroz, trigo, tab.<sup>o</sup>, e legumes, e he farto de peixe, carne, e caça, e fructos, principalmente de laranjas, Limões, mãgas, Goyavas, e olanga, q.' he fazenda, como a mandioca. Luabo tem a mesma fartura, e tambem os P.<sup>es</sup> da Comp.<sup>a</sup> tem neste lugar a Sua Igreja. Há nelle hum Engenho de aSsucar, e pudera haver muitos, Se Se cuidaSse em Cultivar as terras daquelle

districto, q.' he dos mais fecundos, e aSsim mesmo no de Quilimane, honde já houve outro Engenho, q.' acabou com a morte de Joze de Almeida, principal morador daquelle Porto, e agora Só faz algum Melaço, e aSsucar preto. Na entrada deste Porto fica a parte do Norte a for- [f. 17v] fortificação, q.' mandou fazer o Governador, e Cappitão General Francisco de Mello de Castro, q.' he na ponta de Tangalane, Como do referido Papel Consta.

O ASsucar, q.' Se fazia no Luábo era tão alvo, como o dos Braziz, e o de Quilimane não tão bom. Em hum, e outro Porto Se fas muito Sal, q.' Serve para todos os moradores dos Rios de Senna. Faz-se tambem muita Nipa, q.' he Vinho estilado da Sura dos Coqueiros, dos palmeiros, q.' tem tambem vinagre da mesma Sura, e Sumo de Cánas. Tambem Se fazem de Certa palha esteiras grandes, e pequenas; as grandes Se chamão Luambes, e as pequenas tumbas; e tambem Se fazem Sacos da referida palha, os grandes Se chamão Macandas, os pequenos Murujos, e os menores PuSsapos.

Destes Portos até a jurisdicção de Tétte ha lugares aptos para Semiar Canaviaes, de tal maneira, q.' Se Se trabalhaSse Nelles, como se deve, podia dar esta terra aSsucar, q.', fartando os habitantes, ServiSse de Comercio. Em todas ellas prodúz Tabaco em grande quanti- [f. 18] quantidade, mas os Cafres não o Sabem fabricar, como nos Braziz o fazem. Em varias Provinçias deste Emporio Se acha tão forte, q.' para que Seja Capaz de uzo, he neceSsario que Se misture em huã parte delle 4. do fraco.

Destes Portos até Senna não há Povoação de moradores Portuguezes, e Só nas terras da Coroa em Cada huãs Cazas dos Senhorios, e nas terras Caya, e MurraSsa, q.' São dos P.<sup>es</sup> da Comp.<sup>a</sup>, tem duas Cappellas.

Senna, q.' he Capital de todos os Rios, e honde fica o General, tem huã fortaleza, feita de adobes, quadrada da Invocação de S. Marçal, na forma de paralelogramo, quaze perlongado Com 4. Baluartes, hum dos quaes hé Cavaleiro, fortificação, q.' basta para defença dos inimigos do Paiz. Tem de guarnição 50. Praças, entrando os Officiaes, e desta Se destacão para o prezidio de Manica dez.

Tem esta Povoação 4. Templos, Sé, S. Domingos dos Dominicos; q.' Se queimou proximam.<sup>te</sup> no [f. 18v] no mez de Junho deste anno, S. Paulo dos

Jesuitas, Remedios, q.' tambem he dos Dominicos, e ruinas da Mizericordia, que testemunhão q.' houve esta Igreja. Os moradores São poucos, e nem podem haver muitos, honde não há pouco, nem muito temor de Deos, e obed.<sup>a</sup> ás Justiças de S. Magd.<sup>e</sup>

He farta esta Povoação de todos os viveres, mantimentos, e fructos, e podia Ser muito mais abund.<sup>e</sup> Se houveSse huã pouca de applicação para a haver, pois a terra he benigna # Não há duvida que o Sitio não he aprazivel, mas os primeiros povoadores acharião alguã Conveniencia em escolher este, e não outro, q.' foSse melhor. O da Serra de Muramballa, Cujá prespectiva me mandou fazer o Cappitão General Fr.<sup>co</sup> de Mello de Castro na Monção paSsada, e creio estará hoje na prezença de Sua Magd.<sup>e</sup>, na verdade Seria util, Se o obstaculo, q.' ao prezente Se offerece de mudar a Povoação para aquelle lugar fosse vencivel, q.' o Será para o futuro, Segundo as razões, q.' expúz ao [f. 19] ao dito Governador, e Cappitão General, concordando-me com as que o mesmo me propoz a este Respeito.

A esta Povoação costumão annoalmente descer os Mercadores dos Certões, que da Povoação de Tétte vem em huãs embarcações, q.' Se chamão Cochos inteiriSsos de hum páo, Capazes de Carga de 6., ou 7. toneladas, e outras mais pequenas, e em Similhantes tambem chegão para a mesma Povoação os q.' de Moçambique vão para o ajuste do Comercio no mez de Junho, e nos fins de Julho aquelles vão para a Povoação de Tétte em as mesmas embarcações para della partirem para as Minas, e estes descampara Quilimane para fazerem Seo regreSso para esta Praça, q.' chegão ordinariamente em Agosto.

Tétte tambem hé Povoação abundante de tudo, e hoje se acha reduzida a poucos moradores, e arruinada, e muito mais depois de dés annos de Guerras Continuadas, q.' teve o Estado com o Rey Monomotapa Sobre a intrancia do Principe Chifura no Governo [f. 19v] Governo, Sem embargo de q.' antes deSse tempo não estava muito opulenta.

Daqui partem os Mercadores por terra aos Bares, q.' São Minas, conduzindo todas as fazendas por terra ás Costas de Cafres. He de Saber que os q.' vão para Zumbo bem puderão hir pelo Rio acima, Se hum passo estreito, e

escabrozo delle não impediSse a navegação de tal Maneira, q.' os Moinhos, q.' nelle faz a rapida Corrente em razão de grandes penedos, que no meio delle Se achão; o fazem inavegavel por espaço de alguãs Legoas, como Se pode ver no Mappa, e deste Significativo Se Compõe o nome deste Estreito, q.' Se chama Cabrabaça. Em alguns pequenos espraiaados, q.' nesta paragé faz a agoa, Se tira ouro de muito bom quilate, e no Lugar InhacaSse, demarcado no mesmo Mappa, foi honde Se achou aquella Célebre Lage de prata, e honde São as minas della, de q.' hoje já Se não trata. Da parte contra- [f. 20] Contraria do mesmo Rio Zambeze Se ve hum rio, honde tambem Se acha o mesmo preciozo Metal, e não há noticia q.' em outra parte o haja. Os Cafres, q.' trabalharão nestas Minas de prata, e acharão a lage, q.' derão a Seo Amo o P.<sup>e</sup> Fr. Diogo Dom.<sup>no</sup> ainda São vivos e eu por Vezes fallei com elles, e me mostrarão o lugar das ditas Minas, por elles terem a Sua povoação perto daquelle Sitio.

Da parte contraria deste São as terras do Regulo Chidima famigerado Ladrão das fazendas, e vidas, e que não Se Contentando Com estes inSultos, estava habituado a barbara, e ferina inhumanidade de fazer manjar da Carne dos mortos para Saciar o Seo depravado gosto, e de Seos VaSsallos, os quaes tiverão o primeiro açoute em tempo do Governo do General Agostinho de Mello Lobo, q.' por não poder aturar os Seos desordenados disturbioz, a mim me expedio para a deligencia do Seo Castigo, q.' Com bom SuccesSo Se Concluiu, e a este Se Seguiu outro mais activo, que lhe deo o Principe Cambuy, Com o q.' transfugo, escapou Com vida, e ainda vive nas terras [f. 20v] terras do Maráve. Antigamente era esta gente peor, porq.' todo o Cadaver dos Compatriotas, e Seos parentes não tinha outra Sepultura q.' os ventres dos vivos.

De Tétte para Sima toda a terra pinta Ouro, mas em tão pequena quantidade q.' não chega o lucro a Cobrir o trabalho, q.' nesta deligencia Se dispende.

Os Bares honde Se encaminhão os Mercadores neste tempo São os Seguintes, todos da parte do Maráve, Senhorio do Imperador Caronga, e Seos Regulos, huns obedientes, e outros rebellados. Bar de Mano, Cujo ouro he do mais preciozo. Mixonga, e Marima, que o prodúz de menores quilates. Béve, não



o dá tão bom, e CaSsunça, e Chicorongoe, q.' ficarão perto de Tette 3., ou 4. jornadas, em q.' já Se não trabalha, nem no de Rafael, q.' fica antes de chegar a Zumbo 4. jornadas. Contarei a abundancia deste ultimo Bar, q.' teve antes de Se tapar para Se fazer juizo da utilidade, q.' da- [f. 21] darião todos, Se Se trabalhaSse nelles com a efficacia, e traça, com q.' Se labora nas Minas da America, e antes de relatar a Sobredita abundancia, direi, o como se tira o Ouro das Minas.

Não Se acha em todo o Continente da Cafreria pessoa, que tenha pleno Conhecimento do Sitio das Minas Se não huns Cafres, q.' por algum Signal o accuzão aos Mercadores, q.' lhes dão alguns panos p.<sup>a</sup> a Sua abertura, e presentes ao Regulo, q.' domina aquelle lugar, q.' por aquelle intereSse dá á sua permiSsão. Com ella vão os ditos Cafres experientes, Sem q.' os mercadores Concorrão, ao lugar do Bar, e fazem a seos Muzimos, q.' são os seos def.<sup>tos</sup>, hum Sacrificio de Sangue de alguã victima, que ordinariamente he de Cabrito, ou Carneiro, e logo entrão a Cavar. A terra, q.' colhem lavão em huãs Gamellas de páo, q.' chamão Zambas á borda dos riachos, ou lagoas, e lavando, e desfazendo-a com agoa repetidas vezes o ouro aSsenta no fundo da Zamba, e a terra toda Se aparta na lavadura.

Em alguãs minas Se acha o ouro Logo á flor da terra, e [f. 21v] e em outras afundão 2. 3., e 4. braças; porem dahy para baixo, não entrão; busca-se depois pelos lados as veias, alcantilando-os em Cavernas; ainda q.' antes de Se dar Com ella, Se acha Suficiente porção de Ouro. Descuberta a Veia, entra a felicidade; porq.' dá cada dia, Segundo a Sua capacidade 20., e 30. pastas. Não Consta até agora durar Bar nenhum 2. mezes; porq.' como a ambição traz comSigo inveja, e orgulho, e todos trabalhão em huã Só fôrsa não faltão Sobre a preferencia da entrada questões, q.' se ventilão com as Armas na mão, e logo q.'no manejo destas houver Sangue, de q.' só basta derramar huã pinga, desaparece o ouro de tal maneira q.' não há deligencia humana q.' faça com q.' iSso aSsim não Succeda. Não entro a discorrer neste ponto, porq.' não he este o meo intento; basta afirmar q.' he esta a mesma Verdade por mim haverigoada de vista, e q.' a mina, q.' o Sangue abrio, a fecha o Sangue.

O Bar de Rafael foi tão liberal, q.' dava por dia 90., 100., e 110. pastas, e em 15. dias acabou con o Seo descobridor Rafael, q.'era hum natural de Goa pelas mes- [f. 22] mesmas desordens, porq.' todos desaparecem, Como já disse. No Conflito morrerão mais de 2000. Cafres, alem do dito Rafael, e outros 4. mercadores. Antes de Se romperem estes em ultimo disturbio, o referido descobridor tinha enterrado por Cautella huã frasqueira do Porto, Cheia de Sacos de Ouro, e 5. bóioes, que huã, e outros terião 22. arrobas de Ouro, q.' buscando-se depois deste funesto SuccesSo, não Se acharão, porq.' o q.' os enterrou, e os q.' o ajudarão para esta deligencia morrerão Naquella occazião, ou porq.' Deos não quiz q.' ServiSse este thezouro de utilidade de quem Se não Cançou em o desentranhar do Ceio da terra, tendo Sido ruina daquelle, q.' de justiça devia poSsuilo.

Em Similhante acontecimento, ainda q.' não tão ságuenilento, Caducou o Bar de Mallima, Sendo igual na Cauza, de q.' Se originou o perniciozo effeito, e pouco differente na duração; pois quaze teve a mesma felicidade em 38. dias, q.' Se trabalhou nelle. Nesse tempo tirarão 1200. pastas pouco mais, ou menos, os mercadores, q.' vem a Ser pela estimação de Moçambique pouco menos de hum milhão. Descobrio este, Antonio da Costa, natural de Goa.

Da [f. 22v] Da mesma parte de Maráve nas espaldaz de Zumbo está o Bar de Chipapa, q.' por outro nome Se chama de Fr. Pedro; cujo ouro he melhor que o de Mano. Esta mina nunca foi abundante, porq.' o Seo dono q.' era o mesmo Fr. Pedro da Trindade Religiozo D.<sup>o</sup> nunca Consentio q.' outra peSsoa entraSse a utilizarSe da Sua producção, nem elle Se aproveitava de toda, a que Se podia Colher delle, por temer q.' a fama da abundancia não despertaSse a ambição dos Regulos Vizinhos, e estes lho tiraSsem das mãos.

Muitos outros Bares Se podião descobrir, maz a perguiça tem atalhado os Caminhos de buscalos. Já os tem havido de grande provimento, Só na flor da terra; de tal Sorte que arrancando huã pouca de palha, acharão-Se muitas Lascas de Ouro; porem dizer-se, como já tenho visto escrever a alguns, q.' a mesma terra volvida de hum anno para outro poSsa produzir Ouro, nunca tal Se vio, nem poderá Ser; porq.' hum metal, em Cuja Creação gasta o melhor Planeta tantos

annos, Como podia [f. 23] podia Ser que em hum, ou dous de tempo conSeguiSse o mesmo que em 7. Secúlos, Segundo a opinião dos Cafrez, por mais q.' a materia quizeSse disporSe para transmutação da Aurea forma. Tem Succedido talvez da Superficie da terra Subir a veyta de Ouro pelos troncos e ramos das Arvores Secas envolta em terra, q.' de ordinario nellas Se acha, e em tempo, q.' ainda as Terras de MaSsapa, Bocutto, Masecha, e Luanze erão noSsas, acharão os Moradores dela hum pedaço de rocha branca, q.' quebrada, e reduzida em pó, tirarão do tal pedaço em lasca, e em granitos mais de 200. pastaz. Tambem he de Saber q.' muitas minas Se não descobrem por não haver agoa perto; porq.' Sem ella o não podem apartar da mescla da terra, de pedra, de Aço, de q.' de ordinario vem misturado.

Tambem Se achão muitas minas de ferro no Maráve, mas não me Consta que as haja de Cobre; poder Ser q.' a incuria o tenha incultado. Da Segunda vez, que fui Inviado ao Imperador Caronga, me disse [f. 23v] diSse q.' nas Suas terras havia ouro, prata, cobre, ferro, Cristal, e outras Couzas q.' as não queria mostrar, Sem q.' os Seos filhos, q.' São os Portuguezes, lhe deSsem a guarda, que pedia de Soldados, e officiaes, igual a q.' tem o Manamotapa, e que não Só teriamos intereSses neSses metaes, mas na doação, q.' queria fazer a Seo Irmão, aSsim trata a Sua Magd.<sup>e</sup> Fidelissima, das terras, q.' principião desde Quilimane ate Zumbo, ou até, a ponta de Zumbo, á borda do Rio Zambare Com 5., ou 6. Legos de certão de largo á proporção da referida Longitude, e esta mesma proporção foi pertendida antes da minha Inviatura, e depois, e parece q.' agora ainda Se lhe ConServa o mesmo intento.

Todos estes Bares não São abundantes de viveres Como o São as terras da Coroa; porem Nelles não falta milho, em alguns, tambem arroz, e em todos Carne de Cabra, galinha, Caça, Legumes, inhames, batatas, e frutas agrestes.

O Cobre, q.' nestas partes vem, he de Ambara, cuja Cituação Se vé do Mappa, donde tambem Se extrahe o marfim, e Se o ingreme das Serranias, não impediSse a condução [f. 24] Condução de dentes grandes, Se Cómutteria infinidade delles os q.' não Comprão os MuSarabes, q.' São os Cafres mercadores, lhes Serve de fazer estacadas de Curraes para o gado, tanto na

Ambara, como no Reyno de Changamira. Tambem Sahe de Ambara algum ferro em obra, e enchadas, que Servem para as lavouras de terras aos Naturaes, mas São Caras; não aSsim na B.<sup>a</sup> de Lourenço Marques, porq.' tanto este metal, como os q.' Lá Se achão; e tambem as mais producções daquelle territorio São baratiSsimas. Todas estas terras tem Sal de Pedra, q.' os Cafres fabricão em panellas, cozendo-o depois de o tirarem dos mineraes.

O Reyno de Guindo, contiguo ao Imperio de Caronga tem marfim, ouro, e outros metaes, e abund.<sup>e</sup> de mantimentos, e gados. Com este confina a terra de Mujávós, donde he Sabido o marfim, que Sahe para esta Ilha de Moçambique, que antes de perdermos Mombaça para aquelle Porto Se encaminhava o Comercio delle.

Neste Guindo frequentaSe pouco o noSso Comer- [f. 24v] Comercio, e a razão hé porq.' os mercadores de Zumbo q.' devião tentalo, lhes São muito dificultozos os transportes pelas Serranias grandes, q.' medeão em esta Feira, e aquelle Reyno.

Zumbo hé terra, q.' antigamente foi de hum Regulo chamado Mussarura, a quem tomou hum filho de Goa por nome Chicalia por Antenomazia, e hoje os mercadores de Mucaranga aSsystem nella, e mandão Cómutar Ouro pelas roupas, e Vellorio, que arriscão nas Minas geraes de Changamira por Seos Cafres Cativos, que Se chamão MuSsambazes, e não vão os referidos mercadores para aquelles Bares pelo receio, q.' tem, de q.' Changamira os repreze, e faça Seos Captivos, de que muito Se gloréa, principalmente depois do infausto SucceSso de MaSsapa, e Masecha. Tambem mandão MuSsambazes para extracção de Marfim, de Ambara, cobre, e outras Couzas.

Tem [f. 25] Tem o Changamira repetidas vezes pertendido hum Sacerdote para administrar Sacramentos aos christãos, q.' Lá tem filhos, dos que levão Captivos Portuguezes naquella guerra; porem não tem havido P.<sup>o</sup>, q.' queira lá hir. ASsiste nesta Igreja hum ou dous Religiozos Dominicos, q.' parroqueão os freguezes, tem huã Igreja fabricada de pedra, e barro, e as outras das Feiras ou Bares São de madeira.

Nos fins do anno de 1756. para 1757. fez este Rey, ou o fizerão os Seos por Consentimento delle hum roubo tão consideravel q.' nelle vierão a perder os intereSsados mais de 1\$. pastas, q.' São 800\$ #. <sup>os</sup> pouco mais ou menos, Segundo o preço do Ouro àõ presente. Destes inSultos cada dia Se experimentão naquellas partes, e em todas honde temos Comercio na Africa Oriental, e por não haver meios de poder Castigar estes barbaros, o não fazem os q.' governão estas terras.

Enganarão-Se alguns em dizer q.' Se apanhavão pedaços de Ouro em redes, Couza, q.' não pode Ser, e a razão [f. 25v] razão he, porq.' como este mineral he pezado, não pode nadar de Sorte q.' Se enrede; não há duvida q.' a força da Corrente dos Rios o faz desencaixar das minas, Se a agoa encontra pelas bordas, ou fundo delle, e o leva envolto nas areas, ou barro.

Nem he Certo haver Serra de Abutua abundante daquelle preciozo mineral; he verdade q.' há terra chamada Butua, donde vem muito Ouro, e a raiz, q.' se chama da Abutua, em Cuja difinição tambem errou o D.<sup>r</sup> Curvo por mal informado; porq.' diz que he da parreira brava. # A raiz da parreira brava Se chama Mutamba, e desta tambem ha outra diferente, que Se chama Murarupa. A primeira he a melhor, e a Segunda he hum especifico rezolutivo. A primeira he a melhor, como digo, porq.' he a melhor Solda, q.' Se conhece em toda a Botanica para deslocações, e fracturas, quaSe incuraveis.

Tem estas terras raizes de admiraveis virtudes, e o oleo de Bartholomeo Alves, q.' he o melhor Balçamo [f. 26] Balçamo para as feridas, q.' ate gora Se tem descoberto, Segredo, q.' ainda Se ConServa na Caza de D. Luiza Guedez. Uzão os Naturaes de huns pós para tirarem as frechaz, q.' estão reconcentradas na Carne, de tão preSentaneo vigor, q.' Logo q.' os referidos pós entrão na ferida, fazem abrandar as frechas, digo as farpas da frecha, q.' fazião o impedimento, de tal maneira q.' o ferro parece que Se torna em Cera, e a estes pos chamão Luanda; outros há, q.' levão ConSigo os viandantes, os quaes pulverizados no fogo no principio da noute, em toda ella não pode chegar animal algum fero, ou venenozo perto do lugar, honde os Caminhantes repouzão, e tambem Se Conhece huã raiz, q.' Se chama de MiSsire, q.' atada ao braço, ou em qualquer parte do Corpo, bicho algum pode morder a quem a traz, e omitto fallar em outras, por

não fazer Larga esta rellação, por querer paSsar ás terras de Manamotapa, e todas daquellas partes.

Nella ficção as Minas geraes de Mucaranga, ahonde vão os MuSsambazes de Zumbo a Comerciar Com roupas, e velorio, q.' levão de Seos amos moradores de Zumbo, e mercadores. Estas minas, como todas as daquelle Paiz erão do Manamotapa, quando este o dominava antes da Soble- [f. 26v] Soblevação do Changamira, q.' foi Pastor dos Seos gados, e agora a maior parte delles São deste Rebellado. Este mesmo he Senhor do Bar de Caroa, cujo metal estava tão Sazonado q.' ao tempo da Sua abertura, Se achou nelle hum pedaço de Ouro, que tinha de Comprimento 4. palmos, e de groSso 5. em Circunferencia q.' o Regulo Caroa, de quem tomou este nome a dita mina, pelo não querer dar ao changamira, o Lançou no Rio, que fica perto delle Com huã boca, donde o tira, quanto tem NeceSsidade de tirar delle alguãs Lascas ao Machado para as Vender. O Mappa mostra estes Lugares, como o da Serra da Inhapiriri, honde Se diz, que fica o Corpo daquelle Servo de Deos o P.<sup>e</sup> Gonçalo da Silveira Religiozo JeSuita, q.' por cauza da Religião, foi afogado Com huã Cinta, e lançado no rio Manjovo, que em vez de hir pela agoa abaixo, como naturalmente devia Ser, Subio o Seo Corpo Contra a Corrente pela agoa acima; athe o Lugar fronteiro á Serra, donde dizem os Naturaes, q.' o Levarão a depozitar naquella Serra 2. Leões, que o guardão athe hoje: q.' estes animaes o aSsistem affirmão todos os q.' paSsão por aquellas terras, e que por este motivo Não podem Subir ao Cume [f. 27] Cume da dita Serra; Como tambem q.' de noute Se ve naquelle mesmo lugar hum grande resplendor; porem o levarem os Leões para o outeiro, dizem outros q.' não; e outroz, q.' os moradores das povoações de Luanze, MaSsapa, ou MaSsecha, q.' ficavão ahi perto, e estavam então no auge da Sua maior opulencia, o levarão, por divertir o veneravel Corpo da hira do Rey, a depozitar naquelle Sitio.

Mais abaixo fica o Monte Tura, q.' os naturaes geralmente contão fora algum dia morada da Raynha Sabá, e isto mesmo me aSseverou o velho da Cabrabaça já citado, e eu vi a ruina dos Edificios, quando por ordem de Francisco de Mello e Castro, que era General de Senna neSse tempo, fui demarcar todas eSsas terras para as reduzir a hum Mappa, q.' então fiz, e querendo ver os Sitios

das noSsas povoações perdidas, nem Signaes achei, Só unicam.<sup>te</sup> hum poço, q.' os Cafres dizião Ser obra dos Portuguezes daq.<sup>le</sup> tempo.

O Zimboáe dos Imperadores de Manamotapa, que então era á borda deSse Rio, fica agora em outro lugar, e depois da morte do Boróma, o mudou Seo SucceSsor, e o deste [f. 27v] deste, q.' agora reina, no Sitio, q.' demõstra o Sobred.<sup>o</sup> Papel.

Zimboáe he o mesmo q.' Corte, e como os Palacios, e mais Cazas, de q.' Se formão, e Compõe os Seos rusticos Edificios São de paos, com facilid.<sup>e</sup> Se podem mudar de hum lugar para outro, Como o fazem, quando lhes parece, q.' ordinariamente he por algum agouro; q.' de qualquer Couza o tem esta gente. # Confinão as terras de Manamotapa com as da Coroa da jurisdicção de Tette, as quaes vem a findar em Sofálla, e em todas ellas não há noticia que haja Ouro: Nas daquelle Rey o há em m.<sup>s</sup> Lugares, e não o querem os naturaes descobrir por politica, que elles Sabem. # Este Manamotapa tem huã Guarda de 20. Soldados, Cappitão, Alferes, e Cappitão môr Concedida, e pago este prezidio por S. Magd.<sup>e</sup> Fidelissima há annos; e tambem tem hum vigario, que he Frade Dominico.

O Rey para Ser reconhecido por tal, he Costume antiquiSsimo Ser baptizado, e não Consta, quem foSse o Governo, ou Missionario, q.' introduzio este Santo Costume, ainda q.' estes Reys não tem de Christãos Couza alguã, porque [f. 28] porq.' de ordinario tem, como todos, 1Ø<sup>427</sup>; ou mais concubinas. # Pratica este Rey cada 3. annos mandar hum Embaixador ao General de Senna, q.' o vay esperar na Provincia de Tette Sempre No pr.<sup>o</sup> anno do Seo Governo, em q.' Se trata da ConServação da antiga aliança do Estado com o dito Rey, e alguãs dependencias Sobre os Mercadores de Zumbo, que de neceSsidade devem paSsar pelas Suas terras, e quando fora deste Cumprimento trienal, Se offerece algum negocio, Se repetem Enviaturas respectivas de huã, e outra parte.

Na Povoação de Tette tem huã Igreja, e cazas os P.<sup>es</sup> da Companhia, e outra os Dominicos, que he Freguezia. O Forte, que ali há he de pedra, e barro, Coberto de palha, e com 4. Baluartes de meia laranja, e teve dous reductos

---

<sup>427</sup> Consta símbolo na forma de um círculo com dois traços na vertical.

redondos pequenos, q.' estão dimolidos do tempo. Não tem guarnição este Forte, mais que hum Condestavel, e nas occaziões, os moradores o guarneSsem, Se querem: Mais abaixo em distancia de 5. Legoas está a Igreja, e Cazas dos P.<sup>es</sup> da Companhia [f. 28v] Companhia, q.' Se chama a de Marangue.

Em todas as terras pelo rio abaixo athe Senna em Cada terra tem os Mercenarios Sua morada para nella vir ficar no tempo da Cobrança de Seos rendim.<sup>s</sup>. Ao Sul da Povoação de Senna fica o Reyno de Baroé, e Manica, honde tem Sua Magd.<sup>e</sup> huã trincheira feita de páos, que agora está destruida do tempo, e nella fica o Cappitão mór de Manica, Cappitão de Infantaria, Alferes, e 10. Soldados destacados da Companhia da Guarnição de Senna, e hum Vigario Relig.<sup>o</sup> Dominico, q.' administra o espiritual pasto aos referidos Soldados, e mercadores, que ahi morão. Contiguo a este Territorio fica o de Quitéve, e tanto este, como os dous rellatados São fartos de viveres, e tem muitas minas de ouro do mais puro, q.' Se conhece por Cá.

O Rio, q.' atraveSsa estes Reynos, e vay desembocar no Mar perto de Sofálla em huã paragé aSsignalada Com esta Marca  $\alpha$ <sup>428</sup> no Mappa, que Se percipita de hum despenhadeiro alto formado de rocha quaSe no meio [f. 29] meio deste, quando nelle dão os raios do Sol no Oriente em tempo de Verão, em que as agoas São transparentes, Se vé pelo diafano dellas huã veia de Ouro de tanta Capacidade, quanta tem a Circunferencia de hum Sombreiro de Sol, e parece, q.' Se Se extraviaSse o Rio por outra parte, de Sorte q.' ficaSse este lugar livre do Cristalino impedimento, Seria a mais decantada Mina, q.' athe-gora Se tem achado. Eu vi este lugar, e nada tem de aparente a tal Veia; porq.' a quem a vé não dixa lugar de duvidar da Sua evidencia.

Não me pareceo justo deixar em Silencio dous SuceSsos, que de ordinario acontecem pelos Caminhos de Manica aos Caminhantes, como eu ouvi desta Maneira. Em hum Matto espeSso, e espaSsozo, distante de Senna 6. jornadas Se encontra huã Campina raza, e no meio della hum penedo maior, outros menores, e outros mais pequenos quaSe São pelo caminho, q.' este Campo atraveSsa de



monos grandes por esta ordem. Na pedra grande o Mono maior, e de maiores barbas, e em outras outros por sua Serie, e Se os paSsageiros, que Vão em máchilla, Se não apeião, e paSsão todo aquelle Sitio embarcados em Carroagem até perder de vista os monos, Salta huã Tropa delles, e não Só rompem a [f. 29v] a manchilla, mas maltratão a toda a Companhia, ainda que Se Componha esta de 200. homens, porem Se Se advertem de hirem a pé, não Se movem elles dos aSsentos. Os Naturaes fabulão este Cazo; dizendo que o Mono grande he hum Rey encantado, e os mais Seos Grandes, e Povo, e q.' aSsim como Se não permite que paSse peSsoa alguã em manchilla diante dos Reys, o Rey Mono tambem quer q.' Se lhe guarde o mesmo respeito, e Crem esta ficção Com tal firmeza, q.' geralmente aSsentão q.' todos os macacos, e monos São individuos humanos, e q.' por não trabalharem, não fallão, e vivem nos mattos.

O Segundo SuccesSo hé q.' quando por qualquer daquelles Caminhos paSsão os Cafres de Cargas, ou Sem ellas, e Sentem que algum Leão tem morto qualquer caça que Se conhece pelos rugidos, q.' dá, buscão logo a Coroada fera, e tanto que a avistão, Largão as Armas, q.' levão, e Se postrão no chão no aquella SubmiSsão, com q.' Cortejão os Reys, e tanto q.' o Leão os vé humilhados, Larga a caça, e Se aparta não longe: Chegão então os cafres, e [f. 30] e tomão a metade da Caça, deixando em Ser a Cabeça, e postrandoSe outra vez em Signal do Seo agradecimento, Se retirão; porem Se por erro tomão mais da ametade da Carne, ou tocão na Cabeça della, logo os adverte Com hum horrorozo bramido. Isto paSsa na verdade, e o affirmo, como quem o tem visto alguãs vezes depois de mo averem Contado muitas; a cujas aSseverações não dei Credito, até Com effeito Saber por experiencia o rellatado.

Acha-Se nas minas de Manica, Baroé, e Quitéve bom Cristal, e dizem os lapidarios que he o melhor. Achão-Se tambem nas mesmas minas pedras quadradas; cuja virtude he bem notoria, e tambem verdes, que são antioptalmicas postas ao redor dos olhos molestos, moidas com Sumo de limão, e tambem Se

---

<sup>428</sup> Consta símbolo na forma de dois traços grossos na vertical e dois finos na horizontal, como uma cruz.

diz q.' ha diamantes; porem desta tradiccão não pude indagar a verdade. Pedras verdes, e de cristal Se achão em todas as minas.

Os naturaes destes tres Reynos tem mais benigna constituição, do q.' os de outros Paizes, e nos q.' poSsue a Coroa vizinhos a elles não ha Couza notavel digna de Ser escripta, nem a praSsa, com q.' esta [f. 30v] esta rellação faço, me permite lugar para inteira reflexão de tudo, q.' com vagar me poderia Lembrar.

Por theorica, e experiencia Sei q.' a ignorancia, q.' he atrevida, e q.' paSsa a Ser neceSsidade este vicio, em quem, Sabendo difinir este Conceito, Se atreve a praticalo, porq.' então São dous erros Sem embargo deste Conhecimento, quero expor-me a toda a CenSura, Só por expreSsar neste papel, o q.' diSse em certo tempo a peSsoa, q.' mostrava ter intenSo dezejo de ver estas terras segmentadas, e he o meio, porq.' me parecia então Ser util, e ainda creio Seria Conveniente a pratica delle, Se Sua Magd.<sup>e</sup> não tiveSse ordenado por sua Real reSolução de 29. de M.<sup>co</sup> de 1755. a franquia destes Portos para bem dos Seos vaSsallos, e como Sem encontrar o meo humilde parecer, q.' protesto não Ser árbitro, aquella real, e Sempre acertada determinação, Se pode abraçar em ServiSso do mesmo Snor.' o referido meio, tocarei nelle, dando Noticia mais antes de varias formalidades, q.' Se estabelecerão para Se utilizar a fazenda Real dos intereSses destas terras, e a razão, porq.' Se não Concluio este fim.

No anno de 1608., Sendo Cappitão de Mocambique Dom Estevão de Atahide, estavam estes Portos abertos com a impoSição de 20. p% de direitos, e conhecendoSe q.' não era util este regime, Se destinou outro methodo, Sendo incerto á minha noticia a duração daquelle, ainda q.' a eSse tempo Se descobrirão alguãs minas de Ouro com grd.<sup>e</sup> trabalho.

Se [f. 31] SeguioSe o arrendamento do contrato destes Portos aos Governadores desta Praça por 30Ø<sup>429</sup> #.<sup>os</sup> em cada anno Com obrigação de pagarem os d.<sup>os</sup> Rendeiros 1. p% á fazenda de S. Magd.<sup>e</sup> dos generos, q.' meteSse nos referidos Portos, Sendo pencionarios juntamente a pagarem os prezidios delles, e mais Congruas destinadas. Experimentou-se q.' nem aSsim chegarão os

---

<sup>429</sup> Consta símbolo na forma de um círculo com dois traços na vertical.

rendimentos a cobrir as despesas destas Conquistas, e por determinação do V.Rey, Conde de Alvor, Se abrirão segunda vez os Portos, deixando o Comercio delles aberto aos VaSsalos da Azia, e aos destas partes, e não teve mais subSistencia esta disposição q.' a de dous annos.

Entrou no Governo da India neste tempo D. Miguel de Almeida, e por inconvenientes, q.' se lhe offerecerão, tornou a vedar os Portos, e vender por Contrato o negocio delles ao Governador desta Ilha pelo já menSsionado preço, e referidas obrigações.

Foi tão perduravel este methodo, qd.<sup>o</sup> o foy o Governo do d.<sup>o</sup> D. Miguel de Almeida, e Succedendo-lhe D. Rodrigo da Costa, estabeleceo a Junta do Comercio. Sempre se conheceo a inutilidade desta, <τ<sup>430</sup>> mas ninguem melhor q.' o V.Rey Marquez de Angeja, Conde de villa verde; porq.' Logo a poucos paSsos do Seo governo deo forma a huã companhia muito bem regalada, em q.' entravão alguns mercadores de Lisboa, e Se intereSsavão tambem muitos da India. Deo a introducção da referida Companhia ConSideraveis Conveniencias á fazenda Real, grande Cómodidade aos Vassallos, e utilid.<sup>e</sup> aos intereSsados; de tal maneira que extinguindoSe ao 5.<sup>o</sup>, ou 6.<sup>o</sup> anno da Sua Creação; e tendo experimentado [f. 31v] experimentando perdas notaveis no decurSo deste tempo, ganharão os socios mais de hum milhão. Com pagarem 40. p% de direitos Reaes não entrando neste Computo 200., e tantos mil #.<sup>os</sup>, q.' a Junta lhes ficou <Errada extinção da Companhia.> devendo, q.' se restabeleceo de feita a referida Companhia no anno de 1699. por ordem do V.Rey Almotacé Mór rendida ás perSuaSões, dos q.' feitos Estad.<sup>as</sup> com aparente zello procuravão adiantar os seos primeiros intereSses na reedificação da referida Junta, o q.' não lhes era poSsivel Conseguillo Na Companhia, porq.' Se governava regularmente.

Aqui me pareceo proprio Lugar de desviar-me do fio desta reSolução; por querer dar razão do q.' porq.' fui de parecer, Sendo perguntado pelo Governador, e Cappitão General Fran.<sup>co</sup> de Mello e Castro, q.' Se tomaSsem 41. p% das

---

<sup>430</sup> Consta símbolo na margem esquerda do documento fazendo referência as linhas abaixo dele por meio de um traço.

entradas, e Sahidas dos Portos, q.' forão vedados na franquia delles; a Saber 40. de direitos, e hú para officiaes respectivos da Alfadega.

A primeira, porq.' a receita deste Estatuto era notavelmente diminuta a respeito da despeza preciza, e não havia donde puchar dinheiro para ella # A segunda porq.' havia exemplo do tempo da Companhia de pagar este 40. p% a Alfadega # A terceira, porq.' ainda q.' parecem 41. p% não são mais que 10 ¼. de cada entrada, e Sahida, como mostrarei por Conta, e este direito Se cobra em muitas terras dos Inglezes, e Holandezes na India [f. 32] India, e aqui se devião cobrar por junto; porq.' Se havendo nesta Praça a poSsivel vigilancia, Se não podem evitar os descaminhos nos Portos, honde não pode haver resguardo algum, erão impoSsiveis deixar de haver prejudiciaes desordens # A 4.<sup>a</sup> porq.' calculadas as Contas, não vinhão a perder as partes intereSsadas, como Se pode ver na Conta, q.' adiante mostro # A 5.<sup>a</sup> porq.', paSsada a interina neceSsidade do Estado, me pareceo q.' Sempre Sua Magd.<sup>e</sup> por Sua inacta piedade havia de moderar estes direitos em beneficio de Seos VaSsallos, dando nova forma a este Comercio.

E Se este arbitrio não foSse util, quem governava podia dar repulSa a elle, porq.' nesta parte não tinha eu reSolução deciSiva, maiormente, tendo votado q.' estes direitos Só devião Cobrar do marfim, quando chegaSse dos Portos, e q.' na entrada Só devião cobrar 20 ½ p%, porq.' a extração do Ouro não faz utilidade Com Similhante imposto.

## Conta calculada dos direitoz

	Cruzados.
Tres Bares de fazenda custão em Moçambique pouco mais ou menos	1000
Do risco	120.
De [f. 32v] De despesas de fretes a 10. p %	100.
De despesas do Porto de Quilimane até Senna; as quaes em outros Portos não são neceSsarias	100.
De direitos a razão de 41 p% regulados Segundo os preços da pauta, q.' São diminutos	410.
De fretes do Marfim, q.' vier dos Portos a razão de 5. p% do producto das fazendas	<u>150.</u>
Soma o proprio com as despesas	1880.
Os 3. Bares da fazenda produzem ao prezente 3. do marfim, q.' valle a 960. rs' o Bar	<u>2880.</u>
Feito o habatimento restão	<u>1000.</u>

No ouro nada Se ganha pagos os direitos de 41 p% porem tambem nada Se perde, como o mostro; advertindo porem q.' nas fazendas, q.' nunca forão prohibidas drogas, e trastes, Se ganha Sempre, ainda que Se paguem aquelles direitoz.

Calculação da Conta do Ouro pouco mais, ou menos.

	#. <sup>os</sup>
Hum Bar de Chuabos q.' he certa fazd. <sup>a</sup> Custa em Moçambique	200.[?]
Do risco	30.
De fretes a razão de 10. p%	25.
Despezas do porto de Quillimane para Senã, que [f. 33] q.' nos outros Portos não há	20.
De direitos a 41. p%	<u>102 ½</u>
Soma o proprio com as despesas	427 ½
Prodúz hum Bar de fato em Senna ou em Sofálla 64. meticaes de Butonga, q.' avaliado o ouro a razão de 4. #. <sup>os</sup> e ½ <sub>0</sub> [?] o cruzado de bom ouro	<u>576.</u>
Feito o habatim. <sup>to</sup> , restão	<u>148 ½</u>

Conta das entradas, e Sahidas.

Da Sahida de Moçambique	10 ¼
Da entrada de Quilimane, Sofálla, ou do Porto de Inhembane	10 ¼
Da Sahida dos mesmos Portos	10 ¼
Da entrada de Moçambique	<u>10 ¼</u>
Somão	<u>41.</u>

Satisfeita a duvida dos direitos, torno a buscar o fio da minha rellação, que atraz tinha deixado. A primeira razão, porq.' Se não puderão adiantar os intereSses da Junta, e outros modos de administração do Comercio dos Portos foi porq.' nunca Se ob- [f. 33v] obServarão as ordens de Sua Magestade, relativas á sua Real fazenda Com o zello, e exacção, com q.' devião Ser executadaz, e me perdoem os Comprehendidos nesta relaxação, porq.' fallo esta verdade, Sem poder dar á Sua expreSsão o Sentido amphibologico que queria dar, Se não fora obrigado de Superior preceito.

Nunca jámais se puderão decepar os negocios clandestinos nestes Portos tão das peSsoas grandes, como pequenas; porq.' Se o director, e Censor, por não

dizer Governador, e Feitor, ainda que houveSse feitores, e Governadores, q.' procederão Com limpeza, era o primeiro, q.' o fazia, tendo mais obrigações de impedir estes descaminhos, não podia deixar de disfarçar aos mais, e fechar os olhos ás Suas desordens; para q.' elles não abriSsem a boca em publicar, o que SoubeSsem, e desta maneira huns, e outros, e todos metião nos Portos muitas vezes maior Carregação, do q.' a da administração do Comercio.

E esta talvez pode ser o espirito da razão, q.' da o ~~fundamento~~ áquelle vulgar Adagio, que eu venero por Sentença; que diz = O dinheiro de Mocambique não Luz, nem chega aos filhos. = e que tenho visto por experiencia o repetido cumprimento delle. E aSsim, Snor.', havia de Succeder, porq.' como pode luzir hum metal, que Se adquierio por principios tão escusos? Que ainda q.' Couberão na ex.<sup>am</sup> [f. 34] ex.<sup>am</sup> da idéia ambiciosa, não cabe o discernilos na minha expreSsão por muitos, e dect.<sup>es</sup> respeitos; porem não os poSso guardar em dizer huã Couza, q.' talvez importe muito ao bom Governo de V.S.<sup>a</sup>

Veio Certo Cappitão de mar, e guerra este anno de Goa Com o nome de bom Servidor de Sua Magestade, e a primeira couza, q.' cá fez por testemunho do seo zello foi concorrer junto com huns Prelados a introduzir ao antecessor de V.S.<sup>a</sup> para q.' fichaSse os Portos Contra o Real Decreto publicado; e porque teve noticia de q.' Se offereceo hum certo mercador ao d.<sup>o</sup> General a dar Carga aos Navios de Senna, e Sofálla com alguns Socios, pagando os 41 p% lhe mandou premeiar este ServiSso com duas Cutiladas, de que levou 18. pontos na Cabeça, de q.' Se diz com fundam.<sup>to</sup> originára a Cauza da morte daquelle Fidalgo, e eu o Creio.

O Segundo ServiSso foi o de offerecer-se a Salvar a Palla de Dio, q.' estava encalhada no baixo da Cabeceira pequena, estes dias, que aSsistio Com toda a Mestrança na manóbra deSse Salvamento, Só o deo a duas barcas de fazenda, de q.' Se utilizou, como obra pia.

O 3.<sup>o</sup> ServiSso foy o trazer de Goa huã carregação de fazendas, e velorio, e tirando-a pelo alto, meteo o velorio na cabeceira pequena nas cazas dos Religiozos da Hospitalidade, donde [f. 34v] donde, querendo-se fazer tomadia, armou a caza de Bacamartes, e outras Armas com seos socios, e Cafres, de q.'

temerozo o Administrador do estanco, q.' hia fazer aquella deligencia, fraquejou nella, e Mar, e Guerra Salvou o velorio.

O 4.º Serviço foy o desembarcar fora desta Barra na volta do Navio de Senna 60. escravos tirados por alto, e tendo noticia o rendeiro deste descaminho, e pedindo os respectivos direitos, o ameaçou de morte.

Porem nada destes Successos me admira, porq.' já tenho visto, Se não maiores, iguaes acontecimentos. Não foi de pequena nota o de Sahir o mesmo Cappitão de Mar, e Guerra com a maior parte dos q.' vierão de Senna, não fallando no Marfim, porque nelle há alguã desculpa, pelo alto huã grande quantidade de ouro em pó; porq.', tendo eu a Curiosidade de Saber com certeza dos meos Confidentes de Senna q.' Se extrahirão das Minnas perto de 1000. pastas, que forçozamente havião de Sahir dos Rios para esta Ilha, que fazem por esta moeda 700Ø<sup>431</sup> #.ºs, no cofre não veio mais q.' 215. pastas, das quaes pagarão de direitos 6772 ½ #.ºs, vindo a perder a fazenda de Sua Magestade mais de 24Ø<sup>432</sup> #.ºs

Offereceo-se-me expor mais q.' por maiores deligencias, que [f. 35] q.' se fação para obviar estes desvios, serão incultaveis; porq.' já estão estes homens tão habituados a elles, q.' mais facilmente perderão a vida, e arriscarão as Suas fazendas do q.' deixarem estes prejudiciaes Costumes todas as vezes que Sua Magestade não der tal providencia q.' o rigor della Supére aquelles Vicios. Com a mais profunda SubmiSSão, interponho agora o meo humilde parecer Sobre os meios, q.' a minha tosca Comprehenção alcança para Ser Lucrozo o Comercio destes Portos.

Huã Companhia de Mercadores de Lisboa, e dos mais, que quizerem poderá fazer respirar de decadencia este agonizante Estado. A primeira razão he, porq.' já Se experimentou q.' o estabelecimento antigo de outra Companhia Só colheo intereSses do Comercio destes Portos, como ja fica rellatado. A Segunda, porq.' na Conformidade della, os mesmos intereSsados trabalham peSsoal, e

---

<sup>431</sup> Consta símbolo na forma de um círculo com dois traços na vertical.

<sup>432</sup> Idem.



ocularmente no trafego do Seo negocio, em q.' Com facilidade não pode haver dolo. A terceira, porq.' todos os Estrangeiros, como São Francezes, Inglezes, Holandezes, e Dinamarquezes, que tem Comercio, e terras nas partes da India, Só por Companhia Se governão, desfrutando todos grandes intereSses, e Se achaSsem q.' outro methodo era mais Conveniente, o não deixarião de abraçar para Sua utilidade. Que Se forme a Companhia, ou não Se forme, Será Conveniente q.' Se faça huã Guerra geral a todos os Principes Confinantes das terras da coroa, e ainda estas mesmas NeceSsitão de Castigo; porq.' a obediencia, q.' dão hé apparente.

Não [f. 35v] Não Sera util empenharSe nella em tudo o Estado; maximas podem haver, q.' Sem risco de perder á acção, Se pode triunfar dos inimigos introduzindo entre os mesmos alguãs razões de Estado; porque hoje tudo Conclue o dispendio, o q.' não era facil em outro Seculo com os Cafres.

No tempo em q.' Francisco Barreto, e ainda outros Cappitães quiz conquistar o dillatado Paiz dos Rios de Senna, era o Manamotapa obedecido de todos os feudatarios, e as terras da Butua, q.' agora São do Changamira, erão Suas, que as desmembrou do Seo Imperio hum Pastor do Seo gado, e Se levantou com o Senhorio dellas, chamando-se Com o dito nome de Changamira, crescendo cada vez mais em opulencia Cafrial, a que hoje Se vé constituído; todos os Regulos feudatarios pelejivão unidos, como por Cauza geral.

Não havia no noSso exerSito interpretes fieis, nem exploradores leaes. Ignoravão-se os Sítios de acampamentoz, não Sabião as paragens das agoas, e os Mouros, q.' hião no exercito para tratarem de Cavallos erão traidores; porq.' estes Sugeridos dos outros, q.' já habitavão eSsas terras matarão Cento, e tantos Cavallos, e m.<sup>s</sup> Soldados, e Sobretudo não vendião os negros os Seos mantimentos, e viveres a gente branca, Sem o q.' não po- [f. 36] pode haver guerra; mas agora he tudo pelo Contrario.

Pode-se Compôr o noSso exersito dos Cafres das terras da Coroa dos Captivos dos moradores de alguã gente regular, e de Sipaes, que devem vir de Goa; porq.' esta gente he a mais Competente para a Guerra dos Cafres, por Ser

Ligeira, e apta a todo o trabalho de formes, e Sedes; e pouco trém necessitão para a marcha, e outras qualidades apropriadas para este Paiz.

Acabada a Guerra, deve entrar a Paz do Evangelho; porq.' conciliado o terror das Armas Com a Suavidade do jugo de Christo, seja permanente nos Payzanos, e moradores, o amor de Deos, e temor da Justiça de Sua Magestade.

Ao paSso da Cultura de Operarios Evangelicos Se havia de seguir a dos de Minas, e não poucos, q.' por arte SoubeSsem minerar, e parece q.' os Americanos erão os mais habéis para esta deligencia: Logo devião vir gentes, q.' povoaSsem a terra, repartida, Como Sua Magd.<sup>o</sup> foSse Servido.

Ao [f. 36v] Ao compaSso destas utilidades, e deligencias cresceria notavelmente o Comercio, e por Consequencia as rendas Reaes; porq.' fazer despeza em huã Colonia, Sem aplicar meios para Crescer a Sua receita, q.' he , o q.' nestes annos da Separação tem Succedido, mais que augmento he buscar ruina á terra.

Parece q.' Seria acertado encaminhar todo o cuidado em abrir, e trabalhar nas Minas, ou Bares de Manica, Quitéve, e Baróe primeiro q.' nos outros, e a razão he porq.' os Naturaes destes Reynos são mais bem acondicionados, São mais vizinhos ás terras da Coroa, tanto por Senna, Como por Sofálla, por honde com mais facilidade se pode introduzir Soccorros, e todo o neceSsario, e de Senna igualmente, e esta oportunidade não Se acha em outros Bares. Da abundancia de ouro, e bondade delle nos referidos Reynos tenho já dado conta nesta rellação.

Segura a poSse, e comercio destes Barez, pa- [f. 37] parece q.' se devia trabalhar em dar desvio ao Rio de Manica para ficar patente a Veia de ouro, em q.' ja fallei, de que se nos rensultaria grande felicidade: Logo Se poderia fazer entrada em outros Bares, medindo as Conquistas com as forças do Estado.

Seria tambem util aceitar as terras, q.' o Caronga quer dar á Coroa, com condição de Se lhe dar hum Prezidio de Soldados para a Sua Guarda, o qual alem de Servir ao Rey de Vangloria, nos podia Servir para o curso de qualquer importancia, e com esta nova aliança, teriamos os Bares de Mano, e todos os de Maráve dispostos para nelle minerarem os noSsos.

Quando Sua Magestade quizeSse mandar estabelecer a Companhia, parece que Sempre seria com as Condições de ter ella obrigação de Sustentar todos os Prezidios dos Portos, e todos Seos respectivos officiaes, e tudo, o que foSse despeza, e que juntamente paga- [f. 37v] pagaSse tantos por Cento da Alfandega, que parece se mandaria ajuntar no Cofre Real, reservando para as neceSsidades Contingentes, applicando-se o producto do velorio para satisfação do seo Capital, e as ventagés do lucro para Satisfação das dividas da Administração, e Junta, e depois de pagas, para o que Sua Magestade foSse Servido.

Se se não formar Companhia, he certo q.' nada Se póde colher Sem Semear, porem pode-se Semear sem produzir Colheita, como até-gora tem Succedido, e nisto venho a dizer que no outro modo de estabelecimento deve Sua Magestade gastar muito para colher dobrado, porem pode Succeder gastar Sem utilizar-se dos rendimentos, pelo q.' já diSse; Mas huã Couza poSso asseverar a V.S.<sup>a</sup> Sem paixão alguã, e hé que as terras, q.' digo, bem cultivadas, podem dar mais intereSses em vinte annos, do que darão em Cem as da America a Sua Magestade.

Na [f. 38] Na factura desta mal ideada rellação tem sido a minha Sincéra attenção fazer algum Serviço a Sua Magestade, e agrado a V.S.<sup>a</sup>, mas Se por minha infelicidade me tenho afastado daquelle decóro, com que devia discorrer em aSsumpto tão relevante, como o presente, não mereça, Senhor, Castigo o erro, q.' Se Cometeo, por querer acertar, nem culpar a pureza da Vontade nas faltas, em que dilinquo o entendimento pelas do talento, q.' tambem em parte pode dar desculpa pela brevidade, Com q.' a escrevia.

Moçambique 26. de Dezembro de 1758.

*Ignacio Caetano Xavier*